

O INSTITUTO

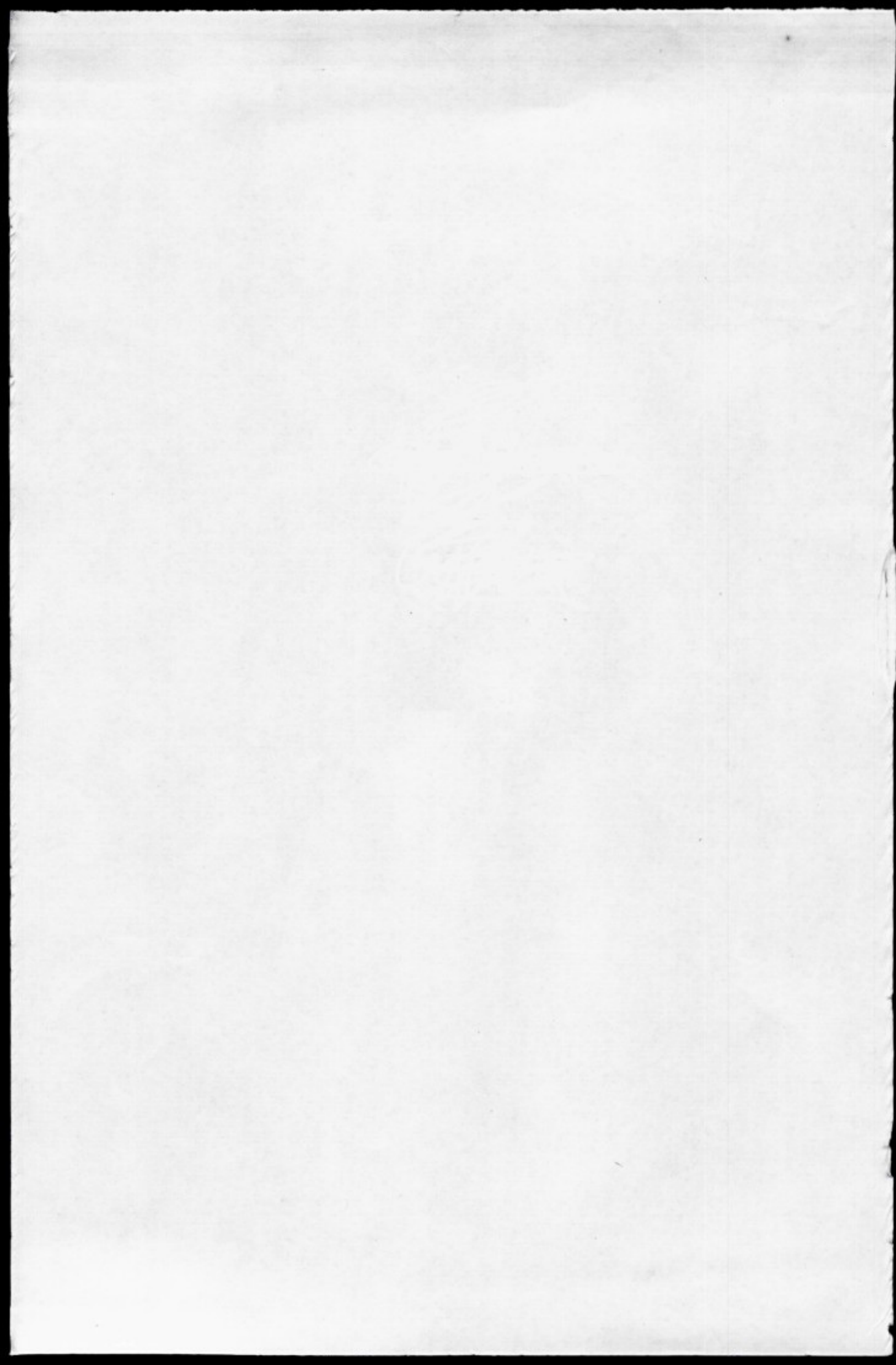
REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 88.º



FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1935



O INSTITUTO

VOLUME 88.º

OF THE

OF THE

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 88.^o



FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1935

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Soto Maior—Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. G. I., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos da U. C.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

	Pág.
AZEVEDO (RUI DE)—Coimbra sob a ameaça de assédio, na invasão sarracena de 1190	33
BALÃO (ANTÓNIO)—A Beata de Celas processada pela Inquisição de Coimbra—Intervenção do Bispo Conde neste caso . . .	173
BARROS (MANUEL GASPAR DE)—¿Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal?	196, 345, 456
BRITES (GERALDINO)—A Universidade de Coimbra e o seu meio	78
CARDOSO MARTHA—«O Mondego descendo»...	117
COSTA LOBO (F. M. DA)—O Império Português	125
— A Educação e o Problema Económico	408
DORNELAS (AFONSO DE)—Os selos da cidade de Coimbra . . .	5
EKMAN (V. WALFRID)—Principes dynamiques des courants marins	63
FERREIRA LIMA (HENRIQUE DE CAMPOS)—Garrett estudante em Coimbra	249
FOERSTER (F. F.)—La situation allemande et ses tendances . .	225
FONSECA (MARTINHO DA)—Um Homem de Bem	133
GAIO (MANUEL DA SILVA)—Sub-Ripas	389
GOMES DE SOUSA (GENERAL)—Os factores morais na defesa da Nação	185
GONÇALVES (A.)—Em honra do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro	192
JORDÃO DE FREITAS—Acêrca da concessão dos breves pontifícios para o casamento da Princesa D. Maria com seu tio, o Infante D. Pedro.	281
LARANJO COELHO (P. M.)—Cartas do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro para o arqueólogo Possidónio da Silva . .	304
MAGALHÃIS BASTO (A. DE)—Acêrca de Diogo de Castilho, artista da Renascença Coimbrã	145

	Pág.
PESSOA (ALBERTO)—A propósito da cozedura dos ossos dos Santos Mártires de Marrocos, trazidos para o Mosteiro de S. ^{ta} Cruz de Coimbra	27
PIMENTA (BELISÁRIO)—O ardil de Corrêa Leal em Coimbra . . .	158
PROENÇA NORTE (AMÁLIA DE)—«Heróis e Colonizadores». . . .	89
ROCHÁ BRITO (A. DA)—Elogio de Coimbra	37
RODRIGUES (JOSÉ MARIA)—Os primeiros amores de Camões. . .	22
SERPA PINTO (R. DE)—Antiguidades romanas de Conimbriga . .	275
SOUSA GOMES (ARMANDO)—Nos saudosos campos do Mondego	370
SOUSA PINTO (MANUEL DE)—Folias, chacotas e danças de 1622 em Coimbra	17
URBANO (ABEL AUGUSTO DIAS)—O arco da Barbacã de Almedina de Coimbra	212
VIANA DE LEMOS (ALVARO)—O Dr. Augusto Mendes Simões de Castro	180
VILHENA (JOÃO JARDIM DE) Litografias de Inez de Castro . . .	113
VITORINO (PEDRO)—Nossa Senhora da Porta de Santa Cruz de Coimbra	137

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
Academia Francesa—Terceiro Centenário	379
Antiguidades romanas de Conimbriga, por R. DE SERPA PINTO.	275
Arco (O) da barbacã de Almedina de Coimbra, por ABEL AUGUSTO DIAS URBANO	212
Ardil (O) de Corrêa Leal em Coimbra, por BELISÁRIO PIMENTA	158
Augusto Mendes Simões de Castro (O Dr.), por ÁLVARO VIANA DE LEMOS.	180
Beata de Celas (A) processada pela Inquisição de Coimbra—Intervenção do Bispo Conde neste caso, por ANTÓNIO BAIÃO	173
Bibliografia	278
Boletim do Instituto.	I, 183, 279, 375
Cartas do dr. Augusto Mendes Simões de Castro para o arqueólogo Possidónio da Silva, por M. P. LARANJO COELHO	304
Coimbra sob a ameaça de assédio, na invasão sarracena de 1190, por RUI DE AZEVEDO.	33
Concessão (Acêrca da) dos breves pontifícios para o casamento da Princesa D. Maria com seu tio, o Infante D. Pedro, por JORDÃO DE FREITAS	281
Cozedura (A propósito da) dos ossos dos Santos Mártires de Marrocos, trazidos para o Mosteiro de S. ^{ta} Cruz de Coimbra, por ALBERTO PESSOA	27
Diogo de Castilho (Acêrca de), artista da Renascença Coimbrã, por A. DE MAGALHÃIS BASTO.	145
Educação (A) e o Problema Económico, por F. M. DA COSTA LÓBO	408
Elogio de Coimbra, por A. DA ROCHA BRITO	37
Em honra do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, por A. GONÇALVES	192

	Pág.
Factores Morais (Os) na defesa da Nação, pelo GENERAL GOMES de Sousa.	185
Folias, chacotas e danças de 1622 em Coimbra, por MANUEL DE SOUSA PINTO	17
Garrett estudante em Coimbra, por HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA	249
«Heróis e Colonizadores», por AMÁLIA DE PROENÇA NORTE	89
Homem (Um) de Bem, por MARTINHO DA FONSECA	133
Homenagem ao dr. Afrânio Peixoto	361
Império (O) Português, por F. M. DA COSTA LÓBO	125
Litografias de Inez de Castro, por JOÃO JARDIM DE VILHENA. . . .	113
«Mondego (O) descendo»..., por CARDOSO MARTHA.	117
Nossa Senhora da Porta de Santa Cruz de Coimbra, por PEDRO VITORINO	137
¿Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal?, por MANUEL GASPAR DE BARROS	196, 345, 456
Primeiros (Os) aiores de Camões, por JOSÉ MARIA RODRIGUES	22
Principes dynamiques des courants marins, por V. WALFRID EKMAN	63
Saudosos Campos (Nos) do Mondego, por ARMANDO SOUSA GOMES	370
Selos (Os) da cidade de Coimbra, por AFONSO DE DORNELAS	5
Situation allemande (La) et ses tendances, por F. F. FOERSTER	225
Sub-Ripas, por MANUEL DA SILVA GAIO	389
Universidade de Coimbra (A) e o seu meio, por GERALDINO BRITES	78

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 88.º



NÚMERO I

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR

1935

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Soto Maior—Marquês de Jácome Corrêa—Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. G. I., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortezão.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos da U. C.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>Boletim de O Instituto</i>	I
<i>Os selos da cidade de Coimbra</i> , por Afonso de Dornelas . . .	5
<i>Folias, chacotas e danças de 1622 em Coimbra</i> , por Manuel de Sousa Pinto.	17
<i>Os primeiros amores de Camões</i> , por José Maria Rodrigues . .	22
<i>A propósito da cozedura dos ossos dos Santos Mártires de Marrocos</i> , trazidos para o Mosteiro de S. ^{ta} Cruz de Coimbra, por Alberto Pessoa	27
<i>Coimbra sob a ameaça de assédio, na invasão sarracena de 1190</i> , por Rui de Azevedo	33
<i>Elogio de Coimbra</i> , por A. da Rocha Brito	37
<i>Principes dynamiques des courants marins</i> , por V. Walfrid Ekman	63
<i>A Universidade de Coimbra e o seu meio</i> , por Geraldino Brites .	78

BOLETIM DE O INSTITUTO

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 6 DE MARÇO DE 1935

Aos seis de Março de 1935 reuniu-se a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra* sob a presidência do Professor Francisco Miranda da Costa Lôbo, secretariado pelos sócios Doutor Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo e António Gomes da Rocha Madahil.

O sócio Rocha Madahil deu conta das suas diligências a fim de encontrar uma solução vantajosa para se continuar a publicar a revista do Instituto, considerada a extinção da Imprensa da Universidade que veio afectar a vida social.

O Presidente, com aplauso de toda a assembleia, manifestou o pesar que sentia pelo facto de ter sido privada a Universidade de Coimbra de um estabelecimento que muito a honrava e facilitava a sua missão de divulgação científica e literária—a Imprensa da Universidade—agradecendo em seguida ao sócio Rocha Madahil os seus bons serviços nesta difícil emergência.

Por unanimidade foi aprovada a proposta apresentada por este sócio relativa à publicação da revista na Tipografia Popular, da Figueira da Foz.

Foi igualmente aprovada a proposta do Ex.^{mo} Presidente para que se convidasse a Ex.^{ma} Senhora D. Amália de Proença Norte a vir fazer uma conferência no *Instituto*

sôbre o *combate de Marracuene em 1895* e os factos que com êle se relacionaram.

O Professor Anselmo Ferraz de Carvalho propôs então que as conferências do *Instituto* se realizassem de ora-avante no salão da sede social, iniciando-se essa nova fase da vida associativa com a conferência da Ex.^{ma} Senhora D. Amália de Proença Norte, o que foi aprovado por tôda a assembleia.

Procedendo-se à eleição de novos sócios, depois das mais elogiosas referências feitas pelo Presidente aos serviços que há muitos anos vêm prestando ao *Instituto* os illustres sócios Senhores Professores Anselmo Ferraz de Carvalho e Joaquim de Carvalho, foram votados:

SÓCIOS HONORÁRIOS

Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

Prof. JOAQUIM DE CARVALHO

SÓCIOS EFECTIVOS

JOSÉ PINTO LOUREIRO, advogado, Professor da Escola Industrial de Brotero, e Director da Biblioteca Municipal de Coimbra.

RAÚL FERNANDES RAMALHO DE MIRANDA, assistente da Faculdade de Ciências, Director da Revista *Terra*.

AGOSTINHO DA FONSECA, Professor da Escola Industrial de Brotero. Architecto.

ARMANDO VIANA DA ROCHA, Professor da Escola Industrial de Brotero. Engenheiro.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

JOÃO MARTINS DA SILVA MARQUES, advogado, 1.º Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, professor do Curso Superior de Bibliotecário—Arquivista.

MANUEL VICENTE MOREIRA, médico, publicista.

JOSÉ DA CRUZ BAPTISTA SANTOS, publicista.

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA, publicista.

JUVENAL DE ARAÚJO, advogado e publicista.

HENRIQUE LOPES PIRES MONTEIRO, Coronel, antigo Ministro e publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANJEIROS

Prof. GEORGES BLONDEL, do Instituto de França.

IGNACIO HERRERO Y COLLANTES, publicista.

Procedendo-se em seguida à eleição de novos corpos gerentes, foram eleitos :

Presidente—Prof. FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LOBO

Vice-presidente—Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

Secretários—Prof. DIOGO PACHECO DE AMORIM

—ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

Vice-secretários—DOUTOR GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA
LOBO

—JOSÉ PINTO LOUREIRO

Tesoureiro—AMADEU FERRAZ DE CARVALHO

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo, lavrei a presente acta.

(aa) F. M. DA COSTA LOBO

GUMERSINDO SARMIENTO DA COSTA LOBO

OS SELOS DA CIDADE DE COIMBRA (1)

ELEMENTOS DE ESTUDO

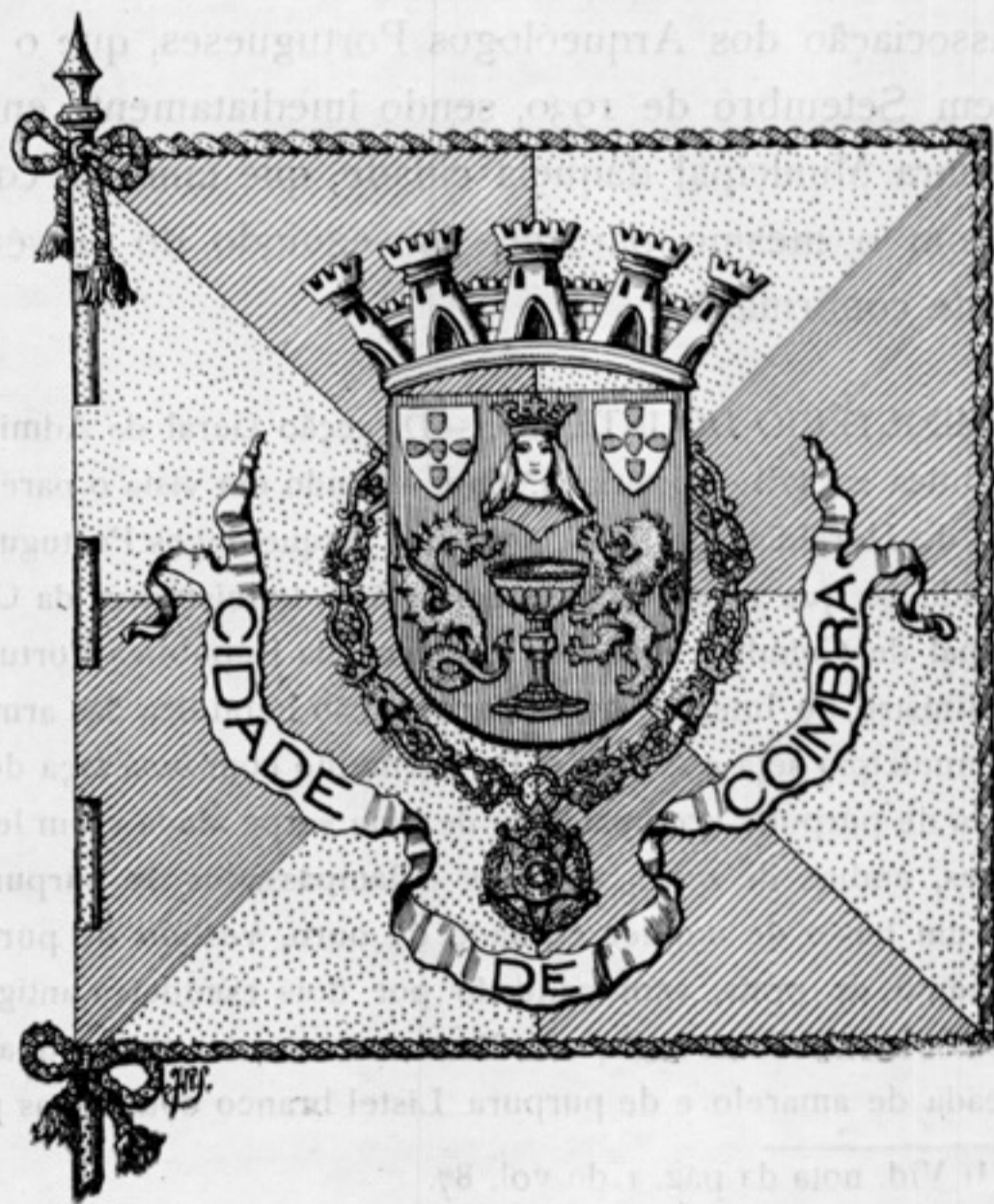
COMUNICAÇÃO FEITA EM 18 DE MAIO DE 1932
À 6.ª SECÇÃO DO CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES POR-
TUGUESA E ESPANHOLA PARA O PROGRESSO DAS
CIÊNCIAS REUNIDO NA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

Formulado o parecer sôbre a evolução porque têm passado as armas da cidade de Coimbra e sôbre a forma de as ordenar presentemente, colhendo do estudo feito os dados que mais salientam o brilho histórico e sentimental de tão notável cidade, apresentei-o à Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que o aprovou em Setembro de 1930, sendo imediatamente enviado à Câmara Municipal daquela cidade, que também concordou com o mesmo parecer, conseguindo do Govêrno a seguinte confirmação:

«MINISTÉRIO DO INTERIOR—Direcção Geral da Administração Política e Civil—Portaria n.º 6956—Tendo em vista o parecer da Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses e atendendo ao que representou a comissão administrativa da Câmara Municipal de Coimbra: manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que a constituição heráldica das armas daquele município seja a seguinte: De vermelho com uma taça de ouro realçada de púrpura, acompanhada de uma serpe alada e um leão batlhantes, ambos de ouro, armados e lampassados de púrpura. Em chefe, um busto de mulher coroadado de ouro, vestido de púrpura e com manto de prata, acompanhado por dois escudetes antigos das quinas. Colar da Tôrre e Espada. Bandeira com um metro quadrado, quarteada de amarelo e de púrpura. Listel branco com letras pretas.

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

Cordões e borlas de ouro e púrpura. Lança e haste de ouro.—Paços do Governo da República, 14 de Novembro de 1930.—O Ministro do Interior, António Lopes Mateus.»



Regulado o assunto por esta forma e baseado nos elementos que constituíram o referido parecer, posso hoje confirmar que um dos principais argumentos que fortalecem o critério da representação do busto de mulher nas mesmas armas, nada tem com a taça que em certa altura começou a aparecer na composição do sêlo de Coimbra.

No n.º 3 do ano 1.º da Revista do Conselho de Arte e Arqueologia, vêm incluídos dois interessantes artigos, a que me vou referir:

O primeiro intitula-se «O brasão da cidade apôsto em casas foreiras» e é da autoria do ilustríssimo arqueólogo António Augusto Gonçalves, tão notável por variados méritos.

Começando por relatar o facto criminoso de no primeiro têrço do século XIX ter sido permitido pela Câmara Municipal de Coimbra que um sonhador de tesouros escondidos escavacasse uma escultura existente no arco de Almedina, que representava o busto de mulher coroada que sempre apareceu nas armas de Coimbra, por supor ali escondido um rico tesouro, passa a citar o facto interessante de já vigorar em 1503 a obrigação dos enfiteutas collocarem as armas da cidade, esculpidas em pedra, na frontaria dos prédios foreiros à cidade.

A propósito dêste facto, refere-se aos 12 exemplares destas esculturas existentes actualmente no Museu de Machado de Castro, dos quais reproduz 10, tendo todos o busto de mulher sainte duma taça.

Estas referências são da maior importância para o estudo das armas de Coimbra, pois que estando determinado que os enfiteutas collocassem uma lápide com as armas da cidade na frontaria do prédio foreiro, ficamos sabendo que essas armas eram esculpidas por qualquer artista médio-

cre, que trabalhasse mais barato, e então, desde que um pôs o busto de mulher sainte numa taça, é natural que, inconscientemente, todos o copiassem, e, por tal forma este processo foi repetido, que o costume quasi passou a ser lei.

O Senhor António Augusto Gonçalves, referindo-se aos autores dessas esculturas, diz:

Pertencem à produção desses grupos de artífices desalumiados, a que se atribuem as obras destituídas de intenção e de carácter, sem rumo e sem norte, à mercê das sugestões do momento. Por isso a classificação cronológica não é fácil, visto que lhe faltam indícios definidos e acentuados. Com raras excepções, só hipoteticamente se poderão descobrir influências de estilo.

Mais adiante:

São frutos de arte popular, é certo, porventura de canteiros secundários, aparelhadores de architecturas; mas nem por isso menos valiosas, para demonstração da aptidão do operário português. Neste caso, a execução espontânea é tão significativa, como a submissão a preceitos convencionais de gramática e de escola.

Ainda hoje, com a cultura já tão desenvolvida, em se tratando de heráldica, cada um procura cometer uma atrocidade maior do que os antecedentes.

Em Lisboa, é riquíssima a quantidade de lápides ainda colocadas na frontaria dos prédios foreiros à cidade, nas quais figura um navio mais ou menos estilizado.

Compreende-se a variedade de arte aplicada nestes distintivos de fôro tanto em Lisboa como em Coimbra, visto que cada um mandava fazer o que queria.

Hoje, são os municípios que fornecem as placas ou chapas que indicam o pagamento de contribuição à cidade,

cômo, por exemplo, as placas dos veículos; só assim se poderá conseguir uma uniformidade.

Calcule-se o que seria, se cada um pintasse no seu carro o emblema da cidade conforme se fazia antigamente para os prédios foreiros.

Vendo as reproduções das ingénuas esculturas citadas, e não se sabendo que houve tempo em que nas armas de Coimbra apareceu uma taça, qualquer pessoa dirá que se trata apenas de um busto com seu pedestal e não de uma taça tendo um busto de mulher sainte.

A ligação do peito da mulher à taça, foi feita inconscientemente, e naturalmente os diferentes artistas estavam convencidos de que se tratava efectivamente de um busto com o respectivo pedestal para se colocar sôbre um móvel.

O próprio Senhor António Augusto Gonçalves, diz, no seu referido estudo:

São obras ínfimas, de incompreensão, sem efeito e sem expressão. A rudeza do engenho é tal, que podem colocar-se a-par de outras produzidas muitos anos mais tarde. Sabe-se que nas mãos inhábéis dos adventícios a arte toma aspectos desagradáveis, de vulgaridade.

Vejamos agora o segundo artigo publicado no citado número da revista intitulada «Arte e Arqueologia»:—«Braços de Coimbra no Museu Machado de Castro» pelo erudito escritor Augusto Mendes Simões de Castro, que tantos trabalhos já tem sôbre o sêlo e armas da histórica cidade de Coimbra.

Começo por transcrever o 3.^o período dêste interessantíssimo artigo:

«No «Índice Chronologico dos Pergaminhos e Foraes existentes no archivo da Camara Municipal de Coimbra» por João Correia Ayres de Campos, 2.^a edição (1875), pags 57 e 58, vem citada uma sentença datada de 29 de Maio de 1503, confirmando, a favor de Isabel Orfã, uma escritura de aforamento de uma casa do concelho. Por esse documento se vê que a enfiteuta se obrigou por si e por seus sucessores a «dentro de dous meses da feitura d'este em diamte poer na parede sobre ho portall da dita casa húa pedra de dous palmos de lomguo e dous de larguo q̄ sera assy emlleuada e que sse penhã as armas da dita cidade E teera letras q̄ diguã esta casa he da cydade de Cojmbra.....»

O Sr. Dr. Simões de Castro transcrevendo esta interessantíssima referênciã sôbre a utilidade da heráldica de domínio, trata, no seu artigo, das esculturas existentes no Museu de Machado de Castro, e referentes à sinalização dos prédios foreiros à cidade de Coimbra, dando a entender que, nas armas de Coimbra, a taça não tem outra representação que não seja a de servir para dela sair o busto da mulher.

Eu concordo que muitos autores, copiando-se, tenham repetido que a dama sai da taça, mas no sêlo que existe no célebre documento das Côrtes de Coimbra em que



Os dois mais antigos selos de Coimbra: à esquerda, o primitivo; à direita, o que autentica o auto de aclamação de D. João I

D. João I é feito Rei de Portugal, é que nem por sombras a representação da taça tem tal atribuição e, além disso, an-

tes deste sêlo, houve outro (como abaixo demonstrarei) em que a taça nem aparece.

A minha opinião é que, na desarrumação que fizeram depois de D. João I ao mesmo sêlo, procuraram arranjar melhor simetria, colocando a taça ao centro e, então, o busto que estava em chefe, passou a figurar sainte da taça, sendo isto um êrro facilimo de succeder.

Quando um dia se encontrar um documento ou uma referênciã ao acrescentamento que fizeram às armas de Coimbra, então se verá qual foi a intenção do ordenador dessas armas e talvez se demonstre que nunca houve a intenção de meter o busto da mulher dentro da taça.

O que é possível é que houvesse a idea de fazer desaparecer a taça, passando a representar-se o busto com o respectivo pedestal.

Emfim, é uma investigação que ainda não está terminada, sendo provável que só termine quando aparecer o tal documento ou referênciã que nos diga quando entrou o leão nas armas de Coimbra, portanto, quando lhe deram essa arrumação pondo a taça ao centro. Infelizmente, no Museu de Machado de Castro, só aparecem esculturas posteriores a D. João I; portanto, tôdas têm já o leão.

Também foi transformada outra peça das mesmas armas; a primitiva cobra, que aparece no sêlo que está no documento da aclamação do Rei D. João I, passou depois a ser uma serpe alada.

Nas esculturas do Museu de Machado de Castro, reproduzidas nos estudos referidos dos srs. António Gonçalves e Simões de Castro, só aparece a cobra em duas das esculturas; nas outras, já esta figuração é fantástica, com asas e cabeça de formas esquisitas, e até com braços e garras.

No parecer sôbre as armas de Coimbra, que formulei em Setembro de 1930, transcrevi umas referências feitas



Os dois últimos selos de Coimbra: à esquerda, o que se usou até 1930; à direita, o actual

pelo Sr. Dr. Simões de Castro num trabalho intitulado «O Brasão de Coimbra» e publicado em 1895 na revista «O Instituto».

Era o seguinte:

No «Catalogo dos bispos de Coimbra» de Pedro Alvares Nogueira (manuscrito existente no cartorio da Sé d'esta cidade, hoje publicado nas «Instituições Christãs» por deligencia do sr. Conego Prudencio Quintino Garcia) havíamos lido a pag. 7: As armas de que usava esta cidade não eram as que agora vemos commumente pintadas; mas era somente um rosto de uma mulher com uma touca grande, e as pontas da touca lhe chegavam até ao hombro de cada parte e com uma corôa de rainha na cabeça..... Depois disto usaram de outras armas, que eram um vaso no qual apparecia uma mulher dos peitos para riba com uma coroa na cabeça. E ao pé do vaso estava uma cobra que parece que andava..... Depois se mudaram estas armas da maneira por que vemos, porque poseram neste vaso de uma parte uma serpente, e da outra um leão; a rasão destas mudanças e das armas deixamos aos curiosos.

O primeiro dos trez selos citados por Pedro Alvares Nogueira, consistia apenas n'um busto de «Mulher com uma touca grande, as pontas da touca lhe chegavam até ao hombro de cada parte e com uma coroa de rainha na cabeça.»

Quando formulei o referido parecer, transcrevi, como disse, as referências acima, sem poder confirmar a existência de qualquer prova do sêlo em que só aparece um busto de mulher coroada.

Hoje apresento provas dêsse sêlo, que casualmente encontrou o Sr. Dr. Rui de Azevedo, quando procedia a buscas de assuntos diferentes, no Arquivo da Torre do Tombo, Caixa 25 da Colecção Especial, 2.^a parte.

Esta comunicação foi feita na Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em sessão de 11 de Fevereiro de 1931.

Corri imediatamente ao referido Arquivo e lá estavam



dois documentos, cada um com o seu sêlo circular, tendo o busto duma mulher de manto e coroa por cima do manto e em volta um outro manto ou resplendor.

Dos documentos assim selados, segundo a amável leitura do Sr. Dr. Laranjo Coelho, consta o seguinte:

Carta de venda de uma vinha, no sitio denominado Algeara, termo de Coimbra, que fazem Egídio Salvador e sua mulher D. Maria, a Domingos Fernandes, clérigo, datada do mês de Novembro da era de 1278 (1240). Tem pendente um sêlo de cera vermelha com a inscrição que parece dizer—*Sigillum Concilie Colimbrie*—Maço 3, Caixa 25, Parte II da Colecção Especial.

Carta de venda de uma casa com um sobrado que fazem Pedro Gonçalves Chasco e sua mulher, a João Fernandes, clérigo, de Coimbra, datada do mês de Julho da era de 1283 (1245). Tem pendente um sêlo de cera vermelha no qual parece ler-se a inscrição—*Sigillum Concilium Colimbrie*—Maço 3, Caixa 25, Parte II, Colecção Especial.

Por aqui se demonstra que até 1245 era usado este sêlo.

O Sr. Dr. Simões de Castro, mais adiante, no seu trabalho citado, refere-se a um escrito de 1265 que já descreve o sêlo com a cobra e a taça, ou seja o sêlo que aparece no documento da aclamação de D. João I em 1385. Esta referência é tirada de um manuscrito de D. José de Cristo, existente na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto.

Êste elemento será verídico? De facto, em 1265 já teria aparecido êste sêlo?

Por emquanto, o único documento conhecido com tal sêlo é de 1385, e assim poderíamos atribuir os acrescentamentos feitos às armas de Coimbra, ou a factos da vida do Rei D. Deniz e de sua mulher a Rainha Santa Izabel, ou à vida de D. Inez de Castro.

Ê este outro ponto que falta esclarecer: saber a data

exacta em que foi acrescentado o sêlo de Coimbra com a cobra, a taça, as flôres e os escudetes das quinas acompanhando o busto que já vinha do sêlo anterior.

Ainda como elementos interessantes para as armas de Coimbra, venho dizer que a pág. 74 da II parte da Crónica da Ordem dos Cónegos Regrantés do Patriarca S. Agostinho, de D. Nicolau de S. Maria, Lisboa, 1668, vem a descrição de uma procissão que da Sé de Coimbra seguia com reliquias de santos para o Mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade, em 29 de Outubro de 1595, onde existe um período, a pág. 78, que interessa às armas de Coimbra, que é o seguinte:

Neste dia estauão já aparelhadas diuersas estancias pellas ruas por onde hauia de passar a procissão das Santas Reliquias, & as ruas todas armadas, & juncadas de flores, & eruas cheirosas, mas por não sermos compridos nesta relação, faremos só menção da primeira estancia, que pera receber tam precioso thezouro se offerecia no principio da rua junto á Sé. Estaua esta estancia ornada com dous arcos vestidos de varias sedas, semeadas com varios frutos de cera muito ao natural, no meyo dos arcos estaua hua fermosa Dama posta no theatro de joelhos entre Serpe & Leão, com as mãos ao Ceo leuantadas, que representaua a nobre, & sempre leal Cidade de Coimbra, em cujas mãos fazia Deos a entrega real de tam grande thesouro de Reliquias & estaua de joelhos, & com as mãos leuantadas, como dando as graças ao mesmo Deos, & Senhor, por tam alta mercê, & beneficio.

E assim, deixo aqui mais uns tantos elementos que

podem servir para completar a história das armas da Cidade de Coimbra.

AFONSO DE DORNELAS

NOTA—No intervalo que vai de 18 de Maio de 1932, em que estes elementos foram apresentados, até agora, mais uma conjectura se me formou no espírito sobre a entrada do leão e do dragão nas armas de Coimbra.

Como foi em Coimbra que teve base uma nova orientação da política portuguesa, no momento em que naquela histórica cidade foi aclamado D. João I, não daria este facto notável da História de Portugal motivo a colocar nas respectivas armas, como que amparando e portanto protegendo a figura simbólica da cidade, os timbres das armas de D. João I (o dragão) e da Rainha D. Filipa de Lencastre (o Leão)?

Este meu novo pensamento sobre o assunto nasceu de muito ter lido e estudado a história de Coimbra com o desejo de encontrar uma razão satisfatória para a existência de um leão na composição das mesmas armas.

O dragão, enfim, poderia ser uma interpretação da cobra das antigas armas. É mais uma suposição que pode ser aceite, pelo menos, pelas pessoas que conhecem a organização e ordenação da heráldica.

Lisboa, Março de 1935.

A. de D.

FOLIAS, CHACOTAS E DANÇAS DE 1622 EM COIMBRA (1)

E' dos mais animados o quadro que, sôbre as Danças processionais em Coimbra, nos deixou, quanto aos princípios do século XVII, a *Relaçam geral das festas que fez a Religião da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal na canonização dos gloriosos Sanctos Ignacio de Loyola seu fundador, & S. Francisco Xavier Apostolo da India Oriental. No anno de 1622* (Lisboa, 1623).

Segundo Barbosa Machado, a *Relação geral* é do P.^o Jorge Cabral. No *Manual Bibliográfico*, Pinto de Matos diz que alguns a atribuem ao P.^o André Gomes. Inocêncio, baralhando um pouco, pretende que é de vários autores. Seja como fôr, o certo é que, inventariando as festas realizadas em Lisboa, Coimbra, Évora, Braga, Bragança, Vila Viçosa, Pôrto, Ilha da Madeira, Portalegre e Ilha Terceira, o cronista abriu para Coimbra a excepção de consagrar às Danças uma parte especial de três páginas e meia, abundantes de pormenores, e na qual descreve nada menos de dez ou onze, conforme se quiser contar.

Folias eram três, do Cartaxo, de Montemor e do Ameal, famosa no tempo, e que também tomou parte nas festas de Braga. Os prémios anunciados no cartel eram também três, de quarenta, trinta e vinte cruzados.

A Folia do Cartaxo compunha-se de oito homens, «bem trajados, que tangiam, dansavam e cantavam muito

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

bem» «as boas letras e toadas que traziam». «O do tambor era mui destro, assim em o tocar e dansar como em mudanças, as quais fazia com tanta arte, que foi tido por uma das boas peças que ali se viram». «Peças de festa», como diz algures Fr. Luiz de Sousa.

Em lugar das Pelas, que muitas vezes acompanhavam as Folias, trouxe esta dos cartaxeiros uma «invenção, que, pela novidade dela, deu muito que ver a todos». Foi essa novidade o homem das andas, palavra que, por ter então outro sentido, o relatador não empregou. «Era um homem sôbre umas muletas de altura de dois ou três côvados, encaixadas nos pés à maneira de tamancos, e com elas, naquela altura, andava, dançava, corria e parava quando queria, sem lhe ser necessário encostar-se, e dava suas voltas com tanta destreza, que era espanto; outras vezes dançava em uma só das muletas com tanta segurança como se andara por seu pé, tomando a vezes do chão um moço aos ombros, com o qual dansava com mil trejeitos aprazíveis com que alegrava muito a todos os que o viam». Nesta última manobra de levantar da rua e pôr às costas um rapaz, para o que já se requeriam dotes de acrobata, o homem das andas reconstituia afinal, as Pelas já referidas. Sousa Viterbo diz a propósito: «Apareceu também uma dança sôbre muletas de pau, imitação do que fazem em França os habitante das *Landes*.» Tratava-se, como vimos, de uma única figura de *échassier*, e não de uma «dança» no sentido colectivo e português.

A Folia de Montemor-o-Velho tinha dez figuras, «homens de estremadas vozes e destreza em tudo, com um tambor dos melhores do reino, todos bem trajados».

Abaixo, o autor dá Montemor como terra de «grandes folgadores».

Seguia-se a Folia do Ameal, «famosa por estas partes e outras muitas do reino». Constituíam-na «oito homens de boas vozes, e dançavam mui destramente; sôbre todos o do tambor era excelente, assim no dançar como nas mudanças e invenções, que fazia com notável graça e destreza».

O facto de nas três Folias se salientar o tambor mostra o papel importante que lhe competia. De não haver alusões especiais ao vestuário, parece dever concluir-se que usavam roupas comuns.

Depois das Folias viam-se, nessa primeira parte da procissão saída de Santa Cruz, três chacotas, «de boas vozes e toadas», tangendo vários instrumentos.

A primeira era de Leiria, com quatro homens; a segunda, de cinco, de Pombal; a terceira, também de quatro, viera de Montemor. Nesta havia de notável o pandeiro, «que naquele género foi julgado pela mais festival cousa daquele dia, porque com admirável destreza tocava vários com os pés e com as mãos e dançava com rara graça e arte».

Nenhuma referência aos trajés, nem a tambores. De notar ainda que as Chacotas se compunham de menos figuras que as Folias.

Cabia o terceiro lugar às Danças.

A primeira, de fidalgos e ninfas, era ainda de Montemor-o-Velho, «que em tudo neste dia se assinalou». Doze figuras, fora os músicos: «seis por banda, vestidos, com notável feitio e curiosidade, todos da mesma libré. Eram os vestidos carmezins, guarnecidos de várias côres, branco, azul, amarelo, e espigalhados e lavrados de lata, assentados com tal perfeição e debuxo que pareciam ricamente bordados. Os seis duma parte vestiam traje de homens à

cortesã, com coletes golpeados e couras recamadas sobre forros azuis, mangas do mesmo feitio. Da outra banda lhe respondiam outros seis, vestidos em traje de ninfas, com briaes de mangas compridas e da mesma guarnição, cabeleiras na cabeça bem nastradas e trançadas com fitas de côres e resplendor, apertadas com muito artifício de copêtes e apertadores com flôres de sêda e ouro, que pareciam muito bem. Dançavam todos à cortezã, ao som de instrumentos que tangiam outros do mesmo traje e libré, cousa que pareceu a todos estremadamente».

A segunda Dança, só com trajes masculinos, «vestia couras e coletes de outra sorte, calças de feitio com canhões azuis e sapatos brancos, capas curtas com capelos agudos e gorras baixas na cabeça, mas tudo guarnecido com tanta arte e variedade, que davam muito que ver».

A terceira, também sem vestidos de mulher, «trajava à Flamenga, com gibões de mangas largas e alhetas como de roupeta, calções ao mesmo modo, ligas compridas, chapéus mui altos, e tudo mui natural, e com grande propriedade e perfeição».

Ambas «faziam as mesmas peças» da primeira, isto é, dançavam «à cortezã». «Foram mui aprazíveis e como tais mui festejadas e louvadas».

Fechava êste grupo de Dansas, pois que no corpo da procissão houve outras danças alegóricas, uma Mourisca de estudantes. «Eram treze, seis por banda e um guia; vinham vestidos com camisas mouriscas lavradas e fraldadas, que, ao dar das voltas, tinham notável graça, calções, gibões e meias de seda, sapatos brancos muito brincados com jóias, na cabeça turbantes de veludo carmezim, guarnecidos com muitos passamanes de ouro e semeados de pérolas e muita pedraria. O guia tangia pandeiro, os dois

primeiros tocavam alaúdes, os últimos rabequinhas, os do meio violas. Os mais, com umas toucas grandes que traziam, faziam mil peças e passos vários, de tanto ar e graça, que foi de todos tida pela melhor invenção que há muitos anos se viu em Coimbra».

Para a história da dança o trecho é de importância. Pena é o autor não nos ter dito que danças executavam essas Folias, Chacotas e Danças seiscentistas. Mas quem se lembraria disso naquele tempo?

MANUEL DE SOUSA PINTO

OS PRIMEIROS AMORES DE CAMÕES⁽¹⁾

Na tão acidentada biografia amorosa do cantor de *Os Lusíadas* aparece-nos,—cronològicamente, em primeiro lugar, e em segundo, pela importância que lhe cabe na actividade literária e na vida do Poeta—uma dama conimbricense, Isabel Tavares, filha de João Vaz de Vilafranca, dono da quinta dêste nome, junto a Coimbra, e de sua segunda mulher, Branca Tavares, neta de outro João Vaz, também chamado de Vilafranca, prima do pai do Poeta, Simão Vaz de Camões, e irmã do modesto frade crúzio D. Bento de Camões e do inquieto homónimo do pai do poeta, Simão Vaz de Camões ⁽²⁾.

E' a «menina dos olhos verdes» de algumas encantadoras redondilhas, a «Belisa» das éclogas 4.^a e 5.^a, a «dura pastora» da écloga 3.^a, que teima em não ouvir as sentidas queixas e os rogos do Poeta.

Nas redondilhas encontra-se sumariada a primeira fase dos amores do Poeta com a prima do pai. Empenho em chamar a atenção desta, amor correspondido, rompimento por parte do Poeta, queixumes postos na bôca da desolada menina—tudo isto constitui outras tantas quadras de grande beleza. Um ou outro exemplo:

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

(2) Cf. o meu opúsculo *A propósito do testamento de Simão Vaz de Camões*, separata de *O Instituto*, vol. 84, n.º 5.

MOTE

a) Menina formosa e crua,
Bem sei eu
Quem deixara de ser seu,
Sé vós quiséreis ser sua.

b) Gados que pasceis,
.....
Isso que comeis,
Não são ervas, não;
São graça dos olhos
Do meu coração.

c) Ouro e azul é a melhor (1)
Côr por que a gente se perde;
Mas a graça dêsse verde
Tira a graça a tôda a côr.
Fica agora sendo a flôr
A côr que nos olhos tendes,
Porque são vossos e verdes

d) CANTIGA VELHA

Apartaram-se os meus olhos
De mim tão longe!
Falsos amores,
Falsos, maus, enganadores!

VOLTA

Trataram-me com cautela,
Por me enganar mais asinha;

(1) O mote alheio diz:

Vós, Senhora, tudo tendes,
Senão que tendes os olhos verdes.

«Ouro e azul» era, respectivamente, a côr dos cabelos e dos olhos da Infanta D. Maria.

Dei-lhe posse da alma minha,
 Foram-me fugir com ela.
 Não há vê-los, nem há vê-la.
 De mim tão longe!
 Falsos amores,
 Falsos, maus, enganadores!

Desnortado pelos novos amores, cego pelo fulgor dos olhos azuis da Infanta, importunado pelos insistentes queixumes da «menina dos olhos verdes», Camões praticou então um acto absolutamente censurável.

No prólogo do *Auto de El-rei Seleuco*, ao entrar a primeira figura (o próprio Camões), estabelece-se, a respeito d'ele, o seguinte diálogo: «*Martim*. Senhor, êle parece que aprende a cirurgiaão. *Ambrosio*. Mais parece (o) ourinol capado, que anda de amores com a menina dos olhos verdes».

Quantas lágrimas não iam derramar os graciosos olhos verdes de Isabel Tavares!

Mais tarde, quando Camões, exilado em Ceuta, se viu forçado a renunciar aos amores da Infanta, a fim de poder voltar para Lisboa, incluiu no seu programa de vida nova o reatamento das suas relações amorosas com Isabel Tavares, com aquela que não tornou a designar pelo carinhoso nome de «menina dos olhos verdes», mas pelo anagrama de Belisa.

Agora, tinha todo empenho em que esta,

Mitigando o rigor de peito honesto,

lhe fizesse companhia,

De puro amor o peito salteado.

(*Oitavas sôbre o desconcerto do mundo*)

Mas Isabel Tavares tinha sido profundamente agravada e recusou-se a dar ouvidos às instâncias do Poeta, tão insistente e tão sentidamente expostas nas éclogas 3.^a e 4.^a.

Foi também inútil a ida dêle a Coimbra (veja-se a canção *Vão-se as serenas águas* e o soneto *Doces e claras águas do Mondego*, e, para cúmulo do seu desgosto, Isabel Tavares casou-se com um Alvaro Pinto (1), o que levou o Poeta a exarar na écloga 5.^a os seus amargos queixumes:

A quem, Belisa ingrata, te entregaste?
 ¿A quem deste, cruel, a formosura,
 Que a meu tormento só, só, se devia?
 Porque uma fé deixaste, firme e pura?
 ¿Porque tão sem respeito me trocaste
 Por quem só nem olhar-te merecia?
 ¿O bem que te eu queria,
 E que não perderei senão por morte,
 Não é de maior sorte
 Que quanto a cega gente estima e preza?
 Só a tua crueza
 Foi nisto contra mim endurecida.
 Perca quem te perdeu também a vida.

Mas quando o Poeta, depois de sair da cadeia, onde esteve prêso quási um ano por causa de uma agressão grave, e, pouco antes de partir para a Índia, foi a Coimbra, fez as pazes, se é que já não estavam feitas, com aquela em cuja companhia tinha convivido na sua primeira juventude e a quem começara a dedicar uma afeição amorosa que em breve se desvanecera.

São prova dessa reconciliação os sonetos 17 a 20 da *Lírica*.

(1) Cf. o *Instituto* de 1895, pág. 170.

No seu testamento amoroso, a canção *Vinde cá*, Isabel Tavares é «aquela humana fera, tão formosa, suave e venenosa, que o criou aos peitos da esperança». E é também a ela que se refere o final da canção, a recordar os tempos em que começou o seu «novo pensamento»:

Que, se possível fôsse que tornasse
 O tempo para trás, como a memória,
 Por os vestígios da primeira idade,
 E, de novo tecendo a antiga história
 De meus doces erros, me levasse
 Por as flôres que vi da mocidade;
 E a lembrança da longa saúde
 Então fôsse maior contentamento,
 Vendo a conversação leda e suave
 Onde uma e outra chave
 Esteve de meu novo pensamento,
 Os campos, as passadas, os sinais,
 A vista, a neve, a formosura,
 A graça, a mansidão, a cortesia,
 A singela amizade, que desvia
 Toda a baixa tenção, terrena, impura,
 Como a qual outra alguma não vi mais...
 Ah! vãs memórias! ¿onde me levais
 O débil coração, que inda não posso
 Domar bem êste vão desejo vosso?

Tal é, em breves traços, a história dos primeiros amores de Camões, assunto que bem merece uma desenvolvida monografia.

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES

A PROPÓSITO DA COZEDURA DOS OSSOS DOS SANTOS MARTIRES DE MARROCOS, TRAZIDOS PARA O MOSTEIRO DE S.^{TA} CRUZ DE COIMBRA (1)

Foi sempre muito grande a devoção do povo desta boa cidade de Coimbra pelas relíquias dos Santos Mártires de Marrocos que, em circunstâncias memoráveis, vieram para a Igreja de Santa Cruz.

Mas talvez poucos saibam que os ossos desses cinco pobres de Cristo foram muito bem cozidos antes de vir para Portugal.

Foi, porém, o que aconteceu...

No *Tratado da vida & martyrio dos cinco Martires de Marocos enuiados per são Francisco*, impresso em Coimbra no ano de 1658 e recentemente de novo dado à estampa pelo sr. ROCHA MADAHIL, há de facto um capítulo que começa por estas palavras:

«Trazidas aquellas reliquias ao Jffante elle as recebeo com muyta deuação z veneraçam, z porq̃ as carnes mays ã breue se secassem, secretamēte as mādou cozer em agoa, z despois deu cargo dellas a hū Joam Roberte conego de sctã Cruz q̃ com elle estava, homẽ virtuoso z de limpa cõsciencia, z a tres pages seus moços pequenos,

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

que as asoelhassem e trouxessem ao sol em hũ heirado de sua casa atee serẽ bẽ secas»⁽¹⁾.

Vê-se pois que o Infante D. Pedro, irmão do Rei D. Afonso II de Portugal, há muito residente em Marrocos, mandou cozer em água e pôr em seguida ao sol os restos mutilados de aquêles cinco companheiros de S. Francisco, que tinham ido à Africa para converter o Miramolim.

Passou-se êste caso no ano de Cristo de 1220.

Ora, por êsse tempo, era prática muito seguida esta de cozer em água, ou em água misturada com vinho, os corpos dos defuntos, que depois se desejavam levar para terras mais ou menos afastadas.

Ficavam assim bem limpos os ossos, única parte do cadáver de fácil conservação e transporte numa época em que não eram conhecidos, penso eu, quaisquer processos de embalsamamento.

Encontro notícia de terem sofrido êste tratamento os restos do Imperador Frederico Barbaroxa, que morreu afogado em 1190, durante a III Cruzada, e do Landgrave Luiz de Turingia, falecido em 1227, quando ia a caminho da Terra Santa, no séquito de Frederico II.

A mesma sorte tiveram os restos de S. Luiz, Rei de França, morto de peste, como é sabido, em 1270, junto de Tunis, do filho, chamado Filipe III, que lhe sucedeu no trono, e da mulher dêste, uma Isabel de Aragão.

Mais três príncipes desta casa foram ainda cozidos de-

(1) *Tratado da vida e martirio dos cinco mártires de Marrocos—* Texto arcaico reimpresso de harmonia com o único exemplar conhecido, com uma introdução, notas e índice de ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL —Coimbra, 1928, pág. 50.

pois de mortos—Afonso, Conde de Poitiers e de Toulouse, irmão de S. Luiz; Teobaldo de Champagne, Rei de Navarra, e Tristão de Nevers.

Também o corpo do Duque de Brabante João I, o Victorioso, falecido em 1294, foi, conforme o uso do tempo, metido em água a ferver.

Vejo que o mesmo sucedeu com S. Tomaz de Aquino, morto em 1274⁽¹⁾.

E com muitos outros assim deveria ter acontecido neste século de 1200.

Mas trata-se, como se vê, de gente cujos restos repousam ou repousaram em terras lá de fora.

Em Portugal, além destes ossos dos Mártires, que de Marrocos vieram para Santa Cruz de Coimbra, não sei de outros que tenham sido cozidos.

Está claro que os cadáveres não iam inteiros para o caldeirão em que eram cozidos.

Primeiro tiravam-lhe as vísceras e despegavam-lhe, com um ferro, a carne dos ossos.

E esta raspagem era, por vezes, feita com extrema violência. Algumas velhas ossadas de diversos Duques de Brabante, recentemente exumadas em Louvain e Afflighem, mostram, com efeito, sinais manifestos desta operação⁽²⁾.

Depois as partes moles eram, por via de regra, enterradas no local onde se dera a morte.

A cozedura só servia, portanto, para libertar as peças

(1) Masson, *Les Papes et les dissections*—Æsculape, ano 17, 1927, pág. 121. Tricot-Royer, *La décarnation des cadavres*—Æsculape, ano 21, 1931, pág. 154.

(2) Tricot-Royer, *loco citato*.

do esqueleto dos restos de músculo e de tendão que a raspagem não conseguira arrancar, e ainda para fazer sair a substância gordurosa que dá um aspecto nojento aos ossos frescos ou mal preparados. Era assim que as coisas se passavam na grande maioria dos casos.

Mas vejamos o que provavelmente aconteceu com os cinco Mártires de Marrocos.

Para os matar, segundo o «Tratado», abriram-lhes primeiro, com uma espada, a cabeça pelo meio da testa e, em seguida, cortaram-lhes o pescôço.

Depois foram os corpos atados com cordas e arrastados para fora da cidade, andando os Moiros com êles, em grande alarido, em tórno das muralhas.

E ainda os partiram aos pedaços que espalharam pelo campo, para que as aves os comessem.

Vieram então com muita cautela, logo que anoiteceu, alguns cristãos, mandados pelo Infante, para ver se recolhiam os restos dos mortos.

Mas os moiros, que estavam alvoroçados, correram sobre êles à pedrada, e fizeram depois uma grande fogueira, onde deitaram os pedaços dos corpos dos Mártires, para que de todo se consumissem e se fizessem em cinza. Mas o fogo não pegou neles, por mais que o aticassem.

Estiveram os Moiros nisto até que se aborreceram, só ficando junto da fogueira alguns que, por serem amigos dos cristãos ou esperarem receber dinheiro, pegaram nos restos dos Mártires e os foram levar ao Infante.

É natural supôr, por esta descrição, que as vísceras tivessem ficado perdidas pelo campo.

As mãos do Infante só deveriam ter chegado cabeças, pedaços de membros e uma ou outra vértebra ou costela com bocados de carne agarrados.

Teria ido logo tudo, sem qualquer preparação, para dentro do vaso onde se fez a cozedura, ou teria havido o cuidado de destacar primeiro, por qualquer processo, as partes moles, pisadas, moídas e ainda, por ventura, chamuscadas ou queimadas, que envolviam os ossos?

O «Tratado» nada explica a tal respeito, como também não diz se, antes de metidas as cabeças na água, os miolos teriam sido extraídos pelas aberturas naturais do crâneo ou pela fenda aberta na fronte pela espadeirada.

Se se tratasse de cadáveres inteiros, havia, está claro, a imperiosa necessidade de os partir aos bocados para que coubessem no caldeirão que se aproveitasse para a cozedura.

Mas, no caso presente, os corpos já estavam esquartejados e, por certo, as carnes quási delidas...

Provavelmente foi tudo logo para o caldeiro...

Mas, supondo que assim aconteceu, na água deveriam ter ficado restos de partes moles, mais ou menos cozidas.

Que destino tiveram?

Nada também se consegue apurar.

Só se fica sabendo, pela leitura do «Tratado», que o Infante mandou fazer duas caixas de prata, numa das quais meteu as cabeças e, na outra, os mais ossos dos mártires.

Este costume de tratar pela água fervente os cadáveres, previamente eviscerados e desmembrados, parece que provocou reparos, como é natural.

Representava, sem sombra de dúvida, uma falta manifesta ao respeito que, ao tempo, se julgava devido aos mortos.

Por isso o papa Bonifácio VIII, ao que dizem, na bula

Detestandae feritatis abusum, promulgada em 1300, também conhecida pela bula *De sepulturis*, entendeu que devia proibir tal prática.

Ora sucede que diversos historiadores da medicina, louvando-se justamente nesta bula, categoricamente afirmaram que a Igreja proibia a dissecação dos cadáveres humanos, prejudicando assim os estudos anatómicos.

Mas uma leitura mais atenta do documento, feita recentemente por diversos eruditos, mostrou que não eram essas as intenções de quem o mandou escrever.

Por isso, outros vieram logo, muito açados, refutar tal asserção⁽¹⁾.

Mas, embora a bula do papa Bonifácio VIII, como me parece demonstrado, só tivesse realmente em mira evitar a cozedura dos corpos de aquêles que morriam longe das terras para onde deveriam ir os ossos, quem garante que alguém se não tenha servido mais tarde dêsse texto para proibir ou dificultar os estudos anatómicos?

ALBERTO PESSOA

(1) Masson, *loco citato*; Tricot-Royer, *loco citato*; Garrison, *Introducción a la história de la medicina*; tradução espanhola de Garcia del Real, Tomo I, Madrid, 1921, pag. 151.

COIMBRA SOB A AMEAÇA DE ASSÉDIO, NA INVASÃO SARRACENA DE 1190 (1)

Quási se desvanecera já a lembrança das algaras devastadoras entre a geração que da Estremadura portuguesa viera à conquista de Lisboa, quando, pelo ano de 1190, romperam das bandas do suão as hordas sanguinárias de Yacub. Arrumada, ali, a população em seus grémios concelhios, entregue ao pacífico restauro das vilas e ao labor dos campos, mal se precavera contra futuras invasões da moirama.

Herculano descreve-nos na sua prosa viril os sucessos e calamidades dessa invasão. Aqui, pretendemos apenas memorar e documentar melhor um episódio curioso, ainda mal conhecido, ligado a êsse acontecimento.

Tomada de pânico e sobressaltada com os ecos da rapinagem e assolações a que se entregava a soldadesca berbere na sua marcha para o norte, a população de Coimbra preparava-se com afã, intra-muros, para resistir ao ataque iminente do exército almóade. Na igreja de Santa Cruz, entre tantas outras relíquias fúnebres, repousavam os corpos de Afonso Henriques e da rainha Mafalda, sua mulher. A destruição ou profanação do templo anteviam-na os cristãos como facto certo, inevitável; e por isso, os frades crúzios, autorizados pelo rei, trataram de remover pa-

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

ra lugar seguro, dentro da cidade, os ataúdes dos soberanos portugueses e de outros egrégios defuntos, para o que prèviamente adquiriram algumas moradas de casas junto à tórre de Santa Cruz.

O facto é revelado pela primeira vez, segundo creio, pelo ilustre historiógrafo alemão Carl Erdmann, em breve comentário a uma bula de Celestino III, de 1192, na qual são confirmados os bens do mosteiro de Santa Cruz, entre elles *domos quas emistis ad tuitionem corporum regum propter metum sarracenorum*. (1).

O documento que vamos dar a público é nada menos que o auto ou instrumento de avaliação e, implicitamente, de compra dos referidos prédios urbanos pelo mosteiro, em que se descreve circunstanciadamente o acto e se esclarece a sua finalidade, por forma a corroborar plenamente as deduções de Erdmann.

Transcrevemo-lo do cartulário do mosteiro chamado *Livro de D. João Teotoneo*, composto em 1167, mas com aditamentos de épocas posteriores. (2). O original é possível que exista ainda entre os pergaminhos avulsos do referido mosteiro, embora eu não tenha nota dèle; o traslado, de que nos servimos aqui, fêz-se naquele códice em fins do século XII, em letra de transição para o gótico, e está agrupado, quanto aos seus caracteres extrínsecos,

(1) Diz Erdmann: Interessant ist daran die Erwähnung der Leichname Alfons' I (+1185) und seiner Familie, die in S. Cruz begraben liegen. Es ergibt sich dass die Kanoniker, offenbar bei dem Sarrazeneinfall des Jahres 1190, die Särge aus der Kirche entfernt und in Häusern die sie zu diesem Zweck erwarben, versteckt hatten.—Carl Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, pág. 351.

(2) Vide nosso estudo *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra*, em *História*, série B, fasc. IV, ano 1931, pág. 54-56.

com outros documentos que analisámos no mencionado estudo.

Eis o documento:

Scriptum de domibus quas comparauimus intra urbem

Notum facimus presentibus et aduenientibus fratribus ad monasterium Sancte Crucis quod dominus rex S(ancius) utilitatem monasterii Sancte Crucis considerans mandauit et proprio ore commendauit decano colinbriensi domno Petro Suarii et domno Petro Goteriz fratri Templi et domno Stephano Martini et domno Roderico Ooriguiz et Iohanni Heimirin maiordomo eo tempore Colinbrie. ut apreciarentur quasdam domos circa tures monasterii Sancte Crucis. Et prior Sancte Crucis domnus Petrus et fratres darent pro illis precium. predicti vero boni homines cum aliis multis bonis hominibus et cum priore domno Petro et cum quibusdam de fratribus suis ad domos predictas perexerunt. et relicto priore cum fratribus suis ipsi domos intus et extra uiderunt et diu inter se certantes. dixerunt priori et fratribus ut darent pro domo Iohannis Suarii et uxoris eius Columbe XX morabetinos et pro domo Eluire et filiorum suorum XVI morabetinos et pro domo Gonsalvi Dabuiz et uxoris Juste XXV morabetinos et pro domo domne Juste nutrix que erat regis L morabetinos et pro domo Petri Iohannis et uxoris eius domne Hemie XIII morabetinos et pro domo Petri Abolaaz et uxoris eius Susanne XVIII morabetinos et pro domo Susanne Gonsalui et filiorum suorum XVI morabetinos et pro domo Marie Ouro et filiorum eius XIII morabetinos et pro domo Gonsalui Manioi et uxoris eius XVI morabetinos et pro domo Menendi Suarii et uxoris eius X morabetinos et pro domo Iohannis Pelagii XVI morabetinos. pro domibus Marie Pelagii et filiorum eius L morabetinos. pro domibus Iohannis Moniz et filiorum eius XL morabetinos. Postea dixit dominus rex S(ancius) priori et fratribus ut fecerent ecclesiam et domos ibi ad tuicionem patris sui domini regis A(lfonsi) et matris sue et ad tuicionem fratrum et rerum suarum. Hoc dictum dominus rex mandauit propter sarracenos qui nostrum eo tempore regnum intrabant. In Era M.^a CC.^a XX.^a VIII.^a Qui presentes fuerunt.

Iohannes Froile Sancte Crucis prepositus affuit—Pelagius Miranus prior claustris affuit—Magister Iohannes frater affuit—Iulianus frater

affuit—Iohannes presbiter cancellarius Sancte Crucis affuit—Iohannes Fol. testis. Munio testis—Martinus Petri testis—Domnus Furtadus testis—Pelagius Lupus testis—Fernandus Martini testis—Iohannes Gonsalui affuit—Gonsaluus Didaci affuit. Pelagius minor Miranus affuit.

(Arquivo Nacional, Livro de D. João Teotoneo, fol. 165 v.)

A era de 1208, em que o documento foi passado, equivalente ao ano de Cristo de 1190, condiz precisamente com a da invasão almóade comandada por Jacob. Nota curiosa do documento é, também, a indicação da ama de D. Sancho I, D. Justa, como proprietária da casa mais valiosa que então o mosteiro adquiriu.

RUI DE AZEVEDO

ELOGIO DE COIMBRA (1)

À MEMÓRIA DO SAUDOSO DR. AUGUSTO
MENDES SIMÕES DE CASTRO.

A. DA ROCHA BRITO

Acedendo ao amável e honroso convite para colaborar nesta homenagem ao espírito gentil, tão bondoso quanto modesto, do Dr. Simões de Castro, investigador infatigável do passado coimbrão, julguei, ao aceitá-lo pressuroso, que fôsse mais fácil a tarefa.

E a dificuldade foi logo a de escolher assunto, pelo qual já tivesse esvoaçado o talento incomparável do rebuscador e que outro-sim se referisse ao seu querido torrão, a esta Coimbra encantada e encantadora, condições que impus a mim mesmo.

Encontrei. Trata-se de o «Elogio de Coimbra» ou, antes, dessa deliciosa poesia latina «*Conimbricae Encomium*» que Inácio de Moraes, lente das Artes, compusera e oferecera ao príncipe D. António, mais tarde prior do Crato e ao tempo seu discípulo. Editada em Coimbra, em 1554, por João da Barreira, num pequeno opúsculo, hoje raríssimo, senão único, a obra veio parar a bom recato, ao melhor possível, ou seja às mãos de Simões de Castro, que a adquirira num leilão em Lisboa, imaginamos com que alvoroçado ânimo. Logo a publicou nesta mesma revista, vol. XXXV, acompa-

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

nhando-a dum pequeno estudo, interessante e meticoloso, como era seu costume, sôbre o eminente professor e inspirado poeta, com o título: «*Um livro raríssimo de um notável literato*». O poemeto teve uma segunda edição, intitulada: *Elogio de Coimbra em versos latinos*, por Ignacio de Moraes, Professor na Universidade no século XV—Segunda edição com um prologo por Augusto Mendes Simões de Castro.—Coimbra, Imprensa da Universidade, 1887»; fêz-se ainda uma terceira edição, nas «Instituições Christãs», ano VIII, com uma separata, e o mesmo titulo, Coimbra, Typographia das Instituições Christãs, 1890; esta edição saiu por iniciativa do humanista B.^o Joaquim Alves de Sousa, que acrescentou algumas cotas marginais às de Inácio de Moraes e emendou alguns erros, ao mesmo tempo que modernizava a ortografia⁽¹⁾.

O delicioso e encomiástico poemeto, no qual o filho de Trás-os-Montes deixa trasbordar tôda a sua paixão por esta terra conimbricense, que, não sendo a sua, amava com amor de filho, não foi ainda traduzido *em linguagem*.

Pois vou eu abalançar-me a tal proeza, contando já com o perdão do exímio latinista seu autor, já com o do meu saúdoso Mestre Doutor Padre João Manuel Correia, que no Liceu do Porto nos ensinava Horácio e Ovídio, Tito Lívio e Tácito, César e Vergílio tão solícita e carinhosamente, que em cada discípulo deixava um amigo seu e dêles.

Tanto ou tão pouco, que passadas três décadas, me vou servir dos:

Sete anos de latim que lá segui...

(1) Prof. Dr. António de Vasconcelos «Augusto Mendes Simões de Castro» in «O Instituto» vol. 87.

Que ao menos me atenué o lance o rifão do Lácio:

Audaces fortuna juvat

ao qual o português, bem a propósito, prudentemente contrapõe:

A ignorância é muito atrevida

Aí vai, pois, a tradução descolorida, mas fiel, por onde adivinhareis o que será de belo e pomposo, o poema cujos versos «bem podiam ser atribuídos a Vergílio, Ovídio ou Horácio»,⁽¹⁾ eruditos, entusiásticos, sonoros!

(1) Dr. António de Vasconcelos, loc. cit.

Conimbricæ encomiū

AB IGNATIO MORALI
EDITVM.



CONIMBRICÆ.

Apud Ioannem Barrerium Typographum
Regium.

M. D. LIII,

*
* *
*AO SERENÍSSIMO PRÍNCIPE
D. ANTÓNIO, FILHO DO MUI PODEROSO
PRÍNCIPE D. LUIZ, INFANTE DE
PORTUGAL,
INACIO DE MORAIS DESEJA
A MELHOR SAÚDE.*

Dum livrinho de poesias dedicado ao teu nome, serenissimo príncipe que um dia resolverei publicar, escolhi por agora para a imprensa estes versos elegiacos, que contem louvores a Coimbra: para não adiar por mais tempo o prazer de caminhar pela florentissima cidade, tão amada por mim, que até por ela troquei a terra onde nasci. Confesso que este trabalho é mais uma prova da minha mediocridade. Sem dúvida, porquanto, assim como a Coimbra coube em sorte ser fundada por um Hércules (dizem...), assim também creio que ela só pode ser pintada por um Apeles e cantada por um Vergílio.

Qualquer, no entanto, que possa ser o valor dos nossos versos, eu dedico-os a ti, para quem, aliás, se destina outro folheto de poesias nossas e todo o fruto do nosso engenho.

Demais a mais és tu próprio que distingues acertadamente e com subidissima escolha esta cidade, para nela te educares e cultivares o espirito nas Artes Liberais.

Aceita, portanto, com rosto jovial, esta dádiva insignificante do teu humilde servo. Saúde.

Coimbra, aos idos de Setembro de MDLIII.

ELOGIO DE COIMBRA

Coimbra, estudiosa e douta, faz lembrar Atenas, a antiga, florecendo, qual solícito pajem, sob a égide de Minerva.

Foi ela berço daqueles lusitanos reis, que outrora levaram seus exércitos aguerridos contra os mouros cruéis.

Foi também o fortíssimo baluarte da pátria e a serva fiel e constante da fé.

Segundo corre a fama, fundou-a Anfitriónides quando, há remotíssimo tempo, transpondo as plagas hispânicas e talando os campos fecundos de Gerião, rei da Ibéria, se dirigia para os montes pirenaicos, árduas regiões do rei Bebrix, depois de ter extorquido ao vencido gados e óptimos tributos.

Bebrix tinha uma filha de excelsa formosura, chamada Pirene, que era tôda a esperança do pai.

Alcides vê-a, arde súbitamente em amoroso fogo e não hesita em trair a fé da hospitalidade.

Encantando-a com doces palavras e abusando da sua superioridade, sedú-la e abandona-a, o que acontece sempre que Baco e Cupido se dão as mãos ou a saciedade vem após o banquete. Ela (fielmente o creio...) concebe uma serpente e com isto começa a crescer a prenhes.

Pirene esconde-se na floresta, fugindo ao pai,—vencida pela vergonha—; fugindo às feras,—vencida pelo medo.

Entretanto, dá à luz uma serpente alada (custa a dizê-lo) e horroriza-se com o fruto do próprio ventre.

Ao mesmo tempo foge, escondendo-se nas cavernas.

Chora a sua miséria, rasgando com as unhas as faces indignas. Debalde implora a Hércules a prometida fidelidade e clama pelo enraivecido pai.

Não foi mais feliz Tesea, quando, através das surdas ondas, gritava por Gnosis, ao vêr-se abandonada.

A boca triste soltava tais queixumes quando Hércules resolve amarrar as velas à perigosa jangada.

Mas, enquanto Pirene flutua na maré dos seus cuidados e atira aos ventos palavras inúteis que se perdem, as feras, ouvindo-a pálida e trémula clamar pelo socorro do hóspede invencível, correm sôbre ela e dilaceram-na.

Alcides, vitorioso das ondas, volta ao lugar funesto e, chorando a triste sorte de Pirene, procura-a pela montanha e, logo encontrando os membros despedaçados, guarda numa urna o rôsto da amada.

Atônito, mal crê nos seus olhos e grita com tôda a força do seu peito, tanto mais que nenhum o tinha mais forte do que êle. Enche o espaço com tristes imprecações e abala a montanha nas profundezas. Berra por Pirene e ecoam os campos: Pirene... Fogem as feras medrosas pelos bosques. Assim outrora também soltava tristes gemidos do fundo do peito pelo perdido Hilas.

Por fim, tendo chorado copiosas lágrimas e tendo dado sepultura condigna aos restos da amada, deixa com tristeza o infeliz lugar.

Repousam no túmulo os ossos protegidos das feras enquanto a montanha guarda o nome da pobre Pirene.

Diz-se que Tirintio, depois, demandou a nossa cidade e nela assentou sua morada.

Em memória da sua Pirene ordenou aos conimbricenses que tivessem sempre na lembrança a sua história e um monumento da sua dor.

Por isso estão insculpidos nos muros urbanos as insígnias representando a urna, a coroa e o rosto da mutilada donzela, com a serpente dum lado e do outro o leão, quer porque Hércules se vestia com a pele dêste animal, quer porque Pirene fôra vítima dos leões cruéis, quando com passo incerto lhes fugia.

¿Porque tem a coroa a cingir-lhe a fronte? perguntas.
E' o símbolo da sua régia estirpe.

Coimbra, tem, pois, razão para se ufanar do seu fundador, diante de quem se inclinaram os homens e arrecearam as feras indómitas.

Julgam alguns que o nome de *Conimbrica* vem de *Coni*, fruto do cipreste e de *imbrices*, telhas.

Repara, como vivem em franca harmonia todos os seus habitantes, como cultivam a paz, mutuamente amigos.

Repara como de braços abertos recebem os estranhos e com que zêlo e amizade lhes prodigalizam auxílios e serviços.

Que riqueza de tudo, que fertilidade de terra!

Como são lindas as casas e as obras dos seus artistas!

Revelai, doutas Piérides, os templos grandiosos e comemorai os edificios mais importantes.

Aqui, erguem-se ao topo de íngreme ladeira os paços de difícil acesso, dominando até perder-se de vista a extensa campina com seus prados cultivados e alegres.

Até imaginas que tudo isto fôra outrora obra de ingentes ciclopes ou fabricado por mãos de Dédalo.

Aí estava dantes a côrte dos nossos reis e actualmente é o santuário das musas, a sede das escolas gerais.

Aqui ouvirás ressoar a fama de homens sublimes e insignes pela cátedra, pela doutrina, pela piedade.

Preside-lhes o reitor, que segue as regras da tua Ordem, ó divino Jerónimo, e ao mesmo tempo cultiva o Direito.

Varão de veneranda idade, chama-se frei Diogo, ao qual poderás juntar o sobrenome pátrio de Murça.

Reerguem-se as casas restauradas da Velha Escola que não sabemos ainda para quem são.

E' seu fundador o actual rei de Portugal, cujo prazer não tem limites quando espalha sua régia munificência por tais obras.

A disposição em anfiteatro é amena e agradável, e é alegre o terreiro com suas casas em derredor.

Um pouco mais longe estão os castelos torreados junto às muralhas, onde em hórrida prisão jaz a turba criminosa.

Uma das tórres tem o nome do grande Hércules e a outra é abundante em águas.

Verás também junto ao muro citadino o colégio dos que seguem o rito dos Apóstolos com suas celas dispersas por vários meandros, onde vivem com santa simplicidade.

Ao lado, contiguamente, habitam os que seguem as tuas regras, ó divino Jerónimo, mas em lares estreitos, enquanto se edifica outra casa mais ampla.

Há muito já que prezo a amizade de todos estes monges, aos quais tenho ensinado as poesias do Lácio.

Não longe daqui está a culta casa que foi tua quando eras vivo, ó Jorge, venerando antistete.

Conserva ainda a antiga magestade e continuam brilhando a elegância da fábrica, o ouro das paredes e as traves esbeltas.

Sobretudo avulta o sagrado capítulo da virgem pura ostentando as pedras de variada côr.

Refulgem os altares com suas imagens formosas e diversas, em que não escasseia o ouro e deante dos quais os espectadores demoram-se na contemplação.

Ali verás o que podem as mãos dum Mirão, dum Apelles e dum Fídias.

Por isso, admirável Jorge, enquanto os fados te deram vida, deste tu ao templo tantos adornos e belezas. Eu te saúdo, Antístete celebérrimo, ó luz dos Almeidas, cuja fama de castidade ainda hoje perdura.

À direita está a casa de João, ilustre pelo cognome, que, originário de rio, é ennobrecido por generosa estirpe.

A igreja coloca a êste prefeito no segundo lugar do templo, e, depois do pastor da cidade, é a êle que entrega os cetros sagrados.

Há ainda aqui outros edificios célebres e formosos como o de João Vaz e a ampla casa outrora habitada pelo Lopo.

Dirige-te agora para os paços ilustres de Garcia onde avulta a esplêndida entrada em tudo digna de tão preclaro varão, em grande parte (ah!) recentemente destruidos por pavoroso incêndio, cujas chamas eram atiçadas por súbita ventania.

Caem por terra, com estrondo, os magníficos tectos; arde a preciosa alfaia e num momento se destroem, feitos em cinzas, aquêles tesouros.

Mas ainda hoje podes vêr os vestígios da vasta ruína e naquela imensa mole deitada por terra o que ficou da suntuosa moradia.

Continuando a andar vais ter ao lugar onde sôbre altos e muitos degraus se ergue o tribunal e o fôro se ocupa dos direitos públicos.

Repara bem: lá estão leigos e padres, o senado incorruptível e os réus medrosos ouvindo a sentença dos magistrados.

Do outro lado levanta-se a alta casa de Filipe, hoje mantida pelos herdeiros e seus descendentes.

Mais abaixo um pouco, demandando a cidade baixa, encontras a rua vulgarmente chamada da *Calçada*.

Aqui sua clemência assentou uma nova cidade, rica de enfeites e encantos.

Avança um pouco por êsse atalho que diretamente leva os teus passos e verás o santo Mosteiro da Cruz salutar: estás no terreiro de Sansão, onde os chafarizes gémeos jorram a água ao alto e para um e outro lado.

Braz enriqueceu esta obra com mil labores.

Braz, piedoso antístite, bispo de Leiria, que cingiste a fronte com o diadema episcopal e apascentas as tuas ovelhas para o celeste banquete, foste tu quem reformou os regrantes de S.^{to} Agostinho segundo os ritos e reüniu num todo único o disperso rebanho.

Também foste o primeiro a assentar os fundamentos para as doudas musas, em cujo mosteiro de Santa Cruz foste ginasiarca.

Aqui se admira o túmulo de Afonso, que à mão armada sustentou invencíveis e piedosas guerras; aqui está o filho de Henrique, o desforçado herói que pelas suas façanhas subiu aos astros.

Admira o convento augusto, a fábrica elegante cuja fama canta e rumoreja em todo o orbe.

Lá dentro murmuram as fontes de fresca linfa e sorriem o horto e o pomar; e dos tanques se desprende suave aroma.

De lá um caminho oculto conduz-te aos vinhedos e uma larga abertura escavada sob o chão leva-te à extensa herdade.

Um pouco mais e estás no bairro de Santa Sofia, criado pelo mesmo Braz, que lhe deu o nome.

Não deixes de visitar as escolas, que há pouco se começaram a erguer da terra aos céus, ingente emprêsa do nosso rei que nelas destina amplas moradas para as nove musas.

Os régios tectos revelam o nome do autor.

Calem-se já os Cários com o maravilhoso túmulo de Mausolo e calem-se as gigânticas pirâmides de Menfis, que outra maior obra se alevanta, mais ilustre do que a qual nenhuma foi consagrada pela fama em todo o mundo, nem o será jamais, segundo penso.

Aqui a grei dos jovens ilustra-se nas boas letras, apura os bons costumes e cultiva o espirito.

Estudam ao desafio e abalam os ares com seus clamores, estimulados pela glória ou pelo medo ao castigo.

Êste, qual andorinha, despede da garganta moça mil sibilos ou como o estorninho um piar agudo; aquêle outro grasna, qual estrepitoso grou, quando êste demanda as ondas setentrionais, ao condensarem-se no céu as frígidas nuvens anunciadoras do inverno.

O' Pelágio, domador do Oceano e dos Lisios, deu-te a Congregação o cuidado e as rédeas de tão grande obra'

porquanto esmaltam-te as boas letras e a inclita coragem, cobrindo-te a fronte já o capacete de Palas, já o loureiro sagrado.

Tornas dócil o rebanho e usando do látigo com moderação, chamas com o teu exemplo os jovens ao bom caminho.

Há muitos outros colégios dedicados ao culto das douradas Camenas e, se bem reparares, cada um possui o seu templo.

Vê este mosteiro começado com não pequeno alicerce: é do divino Bernardo para a sua grei sagrada.

Mandou-o construir o príncipe Henrique, varão justíssimo, de régia prole, ao qual incumbe o difícil encargo da santa religião, exemplo de probidade, a quem ilustra a vingada honra de ser o chefe, em cuja fronte resplandece o barrete purpúreo e sôbre cujas vestes avermelha o manto da côr cartaginesa.

Antístite máximo dos negócios sagrados, és tu que entre nós fazes as vezes e tens os direitos do sumo pontífice.

Eleva-te aos astros, ilustre, a tua castidade; és a legítima glória desta ocidental praia.

Segue-se o templo insigne de colunas marmóreas, cuja origem é celebrada pelo nome de Carmelo. Erigiu-te o teu Baltazar, arcebispo de Braga, levado a tão alta dignidade apenas pelos seus merecimentos.

Logo ao lado ergue-se o templo chamado da Caridade, obra notável de imenso labor. Foi fundado por iniciativa de frei Luiz, que em doutos discursos ensinava a pie-

dade ao povo. Professo de Agostinho, éle mostra a vida, os costumes e o caminho que da terra directamente conduz ao céu.

Também tu, Rodrigo, consagraste um nobre colégio a Pedro e o edificas à tua custa.

Douto ancião, os sagrados Cânones e a vida sem mácula, celebram-te o nome imorredoiro pelos séculos fóra.

Igualmente, ó Domingos, um templo refulge de candura, surgindo todo novo, não longe do antigo. Instituiu-o o prefeito Martinho, cultor da celeste Minerva, Religioso também.

Tôdas estas cousas magníficas sam coadjuvadas pela munificência do rei João, que bem merece denominar-se pai da pátria.

Pelo contrário, a hospitaleira casa de Francisco é acanhada para os seus frades. Julgo que a causa dêste mal é a pobreza dêles. Estou certo e espero que um dia virá em que terão ampla çasa e um ginásio capaz.

Depois de visitadas estas cousas, volta as tuas pisadas para trás e toma o caminho direito pelo atalho.

Repara: outrora era aqui que se admirava o edificio de Domingos, mesmo junto à água do rio.

Volta-te um pouco mais, mete-te pelas encruzilhadas e chegarás aos grandes paços do Conde de Cantanhede, onde admirarás os berços illustres e os lares trabalhados com arte, patentes à vista.

Repara: aqui está a praça do mercado, aqui estão os sagrados hospícios, dignos de vêr-se.

Aqui a chamada Congregação dos frades de Eligio recolhe os doentes e além disso socorre os necessitados.

Vamos agora direitos à porta da cidade e uma vez fora dela visitemos muitas coisas admiráveis, nos arrabaldes.

Olha como a ponte, imitando belamente o estilo de Rómulo, vem desde longos tempos a afundar os seus arcos curvados.

Quási chego a acreditar que Xerxes a teria construído naquele remoto tempo em que mandara ligar os duplos areais.

O aurífero Mondego espraia-se ao largo pelos campos irrigados e, flexuoso, volta atrás com suas águas para que as doudas musas, em novena série, aspirem com Febo o seu rócio sagrado, as quais tôdas contentes já não se lembram dos lagos castálios nem das suas ondas plenas de líquido.

Foi o príncipe, árbitro do império lusitano, quem trouxe essas deusas para a cidade de Coimbra. Praza ao céu que viva uma longa vida este tão bom rei e protector do seu povo!

Acrescenta que o Mondego chega a parecer o mar e que o nauta traz por êle as suas mercadorias, ora remando, ora soltando as velas quando o vento é de feição, e até interrogando os astros no seu curso!

O venerável mosteiro de Francisco vai-se afundando sôb as águas do rio, ao pêso da sua velhice.

À esquerda está o mosteiro de Santa Ana, assente na velha rocha, mas agora a sumir-se, envolto de areia por todos os lados: ali o virginal rebanho vestido com o seu hábito cultiva a divindade e a pobreza.

Próximo fica o convento celeberrimo de Santa Clara e a casa veneranda da Rainha Santa, cuja virtude, conhecida em todo o mundo, ainda hoje patenteia os seus milagres. Aqui os claustros encerram as jovens unidas pela regra piedosa e votos de castidade, autênticas heroínas.

Com elas acabaram de todo os santuários da antiga Vesta, outrora adorada pela vã superstição.

Eis os pomares cuja folhagem luxuriante quasi toca os telhados.

Perto daqui corre a água duma fonte, nascida em escuro antro: chamam-lhe a fonte do Amor, porquanto um dia se abrazara de amor pelo Mondego e abandonara o ninfeo bando das Náiades.

Agora, porém, suspira baixinho pelos velhos amores e é obrigada a caminhar ao envés do rio.

O Mondego, todavia, enraivecido engróssa por vezes as suas águas e inunda os campos na ância de alcançar a amada fonte.

E tem inveja de Alfeo que em constante carreira te procura, ó Aretusa, acabando por gozar o teu abraço.

Outra ninfa, agora, traz o Mondego apaixonado e sob os fios de água nova, que ela correndo pela margem vai misturar com a do rio, faz morrer a antiga chama.

Sagrada ermida fica na colina celeste de Nossa Senhora, chamada da Esperança, pequena mas agradável capelinha.

Outra, que do Lorêto tem o nome, está situada junto à água do piscoso Mondego e é também construída com arte.

Não longe, no meio de cultivado e verdejante arvoredo, Lázaro cura doentes sarnosos e contagiosos.

Ficam próximos os paços de Martinho, num monte de Oliveiras, à vista da cidade, ostentando os seus vistosos mármore de Paros. Ao redor são amenos os campos.

Não vos calarei, ó divinas tôrres e mosteiros de Jorge, com vossas veigas floridas à beira do Mondego.

O plácido aspecto do lugar sagrado, a serenidade do arvoredo e a fartura da terra reverdecem numa e noutra margem.

Até apetece deitar aos peixes o anzol e no frondoso monte armar ratoeiras aos bichos: ali onde gosta de se esconder o gordo coelhinho em sua toca e foge a orelhuda lebre, saltando por cima dos silvados.

O tordo comilão, rápido, volita na umbrosa ramaria e levanta o vôo a perdiz sempre colada à terra.

Sopram os zéfiros suaves e sussurram volúveis. E vindo do alto as águas caem da rocha.

Mas, isto, dirás, é a imagem do florido Parnaso. É, tal qual como a água escorrendo do gélido Elicão,

Que direi dos campos de Ceres e das doiradas colinas de Minerva?

E dos teus vinhedos, que direi, ó Baco? As riquezas das colinas gárgaras não produzem mais trigo, nem a terra da Bética é mais fértil em azeite.

Nem eu julgo que sejam melhores os vinhos espremidos nas prensas de Falerno ou feitos nos tonéis de Metima!

Como falar dos nossos cidrais e limoais?

Que dizer da nossa maçã medicinal? e da variedade das nossas aves, algumas das quais se apanham nos espessos arvoredos e outras vivem nas lagoas de água silente.

Os nossos gados oferecem os úberes túrgidos de magnífico leite; corre o mel, que parece fabricado nos favos de Atenas.

Ajunta os inumeráveis peixes, cuja reprodução o Mondego vadeoso favorece, e os pingues rebanhos que aí se desalteram.

Demais, os peixes são tirados vivos da água, que o duplo litoral do mar vizinho fornece.

Nem calarei os panos de linho celebrados por todo o orbe, os quais em parte alguma brilham com fio mais nobre. Sitabis concede a palma a este linho. Com êle a douta Minerva fabrica o seu tamis.

Como não bastasse ter os pomares junto às muralhas, há-os que descem até a água do rio, que os banha, e ainda por cima são regados pela água das fontes: água por

todos os lados! por isso os frutos caem das árvores fecundas.

Mas também na outra parte da cidade voltada ao gélido Arcton não falta ao campo a cornucópia da abundância.

Os do sítio chamam-lhe Coselhas: por tôda a parte cahoa a água fazendo a região fértil em tudo porque numa grande extensão os pomares reverdecem e frutificam em brilhante cultura. Em todo o mundo não há lugar mais agradável. Nem os lugares outrora guardados pelo *dragão sempre acordado*, nem aquêles onde a fama diz que estivera Alcindo, tão celebrizados, nem ainda os campos tranquilos do solitário de Tibur.

No vale próximo está o convento de Celas, onde as virgens se dedicam às Ordens sacras.

Aqui verás brilhar tôdas as coisas, as graciosas, como as de grande aparato e preço.

Refulgem cintilantes os altares de pedra tenária e tôda a casa por dentro rescende aos aromas da Assíria.

O campo cultivado abunda em frutos e ervas cheirosas e as árvores estão povoadas de aves canoras.

É aprazível estender-se a gente por entre as raízes das árvores ou regar as flôres enquanto o bando virginal vai colhendo, no jardim fechado, as rosas vermelhas.

Repara: aqui está o mosteiro de António, onde reinam a solidão, a vida austera e os castos corações dos frades.

Cobertos de grosseiro saio, andam descalços e trazem uma corda em volta da cintura. Gente desprovida de re-

cursos, para quem é crime tocar em dinheiro e é costume dormir em chão quási estreme.

Nada têm, não rasgam a terra com o arado e se querem comer vão mendigar à cidade.

Felizes almas, que profundamente aborrecem o mundo e para as quais o cuidado de cada um é agradar a Deus.

O campo estende-se ao largo. O vento agita a côma do pinhal e os ciprestes, os vinhedos e os bosques de Palas.

Um pouco mais abaixo, no fundo do vale, está um templo consagrado a ti, Espírito Santo.

A fonte que lá corre mitiga o calor do sol ardente e murmura, convida a dormir.

Em redor a floresta é densa, umbrosa e fresca.

Os passarinhos chilreantes banham-se com estrépito nas águas das fontes, que rumurosas vemos por aí fora e, rivais das de Dafne, escondem-se sob os relvados verdejantes, cantando à sua sombra.

E agora vamos assistir aos luzidos festejos com que Coimbra amiúde alegre a população, segundo uma velha usança.

Assim, sempre que alguém reclama o justo prémio de seus estudos, desejando cingir a fronte eminente com a coroa de louros, canta-se-lhe, conforme antigo costume, o egrégio triunfo.

Olha: ei-lo aí vem, pomposo, o cortejo e com ordem caminha para as doutas escolas.

Avança o reitor magestoso, acompanhado das altas

dignidades, a que se segue compacta multidão de gente; avulta o grupo dos doutores, de borla na cabeça e capelo sôbre os ombros, ostentando cada um a côr da sua faculdade, o que tudo é de deslumbrante efeito.

O povo, preso de espanto, acorre de vários pontos e na ância de vêr precipita-se para os Estudos. Rufam festivamente os tambores tangidos com fôrça e, alternando-se com os sons graves das trombetas acabam por misturar o seu estrépito com os sons agudos das flautas.

Então os jovens, com os rostos mascarados, têm particular prazer em proferir dichotes e gracejos.

E, assim como outrora o general romano, vencido o inimigo, victoriosa e triunfalmente entrava conduzido por cavalos brancos e coroado de louros e era recebido pelo senado com as máximas honras e aplauso do povo que em alta grita se associava, do mesmo modo a Academia, como se fôra presidida por Apolo, exulta alegre e clamorosa, conferindo a coroa de louros àquele que pelos estudos a mereceu.

Riquíssimos panos da Atália adornam o espaçoso teatro. Sentam-se a Congregação e a Mocidade, Querida de Minerva.

Vais encantar-te com a abundante facúndia e fácil eloquência, a que não faltam nem a elegância, nem a graça de Cícero.

E poderás escolher, para te deliciar, ou a magestosa tragédia vasada em verso grave ou, se o preferires, a musa cómica de leve coturno.

O entusiasmo atinge o auge, se acaso algum dos moços em brilhante desafio espiritual sai vencedor e arrebatando os prémios. Entre os discípulos é o mais votado, pertence-

-lhe a cátedra, rebentam os aplausos. Então, o seu grupo irrompe num segundo rumor de ovações, fremente de júbilo.

Proclamando-o vencedor, aponta-o uma e mais vezes à multidão, leva-o nos ombros e assenta-o na cátedra.

Se, pelo contrário, é vencido, solta débeis suspiros, entristece, fixando no chão os olhos maguados. Rodeiam-no os amigos, dizendo ao infeliz palavras consoladoras e aconselham-no a afugentar as penas com a esperança em melhores tempos.

Mas quando um dia santo os chama para as solenidades religiosas, convidando-os às orações votivas, ei-los aí vão em dupla fila, vestidos de negro, austeros, qual longa fiada de formigas negrejando e conduzindo na bôca os mantimentos para a estação invernosa.

A nossa Coimbra é, nos jogos, rival dos romanos, mas não só nos jogos, também nas riquezas.

Vi, com os meus olhos, como se fazem festas solenes e divertimentos públicos, como o aplauso é geral em tôda a cidade. Os recursos do burgo rico, o ouro, o luxo soberbo das coisas causam espanto aos estrangeiros.

Rapariguitas, trepando ágeis para os ombros dos ginastas, dobravam e arqueavam os corpos e os membros, ao mesmo tempo que com as mãos imitavam os sons das castanholas.

Tinha-se o culto apaixonado das púrpuras de Sido, da lã de Seres, dos tecidos e bordados orientais. Trazer capas e vestes roçagantes, os cabelos entrançados e segu-

ros com pentes e ganchos douro era uma das maneiras de prestar culto ás riquezas.

Se esta ostenta estrélas, qual ave de Juno as tem nas penas, aquella adorna-se de flôres multicôres, como só as tem Hibla, célebre pelo seu mel.

Alfinetes douro prendem as dobras dos vestidos, enfeitados de gemas e pedras preciosas, como as que são lavadas pelas águas do Indo.

¿Quem não parará atónito em meio da rua ao ver aqueles que aí vem com as mãos em guantes, à moda dos belígeros suevos, com as cabeças cobertas de capacetes empenachados, quais peões prontos a seguir as ordens do general?

Eis avançam direitos a nós, em passo estugado, dois guardas manejando reluzentes lanças; cercam-nos, envolvem-nos e acabam por meter-nos em apertado círculo. E se queremos romper este obstáculo, para de novo retomarmos o caminho, terminante é a ordem de voltarmos para trás.

Compreendemos por fim: é que a plebe diverte-se com um touro no meio da arena e os cidadãos a cavalo simulam combates; formosas e prendadas meninas espreitam das janelas, enquanto Cupido jaz por terra com a sua aljava, envolto nas teias amorosas.

E, quando por ventura algum dos rapazes se julgava seguro, ei-lo ferido pelas hastes do cornífero boi; mas este também geme, porquanto esperando ferir, é ferido pelo ferro que o rasga e penetra.

¿Que mais dizer?

Para tudo contar não tenho palavras e falta-me o tempo.

Castelos e cidadezinhas rodeiam Coimbra por essas largas campinas, florescentes e ricas no meio de tantas delícias: a nobre Tentúgal, o radioso mosteiro de Marcos. Não me demoro a enumerá-las tôdas. Não longe da cidade podes contemplar a nova e velha Condeixa; bem como os seus antigos e conhecidos monumentos. Regatos em pleno estio serpenteiam por entre as casas, por entre hortas e pomares.

Mas Coimbra, qual rainha na sua grande altivez, pairará acima de tôdas e ergue aos céus a formosa cabeça!

A natureza, os lugares, os ares são saúdáveis e raro aqui sofrem as creaturas tocadas pela doença.

Aqui vicejam a religião e a piedade, as artes de Minerva, a flor dos doutores e da nobreza.

E, quando se quiere levar a guerra aos confins do Indô, ou se é mister domar pelas armas os valentes líbios, Coimbra dá soldados possantes e duros como carvalho; assim o atestam as rijas façanhas e o valor hercúleo dos seus filhos, de cujo auxilio se valeu o esforçado Afonso, ínclito pelas armas. Foi este rei que deixou nos campos de batalha, estendidos por terra, os corpos de cinco monarcas.

E na cidade entrou carregado com os ópimos espólios, erguendo o templo e as rasgadas abóbadas da cruz.

Viva e cresça cada vez mais e sempre a nossa Coimbra! E floresça nos estudos! E floresça nas suas obras! E suave me corra aqui a vida e, ao morrer, repousem nela os meus ossos com ternura!

O mesmo Inácio de Moraes a Coimbra.

Tens fama e proveito, magestosa Coimbra. Diz-se que Alcides foi teu fundador, êsse que domou as feras e os monstros invenciveis, do qual a memória sobrevive aos despojos mortais. Em meu entender estás acima das outras cidades e a própria Roma marcial tem de invejar-te.

Cantámos gloriosamente os teus primeiros dias; cantámos os lugares que em ti brilham com mais fulgor. Quem, a uma e uma, quiser cantar as tuas belezas e o valor dos teus filhos, que se prepare para compor uma nova e longa Iliada.

NOTA

A passagem relativa à Fonte dos Amores foi assim traduzida por Sousa Viterbo, em versão livre:

A fonte que murmura aqui tão erma,
Vem dum visinho, tenebroso antro;
Chama-lhe o vulgo a Fonte dos Amores.
Amou outróra delirantemente
O placido Mondego, e a sua nympa
Foi do coro das nayades do rio.
Inda suspira tristemente e a furto
Seus antigos amores... Pobre fonte!
Não a deixam buscar seu terno amante,
E o Mondego nos impetos de vê-la,
Inunda os cãmpos que lhe ficam proximos.
Tem inveja ao Alpheu; ao menos este
Foi no encalço da bela fugitiva
E pode alfim colher sua Arethusa.

Outra nympha, porem, procura agora

Embala-lo em delicias amorosas

E apagar o calor da chama antiga.

Abriram-se na margem novos veios

E no mesmo crystal já fraternisam

Aguas da *fonte nova* e do Mondego.

(Instituto vol. XXXVIII pág. 478).

PRINCIPES DYNAMIQUES DES COURANTS MARINS (1)

La dynamique des courants marins doit beaucoup de ses traits caractéristiques à la rotation de la terre. On sait qu'un corps assujéti à se mouvoir sur un plan horizontal sans être sollicité par aucune force, aura—en vertu du théorème de Coriolis—son chemin constamment dévié vers la droite sur l'hémisphère boréal, tandis qu'aux latitudes australes sa déviation sera dirigée vers la gauche. Pour n'avoir pas besoin de traiter séparément les lois de mouvement aux latitudes boréales et australes, nous désignerons dans les deux cas la dite direction de déviation par les mots latins: *cum sole*. Quant à la direction contraire, nous la désignerons par le terme *contra solem*. Dans l'application ces termes sont parfois plus convenables que les mots correspondants: anticyclonique et cyclonique, dont se servent ordinairement les météorologistes; et ils ont encore l'avantage d'exprimer explicitement leur signification réelle.

Le rayon de courbure de la trajectoire décrite dans les dites conditions dépend essentiellement de la latitude et de la vitesse du corps en mouvement. Désignons par ω

(1) La substance de cet article a été présentée dans une conférence à l'Institut de Coimbra 12/6/930.

la vitesse angulaire de la terre, par φ la latitude et par C la quantité

$$C = \frac{r}{2 \omega \sin \varphi}$$

Alors il peut être démontré que le rayon de courbure sera cv .

La quantité C a le caractère d'un espace de temps, qui est plus grand aux basses latitudes qu'aux hautes latitudes, étant presque 2 heures aux poles, environ 3 heures devant la côte portugaise et 7 heures aux îles du Cap Vert. En effet $2\pi c$ est égal au temps dans lequel tourne le plan d'oscillation d'un pendule de Foucault par 180 degrés, espace de temps qui a été appelé 12 «heures de pendule».

Revenons à notre supposition, qu'une quantité d'eau se meut par sa propre inertie avec la vitesse v sans être sollicitée par aucune force. Dans ces conditions, et en vertu de la rotation de la terre, cette quantité d'eau doit décrire une courbe approximativement circulaire, dont le rayon sera cv , et voilà donc la plus grande distance, de laquelle elle pourra s'écarter de sa position moyenne. Mais cette distance—une distance faite par le courant lui même en peu d'heures—est ordinairement si petite, qu'elle est négligeable, quand il est question du transport de l'eau d'une part de la mer à une autre. Dans le cas d'une vitesse de 30 cm. par sec. par exemple, et à la latitude de Lisbonne, cette distance sera de 3 km. seulement, distance insignifiante, si on la compare avec les distances réellement parcourues par les courants marins. On est donc parfaitement justifié à considérer une quantité d'eau comme absolument immobile, tant qu'elle n'est pas sollicitée par aucune force. Ce n'est que dans le voisinage de l'équateur, où la durée de «l'heure de pendule» prend de grandes valeurs, que cv

peut être une quantité considérable, et là la théorie développée ci-dessous, n'est pas applicable.

D'un autre côté, pour que les eaux de la mer soient capables d'un mouvement rectiligne et uniforme, il faut qu'elles soient sollicitées par une force, qui contrebalance exactement l'effet de la rotation de la terre. Cette force, par unité de masse, est égale à v/c , et elle est dirigée *contra solem* à angle droit sur la direction du mouvement.

De cette manière nous arrivons—dans le cas des courants marins—à des principes dynamiques tout à fait différents de ceux, qui nous sont familiers sous les nom de dynamique Newtonienne. L'inertie est entièrement hors de fonction, le mouvement s'arrête en même temps que la force motrice, et une particule d'eau, se trouvant sollicitée par une force, reçoit immédiatement une vitesse bien définie correspondante, que nous appelons «la vitesse normal», et qui est directement proportionnelle à la force, et dirigée de 90° *cum sole* de sa direction. À une force P par unité de masse correspond la vitesse normale cP .

L'effet de la rotation de la terre sur les courants marins est en quelque sorte un fait généralement reconnu, mais il y a quelque difficulté à en saisir la portée réelle. Voici un exemple assez intéressant: On sait que le Gulf-stream suit d'abord la côte américaine vers le nord où nord-est jusqu'à la latitude de 35 degrés, après quoi il dévie graduellement vers l'est en entrant au milieu de l'Atlantique. Ce fait est souvent expliqué comme l'effet immédiat de la rotation de la terre, et il a même été cité comme un exemple très caractéristique de cet effet, qu'on regarde comme analogue à la déviation imposée à un boulet de canon par le vent ou par la gravité. Néanmoins une telle manière de voir n'a rien de vrai. Car elle repose sur l'exis-

tence hypothétique d'un mouvement dirigé par l'inertie seule; mais voilà un mouvement qui, en vertu même de la rotation de la terre, ne peut point exister. En effet, la rotation de la terre ne fait pas *dévier* graduellement le mouvement, mais elle le *détruit*. [Pour éviter tout mal-entendu je répète que ce paradoxe apparent n'implique que le simple fait que le rayon de la trajectoire est une quantité négligeable n'atteignant pas, dans le cas mentionné plus haut du Gulf-stream, 10 km. Je répète aussi que ce paradoxe n'est pas valable dans le voisinage de l'équateur. Dans des circonstances particulières, sur lesquelles nous reviendrons plus loin, où des déplacements très petits de l'eau sont d'importance, il n'est pas valable même à des hauts latitudes.] Si le Gulf-stream s'éloigne de la côte américaine en changeant sa direction, cela montre seulement, que la force motrice change ici sa direction.

Nous présenterons ci-dessous trois cas sur le principe dynamique que nous venons d'énoncer; exemplifiant en même temps les trois espèces essentielles des courants marins.

D'abord, nous considérons un «courant de pente» produit par l'inclinaison de la surface de la mer. Si la surface s'abaisse, par exemple vers le nord, les différences de pression dans l'eau équivalent à une force de la même direction; mais tout de même elles vont produire un courant vers *l'est* sur l'hémisphère boréal et vers *l'ouest* sur l'hémisphère austral. C'est seulement dans les couches d'eau les plus profondes, où le frottement intervient, que le courant —appelé ici «le courant de fond»—se dirigera plus ou moins vers le nord, comme l'indique pour l'hémisphère boréal la fig. 1. [Les flèches, tracées en perspective en façon de lattes quadrangulaires, représentent la vitesse et la

direction du mouvement à des niveaux équidistants, et, pour la clarté, leurs projections sur le fond horizontal de la mer sont tracées en lignes plus minces.] Dans la figure, le courant de fond s'étend jusqu'au niveau indiqué par la lettre D'' . L'épaisseur D'' de ce courant est une quantité importante—probablement de l'ordre de grandeur de cent mètres ou quelques centaines de mètres—dans la théorie des courants marins, et il est regrettable pour les applications, que cette quantité ne soit pas encore positivement connue. Au dessus du courant de fond on a, à tous les niveaux, ainsi que

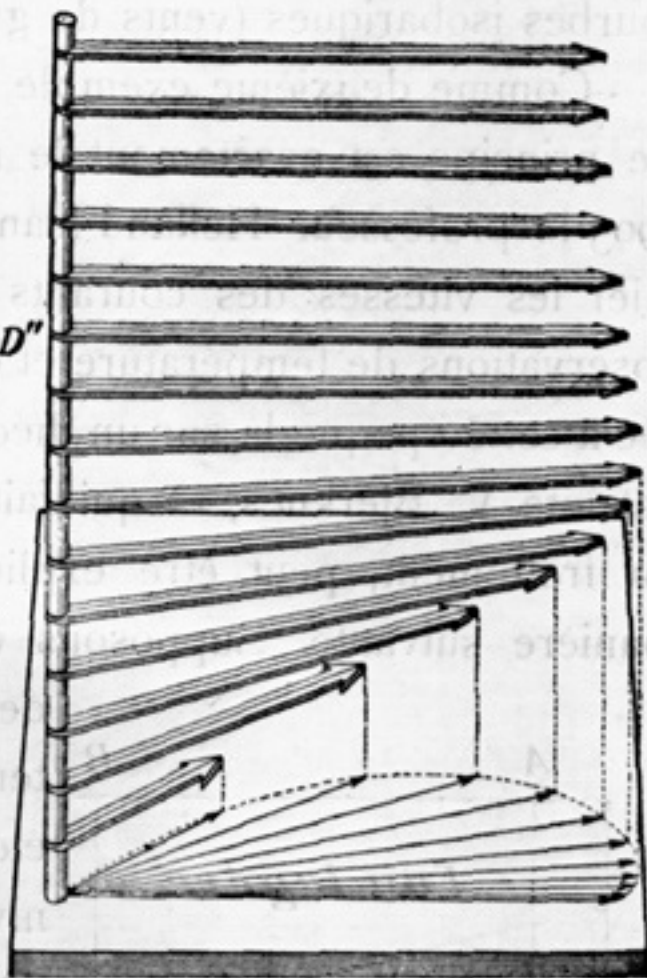


FIG. 1

nous avons déjà expliqué, une vitesse presque exactement uniforme et à angle droit sur la direction de la pente. C'est «le courant profond uniforme». Sa vitesse G est donnée par la formule

$$G = g c y,$$

où g dénote l'intensité de la pesanteur et y l'angle d'inclinaison de la surface de la mer.

La distribution de mouvement, dont nous venons de faire la description, n'est que le résultat des considérations purement théoriques, et on n'a pas eu les moyens de la vérifier expérimentalement dans la mer. Mais elle est très analogue à la distribution verticale des vents, que nous connaissons par observation dans l'atmosphère. Car dans les

couches d'air inférieures les vents soufflent obliquement vers les centres de basse pression, tandis que dans les couches les plus hautes ils suivent presque exactement les courbes isobariques (vents de gradient).

Comme deuxième exemple nous remarquons que notre principe est exactement le même dont s'est servi en 1905 le professeur Helland-Hansen pour calculer le premier les vitesses des courants marins en se servant des observations de température et de salinité. Sa méthode, basée à cette époque là sur un théorème célèbre de son compatriote V. Bjerknes, et qui fait abstraction de l'influence du frottement, peut être expliquée à grands traits de la manière suivante. Supposons une section verticale avec

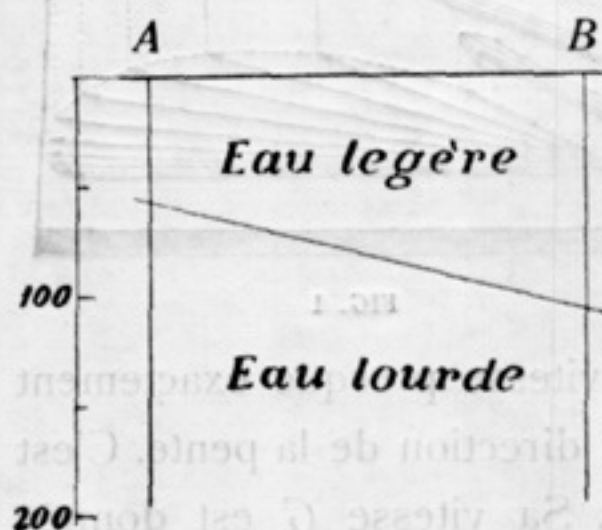


FIG. 2

deux stations A et B, où la température et la salinité ont été déterminées dans tous les niveaux entre la surface et une profondeur de 100 mètres par exemple. Supposons que la densité moyenne de l'eau dans cet intervalle de niveaux soit plus grand en A qu'en B. [Cette supposition

peut être réalisée de la manière la plus simple dans le cas de deux couches d'eau homogènes et de densités différentes, si la couche supérieure d'eau légère est plus mince en A qu'en B comme dans la fig. 2.] Enfin supposons provisoirement, que la surface de la mer soit exactement horizontale. Sur une surface de niveau à la profondeur de 100 mètres il y aura alors une moindre pression en B, produite par la colonne d'eau moins lourde, et une pression plus élevée en A, produite par la colonne d'eau plus lourde.

En conséquence il doit se former à ce niveau un courant au travers de notre section et dirigé *cum sole* de la direction de A en B. Ce courant peut avoir une composante quelconque dans la direction AB, mais la composante perpendiculaire sur cette direction est entièrement déterminée par la distribution de densité dans la section. En général la surface de la mer n'est pas horizontale, mais alors son inclinaison produira la même vitesse supplémentaire à tous les niveaux, de manière que la méthode de Helland-Hansen donnera correctement les vitesses relatives des couches d'eau, l'une au dessus de l'autre.

Un troisième exemple nous est donné par les courants de dérive, produits par un vent uniforme et invariable. La direction moyenne d'un tel courant doit faire un angle droit avec la direction du vent, de façon que, par exemple sur l'hémisphère boréal, un vent du sud produira un courant de l'ouest vers l'est. Le calcul nous prouve, que dans les couches superficielles la

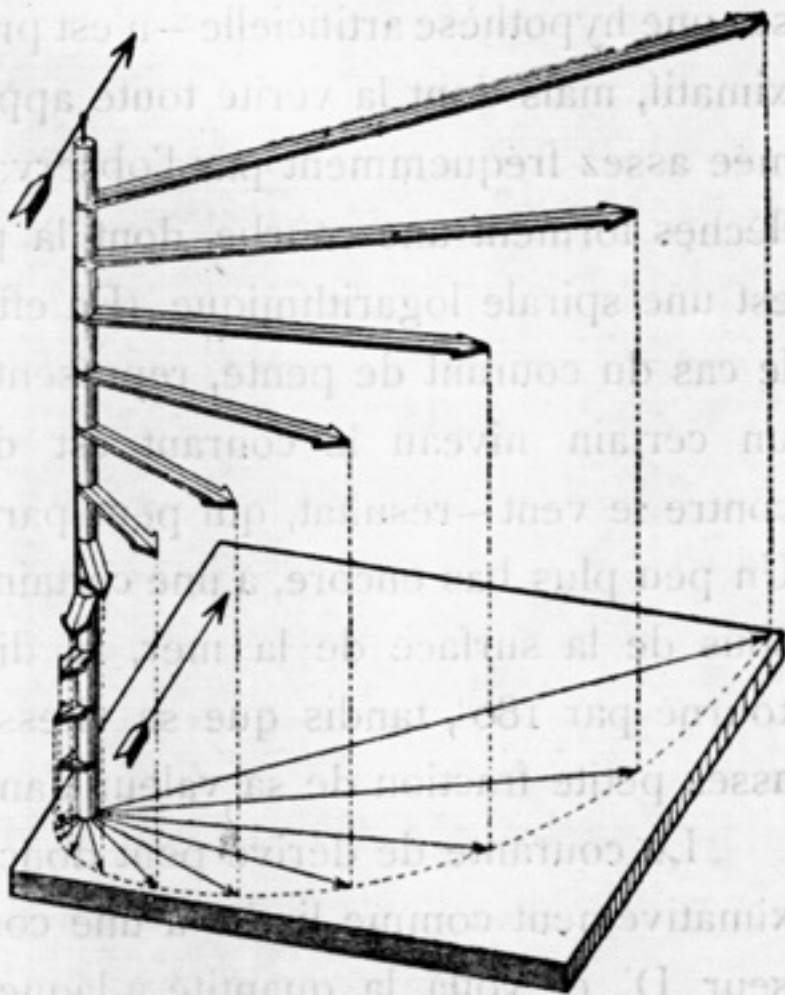


FIG. 3

déviations est inférieure à 90 degrés, et qu'elle grandit de haut en bas. La figure 3 représente un tel courant de la même manière que le courant de pente est représenté dans la fig. 1. La flèche pennée indique la

direction du vent. Au dessous, les segments taillés en flèches sont attachés sur la colonne de façon à représenter pour la surface et dans des niveaux équidistants la vitesse et la direction du courant. Ils forment une sorte d'escalier tournant, dont les marches diminuent très vite en largeur de haut en bas. Leurs projections sur un plan horizontal sont indiquées par des flèches minces. La figure est faite d'après une hypothèse particulière sur la quasi-viscosité produite par turbulence, à savoir que le coefficient virtuel de cette viscosité est le même à tous les niveaux. En ce cas le mouvement de l'eau de surface forme un angle de 45° sur la direction du vent, résultat qui—basé sur une hypothèse artificielle—n'est probablement qu'approximatif, mais dont la vérité toute approchante a été confirmée assez fréquemment par l'observation. Les pointes des flèches forment une courbe, dont la projection horizontale est une spirale logarithmique. (En effet c'est le même dans le cas du courant de pente, représenté par la figure 1.) À un certain niveau le courant est dirigé diamétralement contre le vent—résultat, qui peut paraître assez paradoxal. Un peu plus bas encore, à une certaine distance D' au-dessous de la surface de la mer, la direction du courant a tourné par 180° , tandis que sa vitesse a été réduite à une assez petite fraction de sa valeur dans la surface.

Le courante de dérive peut donc être regardé approximativement comme limité à une couche d'eau de l'épaisseur D' , et voilà la quantité à laquelle a été donné pour cette raison le nom de «profondeur de frottement», c'est-à-dire la profondeur jusqu'à laquelle peut pénétrer l'effet du frottement dans une couche d'eau ou d'air. C'est en principe la même quantité, dont nous avons fait usage, sous la notation D'' , por caractériser les conditions de mou-

vement des couches d'eau voisines du fond. Ces quantités D' et D'' peuvent varier considérablement. Elles augmentent avec l'intensité du mouvement, elles sont plus grandes dans une couche d'eau homogène que dans le cas d'une stratification stable, et de plus elles varient en raison inverse de la racine carrée du sinus de la latitude. La profondeur de frottement D' des couches d'eau supérieures est ordinairement d'un ordre de grandeur de 50 ou 200 mètres. Quant à la quantité correspondante D'' pour les couches d'eau voisines du fond, il a été indiqué déjà, que sa grandeur est inconnue.

Les courants marins peuvent être regardés comme le résultat de superposition des trois espèces de courants indiquées plus haut, de manière qu'il est impossible de calculer le mouvement réel de l'eau de surface sans connaître les courants profonds. Particulièrement par la superposition d'un courant de pente et d'un courant de dérive nous obtiendrons un système de courants en trois étages, du moins en pleine mer, où la profondeur dépasse positivement la somme $D' + D''$. L'étage inférieur, dont la hauteur est égale à D'' , est le courant de fond, que fait partie du courant de pente. L'étage supérieur ou le courant de surface est formé par superposition du courant de dérive au courant profond uniforme. Son épaisseur est égale à D' . L'étage intermédiaire consiste en un courant profond uniforme seulement, qui remplit le reste de l'espace, et qui occupera donc la plus grande partie de la profondeur de la mer.

Les problèmes, que doit résoudre à présent la théorie dynamique en océanographie, sont assez différents de ceux qu'elle doit résoudre en météorologie, la science sœur. En météorologie la théorie cherche tout particulièrement à

prévoir des phénomènes futurs en partant de la connaissance de l'état actuel. En océanographie le problème de prévision n'a pas encore pu être abordé. Cela ne signifie pas que la théorie soit moins développée en océanographie qu'en météorologie. Mais on a été obligé de la mettre à profit surtout en vue d'arriver à la connaissance de l'état *actuel* des mouvements des eaux océaniques; car les méthodes d'observation, dont on peut disposer, ne sont pas encore suffisantes même pour cette dernière tâche.

Je viens d'indiquer les résultats de telles recherches, à savoir le calcul d'un courant produit par le vent ou par la distribution hétérogène de la densité de l'eau. Mais j'ai aussi indiqué qu'on n'obtient par ces méthodes que les vitesses *relatives* des différentes couches d'eau, l'une par rapport à l'autre. Pour un calcul réellement complet il est donc nécessaire de connaître en premier lieu les courants profonds, ce qui revient à connaître les courants de pente. Cependant ce problème est assez délicat. C'est une grande tâche, et très difficile, d'observer directement les courants profonds, et quant à l'observation directe de l'inclinaison de la surface (qui suffisait pour le calcul du courant) elle serait une tâche tout à fait impraticable.

On pourrait aussi concevoir l'éventualité d'une évaluation indirecte de cette inclinaison de la surface grâce aux ressources de la dynamique. On a très peu fait jusqu'ici pour la solution de ce problème; voici pourtant quelques conclusions générales.

Une circonstance quelconque, ayant pour résultat une accumulation d'eau en une partie de la mer, produira des changements du niveau et de l'inclinaison de la surface et, par suite, un changement des courants de pente. Si les vents et les autres conditions externes sont stationnaires,

ces changements iront en croissant, jusqu'à ce que soit atteint l'équilibre entre l'arrivée et le départ des masses d'eau dans chaque partie particulière de la mer. Par exemple, dans la route courbée du Gulf-stream devant la côte américaine (p. ci-dessus) nous voyons probablement le résultat des vents mais aussi le résultat d'un tel ajustement de la surface de la mer.

Supposons qu'un courant ait la même vitesse et la même direction dans toutes ces parties, et qu'il passe d'un endroit A, moins profond à un endroit B, plus profond de la mer (fig. 4). Evidemment, ce courant doit transporter à travers la section de sortie B une plus grande quantité d'eau qu'il ne recevrait par la section d'entrée A. En faisant abstraction de la convexité de la terre (c'est-à-dire des

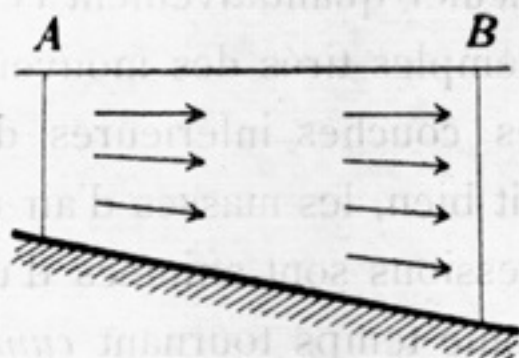


FIG. 5

différences de latitudes dans la direction nord-sud) il est possible de cette manière de montrer que le courant profond uniforme doit nécessairement produire une soustraction d'eau, quand il chemine vers des lieux de plus grande profondeur, et, au contraire, une accumulation d'eau, quand il se dirige vers des endroits de moindre profondeur. Il n'est pas possible, dans un temps assez court, d'expliquer en détail les arguments; je dois donc me limiter à affirmer que la conclusion énoncée dépend des propriétés géométriques des surfaces, propriétés auxquelles doit satisfaire exactement la surface de la mer.

Dans les régions équatoriales une autre circonstance devient d'une importance dominante, à savoir: Si la surface de la mer est inclinée, nous savons, qu'un courant pro-

fond sera formé à angle droit avec la direction de pente. Et l'angle d'inclinaison étant donné, nous nous rappelons que la vitesse de ce courant augmente vers l'équateur en raison inverse de $\sin \varphi$. En conséquence de ce fait, un courant profond uniforme produira toujours une soustraction d'eau, s'il est dirigé vers l'équateur, et au contraire une accumulation d'eau, s'il s'en éloigne; et cet effet, quoique il soit sans importance en dehors des tropiques, peut être très considérable aux plus basses latitudes.

Quant aux courants de fond, il n'est pas difficile d'en calculer qualitativement l'effet. Mais je préfère recourir aux exemples tirés des mouvements analogues et plus familiers des couches inférieures de l'atmosphère. Comme on le sait bien, les masses d'air environnant un centre de hautes pressions sont animées d'un mouvement divergent et en même temps tournant *cum sole* autour du centre (fig. 5).



FIG. 5



FIG. 6

Au contraire, dans le cas d'un centre de basses pressions, les vents convergent en tournant *contra solem* (fig. 6). De même, dans la mer, les courants de fond divergent—et par conséquent produisent une soustraction d'eau—quand leur rotation se fait *cum sole*, mais ils convergent et produisent une accumulation d'eau, quand leur rotation se fait *contra solem*.

En supposant des conditions stationnaires et en faisant abstraction des courants de dérive et d'autres courants

superficiels, il faut que la soustraction d'eau produite par le courant profond uniforme soit exactement compensée par une accumulation correspondante, produite par le courant de fond, et *vice-versa*. De cette manière, on peut déduire des règles auxquelles doivent obéir ordinairement les courants profonds uniformes. Pour simplifier, le raisonnement ci-dessus a été exposé ici en admettant l'hypothèse, que la vitesse est partout strictement «normale». En réalité cette hypothèse n'est pas proprement admissible au sujet du *courant profond*, car même une très petite translation des grandes masses d'eau de ce courant est d'importance, quand la compensation doit être produite par le courant de fond, peu épais. Il n'est pas possible d'entrer ici dans des détails sur ce sujet. Il suffit d'affirmer que les résultats principaux exposés ci-dessous resteront néanmoins valables:

1.° En dehors des tropiques, il faut qu'un courant, qui s'approche des endroits moins profonds, soit dévié *cum sole*, et *vice versa*. Cet «effet topographique rotatoire» est si puissant, que les courants sont théoriquement obligés dans la plupart des cas de suivre approximativement les lignes isobathiques du fond.

Voilà probablement la raison d'une connexion remarquable des températures et de la salinité avec le caractère topographique du fond, qui se manifeste parfois assez nettement. Quoique cette connexion soit difficile à établir dans ses détails, et quoique elle ne doive pas se manifester du tout dans les parties de la mer, où le courant profond est peu considérable, néanmoins son existence ne doit pas être mise en doute. Je ne fait mention que d'un exemple: Aux environs de 40° N, 50° O la distribution de salinité et de la température prouve, selon les recherches

de Helland-Hansen et Nansen, que le courant suit ici un grand détour au sud de l'élevation de fond, qui s'étend au sud-est de Terre-Neuve, bien que cette élévation ne soit pas si grande qu'elle puisse faire directement obstacle au courant.

2.^o Aux basses latitudes, un courant possédant un composant vers le nord ou vers le sud a tendance à dévier vers l'ouest, s'il n'est pas différemment influencé par le susdit effet topographique. Cet «effet planétique rotatoire» est si puissant, particulièrement près de l'équateur, qu'à des latitudes inférieures à 2° ou 5° les courants sont, d'après la théorie, ordinairement obligés à se mouvoir approximativement vers l'est ou vers l'ouest. Les courses prises par les courants équatoriaux ne peuvent pas être apportées directement comme une preuve mais comme un indice remarquable de la vérité de cette conclusion.

3.^o Aux latitudes intermédiaires les effets topographiques et planétaires luttent pour la prépondérance, de façon que les courants doivent choisir des directions moyennes mais bien-définies.

J'ai voulu montrer que l'océanographie dynamique—quoiqu'elle n'ait pas encore fait qu'une portion infime du chemin immense qui lui reste à parcourir—peut néanmoins présenter des résultats assez intéressants. Naturellement il me n'a pas été possible de m'étendre longuement dans les détails, et moins encore j'ai pu donner une idée des méthodes mathématiques de la théorie. Un ami des mathématiques peut trouver ici des applications intéressantes de sa science, bien qu'on ne puisse point attribuer aux résultats la même exactitude qu'aux calculs.

C'est là une conséquence des abstractions très éten-

dues, qu'il est nécessaire d'introduire dans les prémisses même du calcul. En effet, la difficulté la plus grande des recherches en question c'est de choisir les abstractions nécessaires de façon de ne pas compromettre le contact avec la réalité physique. D'autre part cette difficulté donne un attrait particulier, qu'on ne trouvera peut-être pas aussi puissant dans aucune autre branche de la mécanique appliquée. Si nous ajoutons l'éventualité de pouvoir étendre notre connaissance des phénomènes grandioses et concernant effectivement nos intérêts positifs, nous aurons la raison suffisante de poursuivre avec ardeur l'étude dynamique des courants marins.

V. Walfrid Ekman

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O SEU MEIO.⁽¹⁾

EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DE A. M. SIMÕES DE
CASTRO, O INSIGNE INVESTIGADOR COIMBRÃO
QUE TANTO AMOU A SUA UNIVERSIDADE.

A vida de um estabelecimento de ensino ou de alta cultura mental só é progressiva, acompanhando o ritmo das actividades da vanguarda ou desempenhando um papel precursor, quando é acompanhada pelo carinhoso interesse do seu meio.

São numerosos por essa Europa fora os exemplos de instituições, obreiras do progresso dos povos, que se fizeram grandes pelos estímulos que deles receberam no seu evoluir através dos tempos e que definharam ou morreram quando a indiferença os envolveu.

Pode o amparo do meio bastar para assegurar a êsses estabelecimentos uma vida cuja exuberância desentranhe realizações do mais largo alcance em todos os sectores da vida social. Haja em vista o que sucede nos países onde organizações particulares ou instituições públicas locais fundaram, mantêm ou desenvolvem estabelecimentos de cultura de ciência, sôb os mais variados aspectos. Como criações particulares são bem conhecidas as instituições americanas, à cabeça das quais colocaremos a *Rockefeller*

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

Institution for Medical Research; entre as segundas recordaremos os institutos de Anatomia patológica fundados e mantidos pelas municipalidades em várias cidades não universitárias da Alemanha, e a Universidade livre de Bruxelas, que pôde realizar doze milhões de francos para a construção de uma nova faculdade de Medicina e que dispõe de um apoio tal que a administração comunal da cidade e o conselho geral dos hospícios demoliram o velho casarão de S. André, para construirem um hospital clínico modelar, junto desta Faculdade.

Entre nós tem-se desenvolvido esse interesse pela escola primária — embora acanhadamente para as necessidades—graças à teimosia com que se tem gritado aos ouvidos dos endinheirados sonolentos e egoístas o nosso analfabetismo e pseudo-alfabetismo, mar de misérias, vergonhas e desacatos, que nos colocam num plano inferior de civilização, esboça-se relativamente ao ensino médio, é nulo pelo ensino superior.

Os institutos de alta cultura mental e profissional—e já agora consideraremos como tais aqueles que a lei assim diz—têm em Portugal uma vida periclitante e tão isolada que, perante as manifestações de hostilidade que se amiudam e agravam, dir-se-ia que vivem contra a vontade da nação. A Universidade portuguesa tem, com efeito, fugido do povo ensimesmando-se no seu prestígio que só tem valia no acanhadíssimo meio em que vegeta... rainha em terra de cegos. Deixa-se embalar pelos cantares que a lisonja ignorante inspira e a contemplar os seus falsos europeus se esquece, fechando os olhos ao que à sua volta se passa. Gentes sem espírito crítico, sem originalidade, sem curiosidade, que dos seus úberes quasi secos hauriram umas misérrimas gôtas de alimento espiritual,

formam alfôbre donde saem os que abafam os apelos aflitivos d'aquêles que, por êles chamados mal intencionados, são melhores observadores, e para tal não é preciso ter sabedoria de excepção, nem ser homem de génio.

A missão das universidades não é criar uma casta dominadora do povo inconsciente e submisso, azorrague forte e impiedoso sôbre um dorso maleável e resignado. Não. A Universidade deve ser de todos e para todos. De todos, desde a figura da mais elevada cotação até à mais humilde unidade activa do meio social, porque não pode dispensar a colaboração de ninguem, apoio moral, cooperação mental, assistência financeira, considerados na sua máxima amplitude. Para todos, porque não deve monopolizar ciência e tanto aquela que assimila, como aquela que cria, devem ser difundidas em tôdas as camadas sociais, proporcionando-a à capacidade de absorção de cada uma delas.

A Universidade deve ser para o seu meio o mais activo dos agentes de cultura.

Êstes princípios estiveram já consignados na nossa legislação. Assim, no Estatuto universitário de 1911 (Dr. António José d'Almeida) se diz que as Universidades são estabelecimentos «*dotados pelo Estado, com o concurso dos municípios das regiões interessadas*» (art. 1.º), sendo suas receitas os subsídios que angariarem dos municípios, colectividades e individuos (art. 11.º) das circunscrições universitárias, isto é, das zonas «*directamente interessadas no aperfeiçoamento e ampliação dos respectivos estabelecimentos de ensino*» (art. 17.º). «*Os municípios e diversas instituições de cada circunscrição poderão e deverão concorrer na medida das suas fôrças para o progresso e desenvolvimento da respectiva Universidade*». (art. 18.º).

No Estatuto de 1918 (Dr. Alfredo de Magalhães) são mantidas as circunscrições universitárias (art. 2.º) e é encarada a colaboração financeira por parte de «*corpos administrativos, corporações e associações das respectivas circunscrições universitárias ou por pessoas singulares.*» (art. 3.º).

A colaboração moral seria até certo ponto assegurada, dando assento no senado, suprêma autoridade universitária, ao presidente do Município, ao Governador civil do distrito, sede da Universidade, aos protectores do estabelecimento ou individualidades eminentes a quem fôsse conferido esse título. Esta disposição democrática do Estatuto de 1911 (art. 2.º) sofreu notável restrição no Estatuto de 1918, em que ficaram só os protectores (art. 11.º); e nos seguintes (Estatuto de 1926, Dr. Artur Ricardo Jorge, Estatuto de 1930, Dr. Gustavo Cordeiro Ramos), desapareceu.

O princípio da difusão cultural era expressamente definido nos estatutos de 1911 e 1918, visto que no primeiro era uma das finalidades da Universidade «*difundir a alta cultura na massa da Nação pelos métodos da extensão universitária*» (art. 1.º c.) e, no segundo, na definição de Universidade se incluía a difusão da alta cultura (art. 1.º).

Isto era pouco, mesmo muito pouco, porque não se estabeleciam disposições que conduzissem à efectivação do que se preconizava e tudo ficou na enunciação de princípios. É que não havia, nem na Universidade, nem no meio, a preparação necessária para realizar essa obra de cooperação. Não havia, nem há, comunhão de ideais e sem ela não é possível a conjugação de esforços que nos integre na vida científica moderna, de que andamos atrasados quasi meio século nas ciências da natureza

e dizem-me que outro tanto nos restantes ramos de saber humano.

A Universidade de Coimbra, talvez mais que qualquer outra, vive isolada do seu meio, numa situação de recíproco desinterêsse, lamentável sôb todos os pontos de vista.

O meio coimbrão não tem pela sua Universidade o carinho que lògicamente seria de esperar; não conhece a maneira como nela se faz o ensino, quais são as dificuldades com que se luta; não se preocupa com as condições materiais dos estabelecimentos universitários nem com aquelas em que vive o seu pessoal docente e discente.

Apoio financeiro não existe, nem sequer em esbôço, da parte do município, nem das instituições locais, nem das associações, nem dos indivíduos. Sôb êste ponto de vista a Universidade de Coimbra dá e nada recebe da sua circunscrição, continuando a chamar assim a parte do país que está mais directamente sôb a sua influênciã.

Por seu turno a Universidade pouco dá da ciência que elabora ao povo que vive à sua volta. De facto a obra de expansão universitária é quási nula e não a igualamos a zero porque alguns ensaios têm sido feitos que cedo morrem, à parte a tentativa do Prof. Mendes dos Remédios que perdura.

Algumas dessas tentativas são antigas: datam de uma época em que ainda se não falava em extensão universitária. Uma das primeiras do nosso conhecimento, foi feita em Maio de 1881 e merece ser lembrada pela maneira e pelas circunstâncias em que se desenrolou. Passou-se por

ocasião das memoráveis festas académicas em homenagem a Camões.

A comissão organizadora entendeu que, tornar conhecidos os estabelecimentos universitários e a maneira como nêles se fazia o ensino, seria um acto em tudo digno da grande figura nacional que se comemorava e, com efeito, ficava bem num programa, cuja orientação cívica e cultural era nitidamente vincada, constituindo um dos títulos mais relevantes dessa geração académica.

Com o apoio do Reitor, foi marcada uma visita aos estabelecimentos de ensino para o dia 7.

Não sabemos ao certo como decorreu essa visita, mas tudo leva a crer que não teve o exito desejado: «O Conimbricense» que largamente se ocupou das festas, nada disse a êsse respeito e Augusto Rocha que no n.º 9 da «Coimbra Médica» de 1 de Maio (1.º ano) anunciara a visita, nada conta nos números seguintes. Em «O Ocidente» de 21 de Maio, é o próprio Sérgio de Castro, presidente da Comissão do Centenário que, na sua correspondência de Coimbra, não faz quaisquer alusões a êsse número. E' preciso recorrer à «Correspondência de Coimbra» (n.º 6 de 11 de Maio de 1881) e aos «Estudos Médicos» (n.º 25 de Maio, 2.ª série) para encontrar alguns pormenores.

Com efeito o primeiro jornal informa que *«alguns professores estavam nas suas repartições e gabinetes, e êsse homem, respeitável pelo seu verdadeiro trabalho e pela sua verdadeira ciência, o Dr. Costa Simões, fêz algumas experiências de Fisiologia»*. Por sua vez os «Estudos Médicos» registam que foi o laboratório de Fisiologia experimental e Histologia a *«única repartição onde os visitantes foram recebidos com alguma demora pelos professores respectivos»*

(Drs. António Augusto da Costa Simões e António Maria de Senna).

Não é de surpreender esta notícia. E' que o Gabinete de Histologia e Fisiologia geral era então o melhor da Faculdade de Medicina, e, entre os seus congéneres, um dos melhores do mundo, e, mais do que isso, era a melhor oficina de ensino experimental do país, graças à acção de Costa Simões que, *«professor velho, coberto de cabelos brancos, em vida íntima com os seus discípulos, mergulhado na contemplação e estudo da ciência actual, animando a todos com a salutar influência do verdadeiro mestre»* conquistava a afeição dos alunos que viam nêle *«o verdadeiro contraste dos que fazem do professorado um sistema de polícia e dos professores guardas austeros do cerimonial da lei»*. (A. Senna).

Com que júbilo, com que entusiasmo Costa Simões teria acedido às solicitações dos rapazes e procurado satisfazer as instruções do seu Reitor! Não nos repugna mesmo admitir que de Costa Simões ou do seu meio tivesse partido a sugestão da visita aos estabelecimentos universitários, tanto mais que da comissão fazia parte e era um dos seus membros mais cotados e mais entusiastas, Eduardo Abreu, discípulo muito querido de Costa Simões.

Durante essa visita, por Costa Simões, com auxílio do preparador Inácio Rodrigues da Costa Duarte, aos visitantes foram expostos trabalhos com o aparelho de Pettenkofer para análise do ar expirado, único no país e existente em poucas universidades estrangeiras, e com o grande registrator de Chauveau, aparelho adquirido por Costa Simões numa das suas viagens de estudo, construído expressamente para o laboratório de Coimbra, com

aperfeiçoamentos que o do laboratório de Chauveau não possuía. (1).

O substituto da Cadeira, António Maria de Senna, fez a exposição do método de Gudden para análise anatómica do cérebro, ampliado pelos métodos de Clark e Meynert, acompanhando-a com a apresentação de *preparados em que se vêem detalhes de estrutura que é impossível conhecer por outro meio*. O mesmo professor expôs ainda «*um método de análise anatómica original, consistindo na simplificação do aparelho encefálico, prejudicando logo depois do nascimento a irrigação sanguínea local, o que permite continuarem em evolução umas regiões isoladamente, ficando atrofiadas outras*», e foi feita a demonstração com peças.

Os alunos dispuseram ordenadamente algumas das suas preparações histológicas e fizeram o registo da contracção muscular nos aparelhos de Marey e de Helmholtz e o preparador de Anatomia patológica, Daniel Ferreira de Matos, apresentou uma colecção de preparações de histologia patológica.

António Maria de Senna, que depois foi o psiquiatra insigne que dirigiu o Hospital do Conde de Ferreira, termina a notícia, de que respigamos estas notas, «*dizendo que, com o sr. Costa Simões, têm cooperado para a criação do laboratório de Histologia e Fisiologia, homens públicos de todos os partidos, e que nem S. Ex.^a nem o que escreve estas linhas acharam dificuldades, quando se lhes tem pedi-*

(1) O Dr. A. M. de Senna escreveu: «Pena é que a pouca vida científica da nossa escola ponha de lado este, como outros meios de investigação que o laboratório possui, e que penso só virão a servir no futuro nas relações arqueológicas.» Enganou se com este, pois nem para isso serviu. ;Esse aparelho desfez-se em sucata vária, dispersa sem rumo!

do os meios indispensáveis para a cultura dêste importante ramo das ciências médicas.» E' de uma oportunidade flagrante apresentar êste facto «*aos que vivem de quatro teias de aranha que uma educação viciada lhes meteu no cérebro*», na frase do mesmo professor, já então ilustrado por uma viagem de estudo, feita na época em que eram raros os que iam ao estrangeiro completar ou refazer a sua educação.

Não mais se repetiu a tentativa de levar ao conhecimento do público o valor do estabelecimento que tanto honrava a Faculdade de Medicina e a Universidade, tal deve ter sido a indiferença com que ela foi encarada, à parte aquêles que mais de perto rodeavam o Mestre.

Era de esperar. Não havia preparação do meio e não houve pertinácia nem boa politica para o modificar. Era de presumir que, conhecida, venerada, estimada, pelo muito que merecia como obra educativa, de iniciativa, de trabalho inteligente, de orientação bem equilibrada, a instituição fôsse defendida com amor. Não o foi e não se obistou à sua decadência e morte.

Coimbra só merecerá com propriedade o nome de cidade universitária, quando entre ela e a Universidade houver uma colaboração íntima, uma perfeita comunhão de interesses espirituais e materiais. A Universidade de Coimbra é a única no país em que há de facto espirito universitário. E' preciso que a cidade seja, daquelas que albergam universidades, a que melhor compreenda e cumpra os seus deveres para com a Universidade, que dentro

dos seus muros tem envelhecido, deveres que não podem ser os de simples hospedeira. A Universidade, que quer viver, corresponderá, crêmo-lo bem, a essa atitude modernizando o seu trabalho; amparada, acarinhada pelo povo elevá-lo-á ao seu seio por uma obra de expansão cultural que será cada vez mais alta e invadirá campos cada vez mais extensos e variados.

A Universidade, grande organização de ensino e de cultura, precisa do amparo carinhoso do seu meio; precisa de encontrar em todos o amor que lhe dedicou Augusto Mendes Simões de Castro.

Abril de 1933.

GERALDINO BRITES

dos años menos tem envejecido, deberis que no podan ser os de simples hospedais. A Universidade, que para viver, correspondente, ficando para a casa ainda modesta, a seu trabalho, apanhada, acarinada pelo povo elevado ao seu seio por uma obra de expansao cultural que seia cada vez mais alta e intelectual campos cada vez mais extensos e variados.

A Universidade, grande organizao de ensino e de cultura, precisa de aparato cuidadoso de seu meio: precisa de encontrar em todos o amor que lhe deu origem. A Universidade, Simes de Castro.

Abil de 1933.

Cambridge, Brits

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso.....	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 88.º



NÚMERO 2

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1935

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Soto Maior—Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. G. I., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos da U. C.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

«Heróis e colonizadores», por Amália de Proença Norte	89
<i>Litografias de Inez de Castro</i> , por João Jardim de Vilhena	113
«O Mondego descendo»..., por Cardoso Martha	117
<i>O Império Português</i> , por F. M. da Costa Lobo.	125
<i>Um Homem de Bem</i> , por Martinho da Fonseca	133
<i>Nossa Senhora da Porta de Santa Cruz de Coimbra</i> , por Pedro Vitorino	137
<i>Acêrca de Diogo de Castilho, artista da Renascença Coimbrã</i> , por A. de Magalhães Basto.	145
<i>O ardil de Corrêa Leal em Coimbra</i> , por Belizário Pimenta	158
<i>A Beata de Celas processada pela Inquisição de Coimbra—Intervenção do Bispo Conde neste caso</i> , por António Baião	173
<i>O Dr. Augusto Mendes Simões de Castro</i> , por Álvaro Viana de Lemos.	180

«HEROIS E COLONIZADORES»⁽¹⁾

MARRACUENE — BASE DA PACIFICAÇÃO INDÍGENA EM
MOÇAMBIQUE, DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE,
PÓRTO E CAMINHO DE FERRO DE LOURENÇO MARQUES,
E DO PRESTÍGIO PORTUGUÊS NA ÁFRICA ORIENTAL



Excelentíssimos Senho-
res:

Reitor da Universidade
Governador Civil

General Comandante da
Região Militar

Presidente do «Instituto»

Minhas Senhoras e Se-
nhores:

O senhor Dr. Costa
Lobo, ilustre Presidente do
Instituto de Coimbra, professor da nossa primeira Univer-
sidade e criador de ciência com o nome consagrado entre

(1) Conferência realizada no salão do Instituto de Coimbra pela
Ex.^{ma} Sr.^a D. Amália de Proença Norte a convite desta Instituição. O
Presidente ao apresentar a ilustre conferente salientou as suas distintas
qualidades de talento e patriotismo, e quanto era oportuna esta con-
ferência em que se demonstrava que perduram os notáveis predicados

nós e em tôda a Europa, tendo assistido à conferência «Heróis e Colonizadores» que pronunciei na sala «Portugal» da benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa, quiz conferir-me a elevada honra, como primeira mulher portuguesa que subira àquela alta tribuna, de me convidar para vir a Coimbra expôr a acção que realizámos na África Oriental, focando especialmente o Combate de Marracuene, êsse feito de armas que evoca a valentia indomável dos bravos que, em 2 de Fevereiro de 1895, galhardamente souberam escrever uma página rutilante nos fastos da nossa História.

Desvaneceu-me essa honra.

Vir a Coimbra—lugar sagrado de sábios e de artistas da palavra, a Coimbra, por onde têm passado os maiores homens de Portugal e as mais altas figuras mentais do estrangeiro, a Coimbra, formosa cidade povoada, hoje e sempre, por alegres bandos de capas negras envolvendo corações em que o amor e a poesia cantam baladas de sonho—era alucinante para a modesta escritora dum País em que a mulher tão limitado papel tem representado na Vida do Espírito.

Contando com o fidalgo carinho e a indulgência dos grandes professores e com a generosa e entusiástica vibração cívica da mocidade académica, aceitei e agradei.

Aceitei sem receio.

Aceitei com alegria, com alvoroço, embora àqueles

que caracterizam a raça portuguesa. A numerosa e selecta assistência que ocupava a sala e suas dependências ouviu atentamente a illustre oradora e ovacionou-a entusiasticamente, demonstrando o aprêço que lhe mereceu tão notável trabalho, e que compartilhava os sentimentos expostos.

que não me conhecem talvez pareça deslocado que uma mulher, sem títulos científicos, venha à cidade intelectual por excelência rememorar a acção guerreira que abriu o ciclo da pacificação indígena em Moçambique, servindo, conseqüentemente, de base e início ao período do seu desenvolvimento económico e da indisputável soberania da nossa Bandeira.

Contudo, o facto não será tão estranhavel quando se saiba que não é a primeira vez que me ocupo de assuntos históricos de Moçambique, dos quais deixei larga descrição no meu livro «*Em Portugal e África*»; além disso, os alunos das escolas de Lourenço Marques, habituados a jornadas cívicas que lhes retemperam a alma e afinam o character, vão em romagem, algumas vezes, ao local do Quadrado em que descansam os heróis que perderam a vida batalhando em defesa da Pátria, —e eu, nascida e educada na capital da grande Colónia, como escolar, e depois dessa época de despreocupações e de sonhos, por vezes acompanhada do velho Roque d'Aguiar, um dos mais intrépidos heróis dessa façanha, também estive em Marraquene e ajoelhei sobre o pequeno campo que foi teatro duma das mais brilhantes vitórias dos nossos soldados, enquanto escutava, cheia de respeito e admiração, da bôca do venerável guerreiro que tão importante papel ali representou, a descrição forte, colorida, real, emocionante até às lágrimas e até ao orgulho, do movimento das tropas e do retumbante triunfo das armas portuguesas.

Compreende-se, portanto, que as palavras a seguir proferidas já o meu pensamento as rezou, baixinho, enlevada e comovida, na margem alta do Incomáti em que formaram as tropas de Portugal, iluminadas pela ânsia de glória, para disputarem, ao filho do Musila, régulo podero-

so, absorvente e cruel, a posse plena dos territórios que hoje constituem a mais progressiva parcela do nosso domínio na Africa Oriental.

Para que se avalie, porém, a importância do Combate de Marracuene e o prestígio que dele dimanou para oficiais e soldados, é necessário recuar até à descoberta da Baía do Espírito Santo, em 1502, por António de Campos, e à sua ocupação, em 1544, pelo navegador Lourenço Marques, de quem a capital de Moçambique tomou o nome.

Os arredores da que é hoje a nossa «Pérola do Ultramar», eram secos, arenosos, deshabitados; o local em que agora assentam as melhores praças, as redes de linhas que servem e cingem o porto, e as principais ruas de comércio, não passava dum charco infecto e mortífero, onde a biliosa e a perniciosa ceifavam as vidas dos temerários que se demoravam em tal lugar.

Todavia, holandeses, austríacos e ingleses, prevendo, porventura, a posição que a Baía viria a alcançar nas relações comerciais, aventuraram-se a estabelecer algumas feitorias nas margens e a ambicionar a sua posse, chegando os franceses a atacar, arrazar e incendiar o nosso presídio que abandonaram depois.

Por nosso lado, conseguindo uma armada portuguesa que vinha da Índia, destruir, em 1799, a fortaleza que os austríacos ali estabeleceram em 1777, só desde então poderemos dar como definitiva, e sem intermitências, a ocupação e a posse de Lourenço Marques, vindo a Inglaterra, pelo artigo 2.º do tratado de 28 de Julho de 1817, a reconhecer a soberania portuguesa nos territórios limitados ao Norte pelo Cabo Delgado, e ao Sul pela Baía do Espírito Santo.

Da vitória sobre os austríacos, colhemos logo os se-

guintes resultados:— Os régulos da Inhaca, Catembe e Matola, imediatamente prestaram vassalagem a Portugal, submetendo-se voluntariamente ao comandante do presidio que tinha apenas, sob as suas ordens, 60 praças; mas, livres de holandeses, austriacos e franceses, sobre Lourenço Marques voltou a pairar uma atmosfera de terror, devida a frequentes e furiosos ataques indígenas.

Num desses ataques, em 1833, os vátuas, como feras à solta e dando vazão aos seus instintos sanguinários, saquearam e incendiaram o presidio, acabando por assassinar, com requintes de crueldade, o seu bravo Governador, capitão Dionísio António Ribeiro.

A Baía, já então conhecida e apreciada por muitos, desafiava sobretudo a cobiça do aventureiro William Owen, que em 1822, com permissão do Governo Português, iniciou os estudos para o levantamento da sua carta, e cometeu a impertinência de substituir o nome de Lourenço Marques pelo de «Delagoa Bay».

Esse aventureiro voltou, em 1825, sob o falso pretexto de continuar os estudos interrompidos, mas, na realidade, esperançado em que a nossa influência tivesse desaparecido completamente perante as bravas e sucessivas arremetidas dos vátuas; vendo, porém, que se enganára e que o pavilhão de Portugal continuava a erguer-se em Lourenço Marques, altaneiro e dominador, como afirmação incontroversa de Soberania, começou a sustentar que a Baía e os territórios da Catembe, Maputo e Inhaca não pertenciam a Portugal; e o arrojo do embusteiro levou-o a tentar o assalto do presidio, em virtude do aprisionamento do brigue «Eleonora», pertencente à Inglaterra.

Daqui se originou o célebre conflito diplomático que veio a ser resolvido em 24 de Julho de 1875, pelo Presi-

dente Mac-Mahon, que na sua nobre e imparcial sentença assegurou a Portugal o direito e domínio das águas e territórios que, movida pelas intrigas de Wiliam Owen, a Inglaterra nos disputava.

O modesto presidio foi, durante muitos anos, alvo de arremetidas enérgicas, sendo as principais em 1833 e em 1868; neste ultimo ano, o Governador Sá e Simas, comandando apenas 50 praças europeias e auxiliado por alguns indígenas, infligiu memorável derrota ao régulo Amul que comandava milhares de cafres.

Com a morte de Manicusse, o poderoso guerreiro que algumas vezes atentara contra a nossa soberania, seus filhos, Musila e Mauéua, empenharam-se numa guerra terrível, disputando a posse do Império Vátua; e por que Musila solicitara auxilio ao Governador de Lourenço Marques, prometendo vassalagem a Portugal, foram-lhe fornecidas armas e tropas portuguezas.

Os exércitos dos dois irmãos encontraram-se nos campos da Moamba, onde, após luta encarniçada, as hostes de Mauéua foram desbaratadas. Musila, vencedor e aclamado rei negro dos vátuas, declarou-se tributário da Coroa, embora a sua lealdade em breve desaparecesse.

Em 1884, por morte do Musila, herdou-lhe o poder seu filho Gungunhana, que estava destinado a ser nefasto aos legitimos interesses de Portugal.

Um dos primeiros actos dêsse régulo melifluo foi enviar dois emissários a Lisboa, para assegurar ao Govêrno a sua submissão. Lavrou-se um documento com a data de 12 de Outubro de 1885, de que constavam os seus deveres de vassalo e a honra que o Ministério lhe concedia: Coronel de 2.^a linha, podendo os seus dois principais se-

cretários, sob sua proposta, ser elevados, pelo Governador Geral de Moçambique, a capitães de 2.^a linha.

A verdade, porém, é que o Gungunhana, hipócrita e traiçoeiro, por todos os modos traia essa vassalagem, e nos permitia apenas uma soberania platónica nas terras sujeitas ao seu domínio directo, talvez influenciado pela atitude do ministro duma grande potência que em Lisboa duvidava e sorria dos direitos de Portugal aos territórios de que o régulo embusteiro se dizia senhor, e também pelas ofertas tentadoras que uma companhia britânica lhe fazia.

Graves prenúncios de rebelião, em 1884, com ameaça de assaltos a Lourenço Marques pelas hordas do Zixaxa e da Magaia, lançaram o terror na cidade africana e o alarme em Lisboa; e foram estes acontecimentos, e a antevisão doutros mais dolorosos e irremediáveis, que determinaram o Ministério a nomear António Enes, na qualidade de Comissário Régio, com o encargo de ir a Moçambique exigir do Gungunhana uma conduta mais harmónica com os deveres que lhe impunha a sua condição de súbdito, ou reduzi-lo à impotência pela fôrça das armas.

Para levar a cabo tarefa tão melindrosa, rodeou-se António Enes de valiosos auxiliares: Freire d'Andrade, Paiva Couceiro, Aires d'Ornelas, Eduardo Costa, Mousinho, Caldas Xavier, Galhardo— oficiais briosos, dignos descendentes dos heróis de Aljubarrota, corações inundados de audácia, lábios sedentos dos beijos da glória.

E partiu...

Lourenço Marques era ainda um burgó modesto, reduzido, velado de noite, nos pontos mais arriscados, pela sua população civil. O espaço riscado agora pelas suas maravilhosas e extensas avenidas, não passava dum mata-

gal. A atmosfera continuava a ser de terror. O Gungunhana dispunha de numerosas e aguerridas *mangas* providas de bom armamento. Confessando-se fiel, mantinha, contudo, as suas hostes, ameaçadoras e ferozes, em pé de guerra, podendo lançar sobre nós, dum dia para o outro, para mais de 50.000 homens.

Era preciso barrar a passagem do rio Incomáti a essas formidáveis massas guerreiras, comandadas por caudilhos destemidos e arrogantes, para que o terrível régulo as não pudesse desencadear sôbre a cidade que mais tarde havia de ser a capital de Moçambique e o porto mais próximo das melhores zonas mineiras do Transvaal.

Fôra debaixo duma frondosa mafurreira, no jardim do palácio do Governo, que António Enes, contando com a dedicação dos seus admiráveis colaboradores, resolvera a ocupação de Marracuene, com o propósito de lá instalar um posto militar.

Seis dias depois, a 28 de Janeiro, sob o comando de Caldas Xavier, as tropas saíram de Lourenço Marques, num total de 812 homens que marchavam formados em Quadrado.

Com pequenos núcleos de tropas brancas para opor a numerosas *mangas* de revoltosos traiçoeiros, o Quadrado, nessa luta desesperada de 10 ou 20 contra um, foi a base invencível nas operações da Campanha do Sul de Moçambique, em 1895.

Protegendo todos os lados dos combatentes com muralhas de baionetas, a luta corpo a corpo, em que o número quási sempre vence, tornou-se impossível, e as linhas de fogo podiam cumprir a sua missão de conter e arrazar o inimigo que o Gungunhana enfurecera e desencadeara contra a soberania de Portugal.

A marcha até Marracuene fizera-se debaixo de chuvas torrenciais e de calores sufocantes. Os soldados— ensopados, febris, mas firmes— viram passar os dias longos e escuros, com as cataratas do ceu desmedidamente abertas, a despejarem chuva, sem que houvesse o menor rumor de assalto.

Na madrugada de 2 de Fevereiro de 1895, as sentinelas conservaram-se despertas em meio da maior tranqüilidade e, porque se aplacara a chuva, também em meio do maior silêncio; mas, inesperadamente, quando ao toque da Alvorada o Quadrado se acabava de formar, surgiram bandos de negros que corriam para o bivaque, querendo fazer acreditar aos soldados indígenas da Africa Ocidental, pertencentes às tropas fieis, que eram camaradas e amigos.

Nos primeiros momentos, o Quadrado, sobressaltado e indeciso, não compreendeu o que se passava.

Alguem, entretanto, gritou o alarme:— «Cuidado! São landins!...»

Ao mesmo tempo, à voz enérgica do comando, as armas alvejaram as trevas:—cintilou o fogo em tôdas as faces do Quadrado, enquanto as peças, num concerto de relâmpagos e trovões de nova espécie, despejavam metralha para a emaranhada massa dos revoltosos.

Os tímidos pretos de Angola, nada afeitos ao ribombar da artilharia e aos clarões intermitentes desse incêndio que estalaram com a rapidez do raio, não souberam suportar o embate nem as azagaias dalguns assaltantes que investiram denodadamente contra a linha de fogo— a única! —que pressentiam medrosa e vacilante.

O Quadrado rompeu-se...

Com o avanço e o choque dos landins, os desgraçados *angolas* recuaram prontamente, tomados de pânico,

abrindo-se no Quadrado uma larga brecha que só por esforço heroico, e pode dizer-se sôbre-humano, não pôs ponto final, trágico, na vida d'esses 812 homens a quem estariam reservadas tôdas as torturas, que os instintos brutais dos selvagens antegozariam com dobrado prazer e ferocidade.

No interior do Quadrado, os landins, soltando uivos ensurdecedores, empenhavam-se numa luta titânica; mas, atacados à cutilada por Caldas Xavier, Eduardo Costa, Paiva Couceiro, Aires d'Ornelas e outros bravos, pulavam com a agilidade de discípulos de Satanás, esquivavam-se e contorciam-se até que, em terríveis lutas corpo a corpo, os assaltantes foram desarmados, alguns dêles esmagados à coronhada, e outros levados na frente d'esses militares destemidos que os expulsaram pela face escancarada.

O quadro, iluminado a vermelho pela explosão das peças, dava a ideia duma pintura infernal! Contudo, a brecha que o terror dos *angolas* e o ímpeto dos landins abriram no Quadrado, lá estava, e, mais uns minutos, as tropas portuguesas seriam esfaceladas se, com o arranco dos primeiros temerários, a onda negra, movendo-se como columna de ferro, sôbre êle caísse e o alagasse.

Foi então que o capitão Roque d'Aguiar, comandante duma esquadra de infantaria de polícia, heroicamente marchou ao encontro dos rebeldes que arremetiam em tropel furioso, aos gritos de «avança landim»! —barrando-lhes a passagem, enquanto a face rota do Quadrado se recompunha e ficava apta a impedir a entrada das *mangas* sequiosas de sangue, que se desdobravam, como serpentes diabólicas, na frente da minguada hoste dos soldados de Portugal!

Os técnicos consideram impossível a reconstituição dum Quadrado, quando rôto por um dos lados; pois êsse milagre realizou-se em Marracuene, mercê do arrôjo as-

sombroso de meia dúzia de homens, longe dos affectos mais queridos, desdenhando, com abnegação, a própria vida, para só pensarem no esplendor que iria dourar mais uma página da velha Lusitânia!

Mais de 3.000 pretos despejavam tiros e arremessavam azagaias aos 812 valentes de quem temiam aproximar-se, porque, além das descargas contínuas e certeiras, já não ignoravam como seriam trespassados pelos ferros afiados das baionetas.

Então, o furor dos landins fê-los correr, como flechas, ao longo do Quadrado, uivando como feras famintas, rosnando e saltando como animais raivosos; outros colavam à terra os corpos nús e viscosos, rastejando como reptis peçonhentos; e ainda outros avançavam intrêpidamente até ao alcance da fuzilaria medonha que levantava nuvens de fumarada.

O clamor desses milhares de combatentes quasi abafava o estrondo dos canhões!

Continuou o tiroteio cada vez mais intenso, cada vez mais disciplinado, até que, às seis horas da manhã, tóda a berraria dos cafres cessou, ao mesmo tempo que elles se sumiam como afundados no solo.

Cozidos com a vegetação que cobre as margens do Incomáti, fugiram apavorados, antes que o fogo os exterminasse por completo.

A retirada dos landins deu às tropas portuguezas a alegria da vitória, ainda que enlutada pela perda dalgumas praças, enterradas no local occupado pelo Quadrado que tão valorosamente lutara contra a superioridade numérica dos guerreiros negros.

Tal o combate glorioso que um singelo monumento

assinala a quantos passam por Marracuene ou visitam a sede da circunscrição.

Olhando as águas serenas do rio, que serpenteia pelo formoso vale em que agora se faz agricultura intensa e rendosa, e as habitações confortáveis e até luxuosas dos funcionários administrativos, custa a crer, a quem não conhece bem a história da revolta do Gungunhana, que naquele lugar tão belo e garrido, onde se alia à pureza do céu e à vastidão do panorama a claridade das águas e o encanto da paisagem, se tivesse travado a refrega enorme e desesperada que nos valeu a tranquilidade de Lourenço Marques, enquanto abatia o moral e a confiança das mais aguerridas hordas do poderoso régulo.

Na verdade, sem a vitória de Marracuene, aos nossos soldados custar-lhes-ia afastar-se da costa ou das margens dos rios donde pudessem ser apoiados por qualquer barco, ainda que modesto.

Vencedores em Marracuene, criámos confiança e coragem para desafiar os vátuas no interior, subindo as nossas tropas até Coolela e Magul.

Os mais íntimos auxiliares de António Enes queriam a todo o custo realizar uma acção belicosa que, secundando a glória do Quadrado de Marracuene, aos rebeldes mais profundamente fizesse sentir, em campo descoberto, o valor dos soldados portugueses; e foi assim que Freire de Andrade e Paiva Couceiro, afastando-se de Lourenço Marques, subiram até Magude — a muitos dias de marcha da Baía do Espírito Santo — sempre em busca das mangas vátuas e na ânsia de lhes darem combate.

Ora um dia, obedecendo ao comando de Freire de Andrade, as tropas marchavam resolutas, quando Paiva Couceiro, a cavalo, seguido de cinco praças brancas

e dalguns auxiliares indígenas, se distanciou da coluna, só dando pelo perigo que corria ao ver na sua frente uma avalanche de pretos armados.

Outro qualquer, em virtude da diminuta fôrça que o acompanhava, teria procurado salvar-se, evitando uma aproximação que poderia ser-lhe fatal.

Couceiro, porém, deixando a mil metros de distância os auxiliares indígenas que batiam os queixos de pavor, avançou, intrèpidamente, sob os olhares atónitos das *mangas* inimigas!... Depois, num gesto soberbo, arrogante, exigiu a entrega de Matibejana, régulo da Zixaxa, o caudilho terrível que combatera contra o Quadrado de Marracuene.

Quando lhe responderam que Matibejana não se encontrava entre eles, o valoroso oficial intimou os revoltosos a apresentarem-lhe o régulo no prazo de três dias, findos os quais, e no caso de recusa, êle saberia castigar duramente a desobediência às suas ordens.

Os pretos não tinham acabado de sair do seu espanto, e já Paiva Couceiro retrocedia vagarosamente. Pelas costas poderia tê-lo ferido de morte uma azagaia afiada; mas os cafres admiram a bravura, e àquele branco cercava-o a auréola duma audácia sublime.

Reunido, de novo, aos auxiliares, Paiva Couceiro afastou-se, plàcidamente, sem que as mangas armadas esboçassem sequer um passo para o seguir!

Era assim o oficial que, já antes, quando em Lourenço Marques tivera conhecimento de que alguns estrangeiros, residentes naquela cidade, se permitiam enviar, à África do Sul e à Inglaterra, correspondências afrontosas para o prestígio português, os procurara e lavara o insulto, esbofetando e zurzindo, em poucas horas do mesmo dia, três dèsses difamadores,

Pelas vias diplomáticas chegaram queixas até ao Comissário Régio. António Enes fôra obrigado a repreender Paiva Couceiro, apesar desta afirmação num dos seus livros:— «Repreendi-o com vontade de beijá-lo».

Os apaniguados do Gungunhana — o causador de tôda a agitação belicosa no distrito de Lourenço Marques, o hipócrita untuoso que se rojava, por vezes, em atitudes de vassalagem, para logo em seguida estender as garras cruéis— deixaram passar os três dias estipulados por Couceiro e não pensaram na entrega do régulo da Zixaxa.

Os revoltosos precisavam duma lição. As tropas portuguesas quebraram as tréguas dos três dias, e ei-las a caminho de Magul.

Unia-se à impetuosidade garbosa de Paiva Couceiro, a vontade de ferro de Freire de Andrade que briosamente comandava as manobras de 275 homens, dispostos a todos os sacrifícios pela Bandeira adorada da Pátria.

Momento angustioso foi aquêle em que, ao alcançar Magul, a pequena fôrça se viu esperada a pouco mais de um quilómetro de distância por 13 mangas aguerridas, num total de 6.500 selvagens!

Um soldado fiel por cada 23 rebeldes!!!

Nenhum socorro podia esperar a escassa coluna que ia desafiar a esmagadora vantagem dos milhares de bárbaros; mas de que não seria capaz o arranco hercúleo de corações onde cantava o heroísmo mais puro?!

À semelhança de Marracuene, as tropas, como um bloco de ferro, formaram em Quadrado, minúsculo Quadrado guarnecido por 17 homens na primeira fila de cada face.

Os pretos, antegozando o prazer duma vitória fácil, não se resolveram logo ao ataque, talvez por desdenha-

rem bater-se com aquela frágil muralha humana tão fracamente protegida, e pensarem que ela, aos primeiros tiros, se afundaria num mar de sangue.

Dentro do Quadrado, preparavam-se para a luta. Ordens enérgicas marcavam um plano e definiam posições.

A presença do inimigo não esmorecia os ânimos nem roubava a fé de quantos ardiam por alcançar a vitória.

E o combate começou.

Os negros saíram finalmente da imobilidade perigosa que já enervava os oficiais portugueses, e aproximaram-se, cautelosamente das linhas de fogo.

Soaram as primeiras descargas, mas ainda espaçadas.

Sibilavam azagaias, enquanto as *mangas*, astuciosas, estendiam os seus tentáculos, como o polvo gigantesco ao ensaiar o estrangulamento da vítima.

O Quadrado deixou que os cafres se aproximassem mais, e só depois rompeu num tiroteio tão violento, tão mortífero, que o solo parecia revolver-se em abalos assustadores.

Freire de Andrade multiplicava-se, conseguindo dos soldados o sangue frio que estivera a ponto de se perder com os primeiros ímpetos selváticos dos assaltantes. Combatia-se com denodo, sem um desfalecimento, sem uma deserção.

Os indígenas tombavam em volta do Quadrado que varria a planície com o fogo nutrido da metralha. Ferido na face esquerda, na visinhança grave do globo ocular, Paiva Couceiro sentia gotejar o sangue, e não tinha uma crisão de dor, não soltava um gemido, antes mostrava aquela calma dos chefes que, além de inspirarem confiança,

acordam a coragem dos subordinados mais fracos ou menos animosos.

Por várias vezes foi necessário cessar fogo, para que se percebesse a posição do inimigo; da última, porém, quando se desfizeram os rolos de fumo, o Quadrado pôde ainda assistir ao final da fuga desordenada em que os rebeldes se lançavam através da planície, testemunha da façanha prodigiosa que mereceu as seguintes palavras a António Enes:—

«O Combate de Magul parecerá antes um feito cavalheiresco do que uma operação estratégica.

Em verdade, foi uma e outra coisa. Mais de 20 contra um, nas suas terras, à vista das suas aldeias, na ordem e no lugar do combate que haviam livremente escolhido — os muitos não tinham podido chegar-se nem aos poucos ao alcance da zagaia, e haviam fugido desapoderadamente, deixando mortos mais numerosos do que os vivos que os mataram.

Isto deu brado em todo o sertão!»

Os chefes das hordas negras blasonavam que o Combate de Marracuene não tinha sido uma prova concludente da superioridade do soldado europeu; Magul, dada a desigualdade numérica das forças, a sua posição no campo da batalha e a acção do Sol e do clima naquêlê lugar longínquo e escaldante— tudo favorável para os rebeldes— foi a demonstração eloqüente da valentia dos guerreiros portugueses, com quem os vátuas, daí por diante, não poderiam defrontar-se.

Compreenderam isso muito bem as populações dos povoados que alguns valentes de Magul, comandados por Paiva Couceiro, atravessaram em seguida, pois essas po-

pulações indígenas receberam as nossas tropas com admiração, entusiasmo e aclamações, apesar da propaganda sugestionadora de emissários do Gungunhana.

Tudo desabava ou principiava a desabar em volta do régulo cruel:—o ataque às terras da Coroa, falhara; os 6.000 guerreiros da Cossine não se juntaram às mangas rebeldes; a 20 de Setembro, dez potentados negros apresentavam-se a prestar vassalagem,—vassalagem à força que estava do nosso lado, à força que vencera em Marracuene, que triunfara em Magul.

Mas o Gungunhana e os seus chefes guerreiros não desarmavam. No geral, a população indígena escapava-se-lhe, mas o medo às suas represálias subjugava ainda bastantes cafres para que o seu exército fôsse, ou continuasse a ser, numeroso e forte.

E só a tenacidade, a inteligência, o patriotismo de António Enes seriam capazes de manter, em pressão alta, o heroísmo dos nossos soldados, levando-os, de vitória em vitória, ao triunfo em Coolela, Manjacaze, e finalmente em Chaimite, donde o grande Mousinho havia de trazer, amarrado e reduzido a um triste farrapo, esse grotésco chefe negro que a Inglaterra e a Alemanha tanto consideravam, esse Gungunhana que fizera tremer o sertão com as suas crueldades, e se arrogara o mando supremo do Império Vátua.

Foi, portanto, o Combate de Marracuene, a base da pacificação indígena em Moçambique, do desenvolvimento da cidade, pôrto e caminho de ferro de Lourenço Marques, e do prestígio português na África Oriental.

Sem êle, seria mais que temeridade subir até Magul, penetrar até Coolela, Manjacaze e Chaimite, acabar com todos os focos de rebelião e com a sua principal origem:

—o Gungunhana; e sem a acção heroicamente desenvolvida através dessa campanha tenaz, inteligente e formidável, Portugal não conseguiria reter o seu domínio nos distritos de Lourenço Marques e de Inhambane, e muito menos instalar postos militares no interior dessas grandes áreas territoriais.

A pacificação tem em Marracuene a sua origem.

Dêsse famoso Quadrado dimanou a instalação de postos militares, e de tal prestígio foi aureolado o *branco* — o branco, para os indígenas, é só o português! — que hoje, extintos esses postos militares, tôda a Colónia de Moçambique se encontra dividida em circunscrições civis e em postos administrativos, e estes, disseminados pelo interior, a muitas centenas de quilómetros das sedes dos distritos — únicas povoações em que há reduzidos núcleos de tropas — sentem a ordem, inalterável, em sua volta, bastando a autoridade de *um só branco*, desarmado — o chefe — para impor respeito e submissão a muitos milhares de pretos que nalgumas circunscrições se alastram por superfícies imensas, como as do Guijá e Metarica que medem 38.398 e 45.041 quilómetros quadrados — esta última mais de metade da área da Metrópole!

Dêsse prestígio, único em África e observado dia a dia nas relações pacíficas entre brancos e indígenas, temos, além disso, dado sobejas provas aos estrangeiros, em batuques de dezenas de milhar de pretos armados que não nos arreceamos de introduzir nas cidades e até nas sedes das circunscrições.

Por outro lado, no Combate de Marracuene teve origem também o desenvolvimento de Lourenço Marques, do seu porto, do seu caminho de ferro.

Em 1858 — há 77 anos! — Lourenço Marques tinha ape-

nas 73 europeus, menos do que qualquer lugar anexo das freguesias da Metrópole. As suas habitações eram poucas e pobres. Dos seus tristes arruamentos, em 1895—di-lo António Enes—saía-se, a bem dizer, para o sertão, porque a dois passos da capital ou a 200 quilómetros, a fisionomia do país era a mesma.

E agora?

Agora, graças à tranquilidade, à pacificação que se disfruta e que—é bom repeti-lo!—vem do célebre Quadrado de Marracuene, Lourenço Marques e os seus subúrbios, pelo censo de 1927, contava 42.779 habitantes, dos quais 9.001 eram retintamente brancos.

37 avenidas cortam a área imensa da cidade tão pouco povoada há 40 anos, que o mesmo António Enes, ao desembarcar para, como Comissário Régio, dirigir a Campanha contra o Gungunhana, dizia ser muita temeridade ir habitar na Residência da Ponta Vermelha, por ficar alguns quilómetros distante dos lugares habitados e policiados.

Hoje, rodeado de jardins e de belas moradias, o Palácio fica quasi no centro da cidade que se estende para além do Polana Hotel e do Alto-Mahé, numa profusão de chalés encantadores, quasi todos com lindos jardins à frente.

Onde então havia mato bravio, erguem-se agora edificações admiráveis e pitorescas. Os pântanos foram arrazados. Ao mar conquistou-se uma área enorme.

Construíram-se magestosos edifícios e vastos teatros. Entre magníficos estabelecimentos para o ensino primário, há um—como Lisboa não tem—frequentado por cerca de 800 crianças brancas.

O desenvolvimento da cidade corresponde ao desenvolvimento do pôrto e do caminho de ferro. Quem chega

a Lourenço Marques, indo de Lisboa, fica maravilhado por ver o extenso cais, que é um dos mais belos do mundo. Os combóios vão ali receber ou conduzir mercadorias, e, por vezes, até passageiros. As carvoeiras despejam nos flancos dos navios, duma só vez, vagons intelramente cheios de hulha. Grandes guindastes parecem brincar com pesos de 60 e 80 toneladas.

Correspondendo aos serviços do pôrto, ergue-se-lhe à ilharga o imponente edificio da estação do Caminho de Ferro.

Emquanto no pôrto de Lisboa—Lisboa, o Cais da Europa para a navegação da África e da América e que tem atrás de si séculos de apetrechamento!—segundo as estatísticas, estiveram, em 1934, 1.692 paquetes, ao pôrto de Lourenço Marques, quási no extremo da África do Sul—quási no fim do mundo como muita gente julgará!—ao pôrto de Lourenço Marques com pouco mais de 30 anos de apetrechamento moderno e a 40 anos do Combate de Marracuene, em 1933 foram 760 navios que descarregaram 448.632 toneladas de mercadorias, no valor de 993.952 milhões de escudos.

E o que é mais, para orgulho de nós todos, os que nascemos e passámos por Lourenço Marques:

—A Colónia de Moçambique, para quem António Enes, em 1893, elaborava um projecto de orçamento com a receita de 1.195 contos— volvidos 40 anos, tinha receitas 250 vezes maiores, receitas que excedem as de tôdas as outras parcelas do nosso Império Colonial reunidas!!!

Do nada, sem empréstimos e apenas com os recursos próprios, fêz-se alguma coisa de grande, alguma coisa que atesta ao mundo a capacidade administrativa e colonizadora dos portugueses, alguma coisa que, nos últimos 40

anos, é a prova máxima do esforço de Portugal nas terras de Além-Mar.

Porque não é, não, a influência dos estrangeiros ou o seu dinheiro— como muitas pessoas erradamente pensam —que nos rege, domina ou impulsiona nessa terra progressiva onde o orgulho português canta as suas mais belas estrofes.

Pelo contrário! A iniciativa nacional não tolera obstáculos à sua marcha, e tudo leva de vencida nesse lugar distante, como de vencida levou, em 1895, as legiões vátuas que receberam o primeiro golpe em Marracuene, golpe que havia de ser o precursor de tôdas as nossas vitórias dessa campanha memorável, e a origem do esfacelamento dos exércitos negros.

Numa cidade tão cosmopolita, quasi todo o comércio é nosso; e mesmo em população europeia, os portugueses são, em Lourenço Marques, sete vezes mais numerosos do que os restantes brancos, estrangeiros, retinidos.

Para êles, para êsses admiráveis cabouqueiros dum Império em que se entrelaçam o orgulho, o heroísmo, a audácia e o patriotismo, parece terem sido talhados estes versos de bronze de Delfim Guimarães:

Qual é a tua pátria, ó português? É o Douro
 Com os seus alcantis, pomar's, vinhedos, fontes?
 O Minho, êsse vergel, todo esmeralda e ouro?
 A sorridente Beira? A altiva Tral-os-Montes?

Qual é a tua pátria abençoada? É o Tejo?
 A encantadora Sintra, escrínio aurifulgente?
 A nobre Estremadura? O soberbo Alentejo?
 Lisboa, a capital grandiosa e surpreendente?

—Oh! não! a minha pátria é bem maior, mais bela
Que tudo que apontais. Não há outra como ela!

Qual é a tua pátria, ó português? E' o Sado?
A província do Algarve, êsse torrão fecundo?
A cidade do Pôrto, invicto burgo honrado
Que ao nome «português» deu origem no mundo?

Qual é a tua pátria excelsa? E' o Guadiana?
Évora, Montemor? Setúbal, a Figueira?
A lusa Atenas—Coimbra? A região Limiana?
A Arrábida frondosa? As praias da Ericeira?

—Oh! não! a minha pátria é bem maior, mais bela
Que tudo que apontais. Nem há outra como ela!

Qual é a tua pátria, ó português? É a Ilha
Da Madeira, êsse amor, paraíso de amores?
É o alegre Funchal, que a vista maravilha?
Pôrto Santo? Guiné? Cabo Verde? Os Açores?

Qual é a tua pátria afamada? Qual é
O teu berço natal? Que a tua voz o indique!...
Congo, Macau, Timor? Príncipe, S. Tomé?
Goa, Damão, Pangim? Angola, Moçambique?

—Oh! não! a minha pátria é bem maior, mais bela
Que tudo que apontais. Nem há outra como ela!

A pátria portuguesa abrange a terra inteira,
Envolve até o Céu, o ilimitado azul;
Vai desde a velha Europa à terra brasileira,
Alastra pelo mar, do polo Norte ao Sul.

O meu berço natal compreende aquela extensa
Lista que referis... e mais ainda, sim!

Tanger e Mazagão, Ormuz... e Olivença...
Ceuta, Fernando Pó, Arzila e Bombaim!

A pátria portuguesa é a maior, a mais bela
De quantas Deus criou! Não há outra como ela!

Numa empresa titan, numa tarefa ingente,
Ergueu a Cruz de Cristo em remotos sertões...
Avassalou o Oceano e descobriu o Oriente;
Difundiu pelo globo o idioma de Camões!

O passado e o presente... O velho mundo e o novo...
O sangue, a cinza, o pó dos nossos ancestrais...
O conjunto de acções dum pequenino povo
Que Deus destinou p'ra feitos imortais!

A pátria portuguesa é a maior, a mais bela
De quantas cobre o Céu! Bem dita seja Ela!

Senhores:

Como o poeta, pensemos, para retemperar as energias, «que este pequenino povo foi destinado para feitos imortais». Esse pensamento guiou e deu coragem aos bravos do Quadrado de Marracuene, transformando o combate que travaram, ao clarão das peças, no toque de clarim que pôs de pé quantos defendiam os interesses morais, políticos e materiais dos maiores povos da Europa; e assim, esse choque de duas raças não foi apenas a base da pacificação indígena em Moçambique, do desenvolvimento da cidade, pôrto e caminho de ferro de Lourenço Marques e do prestígio português na África Oriental:—De resultados mais profundos e complexos, foi, sem contestações, a melhor escola de heróis e colonizadores, e a lição

que, em todo o Continente Negro, impôs a civilização europeia às massas primitivas que viviam na crendice e da rapina, entregues a instintos ferozes e a contendas devastadoras.

Marracuene reivindica essa glória para Portugal!...

Amália de Paença Nat

LITOGRAFIAS DE INEZ DE CASTRO (1)

Quem, com segurança, falaria de Augusto Mendes Simões de Castro, descrevendo a sua vida, a sua erudição e a sua amizade, seria meu pai, o Doutor Júlio Marques de Vilhena, visto que os dois foram condiscípulos nas aulas universitárias e sempre amigos no decorrer do tempo.

Recordo-me agora que após a publicação da *História do Reinado de D. Pedro 5.º*, meu pai, entusiasmado com o sucesso obtido por essa obra, na qual se revela o seu altíssimo juízo crítico, aliado a uma prosa vernácula, lembrada dos clássicos lidos e relidos, e querendo aproveitar a monção de clareza e de frescura em que o seu espírito se encontrava, perguntou-me que trabalho deveria emprender para alimentar o fogo sagrado que o havia inspirado na confecção daquela obra. E eu, obedecendo a uma certa idea de que todo o homem público deve escrever as suas memórias, revelando imparcialmente os múltiplos e variados segredos dos bastidores políticos, segredos que só ele conheceu e que, a nós, chegam deturpados pela feira das paixões de cada um, aconselhei-o a que escrevesse as suas *Memórias Político-literárias*, deixando-as por sua morte como depoimento sincero da vida política que havia exercido.

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

Felizmente a sua inteligência sempre moça, compreendendo o grande alcance de uma tal obra, fez com que, accedendo ao meu conselho, começasse êsse trabalho; infelizmente a doença não consentiu que êle o acabasse e as únicas páginas onde falava dos seus tempos de Coimbra, dos seus condiscípulos, entre os quais figurava Simões de Castro, foram condenadas, por vontade sua, a desaparecerem pelo fogo.

Que venho então eu aqui fazer, eu que só por tradição paterna e pela leitura das suas obras tive conhecimento da individualidade de Simões de Castro?

Venho porque, filhote de Coimbra, desejo também contribuir de alguma maneira para esta homenagem.

Anibal Fernandes Tomaz, para comemorar o tri-centenário de Camões, organizou a respeito de Inez de Castro uma colectânea de três artigos intitulados *Iconografia, História e Literatura* escritos respectivamente por Augusto Filipe Simões, AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO e Abílio Augusto da Fonseca Pinto.

Os três artigos são jóias de literatura, produto de espíritos nascidos sob o céu romântico de Coimbra, apaixonados pelo sentimentalismo dos amores de Inez. No entanto, a parte respeitante à *Iconografia* é incompleta porque se refere unicamente às estátuas de D. Pedro e D. Inez, jacentes nos túmulos de Alcobaça, e não fala das estampas ou litografias que, feitas em Paris em 1850, se espalharam em milhares de exemplares pelo mundo e ainda hoje se encontram em sitios distantes mostrando assim o interêsse que os amores de Inez de Castro, contados no texto dessas estampas em palavras repassadas de ternura, despertaram nos corações compassivos daquele tempo.

Para os amadores de estampas de assuntos portuguezes e para os colleccionadores de coisas de Coimbra, vou descrever as edições que daquelas se fizeram:

—Colecção de quatro litografias coloridas, editadas em Paris, Chez S. Stampa, fils, rue des Grands Augustins —Lith. Becquet frères à Paris. Lisboa na Loja de estampas de Manuel Costenla, Rua do Loreto, 58. Desenho de Napoléon Thomas. (Texto em portuguez e francês).

—Colecção de quatro litografias coloridas, editadas em Paris por L. Turgis, Impr. Éditeur, Rue des Écoles et à New York, Broadway, 300. Lith. Casse Frères à St. Gandeus. (Texto em francês e espanhol).

—Colecção de quatro litografias editadas em Paris por Bulla Frères, lith. por Becquet Frères, Desenho de Napoléon Thomas. (Texto em portuguez e francês). O desenho é o mesmo que o da edição de S. Stampa.

—Colecção de quatro litografias, editadas por Maesani, Quai aux Fleurs, 7. Lith. de Becquet. Chez Forgues à Toulouse et à Marseille. Des. de Napoléon Thomas. (texto em francês e espanhol).

—Colecção de cinco litografias coloridas, editadas em Paris, Chez Tessar & Cie, quai des Grands Augustins. Vende-se em casa de Ossolun e Fontana, Rua do Arsenal, 7 — Lisboa. Chasselat deli. Duthê sculps. (Texto em portuguez). Esta colecção foi também publicada sem ser colorida.

Há ainda uma colecção editada em Madrid com texto em espanhol, de tôdas a mais rara.

Assim estas flôres, que eu acabo de espargir sôbre a presente ara votiva à memória de Simões de Castro, devem contentar os seus manes, porque recordam a lenda dos amores de Inez, que êle historiou na colectânea de Fernandes Tomaz, em um rasgo de sentimentalismo...

JOÃO JARDIM DE VILHENA

«O MONDEGO DESCENDO»... (1)

Para além dos Olivais
ergue-se um disco de prata.
Rapazes! Afinadinhos!
Principie a serenata.

I

Há no mundo duas terras
como outras não conheci:
és tu, saúdosa Coimbra,
e a Figueira, onde nasci.

II

Minha terra não é Coimbra...
Deixá-lo. ;É como se fôsse!
O seu nome é um sonho brando...
;Não há palavra mais doce!

III

—Andorinha viajeira,
;Onde vais com tanta pressa?
— Corri mundo e não vi terra
que com Coimbra se pareça.

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

IV

Coimbra é vinho que se bebe
 por conta, pêso e medida;
 quem o engolir dum só trago
 co'a razão fica perdida.

V

Da «ditosa pátria amada»
 quando Camões escreveu,
 ou pensaria em Coimbra
 ou na terra onde nasceu.

VI

O sol acende as janelas,
 ao morrer, de Coimbra inteira;
 e o casario, de longe,
 causa espanto—é uma fogueira.

VII

Quando Deus, lá nas alturas,
 se começa a aborrecer,
 disfarça-se de estudante,
 vem a Coimbra espairecer.

VIII

Guiomar, costureirinha
 da rua de Quebra-Costas:
 g ainda te lembrás de mim?
 e se lembrás, ainda gostas?

IX

Linda vista mete a ponte
cá de cima, da Couraça;
melhor vista faz Zézinha
quando à tarde por lá passa.

X

Coimbra abaixo, Coimbra acima,
de Celas a Santa Clara,
como o teu não vi nenhum
outro palminho de cara.

XI

S. João e a Rainha Santa
fizeram aposta grada:
qual dos dois faz mais milagres
às moças e à rapaziada.

XII

¿Dizes que a Rainha Santa
fêz oiro em rosas, Zézinha?
Também fizeste o milagre
de eu ser teu e tu ser's minha.

XIII

Se não guardas a azeitona
da ranchada dos pardais,
fica-te a igreja às escuras,
Sant'António de Olivais!

XIV

Ó Coimbra, tôda branca,
 moleirinha do luar!
 Que farinha enfeitiçada
 tu andas a peneirar!

XV

Coimbra, menina garrida,
 que mal te quiere o Estio?
 p'ra te não ver's ao espelho,
 mal chega, seca-te o rio...

XVI

Ando-me a formar em leis
 e que sei eu, francamente?
 Se fôsse em beijos e abraços,
 raparigas - ia a lente!

XVII

Rainha Santa Isabel
 a vossa fé nos ampara;
 estais velando Coimbra
 do alto de Santa Clara.

XVIII

Nem só a Rainha Santa
 faz maravilhas de fama;
 meu coração era gelo
 e tu mudaste-lo em chama.

XIX //

Como a tricana de Coimbra
sabe o chalinho traçar!
Se ao domingo vai à missa.
Jé um amor perfeito a andar!

XX //

Quem me dera ao pé de ti,
ser mais do que teu vizinho;
Tam juntos, como andam juntos
o têsto e o pucarinho.

XXI //

Para vinho verde, o Minho;
Tomar, em queijinhos timbra;
para alfarroba, o Algarve;
mas tricanas—só Coimbra!

XXII //

À sombra daquele chorão
foram nossas brincadeiras;
o chorão disse-o ao Mondego
e o Mondego às lavadeiras.

XXIII //

Mondego, és alcoviteiro,
não perdes manhas antigas:
murmuras aos estudantes
segredos das raparigas.

XXIV

¡Ó laranjais de Coimbra,
vestidos de oiro e de verde!
¡Ó caras de neve e rosas,
por quem a gente se perde!

XXV

Nas fogueiras do Romal
e pátio da Inquisição,
ganhei a noite a dançar
...mas queimei o coração.

XXVI

A tricana e a cantarinha
parecem uma só peça:
onde uma levanta os braços
a outra logo começa.

XXVII

A cova onde Margarida
dorme no Pio—¡há três sóis!—
é geitosa, como a casa
que ela sonhava p'ros dois...

XXVIII

Há um cipreste sôbre a cova
onde o seu corpo desceu.
Aponta, saúdoso, a estréla
onde ela mora no céu.

XXIX

¡Santa Cruz! Pio esfaimado!
¡Princípio e fim duma vida!
¡Pia de água baptismal!
¡Sepulcro de Margarida!

XXX

¿Que mal te fiz eu, Coimbra,
que me tens tam má vontade?
Levas-me o melhor da vida,
¡deixas-me em troca a saudade!

XXXI

Quis afogar as saudades,
fui atirá-las ao Cais;
prenderam-se nos salgueiros,
dali não saíram mais.

XXXII

Vinde ao Choupal, rouxinóis
do triste do Bernardim,
vinde ouvir vossos irmãos
—cantareis melhor assim!

XXXIII

Os rouxinóis do Choupal
são doutores em canções:
já traduzem em gorgeios
redondilhas de Camões...

XXXIV

Os rouxinóis de Coimbra
mestres de solfas brègeiras,
já cantam ao desafio,
no rio co'as lavadeiras.

XXXV

¡Campos verdes de Coimbra,
tanto da minha afeição!
¡Quanto mais longe de mim,
mais perto do coração!

XXXVI

¡Ó Sé Velha! Ó Tôrre de Anto!
Fonte de Amores! Choupal!
¡Ó Coimbra, és a mais linda
das terras de Portugal!

Morre ao longe a última trova,
já lá vem rompendo o dia;
no alto, ¡começa agora
a cantar a cotovia!

CARDOSO MARTHA

O IMPÉRIO PORTUGUÊS

Encontramo-nos num momento de intenso renascimento nacional, após um século em que invasões e acesas lutas políticas muito prejudicaram a acção maravilhosa que em tôdas as épocas tem admiravelmente desenvolvido a Nação portuguesa.

É certo que não será possível repetir hoje as façanhas épicas que marcam aos portugueses, nos primeiros séculos da existência da sua nacionalidade, uma situação primacial no mundo civilizado.

A superfície da terra está conhecida na sua quasi totalidade, e quando muito faltará o reconhecimento detalhado de algumas regiões que os gêlos polares encobrem, e que, contudo, audazes investigadores prosseguem, activamente, aproveitando recursos até há pouco desconhecidos, mas que muito facilitam a tarefa, como sejam o submarino e o avião.

Actualmente as nações de civilização mais adiantada empenham-se em valorizar os imensos territórios que mal começam a ser povoados, e assiste-se ao estranho espectáculo que se manifesta de porfiadas lutas com a pretensão de alargarem os seus limites e adquirirem o monopólio dos produtos mais ricos, quando ainda sobra espaço para o dobro da população actual.

Daí cubiças exageradas que agitam e perturbam a humanidade, que se encontra em constante sofrimento, quando se deveria esperar que gosasse uma época dourada, tantos são os benefícios que Deus lhe prodigaliza, tanto em valores primários como em derivados, que sucessivas e surpreendentes descobertas põem à disposição do homem.

Sem dúvida de modo algum pode ser censurada a actividade que permita aumentar as riquezas, mas pode ser lamentável o atropêlo com que por vezes alguns povos pretendam aproveitar-se dessas riquezas sem respeito pelos direitos devidamente adquiridos.

Portugal é um dos paizes que mais direitos possui a usufruir o domínio que lhe pertence, e que obteve à custa de pesados sacrifícios, e de tenaz persistência. Há ainda, e sempre, a considerar que, a êsses sacrifícios e persistência, deve a civilização descobertas de inexcedível valor que deram à Europa a possibilidade de uma larga expansão. Foram os portuguezes, e seguidamente os espanhois, que ensinaram a maior parte dos nossos conhecimentos geográficos.

Mas Portugal não se contentou com descobrir,—conquistou e civilizou. A sua acção mesmo neste campo é portentosa. Logo em Marrocos foi admirável a sua iniciativa que maravilha todos quantos hoje dela tomam conhecimento. Na Abissínia os vestígios da sua influêcia a nós mesmo surpreendem.

O vasto e rico império do Brasil é obra dos portuguezes. Por tôda a Ásia e Oceânia persistem traços vindados da influêcia portuguesa, e sobretudo da sua benéfica acção. Emfim, a África é uma região essencialmente portuguesa.

Por todo êsse continente, que se apresentou inóspito e

de complicado acesso, derramaram os portugueses o seu sangue a jorros, e em todo êle se mostra a prova do seu trabalho e da sua admirável capacidade para o valorizar.

Circunstâncias diversas reduziram a extensão do nosso domínio, mas o que aí nos resta é bem português, tão português como o são as nossas províncias europeias.

E Portugal empenha-se em produzir novas provas dos seus direitos, as quais deveriam ser escusadas, mas que devem impressionar profundamente a humanidade.

A Sociedade de Geografia de Lisboa ocupa-se há 60 anos, com uma orientação superior, em contribuir para o engrandecimento dos nossos domínios ultramarinos, e sobretudo dos nossos domínios africanos. Pode assegurar-se que nenhum povo dispõe de melhores qualidades de colonizador e civilizador, e uma prova evidente encontra-se no incremento agrícola dessas regiões e na dedicação e respeito que aos povos nativos merecem os portugueses.

Tem recrudescido nos últimos anos a actividade da Sociedade de Geografia, e dela tivemos agora uma semana de inextinguível brilho, que fechou no dia 8 do corrente mês de Maio.

Também a Cruzada Nacional D. Nun'Álvares Pereira que tem como seu primeiro objectivo: (art.º 2.º a)—«Levantar intensamente as energias do povo português, despertando-lhe, e radicando-lhe o amor pela terra da Pátria, e o culto dos seus heróis», está cumprindo com acendrado patriotismo a sua missão, e dêsse facto dá prova a mensagem que em seguida vai transcrita, a qual a sua direcção geral entregou a Sua Excelência o General Oscar Carmona, venerando Chefe do Estado, no dia 2 do corrente mês de Maio. E com prazer pode acrescentar-se que Sua Excelência acolheu com grande interêsse a patriótica e oportuna

iniciativa da Cruzada, que, seguramente, terá o apoio de todos os portugueses, e merecerá o respeito das nações civilizadas.

F. M. DA COSTA LÔBO

MENSAGEM DA CRUZADA NACIONAL

D. NUN'ÁLVARES PEREIRA

APRESENTADA A SUA Ex.^a O PRESIDENTE DA
REPÚBLICA PARA SOLICITAR QUE SEJA
ADOPTADA A DESIGNAÇÃO DE IMPÉRIO
PORTUGUÊS

«A Cruzada Nacional D. Nun'Álvares Pereira, que gosa da honra de ter V. Ex.^a como seu Presidente Honorário, julga do seu dever acercar-se do Venerando Chefe do Estado, neste momento em que graves apreensões preocupam a Humanidade, com a intenção, em primeiro lugar, de afirmar que esta agremiação tem tóda a confiança nos patrióticos sentimentos de V. Ex.^a, que certamente aproveitará as valiosas energias de que dispõe para uma eficaz defesa da nossa nacionalidade, e que pela sua parte se empenhará em contribuir com todo o seu esforço para que triunfe sempre a vontade de todos os portugueses—de que seja respeitada a integridade e independência de Portugal, a mais antiga nação da Europa.

E considerando oportuno recordar a todos os povos que se trata de uma nacionalidade à qual a civilização mundial deve excepcionais serviços, e que é constituída por um organismo homogénio, embora os seus territórios se encontrem espalhados em diversas partes da Terra, e também

para que todos os seus elementos tenham sempre bem nítida a importância da grandeza desta nacionalidade, a Cruzada Nacional D. Nun'Álvares Pereira, orgulhosa do seu heroico patrono, vem solicitar de V. Ex.^a que neste momento consubstancia distintamente a vontade de todo o nosso povo, que Portugal adopte a designação de Império Português, e que da legislação seja banido o vocábulo colónia e seus derivados, applicando-se a todo o território uma legislação uniforme, embora com modalidades apropriadas às suas diferentes províncias, tôdas bem portuguesas quer consideremos Trás-os-Montes ou o Algarve, Angola ou a Índia Portuguesa.

Senhor Presidente! Nada ha mais eficiente para se conseguir viver do que querer-se viver, e Portugal, nação sempre jovem e pujante de energias e de espirito empreendedor e audaz, afirma com decisão calma mas inquebrantável que quer viver e realizar a sua missão com zelo, e mesmo com o brilho que tem mantido em tôdas as épocas, dentro dos limites definidos nos documentos internacionais em atenção aos seus indiscutíveis direitos.

O valor admirável das qualidades da raça portuguesa ficou marcado desde o início da fundação da nacionalidade, nos princípios do século XII, e a sua acção civilizadora é constantemente notavel pela sua perseverança, intelligência e coragem.

Foi o Povo Português o primeiro que ousou encarar sem trepidar os perigos dos mares longinquos e misteriosos, e tornou a Europa senhora da Terra com uma obra superiormente orientada e perseverantemente prosseguida durante cêrca de dois séculos, desde 1415, em que Portugal realizou o feito memoravel da conquista de Ceuta, até aos meados do século XVI. Foram ainda dois portugueses

que há pouco, já no seculo actual, dominaram os ares imensos e revoltos, e com um vôo arrojado sôbre o Atlântico estreitaram fortemente os laços de amizade de Portugal com o formoso, imenso e poderoso império do Brasil, obra memoravel dos portugueses, nessa ocasião representados pela alta ciência de Gago Coutinho e heroismo dêste e do seu inolvidável companheiro Sacadura Cabral.

A seiva que o vivifica continua produzindo homens de mais elevada envergadura, e ao mesmo tempo manifestam-se as suas qualidades de abnegação, sacrificio e patriotismo, sentimentos humanitários, de capacidade para acompanhar e impulsionar os mais avançados progressos da civilização.

Tôda a população do seu vasto território constitui um todo homogéneo: em tôda ela pulsa fervente a alma portuguesa, e, o que é ainda mais para acentuar, a alma portuguesa vibra intensamente fora do corpo da nação nas mais remotas e diversas regiões da Terra, onde milhões dos nossos descendentes conservam arreigado o seu amor pela Pátria Portuguesa, e a ela continuam ligados, orgulhosos dos seus antepassados e das tradições que os portugueses indelevelmente fixaram nas regiões que habitam. Por tôda a América, por todo o Oriente pulsa a alma portuguesa, ainda há pouco assim o afirmou no Salão Nobre da Universidade de Coimbra um illustre Cingalês, acrescentando que os seus compatriotas mais nobres se orgulhavam de possuir um nome portuguez.

As distintas qualidades do povo portuguez que já temos notado — de intelligência, coragem, independência, abnegação, sobriedade e sentimento foram consagradas pelo surpreendente acontecimento que teve lugar após 1640, em seguida a um período de 60 anos durante o qual os la-

ços da sua união estiveram quebrados por ter saído a Coroa de Portugal da linha dos Príncipes Portugueses, devido a uma razão de hereditariedade invocada em consequência da morte prematura de um rei que o Povo Português lembra com saúde, e que é venerado pelos próprios que o vitimaram nas plagas africanas, às quais foi levado a lutar, corpo a corpo, pelo seu heroísmo e acendrado amor pela sua patria. Restaurada a nacionalidade portuguesa, tôdas as regiões que a compunham anteriormente, espalhadas ainda então pelas cinco partes do mundo, numa epoca em que as relações eram demoradas e as comunicações difíceis, com extensão superior a dez milhões de quilómetros quadrados rapidamente se integraram no império português, facto maravilhoso e prova evidente das notáveis qualidades deste Povo, e do direito que tem ao respeito mundial.

Emfim, a apoiar o nosso desejo, que é certamente a vontade de todos os portugueses, levanta-se a monumental consagração que dos feitos da nossa raça se encontra na obra maravilhosa «Os Lusíadas» do imortal épico Luiz de Camões, assombro da humanidade como assombrosa é a epopeia que canta.

Permita-se-nos ainda que acrescentemos que a Nação Portuguesa aplaude tôda a acção tendente a assegurar a sua integridade e independência, pronta para todos os sacrificios e que, apreciando o esforço já feito para melhorar a nossa Marinha de Guerra, que, com inextinguível heroísmo, constantemente tem prestigiado a nossa pátria, espera confiadamente em que ao nosso glorioso exército sejam proporcionados os meios para poder exercer eficientemente a sua missão, como o tem feito em todos os tempos; e em que, no Atlântico, sejam devidamente instaladas as bases navais de que dispomos, que serão poderosos redutos de defesa

e importantes elementos para valorizar a nossa secular e ininterrupta aliança e amizade com a nobre e poderosa Nação Inglesa».

Lisboa 2 de Maio de 1935. A Direcção Geral.

Cobriam a mensagem numerosas assinaturas, entre as quais colhemos as seguintes:

Dr. Francisco M. da Costa Lôbo, D. Bernardo de Mesquita, general Farinha Beirão, João Perestrelo, Prof. dr. Pedro José da Cunha, Prof. dr. Azevedo Neves, Conde de Castelo Branco, Prof. Jorge Oom, Eng. Rui de Andrade, dr. Herminio Sarmiento, dr. Tomaz de Gambôa Bandeira de Melo, dr. José Barahona, dr. Alberto Pinheiro Tôrres, Prof. dr. Diogo Pacheco de Amorim, coronel Fernando Borges, capitão Mário Pessoa, Rui Gomes da Costa, Visconde da Lagoa, capitão dr. Afonso de Miranda, Prof. Vitor Hugo de Lemos, tenente Humberto Camara Stone, dr. Eduardo Fernandes de Oliveira, dr. Francisco Câncio.

O Chefe do Estado, que recebeu a delegação com a mais cativante gentileza, agradeceu as palavras com que o sr. dr. Costa Lobo tinha acompanhado a leitura da mensagem, afirmando que uma e outras haviam calado fundo no seu coração e lhe davam a satisfação de ver que podiam os homens que estão dirigindo o país contar inteiramente com a solidariedade moral e o esforço sincero e prestimoso da Cruzada.

UM HOMEM DE BEM⁽¹⁾

Quando há anos visitámos a igreja de Santa Engrácia em Lisboa, notámos que o edifício, pela sua traça, prestava-se admiravelmente a Panteão Nacional. Comunicámos esta impressão a Luciano Cordeiro que a recebeu com verdadeira simpatia, e mais tarde, noutra visita à mesma igreja com Augusto Fuschini e Fernando Eduardo de Serpa, referimo-lhes a nossa antiga impressão que foi perfilhada com entusiasmo por aquêles bons amigos, hoje infelizmente no número dos mortos.

Conseguiu-se que fôsse encarregado da restauração e acabamento do edifício (cúpula) o distinto architecto Ventura Terra, mas a morte não o deixou, sequer, dar principio à obra, prosseguindo o tempo na destruição do rico e magestoso edifício, que desde os alicerces parece ter sido destinado a Panteão dos grandes vultos portuguezes, espalhados pelo país esperando a consagração devida pelos altos feitos com que engrandeceram a Pátria.

Sem Panteão, criou-se uma outra forma de consagrar os mortos, a que se deu o nome de *In-Memoriam*, mas essa inovação, da maneira como tem sido usada, não pode considerar-se uma consagração nacional, mas simples preito de amizade íntima, porque a maioria das pessoas, cuja

(1) Vide nota da pág. 1, do vol. 87.

memória se impõe ao nosso respeito, não deixou obras nem praticou actos que mereçam semelhante homenagem, vindo ainda em refôrço desta opinião o facto de terem sido esquecidas verdadeiras notabilidades como Gama Barros, o grande historiador, Gomes Teixeira, insigne matemático, e tantos outros mortos ilustres, cujo nome viverá através dos séculos mercê das obras que nos deixaram.

Tudo isto vem a propósito de um escritor falecido não há muito, a quem o «Instituto» de Coimbra, reconhecendo o valor dos seus trabalhos e prestando homenagem às suas nobres qualidades, dedica um volume especial, perpetuando dessa maneira a sua memória.

Esse escritor era Augusto Mendes Simões de Castro que deu à sua terra⁽¹⁾, que ele muito amou, o melhor da sua vida e da sua inteligência, descrevendo em dezenas de trabalhos os seus encantos e belezas, as suas antiguidades históricas e artísticas, podendo dizer-se que a história de Coimbra, berço de Portugal, está fragmentada nessas colunas.

Louvado seja pois o «Instituto» pela bela iniciativa, levantando um monumento escrito, simples mas sincero, à memória do mestre que bem o merece pelo seu talento, pela sua erudição, pela sua modéstia, pela sua bondade, pelo seu carácter diamantino, emfim, pelo afectuoso amor à sua terra natal.

*

Convidado a colaborar nesse livro, aceitámos o hon-

(1) Coimbra, onde nasceu a 3 de Agôsto de 1845, e faleceu a 19 de Abril de 1932.

roso convite como um dever que não podíamos nem devíamos recusar, entendendo que a melhor colaboração seria ocupar-nos de Coimbra, da sua e nossa Pátria, que não sabemos engrandecer como êle, dando notícia de algumas sepulturas desconhecidas do mosteiro de Santa Clara fundado por D. Mór Dias, restaurado e ampliado pela virtuosa espôsa de D. Deniz, a adorada Rainha Santa.

Neste mosteiro, que foi ao mesmo tempo hospício e Paço Real, foram sepultadas, além da Rainha Santa Isabel em 12 de Junho de 1336, que aí se conservou até ser trasladada no dia 29 de Outubro de 1677 para o novo convento de Santa Clara, onde ainda hoje se venera, algumas infantas e outras pessoas de distinção, segundo Fr. Manuel Esperança—*História Seráfica*—mas há mais três que o cronista não registou, dignas de memória, de que achamos notícia num velho códice do princípio do XVII século.

A primeira sepultura é de D. Branca da Silva, com este epitáfio:

«Aquis las a muito honrada e prezada sñra dona branca da silua, molher do muyto honrado e prezado snõr João Rõiz de uasconselos, sñor dos pedrogãos e figueiró, filha de ruy Gomez da silua alcaide mor de campo maior. E de sua molher dona isabel de menesses; a qual se finou em esta cidade de coimbra aos seis dias do mes de yaneiro na era de nouenta e sinquo annos pater ñtr».

O túmulo é de pedra de Ançã medindo nove palmos de comprido por quatro de largo e três e meio de alto, tendo à cabeceira o escudo de armas dos Silvas e aos pés

outro escudo com as armas dos Sousas, Menezes, Vasconcelos e Silvas.

A segunda sepultura, sem epitáfio, tem esculpida na parte superior a figura de um homem idoso com um terçado à cinta e dois anjos à cabeceira.

A terceira reza assim:

«Aqui jaz dona beringeira da teixeira a que

Deos perdoe; dona que andou com a rainha

dona isabel per grandes tempos; passou saba-

do onze dias do mez de maio de 1363. deos

lhe perdoe Amẽ».

Prestada a nossa singela homenagem a Augusto Mendes Simões de Castro, depomos na sua campa um braço de saüdades, esperando que a sua vida sem mácula sirva de exemplo a vindouros.

Lisboa, Natal de 1933.

MARTINHO DA FONSECA

NOSSA SENHORA DA PORTA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA⁽¹⁾

Por vezes a memória das coisas perdura devido a circunstâncias bem singelas. O que parecia desafiar os anos pela resistência do seu material constituinte, desaparece na voragem do tempo, e um débil bocado de papel triunfa de tôdas as vicissitudes e transmite à posteridade a lembrança das obras extintas.

Está neste caso o pequeno registo de *Nossa Senhora da Porta de Santa Cruz de Coimbra*. A existência dessa imagem, por certo muito venerada no mosteiro dos Crúzios, apagou-se nas sombras do passado. Dela nem mesmo os devotados da história conimbricense têm, actualmente, qualquer reminiscência em sua memória. Todavia muitas gerações a invocaram em seus transe e nela procuraram consolação.

Talvez nalguma poeirenta crónica, de insulsa leitura, qualquer passagem se lhe refira, sem espavento, perdida na sarça densa das mirabolâncias monásticas. Se assim é, tem escapado à investigação. Também o interesse por si só, da notícia, seria nulo, e daí o seu provável despercebimento.

Ora, bem superiores a qualquer notícia isolada de

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

cronista ou de anotador, pelo poder fascinador sôbre o sentido da visão, são as figurações do desenho, às vezes cheias de encanto ou de ingenuidade. Estas prendem mais facilmente que a escrita, mesmo pelo menor esforço a que obrigam. Deleitam quasi sempre; instruem muitas vezes. Quão sugestivas são as velhas estampas!

«Les vieux papiers, c'est ce que conservent soigneusement les délicats, les chercheurs, les curieux, tous ceux qui savent de quelle façon, à l'aide de ces petites choses, se reconstitue l'histoire ou se détruisent les légendes»⁽²⁾.

E' por meio dessas mensageiras, que não mentem, que por vezes o passado se descobre.

Deviam ser guardados nos arquivos, como se guardam os livros nas bibliotecas. Mas isso entre nós é ainda um mito. Nem alguns museus as querem...

Foi por intermédio de uns simples registos, em papel amarelecido e mutilado, que tive conhecimento de *Nossa Senhora da Porta de Santa Cruz de Coimbra*, hoje totalmente esquecida na tradição, e àcerca da qual os textos mais correntes nada dizem.

Por isso temos de lançar-nos em conjecturas para lhe fixar o local no mosteiro.

¿Trata-se da porta da igreja ou de qualquer outra entrada conventual?

O convento era primitivamente cercado de muros, com tórres defensivas, uma das quais ainda há pouco existia.

(2) J. Grand Carteret. *Vieux Papiers. Vieilles Images*. Paris, 1896. pág. IX.

Das portas de serventia fala-nos D. Nicolau de Santa Maria⁽³⁾ d'este modo:

«Tornando agora outra vez ao terreiro que está ante este Mosteiro pera a parte do Norte, além da Igreja se vem duas portas da serventia do mesmo Mosteiro; por hũa entra, & sahe a gente nobre, & pella outra a gente de serviço, os carros & as cavalgadas.»

A crónica que descreve com minúcia a porta fidalga, que ficava mais chegada à igreja, não faz alusão a qualquer imagem nela existente, dizendo apenas que o «portal é de pedraria, com algũa obra custosa».

Tudo leva a crer que a porta em questão fôsse a do templo.

«No século XVIII, diz A. Gonçalves, os cónegos cometeram um grosseiro atentado. O pórtico era geminado, tendo duas entradas a par. Ao meio a pilastra divisória, onde se ostentava a estátua do Salvador. Daí lhe vinha a denominação de *Portal da Magestade*.»⁽⁴⁾

D. Nicolau de Santa Maria⁽⁵⁾ descreve-o assim:

«O Portal da Igreja... chama-se Portal da Magestade, porque em o frontespício delle está a Imagem de Deos Padre em figura de relêvo, de pedra branca, em fórma q̃ comũmente se soe pintar, & em redor estão Imagens de alguns Patriarchas, & Santos do velho Testamento & da Virgem gloriosa, que foi principio do novo».

Uma imagem da Virgem acha-se ainda sob a grande

(3) *Chronica dos Conegos de S. Agostinho*. II. P. Livro VII. Cap. XXIII.

(4) *Estatuária Lapidar no Museu Machado de Castro*. Coimbra, 1923. Pág. 236.

(5) *Chronica*. II P. Livro VII. cap. XXII.

janela da fachada, no nicho central, sem o Menino nos braços.

Difere pois da figuração apresentada no registo de Nossa Senhora da Porta de Santa Cruz, onde se vê o Menino, apoiado em uma espécie de pedestal. E' de crer que a porta antes da reforma tivesse tímpano, podendo aí estar representada a Virgem com o Menino na attitude que a gravura mostra.

Os registos que se encontram na minha colecção são quatro, todos de chapas diferentes, muito possivelmente dos séculos XVII e XVIII.

Referir-me-ei a cada um dêles de uma maneira sumária:

I. Nossa Senhora com o Menino sustido no braço direito, apoiando-se num pedestal. Na cabeça da Virgem uma coroa fechada rematando por uma pomba. Na parte inferior da estampa uma cartela com um medalhão, onde se patenteia o brasão de armas do mosteiro de Santa Cruz. Aos lados, cornucópias de abertura superior com flores, e palmas estilizadas donde brotam ramos de oliveira que no alto, bifurcando-se, circunscrevem um espaço onde se lê: *Nossa Senhora da Porta de S.^{ta} Cruz de Coimbra*. Fundo de nuvens e raios de luz. A cartela tem estes dizeres: *Toda a pessoa, q̃ trazendo interiorm̃ sobre o peito, ou consigo de outro modo esta imagẽ, invocar a S.^{ra} em qualquer tentação, p.^a q̃. a não deixe cahir em peccado, ou lhe rezar devotam^{te} a Ave M^a, ganha de cada vez 40 dias de Indulgência, e outros tantos se fizer o mesmo ao deitar e levantar da Cama beijando a mão de joelhos á Senhora. Roma.*

Gravura a traço, feita a buril, em metal. Factura um tanto grosseira. 55×90. O exemplar está mutilado inferiormente.

II Factura semelhante à anterior, no conjunto, diferindo em não se achar coroada a Virgem. Idênticos dizeres. Gravura mais cuidada. Mesmas dimensões. Exemplar recortado nos bordos.

III Desenho das chapas anteriores; execução mais perfeita; aberta a bu-

ril, com ponteados nas carnações das figuras. Virgem sem coroa. Nas três estampas indicadas, características ornamentais do renascimento. Formato, o mesmo. (Fig. 1)

IV O motivo ornamental difere inteiramente das gravuras acima mencionadas, com as características peculiares ao século XVIII. Evidencia o estilo rococó,

com as suas assimetrias.

A Senhora, sem coroa, e na mesma postura das outras, surge em uma oval, recortando-se num fundo de arquitetura e de nuvens. Duas cartelas com ornatos curvilíneos de folhagens caprichosas, e agrupamentos laterais de flôres,



Fig. 1

Dizeres idênticos aos das outras estampas, mais resumidos, não se vendo o escudo dos Crúzios. A ornamentação excede nas partes medianas o enquadramento envolvente.

Água forte, com retoques a buril. Conjunto muito gracioso e equilibrado. 77×96. (Fig. 2)



Fig. 2

Tôdas as gravuras são anónimas.

O escudo de Santa Cruz era cortado em faixa, tendo superiormente, «uma cruz arvorada com dois anjos ao pé»,

conforme o selo da Congregação determinado pelo Capitulo em 1572, selo que se usou durante os séculos XVII e XVIII,⁽⁶⁾ e em baixo as armas do reino, escudo encimado pela coroa, visto o mosteiro se denominar *Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*.

Este brasão vê-se ainda no pesado pórtico que enfrenta o portal da igreja.

*

* *

Suponho estas estampas pouco vulgares. O facto de, segundo a legenda que as acompanha, deverem ser trazidas «interiormente sôbre o peito ou consigo de outro modo», poderia contribuir grandemente para a sua deterioração, e portanto para o seu aniquilamento.

Conforme me comunicou, o meu illustre amigo Dr. A. G. da Rocha Madahil, possuidor de uma vasta colecção de registos, não as conhecia.

No magnifico conjunto de estampas da Sociedade Martins Sarmiento⁽⁷⁾ também não se encontram.

Todavia não são por completo desconhecidas, pois que na colecção de registos de santos que pertenceu a Anibal Fernandes Tomaz,⁽⁸⁾ hoje na posse do Museu Etnológico Dr. José Leite de Vasconcelos, se arquivam. No catálogo da mesma, elaborado pelo sr. Luiz Chaves,⁽⁹⁾

(6) Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *A livraria do Mosteiro de S.^{ta} Cruz de Coimbra*. Coimbra, 1921. Pag. 135.

(7) A. Tibúrcio de Vasconcelos. *Colecção de estampas e índices de gravuras*. Guimarães, 1931.

(8) Compreende 4 vol. in fólio grande. *O Archeologo Português*. Vol. XXI. Pag. 30.

(9) *O Archeologo Português*. Vol. XXIII. Pag. 88.

acham-se assim averbadas: *Porta*—«Senhora da Porta», de Santa Cruz de Coimbra, 2 exemplares diferentes, III, 16».

Ignoro se serão iguais às que se mencionam agora, como contribuição para o conhecimento da iconografia religiosa coimbrã.

PEDRO VITORINO

ÀCÊRCA DE DIOGO DE CASTILHO, ARTISTA DA RENASCENÇA COIMBRÁ⁽¹⁾

(APOSTILA AO DICIONÁRIO DOS ARQUITECTOS

DE SOUSA VITERBO)

Sousa Viterbo, o prodigioso mineiro dos nossos Arquivos, reuniu em dois artigos do seu *Diccionario dos Architectos* ⁽²⁾ uma importantíssima colecção de notícias documentais para a biografia de Diogo de Castilho, o conhecido Mestre de pedraria que, no século XVI, durante dezenas de anos, de colaboração com João de Ruão, exerceu na cidade de Coímbra a sua incansável actividade artística.

Perdõe-se-nos a ousadia de vir juntar aos artigos mencionados estas nótulas desvaliosíssimas, as quais só têm o interêsse de se basearem em documentos inéditos que se relacionam com os que Viterbo publicou e de certo modo os completam.

Diogo de Castilho que foi nomeado em 7 de Abril de 1524 «mestre das obras dos paços reais de Coímbra»⁽³⁾, que em 1533 era, como êle próprio declara, «mestre das

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

(2) Vol. I, Lisboa, 1899—Pág. 170 e seg.—e pág. 530 e seg.

(3) Viterbo — Dic., I, pág. 172.

obras de Santa Cruz»⁽¹⁾, e em 18 de Março de 1547 passou a «mestre de pedraria e alvenaria da Universidade, como até ali o fôra das obras de Santa Cruz»⁽²⁾, ligou-se pelo seu casamento a uma família portuense.

Quando?

Antes de 7 de Novembro de 1526, pois, segundo um documento publicado por Viterbo, aquêlê artista, na data que acabamos de referir, já era genro de Gonçalo de Ilharco, morador no Pôrto⁽³⁾. Em 1 de Dezembro de 1527 D. João III, por «fazer graça e mercê» a Diogo de Castilho, concedeu-lhe «tôdas as honras, liberdades e franquezas, preeminências de que gozam e se guardam aos próprios cidadãos da minha cidade do Pôrto», graça e mercê que, segundo Viterbo aventa plausivelmente, lhe teriam sido concedidas por Castilho se ter consorciado com mulher daquela cidade⁽⁴⁾.

Que era de valor a concessão sabe-o quem conhecer os privilégios extraordinários de que nêsse tempo gozava o cidadão portuense⁽⁵⁾, tão grandes e de tanta fama que até se tornaram em axioma: Luiz de Camões desculpava-se de não prolongar ainda mais uma das suas extensas *Cartas da Índia*, alegando o receio de se tornar enfadonho, fatalidade de que nem o *privilegio de cidadão do Pôrto o livraria...*

Um dos documentos que encontrámos mostra que Gonçalo de Ilharco era *cidadão* do Pôrto, morava na Rua

(1) Viterbo—*Dic.*, I, pág. 174.

(2) Id. *ibid.* pág. 174.

(3) Id. *ibid.* pág. 531.

(4) Id. *ibid.* p. 173 e 530.

(5) V.ª a Carta Régia de D. João II, confirmando êsses privilégios, datada de Évora, 1 de Junho de 1490—in *Corpus Codicum*, publ. pela Cãm. Mun. do Pôrto, III vol., Portucale MDCCCXV—pág. 48.

das Flôres e vivia ainda em 1532. Um outro prova que Gonçalo de Ilharco morreu antes de 12 de Junho de 1543, deixando viúva *Catarina Anes*, dando-nos também o nome da mulher de Diogo de Castilho, *Isabel de Ilharco*,—a qual «não sabia escrever»,—e de dois cunhados, Pero de Ilharco e Antónia de Ilharco, esta casada com Manuel Barbosa, morador no lugar de Arrifana de Sousa.

Embora Viterbo não mencione o nome da mulher de Diogo de Castilho, ou porque o desconhecesse ou porque julgasse dispensável registá-lo, não é informação nova a que o citado documento nos dá, pois, por ex., já D. António Caetano de Sousa, no seu *Catálogo dos Bispos da Igreja de S. Salvador da cidade de Angra*, escreveu que Isabel Ilharco e Diogo de Castilho (nenhuma identificação fazendo, aliás, dêste personagem) foram os pais de D. Pedro de Castilho,—o afortunado Prior de Ílhavo, Deputado do Santo Ofício em 1575, Bispo de Angra em 1577, Bispo de Leiria em 1585, Inquisidor Geral do Reino e Dom Prior da Colegiada de Guimarães, e que veio a morrer em Lisboa «depois de ter conseguido da fortuna tudo que a sua idea lhe podia representar»⁽¹⁾. De facto, D. Pedro de Castilho atingiu as culminâncias sociais,—foi até Vice-Rei de Portugal!—apesar-de, segundo Drummond, ter sido de *humilde nascimento* ⁽²⁾,—humilde sem dúvida em relação às honrarias que veio a disfrutar na terra.

O eminente investigador portuense Sousa Viterbo transcreveu no seu *Diccionario* a carta de 30 de Agôsto de 1539, por D. João III dirigida à Câmara do Pôrto, e que se guarda no Arquivo desta Municipalidade, onde a vimos,

(1) In *Archivo dos Açores*, II, pág. 140 a 142.

(2) *Ob. cit.* I. «Annais da Ilha Terceira», pág. 207, nota 6.

documento êsse que mostra ter a mesma Câmara consultado Diogo de Castilho «acêrca das obras a fazer na sua tôrre, isto é, no edificio onde funcionava», obtendo do referido architecto parecer contrário ao de «um mestre Francisco italiano» (1).

Podemos acrescentar que êsse italiano devia ser natural de Cremona, pois que um acórdão da Câmara lhe chama *carmonês*; era Mestre de obras de pedraria, e «tinha encargo das obras do Bispo de Viseu» (2),—certamente o illustre D. Miguel da Silva que, segundo se lê numa inscrição em latim, levada de S. João da Foz no século passado para o *Museu do Carmo*, de Lisboa, «mandara colocar em 1535 à entrada da barra do Douro duas tôrres e quatro colunas, para indicação dos navegantes» (3). Estaria trabalhando ainda nessas ou noutras obras o artista *cremonês* quando, em 19 de Fevereiro de 1539, a Câmara do Pôrto colheu a sua opinião?

Impossível nos é, por enquanto, responder.

Mas regressando a Diogo de Castilho:

Podemos dizer que êste artista esteve no Pôrto entre Fevereiro e Agôsto de 1539—pois foi dentro dêste período (determinado pelas datas da vistoria do Italiano e da carta de D. João III acima referida) que Diogo de Castilho examinou a Tôrre da Câmara. E' de supor que estivesse já trabalhando na construção (havia pouco iniciada) do Mosteiro da Serra do Pilar...

Num dos documentos citados por Viterbo acêrca de Diogo de Castilho vê-se, associado a êste nome e às obras

(1) *Dic. cit.* pág. 531.

(2) *V. Documento*, adiante.

(3) Mons.^{or} J. Aug. Ferreira — *Mem. Hist.-Arch. do Pôrto*, II, pág. 92, nota 1.

do Mosteiro de Grijó, um Frei Braz de Braga, do qual no entanto o doc. não diz quem fôsse ou que funções exercesse: era *conservador e administrador* dos Mosteiros de Santa Cruz e de Grijó, e tinha um irmão Manuel de Barros, fidalgo da Casa de El-Rei, e capelão real, conforme se lê numa escritura que, em parte, reproduzimos adiante.

Ora êste famoso Frei Braz foi quem veio ao Pôrto tratar de todos os negócios respeitantes à construção do novo mosteiro da Serra, a que há pouco aludimos. E verifica-se pela escritura de que acabamos de fazer menção, que êsse Religioso, em 14 de Agôsto de 1539, habitava em Vila Nova de Gaia, numas casas aos Guindais (d'além), onde certamente, como é lógico, fôra pousar para estar mais perto das obras do Mosteiro.

E' bem possível, por tudo isto, que Diogo de Castilho estivesse aí trabalhando, tanto mais que foi em 19 do mesmo mês de Agôsto que D. João III escreveu a Fr. Braz, «pedindo-lhe que vá ao Mosteiro de Grijó, com Diogo de Castilho, ver as obras já feitas e as que mais se deviam fazer, para a dita casa se reformar» (1). Dessa carta não conhecemos o enderêço, mas cremos que deveria ter sido dirigida para Vila Nova de Gaia, pois era aqui, como acabamos de ver, que Fr. Braz estava cinco dias antes.

Não sabemos o tempo que Diogo de Castilho permaneceria a trabalhar na Serra. Diz Viterbo, referindo-se ao *conservador e administrador* dos Mosteiros de Santa Cruz e de Grijó:—«Dêste Fr. Braz de Braga encontramos na Tôrre do Tombo uma carta muito curiosa acêrca da construção do Convento de Grijó (*sic*), do qual muito provavelmente foi tracista Diogo de Castilho» (2). Ora essa carta é

(1) *Dic. cit.* pág. 177.

(2) *Id. ibid.*

datada «*Do Mosteiro do Salvador, a 25 de Novembro de 1541*», e, salvo êrro da nossa parte, não é a *construção do convento de Grijó* que êsse documento se refere,—a não ser que Viterbo desse o nome de *Convento de Grijó* ao Mosteiro da Serra. Com efeito dizendo Frei Braz de Braga que veio ao Pôrto, que esteve dois dias em casa do Bispo (D. Baltazar Limpo), e voltou «*a êste assento do Salvador onde quási cada dia sou dêle visitado e consolado*», dizendo ainda que, «*por os dias serem muito pequenos e esperança de grandes chuvas, não fiz mais que meter cabouqueiros onde se há de plantar a igreja e gastar todos estes dias em medidas*»⁽¹⁾, parece-nos que se não pode duvidar que Fr. Braz se referia a uma construção começada desde os alicerces, em local denominado pelo frade *o Salvador*, o que tudo condiz com o que sabemos do Mosteiro da Serra do Pilar começado a construir em 1538, em terrenos onde já no século XV existia de facto uma *ermida do Salvador*⁽²⁾. O próprio final da carta—«*E em verdade, senhor, que eu não sei o que êste mosteiro poderá vir a ser, e, porém, se ao que eu vejo em o sítio e em as mais qualidades se enadesse a vista de V. A. certo em a eleição do Rei dos mosteiros eu daria em boa consciência minha voz a êste do Salvador*»⁽³⁾—êste final da carta mostra, parece-nos, que ela se referia ao *novo* Mosteiro, cuja situação é de facto admirável.

Isto mesmo é confirmado, insofismavelmente em nosso entender, pela carta de 14 de Dezembro de 1541, datada de Coimbra e publicada por Viterbo, em que o citado Fr.

(1) Ob. cit. I, pág. 177.

(2) Vid. *Documento*, adiante.

(3) *Dic.* I, pág. 178.

Braz participa ao Rei encontrar-se então na *Lusa Atenas*, por lhe ter escrito o Cardeal D. Henrique «ao Pôrto, onde estava principiando o novo mosteiro», para ir fundar em Coímbra o Colégio do referido Cardeal Infante (1).

Por tudo quanto acabamos de dizer somos levados a afirmar que se no trecho de Viterbo acima transcrito fôsse substituída a palavra Grijó por Serra do Pilar, êsse trecho exprimiria melhor a verdade.

Ficaria assim:

«Dêste Fr. Braz de Braga encontramos na Torre do Tombo uma carta muito curiosa àcerca da construção do convento da Serra do Pilar, do qual muito provàvelmente foi tracista Diogo de Castilho».

A esta última conclusão parece ter chegado já o illustre crítico de arte, sr. Ramiro Mourão, presidente do preseroso grupo dos *Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar*, e profundo conhecedor da história daquele precioso monumento(2).

Creemos pois que de 1539 a 1541, e mesmo durante mais alguns anos, Diogo de Castilho esteve ocupado nos trabalhos da construção do Mosteiro e Igreja da Serra, visto que em 1543 êle se encontrava também no Pôrto(3) e não consta que tivesse executado outras quaisquer obras nêsse

(1) *Dic.* I, pág. 178.

(2) Na sua *plaque* intitulada *Monastère de Serra do Pilar*, 1931, R. Mourão escreveu:—«*Du monastère primitif bâti en 1543 sur les plans de Diogo de Castilho, il n'existe plus que la tour et l'aile qui était le dortoir, du côté du fleuve, transformée aujourd'hui en caserne, l'église ayant été démolie un demi siècle après la construction de l'actuelle*» (de *Filipe Tercio*).

(3) V. documento in *Apêndice*.

período. E como em 1547 já o vemos em Coímbra encarregado das obras da Universidade, talvez se possa inferir que só então, ou pouco antes, a sua tarefa no Pôrto estivesse concluída.

Tais são as considerações que nos permitiram fazer os documentos que a seguir publicamos.

DOCUMENTOS

(1)

—«Em nome de Deos Amen. Saibaõ quantos este Estromento daforamento fateosim deste dia em diante pera todo sempre virem que no Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos trinta e dous annos aos dezassete dias do mes de Fevereiro na Cidade do Porto na crasta velha da see da dita Cidade na caza da Mizia estando hj presente o muito honrado Gaspar Ferraz cavaleiro fidalgo da casa do Duque de Bragança cidadão da dita cidade e Prov.^{or} do Hospital de Sancta M^a de Roque Amador cito na rua do Souto desta Cidade e assi dos outros hospitais da dita Cid.^o cuja governança e administração hora tem e governa..... e bem assim..... e em prezença de mim t.^{mo} e test.^{es}. ao diante escritas pareço hy Gonçalo dylharco cidadão desta cidade, m.^{or}. na rua das Flores desta cidade e apresentou hj ao dito Prou.^{or} e Irmãos hũ auto de arematção... por onde se mostra que lhe forão rematadas as casas no dito Auto e Remataçãõ conteudas por Francisco de Sousa e Irmaõs de dita Casa....»

Do resto do documento, que é muito extenso, vê-se

1.^o Gonçalo de Ilharco era a derradeira vida do prazo de umas casas e chãos sítos «na Rua das Flores que se ora novamente faz; em frente da fonte do Souto e partem com casas que forão de... que todo he do dito Hospital e assim com casas de Pero Dis e por diante rua

(1) Pergaminhos, Liv. 4 a fl. 93 A e B—trasladado em H, Beo 6, n.^o 22—fl. 24 v.^o—do *Arq. da Misericórdia do Pôrto*.

pa. das Flores e destas demarcações a dentro jazem as ditas casas com um pardieiro».

2.º Gonçalo de Ilharco e sua mulher «queriam fazer bemfeitorias nas ditas casas e chão», e requereram à Misericórdia que lhes fizesse prazo fateusim.

3.º A Misericórdia mandou pôr a propriedade em pregão, os dias marcados pela Ordenação, e como ninguém aparecesse a lançar nela, lançou o dito Gonçalo de Ilharco *500 rs. em fateota em quada hum anno pera sempre em pax e em salvo*, etc.—subindo depois para 800 rs.

II⁽¹⁾

«Venda que fez Catarina Annes, v.ª de Gonçalo Dilharco a Duarte Martins e João Gonçalves de hūas cazas sitas na rua das Flores, de que se paga de penção ao Hospital de Roque Amador 800 rs.

Em nome de Deos Amen. Saibaõ os que este estromento de venda virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil e quinhentos e quarenta e trez annos aos doze dias do mez de Junho, dentro no Mosteiro de Santa Clara da muy nobre e sempre leal Cidade do Porto, estando hy presente Dieguo de Castilho Cavalleiro da Caza de El-Rey Nosso Senhor morador na Cidade de Coimbra, por elle Dieguo de Castilho foi apresentado hum prubico estromento de precuração, de que o teor he o seguinte//Saibão quantos este estromento de precuração virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil quinhentos quarenta e trez annos, aos oito dias do mes de Junho na quintã de Franquo, que he no Couto de Paço de Souza, termo da Cidade do Pôrto, em prezença de mim Tabalião, e das testemunhas adiante nomeadas, pareceu hy Caterina Annes, dona viúva, mulher que foi de Gonçalo Delharquõ, morador que foi na Cidade do Porto, e por ella foi dito que ella fazia seu procurador a Dieguo de Castilho, Cavalleiro da Caza de El-Rey Nosso Senhor, seu genro, pera em seu nome della costituinte poder vender as suas cazas, que ela tem, na Cidade do Porto na rua das Froles, que são propiedade do Esprital do Reclamador e Mizericordia da dita

(1) *Pergaminhos, Liv. 3.º, doc. n.º 12* (caderno de peyº)—trasladado em H, Bco 6, n.º 23, fl. 252—do *Arq. da Misericórdia* do Pôrto.

Cidade do Porto, em que ora vive Antonio Pereira espadeiro, e sobre ello possa fazer quaisquer contratos, escrituras de venda, e dar delas a posse, e possa vende-las pelos preços que quizer e por bem tiver, e possa receber o dinheiro todo, e dar dello pagas e quitaçoens, fazer no dito cazo todo aquello, que ella costituinte faria, porque para ello lhe dava, e outorgava todos os poderes, em Direito necessarios' com libera aministração para o dito cazo, obrigando-se ella consti-
tuinte haver por firme valioso.....

testemunhas que presentes estavam Frey Baltezar Monge do dito Mosteiro, que a rogo da sobredita assinou por si, e por ella, Simão Dias, cazeiro da dita Quintan, e João Gonçalves criado do dito Dieguo de Castilho e outros, e eu Manuel Barboza, Tabelião publico e judicial por El-Rey Nosso Senhor no dito Concelho, esto escrevi e assinei de meu pubriquo sinal que tal he//E apresentado assi o dito estormento de procuração, por elle dito Dieguo de Castilho, foi dito..... vendia, como de feito, vendeu as ditas casas em nome da dita Catarina Annes, com seus chãos, e enxidos, assi como se contem no dito prazo, a Duarte Martins e a Joaõ Gonçalves..... por preço de vinte mil reis,..... E estando assi prezente o dito Dieguo de Castilho e sua mulher Iza-
bel Dilharquo, e Manoel Barboza morador no lugar de Arrifana de Souza, com sua mulher Antonia Dilharquo, filhas da dita Catarina Annes, per elles Dieguo de Castilho e Manoel Barboza, e suas mu-
lheres, foi dito que elles outorgavão e consintião nesta venda assi como se nella contem.....

E assi se obrigarom os ditos Dieguo de Castilho e Manoel Barboza, que daria outorga a esta venda pela maneira que as elles dão Pero Dilharquo, filho da dita Catarina Annes da feitura desta até cincoenta dias primeiros seguintes.....

E posto que diga que foi feita esta venda no Mosteiro de Santa Clara, foi outorgada no dito dia em Monchique de Miragaya, arrabalde da dita Cidade, em o apozeno de fora das cazas da Senhora Dona Breatis de Vilhana,.....

Testemunhas que presentes estavam Pero Dias sapateiro, morador na Rua do Souto da dita Cidade, e Joaõ Gonçalves morador no Couto de Villa cova, e Duarte criado do dito Manoel Barboza, e Tristão Barboza, criado de mim Tabalião, e a dita Antonia Dilharquo assinou por sua mão por saber assinar, e assinou por a dita Izabel Dilharquo o

dito Tristão Barboza, criado de mim Tabalião a seu roguo por não saber assinar, e assim foi testemunha Gonçalo Gonçalves, mariante morador no dito Monchique.

(Seguem o termo de posse, tomada a 12 de Junho 1543; a licença da Mia. à dita venda; e os termos de aceitação do contrato, por parte das mulheres dos compradores.)

IV⁽¹⁾

Sessão de 19 de Fevereiro de 1539, do Senado da Camara do Porto—
—«...Mandaram chamar Mestre Francisco Italiano Carmones d'obras de pedraria que tem carrego das obras do Bispo de Viseu e mostraram-lhe os abrimentos e cousas perigosas da torre da Camara para com ele haverem conselho. Disso fizeram auto para mandar ao Rei.»

V⁽²⁾

Em nome de Deos Amen saibam quoauntos / este estormento de contrato de descaibo / virem que no Anno do nacimiento de noso señoñor / Jhúu Xpo de mjl e qujnhemtos e trymta / e nove annos, aos quatorze dias do mes dagosto / do dito anno em vila nova de guaia termo da / çidade do porto, em as casas que estaom aaos gujmdaaes, homde pousa ho mujto Reverendo / padre Ffrey bras de bragua conservador e / ministrador dos mosteiros de santa cruz / de coimbra e grijo, estando ele asy pre / semte, e bem asy dieguo brandaão fy / dalguo da casa de el Rey noso señoñor e proue / dor que hora he da samta comfrarya de nosa / senhora da myserycordia, da dita çidade / e loguuo per ho dito Reueremdo padre / ffrey bras foy apresentado hum pubry / co estormento de procuraçaã que lhe / outorguaram os prjol e padres do dito / mosteiro de grijo da qual o treslado ho / tehor he o seguymte que se ao diamte se se / gue: diguo que a precuraçam he feita per / mym tabeliam e em mjnha nota aos treze dias do mes daguosto do presento anno / de qujnhemtos e trjmta e nove annos com / testemunhas em ela nomeadas pero diaz / e baltezar fernandes: na qual procuracão / amtre outras mujtas cousas que se em ella / con-

(1) *Liv. Ver.*—1539—Apog. fl 10—no Original—fl 15 v.º do *Arq. da Cãm. M. do Pôrto.*

(2) *H. Bec* I, n.º 2, fl 120—do *Arq. da Mis.ª do Pôrto.*

tinhão asy hera que o dito pryol e pa / dres do dito mosteiro de grijoo
 lhe davam / poder que podesse descaibar quazesquer pro / piadades e
 bees de Raiz que pertem / çesem ao dito seu mosteiro e dello outor
 gar /

(verso)

quoaisquer estormentos

(Frei Bras disse q. ao Mosteiro de Grijo pertenciam por
 escambo com a Igreja de Cedofeita, dois casais, na fregue-
 sia de S. Cristóvão de Mafamude; contratara com o Prov.
 da Mis.* do Porto dá-los a esta Instituição, recebendo dela
 em troca:

—«Um casall doespritaall / do Reclamador, cuja admynystração / a
 dita samta comfrarya da mysyry / (cór) dya teem.....o quaall casall
 estaa syto / no dito quebramtoes freig* do liveira...

Testemunhas: o Licenceado Francisco Dias, do Desembargo del
 Rey N. S.^{or} e «Manuel de bairros fidallguo da casadel Rey
 noso seññor e seu capelam Irmão do dito padre» (1), e o
 prior Jorge Correa fidalgo da C. de S. M. e morador em
 V. Nova.

VI

Do Tombo do Hospital de Rocamador, de 1498: (2)

.....

T^o das erdades que este esprital tem na freyguesia Do-
 liueyra do iulgado de gaya onde o esprital tem dous ca-
 saes que iazem demarcados segundo adiante faz mençam
 Na dita freyguesia iazem dous casaes que se cha / mam da Meyioeyra
 que traz per titulo de / prazo Caterina glz... // os quaes partem com a
 quintãã da cidade do Porto que / traz Joam Diz da Rata em Quebran-
 tões.....

Os qaes casaes começam suas confrontações. s. / assi como ora uai
 tapado per valo contra a / parte da forza da Meyioeyra per ualo que /
 se começa na agra do casal de cimiel e nay / ter direyto ao douro a
 fundo da pesqueyra que se cha / ma o Aguilham a fundo dela na en-

(1) Loc. cit. fls. 122 v.º

(2) H, Beco I, n.º 1—fl. 31, do *Arq. da Misericórdia do Pôrto*.

seada contra sam 7 Nicolau, e uay ferir a hum penedo grande que de marea 7 está cercado dagoa, e corre todo aquele montado como 7 uay todo tee o embarcadouro dos moleiros onde está 7 hua casa de ter remos e apare'hos de barqueyros, e uem 7 pelo caminho dos moleiros tee em dereyto do corpo da hermidia de sam saluador e uem darredor ter 7 perante a porta da dita ermida(1)

.....

Os assentos destes dous casaes estam ambos iun 7 tos açerca do caminho que uem de quebran 7 tões pera uila noua e dereyto do rio de Me 7 iauelhas.....

A. DE MAGALHÃIS BASTO

A hermidia que o Alcaide de Castilho mandou fazer em 1581 para o norte do povoado abandonou o plano de ataque as linhas de Torres Vedras, teve o seu momento perigoso nas alturas de Torres Vedras em seguida a acção da Redinha.

Nesse passo criou-se a manobra que iniciou dias antes e em que mandavam contra superioridade sobre as alturas, teve de optar pela estrada da Ponte da Alcaide e conceder ao adversario o direito de armar de todas as partes do caminho, que impo' o campo onde passava e o obrigou a ceder o terreno dia 2 dia.

E porque?

Por causa dum artilheiro e, ao mesmo tempo, muito simples praticado em Coimbra no dia 13 de Maio daquele ano de 1581 por um papa' José Augusto Correa. Este, de 19 anos aproximadamente, e para o momento

(1) Vid. nota da pag. 1 de vol. 2.

(2) José Augusto Correa, tal como me contou José Carlos de Castro Porto em 1937, quando me contou a historia da sua vida.

(3) Vid. nota da pag. 1 de vol. 2.

(1) Id. fl. 31 v.º

Ô ARDIL DE CORRÊA LEAL EM COIMBRA⁽¹⁾

(EPISÓDIO DA RETIRADA DE MASSENA EM 1811)

A' MEMÓRIA DO DR. AUGUSTO MENDES
SIMÕES DE CASTRO

A retirada que o Marechal Massena fez em comêços de 1811 para o norte do país quando abandonou o plano de ataque às linhas de Tôrres Vedras, teve o seu momento perigoso nas alturas de Condeixa em seguida à acção da Redinha.

Nesse passo critico da manobra que iniciara dias antes e em que mantivera certa superioridade sôbre os aliados, teve de optar pela estrada da Ponte da Mucela e conceder ao adversário o direito de, através de tôdas as agruras do caminho, lhe impor o combate onde quisesse e o obrigar a ceder o terreno dia a dia.

E porquê?

Por causa dum ardil audacioso e, ao mesmo tempo, muito simples, praticado em Coimbra no dia 13 de Março daquele ano de 1811 por um rapaz José Augusto Corrêa Leal, de 19 anos apròximadamente⁽²⁾ e praça do regimento

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

(2) José Augusto Corrêa Leal, filho de António José Corrêa Leal, nasceu no Pôrto em 1794 segundo Inocêncio, (*Dicionário Bibliográfico*, vol. XII); éle próprio, num discurso que fez na Câmara dos Deputados em 1848 disse ter em 1811 apenas 17 anos; e num relatório

de Artelharia n.º 4⁽¹⁾. ¿E em que consistiu êsse acto que depois foi louvado e exalçado em todos os tons e classificado desde um «importantíssimo serviço» até a operação de «estratégia» ou ainda prova de «facúndia do génio» de quem o pôs em prática com «habilidade» e com «audácia»?⁽²⁾

que fêz, dez anos depois, afirmou que ainda não teria 18 (Doc.º datado de 22 de março, de 1858, publicado recentemente no *Arquivo Nacional*, n.ºs 53 e 54 de janeiro de 1933, a pag. 14 e 28). Porém numa informação oficial (que adiante vai transcrita) aparece, no 2.º semestre de 1822, como tendo 30 anos e 4 meses, assim como num requerimento feito por êle em Fevereiro de 1823 em que diz ter 32. De onde virá esta diferença? E' possível que Inocência se fiasse na informação do discurso no qual Corrêa Leal fêz a apologia da sua acção no caso de que vou tratar e em que teria tirado dois anos à idade para fazer realçar o seu valor.

(1) Soriano chama-lhe sargento de artelharia (*História da Guerra Civil*, 2.ª época, T. III, pág. 360); Fernandes Costa «sargento de milícias» (*Memórias de um ajudante de campo*, II, pág. 248); o Sr. General Vitoriano J. César simplesmente sargento (*Invasões francesas em Portugal*, 3.ª parte, pág. 212); etc., etc. Porém, os documentos desmentem estas afirmações; dos livros existentes no Arquivo Militar consta que assentou praça em Artelharia 4, em 4 de Fevereiro de 1809 e que só foi promovido a cabo em 8 de Dezembro de 1815 no regimento de Artelharia 1, para onde passara em 13 de Dezembro do ano anterior. Era, portanto, soldado quando se deu o episódio. Êle mesmo no discurso já citado disse: «...era eu então galucho e novo, pobre soldado *prateado* como então se chamava aos aspirantes de artelharia...» E mais adiante: «...um rapaz de 17 anos que era soldado, atou uma banda à cinta para ir receber um parlamentar...» Etc. (Apud Colen: *Entre duas revoluções*, vol. I, cap. 5.º e *História de Portugal*, continuação da de Pinheiro Chagas, vol. XI, pág. 284).

(2) Têrmos dos atestados e artigos citados e transcritos nas *Memórias do Tempo Passado e do Presente*, de Henriques Sêco, onde a pág. 5 e seguintes se historia uma polémica suscitada em 1859 acêr-

Pela tradição mantida na cidade até hoje e também por muitos livros correntes e alguns até bem cotados—o caso passou-se pouco mais ou menos como vou dizer, resumo de largo estendal de prosa laudatória e patriótica.

Massena, na sua retirada, tinha por objectivo assenhorear-se da linha do Mondego; por este motivo mandou Montbrun com a sua divisão de cavalaria fazer um reconhecimento que poderia transformar-se, se este general não encontrasse resistência, em ocupação da margem direita do rio e da cidade de Coimbra.

Com este desígnio deixou Montbrun o exército já então sob a pressão dos aliados e largou estrada fora, para o norte, com a despreocupação e semcerimónia que é de uso o patriotismo encabeçar em todos os chefes franceses que invadiram o país. Chegou em 12, transpostos os cabeços de Cruz dos Morouços, ao alto da Esperança, de onde se avista a cidade universitária, o curso do rio durante grande percurso, e os campos a norte e poente, da Cidreira, Antuzede, S. Silvestre, etc., etc. E como verificou certo movimento de tropas nas ruas e largos da cidade que ficavam a descoberto do lado sudoeste, mandou reconhecer a ponte que estava previdentemente cortada⁽¹⁾ e ordenou que um oficial fôsse parlamentar com as forças defensoras

ca do feito que aqui fica mencionado. E mais modernamente os termos encomiásticos não faltam, como, por exemplo: «Um hábil e feliz estratagema...» (Martins de Carvalho: *Guerra Peninsular. Notas, episódios e extractos curiosos*, a pág. 79); etc..

(1) A cortadura era no 2.º arco a contar da cidade (Henriques Sêco: *Memórias* cit. I vol. pág. 9).

transmitindo, mais ou menos encobertamente, uma intimação para se retirarem e deixarem a passagem livre do Mondego.

Ora no largo da Portagem, por detrás dum pequeno parapeito improvisado, estava apontada, para o eixo da velha ponte de pedra manoelina, uma peça de Artelharia n.º 4⁽¹⁾ guarnecida por três ou quatro soldados e comandada pelo soldado «prateado» do mesmo regimento José Augusto Corrêa Leal⁽²⁾. E como se deu a casualidade de êste militar ser a única pessoa presente que sabia um tanto ou quanto de francês, foi êle o indicado para ir à cortadura falar ao parlamentar.

Da conversa resultou o oficial napoleónico ir convencido da impossibilidade da travessia. O desembaraçado Corrêa Leal fizera pintura carregada da defesa de Coimbra: o governador não estava para responder à missiva de Montbrun; estava próximo, a reunir alguns milhares de soldados para se opor à passagem do exército de Massena; mas tudo estava preparado para defesa enérgica, violenta, como era patente pelos contingentes que estavam sempre a chegar e que eram vistos de Santa Clara descendo e subindo as ruas e pelos inúmeros atiradores que êle, parlamentar, poderia ver em todos os pontos

(1) «... a minha colubrina de calibre 4 ..» chama-lhe Corrêa Leal no relatório de 1858.

(2) «...soldado *prateado* como então se chamava aos aspirantes de artelharia...» (Vidè nota acima). No Arquivo da Universidade não consta que êle fôsse estudante de qualquer das faculdades; em 1814, no livro mestre de Artelharia 4 (no Arquivo Histórico-Militar) diz-se «estudante-voluntário» mas decerto sê-lo-ia em qualquer dos colégios de Coimbra ou Lisboa cujos arquivos não tenho facilidade de consultar.

onde houvesse abrigo por detrás do qual um homem pudesse fazer fogo.

O oficial francês assim relatou a Montbrun o que ouviu e o que viu. O general, a olho nu ou pelo óculo, notou por detrás de todos os muros, balcões ou eirados, soldados escondidos que se revelavam pela barretina alta; pela Couraça de Lisboa desciam e subiam contingentes, assim como pelo largo da Portagem, saídos do arco que comunicava para a rua da Calçada; e imaginou o brigadeiro Trant, entrando pela Ponte de Agua de Maias à frente de vários regimentos de milícias, compactos e aguerridos, para tornarem impossível qualquer tentativa de travessia. E assim, sob estas impressões, Montbrun enviou a Massena uma comunicação concludente sobre a transposição do rio.

O generalíssimo francês que tomasse o caminho que quisesse; que se batesse onde melhor pudesse com os aliados; mas atravessar o Mondego e ocupar Coimbra—isso era impossível!

A cidade estava salva. Massena tinha de fugir ou entregar-se inglòriamente. E Corrêa Leal ficou a rir do lôgro em que fêz cair um general prático em grandes batalhas, que acreditou nas barretinas postas ao acaso por cima dos muros ou eirados, simulando atiradores; na passagem da mesma fracção de soldados pelos locais visíveis para dar a impressão de muita gente como nos teatros; e na mentira da chegada de Trant que afinal, a essa hora, se abrigava por detrás do curso do Vouga, esperando os acontecimentos...

A «facúndia do génio» do aspirante vencera a prosápia dos generais napoleónicos; a estrêla brilhante do Imperador começou a desmaiar na ponte de Coim-

bra...⁽¹⁾ E Massena, que já se julgava senhor da linha do Mondego, de onde fazia finca-pé para manobrar mais à vontade, teve de obrigar o seu exército a escoar-se por maus caminhos para a Beira e de se bater constantemente, e quasi sempre em más condições, com o seu teimoso adversário.

Ora é esta a tradição, «tradição veneranda» conforme a frase sentimental. Quem delas descrê (como disse Herculano) lá irá para onde o pague⁽²⁾; mas vamos ver se, sem grande descrença e sem eu ir para onde o deva pagar, as cousas se podem explicar mais lógicamente e sem ofender muito os brios nacionalistas.

Massena foi obrigado a retirar das linhas de Tôrres, por um conjunto de circunstâncias que não vêm para aqui; e também, devido a factos que nada têm com o meu intento, a retirada fêz-se na direcção do norte fixando Coimbra como principal objectivo. Apoiado em Coimbra, defendido pelo curso do Mondego, o generalissimo poderia reorganizar o seu exército, compensá-lo das agruras do inverno terrível e da falta de viveres e opor ao exército aliado uma resistência séria.

(1) «O Imperador dos Francéses, aterrado, voltou-se para Talleyrand e disse: Qui diable est ce José Augusto?—Sire, respondeu o fino diplomático, c'est un brave!... etc.» (Diatribes do *Supplemento burlesco* ao n.º 1:746 do *Patriota*, em 1848, que acompanhava umas caricaturas em litografia de Corrêa Leal.) Uma dessas caricaturas, a única que interessa a este episódio, (cuja reprodução devo à amabilidade do illustre Conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa, o Sr. Dr. António de Mesquita Figueiredo) vai aqui reproduzida em tamanho natural.

(2) *Lendas e Narrativas*, II vol.

Mas, ao iniciar a sua manobra de retirada, com a preocupação de deixar um dia ou uns dias de marcha de intervalo entre os dois exércitos, parece ter esquecido o dever, talvez elementar, de se apoderar anteriormente da passagem do Mondego⁽¹⁾. E assim, quando, nas alturas da Redinha, já a braços com a pressão insistente e enérgica de Wellington, mandou fazer os reconhecimentos para a Ponte da Mucela e para Coimbra, devia, em consciência, sentir que fôra tarde.

Contudo, Montbrun, à frente da sua valorosa e provada cavalaria lá foi. E quando chegou ao alto da Esperança e abrangeu a larga extensão de terreno, o general devia ter reparado logo no volume das águas apertadas desde o colo da Portela e espraiadas pelos campos a seguir às curvas do Almegue a oeste e do Monte da Forca a nordeste; e devia ter visto que a velha ponte de pedra estava cortada do lado da margem direita e teria sido informado de que, na cidade, o brigadeiro Trant estava ainda com os seus milicianos certamente para a defender⁽²⁾. A montante, com o estreitamento do leito do rio logo acima da Portela e entre margens muito escarpadas, a passagem seria, evidentemente, impraticável; e os engenheiros que com êle vieram e foram reconhecer o leito do rio a juzante da cidade, verificaram a dificuldade do lançamento de pontes através da fôrça da corrente e da larga extensão de campos inundados e cortados de valas em várias direc-

(1) «Il fallait être maître de Coimbra avant de quitter Santarém» disse Napoleão depois, segundo Ed. Bonnal (*Wellington Général en chef (1808-1814)* tom. I, pág. 278).

(2) Corrêa Leal diz até no relatório já cit.^o que «na Portagem haviam-se postado umas seis bôcas de fogo numa bem construída bateria...» e mais adiante afirma que a cidade estava bem defendida.

ções⁽¹⁾. O resultado destas observações foi enviado a Massena, que o recebeu nas circunstâncias críticas de Condeixa, com dois corpos de exército a braços com a pressão exercida pelos aliados e com outro quasi isolado que marchava ao longo da cordilheira, na direcção de Miranda do Corvo. O relatório recebido, que vulgarmente é acusado de um acervo de fantasias, bastava que dissesse a verdade para que o Generalissimo francês visse bem a dificuldade do momento; o fantasioso das informações não tiraria muito ao valor da verdade comesinha.

A retirada para Coimbra em tão estreito contacto com o adversário e arriscada a um combate que, de-certo, Wellington provocaria naquele espaço de uns doze quilómetros entre um rio invadeável e uma ofensiva enérgica—era passo grave que o herói de Marengo não caíria em dar.

Qualquer resolução tinha que ser tomada com rapidez: e Massena não hesitou: abandonou a marcha para o norte e obliquou para a direita; seguiu por Miranda do Corvo para a Mucela, cumprindo assim a regra fatal imposta aos invasores da Beira Alta⁽²⁾.

Isto tudo o Generalissimo alegou no relatório que desde Salamanca mandou em 12 de Abril ao Marechal Berthier; e por muito que neste relatório haja de defesa para a sua atitude, transparece bem claramente a noção nítida das circunstâncias em que se encontrou e a imperiosa ne-

(1) O reconhecimento avaliou em 36 horas o tempo necessário para o lançamento de pontes através do rio, um pouco abaixo de Coimbra (General César: *Invasões* cit. pág. 212).

(2) «...o invasor não poderia nunca pensar em, tendo penetrado pela margem direita do Mondego, retirar pela mesma margem. Pelo contrário, êle terá que retirar sempre pela margem esquerda, como também aconteceu a Massena... etc., etc.» (Coronel Tasso Miranda Cabral: *Conferências sobre estratégia*, I, pág. 168).

cessidade de recuperar a liberdade de movimentos. E esta liberdade de manobra não a podia ter, evidentemente, entre um exército que perseguia com eficácia e um obstáculo natural que se não transpunha num momento. E assim,



embora fôsse sofrer as dificuldades do caminho (que foram muitas⁽¹⁾) a resolução do obliquamente para a Mucela era a única que deveria ser tomada em tal apêto.

(1) Ver o meu trabalho *A Campanha de Massena em Portugal*, na *Revista Militar*, vol. 83 (1931).

E a objecção facilmente levantada de que, ao mesmo tempo que mandou Montbrun para o Mondego, mandou também Drouet para o Alva, não destrói o que fica dito porque a posse da ponte sobre este rio era necessária à segurança de Coimbra; e se não ocupasse a passagem da Mucela antes, teria que o fazer depois possivelmente com mais dificuldades⁽¹⁾. E tudo isto independentemente da necessidade de afastar o enorme pêso de doentes e feridos que complicava a marcha livre dos corpos que combatiam e que sob o comando de Drouet, aborrecido e mais ou menos indisciplinado, já lá ia, melhor ou pior, pelos péssimos caminhos que davam passagem para a Beira.

Ora o ardil de Corrêa Leal teria tido qualquer influência na decisão de Massena? Que responsabilidade teria a «facúndia de génio» do moço artilheiro em tão grave resolução que teve tantas conseqüências para o exército francês e evidentemente para os planos de Napoleão?

Por muito que custe aos que mantêm a mentira de certas tradições, terei de dizer que o ardil da ponte de Coimbra, feito aliás com as melhores e mais patrióticas intenções, pouca ou nenhuma influência ou responsabilidade teria tido no decorrer da campanha.

De facto, o brigadeiro Trant abandonou Coimbra em 13 de Março e dirigiu-se para o Norte receoso de pôr à prova as suas milícias em combate a sério com os franceses; deixou na cidade uma insignificante guarnição de 50 a 60 milicianos com a peça de artilharia já falada—o que era até insuficiente para pequena resistência; mas na

(1) Tasso Miranda Cabral: loc. cit.

véspera, quando Montbrun chegou em frente de Coimbra ainda o comandante inglês lá estava com tôdas as suas fôrças; e note-se, quando ordenou a retirada, mandou guarnecer a margem direita do Mondego a montante da cidade⁽¹⁾ e de certo a exploração mandada fazer pelo general francês deveria ter conhecimento do facto e verificaria o valor da ameaça sôbre o seu flanco e sôbre as suas comunicações com o exército.

O caso do parlamentaríu deu-se quando Montbrun viu a cidade abandonada e lhe pareceu conveniente assenhorear-se dela⁽²⁾; mas é bom notar que nessa altura já Massena dera à sua marcha de retirada a nova direcção oblíqua e a occupação de Coimbra seria apenas uma operação secundária, embora com certa importância, que não influiria na decisão do conjunto.

Além disso, aquella longa fiada de barretinas em exposição, imóveis, que um ou outro pé de vento, de vez em quando, derrubaria dos muros abaixo; e a passagem espectacular de qualquer fracção de tropa pela Couraça de Lisboa ou pelo Largo da Portagem para meter medo aos invasores—seriam, no fim de contas, motivo de zombarias por parte dos officiaes francezes que, através das suas inúmeras campanhas, deviam ter visto, com certeza, cousas muito piores.

E' certo que Corrêa Leal procedeu sem saber em que circumstâncias estava o exército francês e sinceramente se convenceu de que tinha prestado um extraordinário servi-

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.º 70 de 22 de Março. Havia ainda a fôrça de Wilson, que estava na foz do Alva e que atravessou o rio para o Buçaco.

(2) A's 8 horas da manhã de 13, segundo a *Gazeta de Lisboa* (n.º cit.), de onde mais ou menos têm copiado muitos livros.

ço; não há dúvida que a sua atitude foi bem louvável e poderia ter conseqüências desfavoráveis para o invasor se os factos se apresentassem doutra forma; mas... não vamos elevá-lo às culminâncias da história e dar-lhe honras solenes de herói⁽¹⁾.

Tratemo-lo com justiça porque tem direito a ela; louvemos o seu acto que foi de desembaraço e de energia; e prestemos à sua memória a homenagem que se deve prestar a quem, em momentos de perigo, não fraqueja nas suas resoluções e é impulsionado pela idea do cumprimento dum dever.

E afinal, este rapaz que tanto se preocupou com o que

(1) Em 1848, numa sessão da Câmara dos Deputados, defendendo-se duma acusação qualquer, contou a sua vida e não deixou os créditos por mãos alheias. Ao referir-se à aventura da Ponte de Coimbra, historiou com certa exuberância e imodéstia: «Essa criança que tinha então 17 anos, que ficou ali com uma peça de artilharia e conteve, diante de si, por 24 horas dez mil homens sem os deixar entrar em Coimbra, foi José Augusto Corrêa Leal...—Sim, Sr. Presidente... a criança de 17 anos tinha tido mão em dez mil homens que no fim de 24 horas se retiraram... etc.» (Discurso transcrito na *História de Portugal*, de Chagas, no vol. XI, continuada por Barbosa Colen, a pág. 248). Por estas e por outras, depois, um jornal satírico dizia: «O nosso herói só com o seu desmedido valor colossal sôbre a Ponte do Mondego, ali derrotou completamente dez mil inimigos...» (*Suplemento burlesco ao n.º 1:746 do Patriota*, num artigo que acompanhava umas caricaturas já citadas, uma das quais fica reproduzida.) No já cit.º *relatório* de 1858 voltou a afirmar ter «a consciência de que muito tinha concorrido para uma tal situação» ou «a minha obra fruto desta feliz estreia militar...» e enternece-se a lembrar que «era para mim um verdadeiro goso de alma quererem todos ver o Artilheiro, como então diziam, que salvou Coimbra...» etc.

a posteridade diria das suas atitudes, foi, cêrca de cinco anos depois, transferido por ordem do marechal Beresford para a arma de infantaria⁽¹⁾ na qual subiu a 1.º sargento agregado do regimento 23 com habilitação para mestre das primeiras letras⁽²⁾.

E assim viveu uns sete anos, decerto aborrecido com a modéstia da profissão e (sabendo-se o que foi a sua vida mais tarde) sentindo-se forçosamente em plano inferior, muito inferior, ao das suas aspirações.

Até que um dia, em 1823, quando as Côrtes resolveram a extinção das escolas militares, Corrêa Leal requereu a baixa de serviço, passou ao estado civil e seguiu um caminho bem diferente⁽³⁾. Foi daí por diante que êle alcançou a alcunha de *Recta Pronúncia* (que ainda hoje

(1) Em 11 de Janeiro de 1816 (Doc. do Arquivo Histórico Militar).

(2) Em 1 de Dezembro do mesmo ano (Idem).

(3) Julgo curioso arquivar aqui êstes documentos relativos à baixa de serviço (certamente inéditos), existentes no Arquivo Historico Militar, os quais devo (assim como tôdas as outras indicações vindas do Arquivo) ao seu illustre Director e meu Amigo, Sr. Coronel Henrique Ferreira de Lima que sempre atende com solícitude e dedicação a tôdas as impertinências de quem não tem tempo nem facilidades de ir pessoalmente fazer a consulta. Os documentos aqui ficam:

N.º 1

Senhor—Diz José Augusto Corrêa Leal, Mestre de Escola de 1.ª Letras do Regimento de Infantaria n.º 23 que, em consideração ao resolvido pelo Soberano Congresso sôbre a extinção das Escolas Militares, Se Digne Vossa Magestade fazer-lhe a justiça que demandam os Itens seguintes. — 1.º Que o suplicante serve voluntariamente há 14 anos tendo hoje de idade 32. — 2.º Que serviu sempre em Artelharia, cuja arma tendo deixado há sete anos, hoje nada sabe dela e menos da Infantaria que nunca praticou. — 3.º Que o suplicante é casado, cujo estado tomou tendo de soldo 12.000 rs. e que tendo hoje dois filhos e mulher para vestir e sustentar os verá nus morrer de fome se

perdura para depreciar quem se liga demais à propriedade da língua) e justificou, em parte, o apôdo cruel de precursor do Conselheiro Acácio com que recentemente o brindou o Sr. Dr. Ricardo Jorge (*Camilo e António Aires*, pag. XCVIII).

fôr constrangido a servir na fileira (de que nada sabe) com o deminuto soldo de soldado ou de oficial inferior.—4.º Que êle no Estado Civil tem meios de procurar a subsistência para a sua família.—5.º Finalmente que em recompensa de 14 anos de serviço sem nota — P, a Vossa Magestade Seja Servido Mandar que se lhe passe escusa de serviço. — E. R. M. — Lisboa 22 de Fevereiro de 1823. — José Augusto Corrêa Leal M.º da Escola.

(*À margem*) Senhor—As escolas de primeiras letras, estabelecidas nos Corpos, sendo bastante dispendiosas, são de nenhum proveito à Nação, os soldados fogem de aprender por aquêle método estabelecido, e quasi não são freqüentadas.—Quartel do Castelo de S. Jorge 22 de Fevereiro de 1823 — José de Sousa Prego,...?

N.º 2

Informações referentes ao 2.º semestre de 1822.

Disposição física e saúde: Saúdável.—Conduta civil: Não me parece má.—Idem militar: Cumpre com zêlo o que lhe está encarregado—Aplicação aos estudos e quais: É instruído nas matérias que ensina e fala francês.—Aplicação ao serviço: Tem algum disvelo pela aula—Juízo que faz dêle o comandante: Julgo que êle tem promovido algum adiantamento pela Aula Regimental—José de Sousa Prego,...? —Lisboa, 1-1-1823.

Anos de idade: 30 e 4 meses—Idem de serviço: 13 e 4 meses—Estado: casado.—Natural: do Pôrto.

N.º 3

N.º 161—1.ª Direcção—3.ª Repartição—Il.º e Ex.º Sr.—Cumpr-me ter a honra de levar à presença de V. Ex.ª o requerimento incluso que em 22 do corrente me dirigiu o Comandante do Regimento de Infantaria 23, do Mestre da respectiva Escola, José Augusto Correia Leal, pedindo demissão do serviço, visto a abolição de tais estabelecimentos, cuja graça me parece não deixar de ter fundamento atentas as razões que o suplicante expõe. Sua Magestade, porém, se dignará

Pobre homem! A facilidade com que êle acreditou ter vencido dez mil franceses em 1811, devia ter-lhe deixado, pela vida fora, um optimismo deformador das mais simples realidades. Daqui viria a troça terrível de que foi alvo e à qual êle fazia frente com bom ânimo sem vêr o ridículo em que constantemente caía.

Homem feliz, afinal, como tantos outros: dentro da sua insignificância julgou ter cumprido uma alta missão— e morreu convencido de que a sua personalidade seria venerada pelos tempos fora.

Penafiel, Março de 1933.

BELISÁRIO PIMENTA

considerar este objecto como fôr mais justo.—Deus Guarde a V. Ex.^a —Quartel General na Calçada das Necessidades em 25 de Fevereiro de 1823.—Il.^{lmo} e Ex.^{mo} Sr. Manuel Gonçalves de Miranda—Bernardo Corrêa de Castro Sepúlveda.

N.º 4

N.º 1353—1.^a Direcção—3.^a Repartição—José Augusto Corrêa Leal Mestre da Escola de Infantaria 23—Pede a demissão deste serviço em consequência de abolição destes Estabelecimentos.—O Governador das Armas da Côrte remete este requerimento considerando-o atendível—Lisboa, 28 de Fevereiro de 1823—Lázaro Pereira da Silva.

N.º 5

1.^a Direcção—3.^a Repartição —Manda El-Rei pela Secretaria do Estado dos Negócios de Guerra participar ao Brigadeiro Encarregado interinamente do Govêrno das Armas da Côrte e Província da Estremadura que conformando-se com a informação n.º 161, Há por bem conceder demissão do serviço ao Mestre Escola do Regimento de Infantaria n.º 23 José Augusto Corrêa Leal para cujo fim expedirá as ordens necessárias.—Palácio da Bemposta em 24 de Abril de 1823.

A BEATA DE CELAS PROCESSADA PELA INQUISIÇÃO DE COIMBRA—INTERVEN- ÇÃO DO BISPO CONDE NESTE CASO⁽¹⁾

O extraordinário facto da priora da Anunciada—*a freira que fazia chagas*—romantizado por Camilo Castelo Branco e narrado, em face do respectivo processo inquisitorial, pelo autor dêste ⁽²⁾, teve na cidade universitária o seu eco. Eco, no cumprimento das ordens do Santo Ofício e eco no aparecimento duma sua prosélita.

Ninguém melhor que o bispo D. Afonso de Castelo Branco nos poderá narrar a forma como em Coimbra foram acatadas as instruções inquisitoriais.

Leiamos pois as suas próprias palavras dirigidas ao Inquisidor Geral:

Senhor

Já escrevi a V. A. como se mandou publicar nas ufregias desta cidade e mosteiros della e nos principaes lugares deste bispado que se entregassem tôdas e quaisquer peças de Maria da Conceição⁽³⁾, conforme ao que V. A. mandava de que he vinda já grande quantidade; e porque são vindas m.^{tas} cruces de páo e tantas que cuido que as não dava ella,

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

(2) In *Homenagem a Camilo*—Coimbra—Imprensa da Universidade.

(3) Aliás Maria da Visitação; foi lapso do prelado de Coimbra.

mas se compravão, e os que as trazião affirmavam serem bentas pola dita prioressa que era outro novo modo de fazerem mercancia e trato dos sinaes de nossa redempção e assim vem mt." contas e dellas mui boas e trazem-nas por dizerem q forão bentas por Maria da Conceição: devia V. A. de mandar ver se estas cruces de páo e contas que nem tem sangue seu verdadeiro nem pintado se hee bem tornarem-se aas pessoas q as derão e tambem me pareço devido por serviço de N. S. e honra do S.^o officio desta cidade lembrar a V. A. que se ouver de vir algú deputado de novo pera servir neste tribunal tenha as letras e autoridade que se requerem pera este officio e não permitta V. A. q venhão pera elle hũa ou duas pessoas q laa o requerê porque não convem; nem neste particular monte á importunação a q Tertulliano soo nas cousas de nossa salvação chama constancia da fee: e a isto me não move nenhũa outra cousa mais q puramente o proveito e autoridade da S.^o Inquisição. N. S. vida e real estado de V. A. por m.^{os} annos guarde e prospere. De Coimbra em 2 de Jan.^o de 89

Capellão de V. A. *Dom A.^o bpo conde*

Sob. Ao Cardeal Infante Nosso S.^{or}

Na meza do Conselho geral do S.^o Officio

Do Bpo de Coimbra (1)

Mas não ficou por aqui o zêlo do bispo de Coimbra.

Em 27 de Janeiro mandava levantar um auto em que declarava várias pessoas lhe denunciarem que Maria Dias, beata, moradora no *burgo das Celas*, quando commun-gava na igreja do mosteiro de Santo António, tinha arrebatamentos e êxtasis, deixando-se cair e tomando-a nos braços duas amigas, que para isso levava e a transportavam ao confessionário, fora da igreja, onde a deixavam deitada até à tarde, com a porta fechada por fora. Também muitas vezes à missa tinha êsses raptos. Fingia reve-

(1) Original n.^o 32 do códice 1:327 do S.^o Officio, Torre do Tombo.

lações, comunicava, segundo dizia, com a priorisa que foi da Anunciada e dava até a entender que N. S. lhe revelava muitas cousas da outra vida e das almas que desta passavam, afirmando que as via sair do purgatório e entrar na glória.

Com efeito, nesse próprio dia e no seguinte, no paço episcopal foram interrogadas várias testemunhas e uma delas nos narra como havia conhecido Maria Dias, *descalça*, com uma *mantilha parda* e com um *cesto grande e redondo à cabeça*, vindo do Soveral para Coimbra a *agenciar a sua vida*. Depois assentou arraiais em Celas, junto dos religiosos do mosteiro de Santo António fingindo-se beata; dizia-se em comunicação com o espirito da priorisa da Anunciada, era consultada por muitas pessoas acêrca do futuro, pessoas de categoria até, como doutores e prègadores. Presenteavam-na e assim aparecia bem vestida e bem calçada e até... *comia galinha!* Por último meteu-se em politica e êsse foi o seu maior êrro. Não era sebastianista, era antonista. Assim o declara uma testemunha: *era molher que todos os que nesta terra erão da parcialidade de dô Antonio e o alevantarão erão seus amigos e tratavão cô ella.*

Maria Dias tinha assim o seu grupo de crédulos apaniguados, entre os quais o porteiro do convento; mas não assim o seu guardião que amiúde a espreitava e a encontrara em raptos fingidos.

Por tudo isto, às ordens do prelado, deu entrada no Aljube. Êle mesmo no-lo vai contar:

Senhores

Prendi hũa Maria Dias q̄ tambem era da seita da Priorisa q̄ foi d'Anunciada e cuido certo q̄ se fôra a este fingimento por diante se vie-

rão a fazer outras cousas ainda piores e pera se remediarem como convê e castigarê exemplarmente e de modo q os bons se edifiquem, e os máos ajão medo pareceme q devia o S.^{to} Officio de lançar mão de toda esta gente porque assi não se deixaraa cousa algũa da charidade e da justiça por fazer. Esta Maria Dias tinha tantos raptos como a Priora e ainda mais publicos e concorria tanta gente a ela q atee doutores e em theologia levava apoz si; dizia mais esta peccadora q se comunicava em spiritu com a mesma priora: dizia a doentes q que não avião de morrer e noutras cousas q soo Deus pode saber dava a entender que tinha revelações dellas e tambem haa algumas test.^{as} q dizem que falava em S. António, mas não se prova claramente. Na prizão do Aljube não pode aver clausura ainda que eu queira, nem tolher-se que não fallem com ella, por ser o carcere apertado e aver outros prezos nelle. Já escrevi a S. A. da prizão desta mulher e porque neste negocio eu não pretendo mais que o serviço de N. S. e cumprir cõ meu officio me pareceo devido pera o fazer como meu obrigado consultar V. V. m. m. pera que não avendo de ser julgada esta mulher pelo S.^{to} Off.^o possa eu cõ o conselho de V. M.^s proceder nesta causa como D.^s manda. G. de N. S. as m.^{to} Ill.^s e R.^{mas} p.^{as} de V. V. M. M. e seus estados por mt.^{os} annos prosperc—De Coimbra a 29 de Abril de 89

Beijo as mãos a V. V. M. M.

Dom A.^o bpo conde

Sob. Aos mt.^o Ill.^s e R.^{mos} S.^{tes} deputados do Conselho geral do S.^{to} Officio

meus s.^{tes}

Do Bpo de Coimbra⁽¹⁾

Com efeito, à inquirição iniciada pelo próprio bispo seguiu-se um inquiridor nomeado *ad hoc*, nada mais nada menos que o nosso já conhecido dr. Cristóvão João, conhecido por figurar no II volume dos *Episódios da Inquirição*. Cristóvão João nada conseguiu da ré; permaneceu na confissão das suas visões, pois perante ela tinham deslisa-

⁽¹⁾ Doc. n.^o 35 do códice 1:327 do S.^{to} Of.^o na Torre do Tombo.

do—coisa bem de pasmar! — desde Jesus Cristo até à priora da Anunciada, entrando na lista, Santo António e S. Francisco. Foi esta confissão a 13 de Maio e a 14 communicava o prelado para o Conselho Geral do Santo Officio:

Senhores

Depois de ter tiradas muitas testemunhas dos fingimentos de Maria Diaz, presa neste aljube, a que chamão a Beata de Celas, a mandei confessar e aconselhar por dous p.^{os} da Comp.^a e a confissão he tal que parece deve ser recolhida no carcere do S.^{to} Officio e ainda no dessa cidade como V.^a M.^a verão por esse papel q^e he o da sua confissão, e não mando o proprio nem o das test.^{as} que tirey de seus fingimentos por sperar recado de Vs. Ms. o que nisto se deve fazer, em que eu tenho pouca duvida, vista a qualidade das culpas e a materia dellas e como screvo a S. A. tambem dava a entender q^e tinha spirito de Profecia na vinda de Dom Antonio a estes reinos e polo que tenho visto nella a tenho por mais diabolica e artificiosa que a Priora que foi d'Anunciada porque sem religiosos q^e autorizassem suas mentiras levava apoz sy doutores e húa casa que se lhe fez nas sellas em que vivia, negoceou hum João Correa, que foi o mór *Antonista* que ouve nesta cidade. Nisto e no mais que se offerecer do serviço do S.^{to} Officio e de Vs. Ms. farey sempre o que me mandarem conforme à obrigação que a isso tenho. Guarde N. S. as mt.^{as} Ill.^{as} e R.^{mas} pessoas de Vs. Ms. e seu estado por muitos anos prospere — Coimbra x i i i j de Maio de M D l x x x i x

Beijo as m. a Vs. Ms.

Dom A.^o bp.^o conde.

Aos muito Ill.^{as} e R.^{mas} Srs. Deputados do Cons.^o G.^{al} do Santo Officio, Meus sr.^{as}

Do Bpo de Coimbra(1)

(1) N.^o 36 do códice 1:327 do Santo Officio, na Torre do Tombo.

Entretanto deu-se no espírito de Maria Dias uma notável reviravolta. Um seu parente, que a foi visitar, convenceu-a a mudar de orientação e por isso, no dia 16, indo o bispo em pessoa ao Aljube e admoestando *cô entranhas de charidade* confessou os seus embustes, dizendo fingidos os seus raptos.

Foi a altura da inquisição intervir⁽¹⁾, em cujos cárceres ela dava entrada no dia 19. A 25 de Maio de 1589, porém, Maria Dias voltava a afirmar as suas revelações e raptos, desdizendo assim a confissão que perante o bispo havia feito, pois, *se dissera o contrário fôra por não resistir ao senhor bispo, nem ao que lhe mandava escrever.*

E bem assim nas audiências de 14 de Agôsto de 1590 e de 16, a-pesar-de ser volvido mais de um ano sobre a sua confissão anterior. Visões e arrebatamentos, tudo verdadeiro e, se o contrário havia dito, o fizera *por medo da morte...*

Pareceria que o prelado conimbricense a tinha ameaçado mortalmente, mas tal não aconteceu, como a Inquisição averiguou.

Por isso, finalmente, em 22 de Agôsto do mesmo ano era pronunciada a sua sentença. Devia *fazer penitência pública num Domingo na Sé, onde estará enquanto se fizerem os ofícios divinos, com uma vela acesa na mão e depois lhe será lida esta sentença e a condenamos em dez anos de degrêdo pera as partes do Brazil e que lhes sejam dados cinquenta açoutes pelas ruas públicas desta cidade citra sanguinis efusionem.* Além disso não podia comungar senão

(1) Inquisição de Coimbra, processo n.º 321.

uma vez por ano e *in articulo mortis* e outras penas espirituais⁽¹⁾.

Não lhe ficou certamente vontade de reincidir naquelles místicos arroubos que tão lucrativos lhe foram, mas que a arrastaram à última degradação moral.

ANTÓNIO BAIÃO

(1) Inquisição de Coimbra na T. do T.^{bo}, n.º 321.

O DR. AUGUSTO MENDES SIMÕES
DE CASTRO⁽¹⁾

Entre os mais distintos e simpáticos filhos de Coimbra não poderá deixar de se citar, pelos tempos fora, a inconfundível individualidade do Dr. Simões de Castro.

Relacionei-me ainda muito novo com êle, e, por êsse motivo, grande parte do gôsto e interêsse que ainda tenho pelos assuntos de arqueologia e arte a êle a devo.

A delicadeza do seu trato, a sinceridade do seu entusiasmo pelas obras do passado, a sua modéstia e a sua paciência de investigador, impuseram-se-me de uma maneira decisiva à minha imaginação volúvel de adolescente.

Nunca mais deixei de sentir prazer na sua conversa desataviada mas sempre animada e fértil em dados e curiosidades históricas ou artísticas. A sua natural e serena bondade e o entusiasmo com que falava, como que transfiguravam as coisas. O que nos citava, o que nos descrevia, nunca pesava por maçudo ou pela aridez teórica ou dogmática, antes resultava aureolado de alguma beleza, de algum interêsse novo; porque êle, intuitivamente, realçava o lado atraente, pitoresco e humano das coisas, traduzindo ao mesmo tempo grande isenção e escrúpulo na procura da verdade e complacência para com as fraquezas dos homens de todos os tempos.

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

Simões de Castro sabia muita coisa e tinha o seu critério; mas não se pode dizer que fôsse o perfeito tipo do erudito-arqueólogo, porque lhe faltava aquele espírito exclusivista, caturra e sentencioso ou exibicionista, que distingue a maior parte. Era um destes mestres que tornam simpático e agradável o estudo e o saber. Para qualquer coisa que a Coimbra antiga dissesse respeito, nunca se batia debalde à sua porta. Foi sempre um guia seguro e obsequioso para quem se interessasse por tais estudos; enquanto serviu na biblioteca da Universidade era, nos mesmos assuntos, um catálogo vivo e precioso auxiliar para principiantes e até para conhecedores. Depois, nos últimos tempos, mesmo com as falhas de memória próprias da idade, nunca era tempo perdido aquêle em que, ao acaso dum encontro, se trocavam com o bom e resignado velhote algumas palavras em matéria de velharias coimbrãs ou de curiosidades bibliográficas. Como simples e modesta fôra a sua vida, assim foi o seu funeral. Estava certo, havia coerência... O que aproveitou o ensejo de notar foi a ausência de representação oficial. Chocou-me que, para os estabelecimentos científicos da sua terra natal, para o seu Município, o Dr. Simões de Castro, naquela hora, que deveria ser de justiça e verdade, não fôsse ninguém. Pelo menos a edilidade de Coimbra deveria ter sabido prestar uma pequena homenagem àquele sincero e desinteressado que passara uma vida inteira laborando generosamente pela honra, glória e grandeza da sua Terra. E', a meu ver, uma dívida que da parte do Município fica em aberto.

Fev.º 1933.

ÁLVARO VIANA DE LEMOS

Simões de Castro sabia muita coisa e tinha o seu cri-
terio, mas não se pode dizer que fosse o perfeito tipo do
catholico-apostolico, porque elle falhava n'quelle espirito ex-
clusivista, natural e scientifico, ou ethico-social, que dis-
tingue a maior parte. Era um dezes mezes, que tomam
simples e agraivel o estudo e o saber. Para qualquer
coisa que a Coimbra nunca tivesse tratado, nunca se da-
ria de balde a sua porta. Foi sempre um guia seguro e
obsequioso para quem se interessasse por tais estudos; em
quanto serviu na biblioteca da Universidade era, nos mes-
mos assumtos, um catalogo vivo e preciso auxiliar para
principantes e até para conhecedores. Depois, nos ultimos
tempos, mesmo com as falhas de memoria propria de
idade, nunca em tempo perdido aquelle em que, de acas-
dam encontro, se trocavam com o bom e resignado rebois
algumas palavras em materia de sciencias comphes ou de
curiosidades bibliographicas. Como simples e modesto foi
a sua vida, assim foi o seu funeral. Estava certo, havia
coerencia... O que aproveitou o ensaio de notar foi a au-
sencia de representação official. Chacou-me que, para os
espectaculos cithnicos da sua terra natal, para o seu
Municipio, o Dr. Simões de Castro, naquela hora, que de-
veria ser de justiça e verdade, não fosse ninguém. Pelo me-
nos a entidade de Coimbra deveria ter sabido prestar uma
pequena homenagem aqelle sincto e desinteressado que
passou uma vida inteira trabalhando generosamente pela
honor gloria e grandexa da sua Terra. E, a meu ver, uma
divida que da parte do Municipio não em aberto.

Alfredo Frazar Lages

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890...* 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)* 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878* 4\$50
- Noticia sobre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895*..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856*..... 4\$00
- Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856*..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854* 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso.....	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

Procedeu-se seguidamente a eleição dos novos sócios e foram eleitos:

SÓCIO HONORÁRIO

BOLETIM DO INSTITUTO

FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LÔBO, Reitor de Bacia

ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE ABRIL DE 1935

Aos 22 de Abril de 1935 reuniu-se a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra* sob a presidência do Professor Francisco Miranda da Costa Lôbo.

Nesta sessão foram apresentados o relatório e contas do exercício findo, tendo sido aprovados por unanimidade.

O Presidente congratulou-se com o sucesso da conferência realizada em 11 de Março deste ano, pela Senhora D. Amália de Proença Norte, com a qual foram inauguradas as conferências no salão da sede social.

O General António Gomes de Sousa anunciou a publicação na revista de *O Instituto* de um artigo sobre «Os factores morais na defesa da nação».

O Presidente comunicou o agradecimento de G. Blondel por ter sido eleito sócio deste Instituto, que vinha acompanhado dum artigo.

Pelo sócio Dr. Pinto Loureiro foi presente um índice dos volumes do Instituto, elaborado sob a sua direcção na Biblioteca Municipal de que é director. A assembleia manifestou-lhe o grande apreço em que tinha este trabalho e o seu reconhecimento.

Foi resolvido proceder à sua publicação com a maior brevidade possível.

Procedeu-se seguidamente à eleição dos novos sócios e foram eleitos:

SÓCIO HONORÁRIO

FRANCISCO MANUEL ALVES, Reitor de Baçal

SÓCIOS EFECTIVOS

GUILHERME BARROS E CUNHA, Professor da Universidade de Coimbra

MANUEL LOPES DE ALMEIDA, Professor da Universidade de Coimbra

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANJEIROS

RAYMOND BERNARD, Professor

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, **Gumersindo Sarmento da Costa Lôbo**, lavrei a presente acta.

aa) **F. M. DA COSTA LÔBO**

GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO

OS FACTORES MORAIS NA DEFESA DA NAÇÃO

Estão ainda bem presentes as conseqüências da última guerra e grandes têm sido os esforços pacifistas mas, apesar de tudo, os estados cuidam porfiadamente da sua preparação militar melhorando moral e materialmente os seus exércitos.

Comquanto tôdas as nações que se preparam para a guerra afirmem os seus propósitos de paz, quando se prolongue uma preparação exageradamente dispendiosa, vem as preocupações de tôda a ordem sôbre os seus efeitos ruinosos.

Cria-se assim um ambiente propício à guerra, que pasará a ser reconhecida como necessária para pôr têrmo a uma situação de que as nações sen'indo os seus efeitos se desejam desembaraçar. O mais leve incidente dará origem ao início das hostilidades e teremos assim a repetição da História.

A guerra é portanto um fenómeno que pode atingir dum momento para o outro as nações animadas dos sentimentos mais pacíficos e por isso tôdas as que tenham fé nos seus destinos e que queiram honrar as suas tradições, mantendo a sua independência a todo o preço, terão que se preparar para essa surpresa, não só adquirindo os meios materiais, mas recorrendo a todos os factores de ordem

moral que serão os que melhor auxílio poderão prestar a uma nação nessas emergências.

Poderemos mesmo julgar do estado de civilização e do nível moral duma nação pela forma como ela encara a sua defesa.

Ao romper das hostilidades só se poderá contar com os recursos materiais, intelectuais e morais que tivermos conseguido preparar durante a paz. Há quem julgue que perante as dificuldades de armar, instruir, e enquadrar toda a massa válida duma Nação, os exércitos deverão conservar na paz, devidamente organizado, um forte escalão para uma cobertura que garanta não só a mobilização, mas ainda o fabrico de tudo quanto fôr indispensável às forças a mobilizar. Mas não esquecendo que um lote de armamento portátil se não fabrica em menos de seis meses e que o fabrico de um lote de canhões leva aproximadamente um ano, temos que reconhecer que tal solução talvez inspirada nos factos passados na última guerra em que os beligerantes se entrincheiraram por longo tempo para a preparação de novos recursos, está em contradição com os modernos princípios estratégicos tendentes a evitar a longa duração da guerra dadas as suas conseqüências de ordem económica e social. E assim se pretende agir por surpresa com as tropas de maior mobilidade destruindo todos os órgãos vitais do inimigo, estabelecendo o terror e evitando a mobilização.

Uma nação atacada por surpresa, se não estiver preparada moralmente, de pouco lhe servirão os seus recursos materiais. Se a guerra por circunstâncias várias deixar de ser curta como se preconiza, a sua duração dependerá das resistências económicas dos beligerantes e estas ainda da preparação moral da nação. O limite dessas resistências é

bem variável e quando se não consiga evitar a sua rotura só temos a derrota e a desordem.

Seja qual for a feição que a guerra possa vir a tomar, a preparação militar duma nação nunca poderá restringir-se aos meios materiais; existem outros factores que deverão causar as maiores preocupações em tempo de paz, pelas conseqüências que o seu abandono nos possa trazer em tempo de guerra. E são as pequenas nações que, não podendo manter uma superioridade material, se devem esforçar pelas vantagens morais.

O êxito, na guerra, do emprêgo de todos os modernos engenhos de destruição depende dos recursos intellectuais e morais da nação. O grau de instrução tem particularidades de ordem moral na preparação dum povo para a sua defesa. Na guerra moderna são aproveitados todos os progressos das ciências e por isso o emprêgo dos novos armamentos exige intelligência e conhecimentos. O soldado deixou de ser a simples máquina obediênte de outrora. A guerra moderna depara-lhe situações exigindo uma tal preparação técnica, que só pode andar aliada a um certo desenvolvimento intellectual, pelo que os exércitos já não poderão ser constituídos por analfabetos. A garantia do successo exige uma superioridade intellectual e moral sobre o adversário; quando a massa válida duma nação adquira uma noção consciente dessa superioridade, encara com o maior desprêzo todos os perigos, está pronta para todos os sacrificios e assim saberá pôr o interêsse e a honra da sua pátria acima da sua individualidade.

As forças morais só se salientam quando bem se possam evidenciar as forças vitais da nação e por isso o valor dum exército será o espelho fiel das qualidades dum povo.

A disciplina é um agente educador dos mais poderoso-

sos; quando a vida duma nação esteja sujeita aos seus hábitos, eles só por si contribuem eficazmente para o valor moral dum exército.

O sentimento da disciplina precisa de atingir um grau mais elevado do que no tempo em que os exércitos eram constituídos por uma pequena parte da nação. Não a simples obediência maquinal pelo terror do castigo, mas derivada da compreensão do sentimento do dever pela convicção de que só na obediência os homens poderão encontrar a sua segurança e o bem-estar da colectividade.

O exército foi sempre uma grande escola de civismo, mas sendo impossível manter demoradamente nas fileiras todos os homens válidos duma nação, é indispensável a mais cuidada preparação cívica educando a população no amor da Pátria e da colectividade, despertando-lhe assim o cumprimento do dever que a leve à maior obediência, indispensável nas graves emergências.

Na constituição dos exércitos modernos entrarão em grande percentagem elementos sem vocação militar, muitos deles só habituados a trabalhos pacíficos e isentos de perigos. Quando chamados às fileiras só pensam no dia em que possam retomar as suas ocupações civis, não reconhecendo que esse esforço lhe é imposto pelo bem-estar da colectividade, se não tiverem adquirido o necessário espírito patriótico que os convença de que a Pátria bem merece todos os sacrifícios.

Os deveres militares precisam pois de ser cumpridos não somente por obrigação mas ainda por convicção e tudo depende da preparação moral da nação.

Os preparativos para a defesa duma nação não poderão deixar de compreender todos os meios de afrontar e suportar as revoluções económicas que da guerra poderão

resultar. É durante a paz que terão que ser elaborados os planos económicos na previsão da guerra, planos que ainda que casos imprevistos não permitam segui-los rigorosamente, será mais fácil alterá-los do que improvisá-los no momento crítico. Êsses planos, conhecidos nas suas linhas gerais, terão grande influência no moral da população quando os homens chamados às fileiras possam ir convencidos de que está prevista e atenuada a supressão do esforço do seu braço ao serviço dos seus.

Os exércitos de hoje são massas orgânicas cada vez mais sensíveis. Submetidas a imensas influências o seu estado moral e o seu valor variam consideravelmente. Assim o seu estado sanitário, os efeitos do alcool e das doenças contagiosas contribuindo para a degenerescência física, intellectual e moral não podem deixar de ser levados em conta na apreciação do valor dum exército.

A educação moral anda ligada à educação física pela sua importância na formação do carácter, pois sendo preciso estar preparado para resistir à fadiga e privações da guerra, êsse grau de resistência depende não só da educação física, mas ainda das condições da população onde o exército é recrutado. Os povos rurais são os que naturalmente melhor se adaptam às exigências da guerra, os cidadãos habituados a menos exercícios e maior conforto precisam recorrer a uma bem orientada educação física para lhes aumentar a sua resistência. A percentagem de agricultores na Alemanha é mais diminuta do que nas outras nações, a grande resistência sempre evidenciada do seu exército tem sido adquirida nas escolas e sociedades de ginástica que tiveram o seu desenvolvimento quando se prepararam para a desforra de 1870.

Com o grande aumento de efectivos do exército, for-

çoso foi diminuir o tempo de serviço militar, mas as exigências profissionais aumentaram, por isso não basta que os homens que mais tempo permanecem nas fileiras saibam os sacrifícios que os espera na guerra futura, é preciso que a Nação inteira se prepare para os suportar como exige a sua honra e que a sua preparação pre-militar e post-militar possam garantir a coesão e disciplina derivadas do mais alto patriotismo, dando ao exército a maior garantia da sua missão social.

O interesse pela honra e pela defesa duma nação precisa espalhar-se por tôdas às classes da sociedade. Não se trata de educar um povo no amor pela guerra, mas sim no amor da Pátria, que deve estar preparada para tôdas as surpresas que ponham em jôgo os seus destinos.

A nossa história está materializada por êsse País fora. Não faltam padrões que atestem o esforço dos nossos antepassados na defesa da nacionalidade e que bem merecem que a mocidade vá junto deles e conheça o seu significado. Não faltam feitos de valor que possam constituir lições proveitosas e que bem merecem que sejam exaltados perante a nação. Para que os novos não sejam só educados para as comodidades da vida, mas para todos os sacrifícios que a Pátria lhes possa exigir, é preciso que se defrontem, a cada momento, com tudo que lhes possa atestar feitos de abnegação em prol da colectividade.

É no comêço da vida, durante a frequência das escolas, que se deverá cuidar da preparação física da mocidade, para que quando incorporada nas fileiras do exército possa tirar o melhor rendimento do tempo que nelas permanecer, criando um ambiente que facilite o desenvolvimento das virtudes militares e sem as quais não há exército.

O nível moral da grande massa do exército tem ainda influência na preparação dos que tenham que exercer funções de comando, porque as suas qualidades só se formam e desenvolvem no contacto constante com as diferentes camadas sociais que passam pelo exército. Só com essa longa experiência da vida se adquire a mais completa e inabalável concepção do dever, pelo que não será de estranhar que se afirme que só com bons exércitos se poderão formar bons chefes.

A educação orientada sob o ponto de vista militar é indispensável a todo o cidadão; adquire assim virtudes que só valorizam a colectividade e que são a melhor garantia da tranquilidade duma nação.

Coimbra, 28-5-35.

GENERAL GOMES DE SOUSA

EM HONRA DO DR. AUGUSTO MENDES
SIMÕES DE CASTRO⁽¹⁾

Quem tem vivido de mais, sabe como as teorias modernas se desenvolvem em diletantismos educativos.

A sensação de arte é difícil de compreender e explicar. E não há assunto de psicologia especulativa, em que as palavras tenham sido tantas vezes combinadas em deliciosas mistificações, sem significação precisa e nítida.

A impressão do belo tanto pode resultar do equilíbrio e convergência de sensações harmónicas, como pela opposição de elementos actuantes, diz-se—pelo contraste.

A engenharia moderna vinha reclamando, pela falta de atenção que as suas obras não mereciam aos júris benévola e acolhidos pela opinião pública. E tóda a física moderna estava ali assente em leis científicas, naturais e de resistência.

Em 1887 sobreveio a discussão travada a propósito da tórre Eiffel. As mais altas capacidades intellectuais da França protestavam contra o ultraje feito à arte e ao génio francês, erguendo aquella abominável monstruosidade,—diziam—no próprio coração do país, considerado na emergência do seu valor.

(1) Vid. nota da pág. 1 do vol. 87.

Houve propostas para a mascarar de arrebiques, dando-lhe a ilusão de pintura e pedaços de pedra e cal!

No decorrer do tempo, que cura todos os desvarios, serenamente a reacção dos discolos foi chamada à ordem e à razão.

Nesta mesma exposição havia emprêsas de mecânica e garantia particular, como a própria tôrre Eiffel: a galeria central do Trocadero; o palácio das máquinas de indústrias diversas; fontes luminosas; história da habitação; viadutos, etc., etc.

A engenharia tem-se aplicado a tôdas as indústrias; e por esse mundo há pontes de formas imprevistas. Não são sòmente as graciosas pontes sôbre o Douro.

E a função aérea de todos os equilíbrios, de exactidão impecável, como o exigem as leis da natureza sôbre temperaturas variadas, etc.

Imprevistamente, depois de assoladas as nacionalidades pela grande guerra, as populações foram despertadas, pela França, de acôrdo com os seus princípios, que tinha deliberado a exposição de Arte Decorativa em 1925.

As nações não tiveram ilusões. E pelos govêrnos foram prestadas declarações prévias.

Bem ponderados os factos: que, em leilões franceses, tem arrastado a limites inverosímeis a teimosia dos amadores, sôbre obras de valor de acaso.

Quem se não lembra da publicação da *Arte do Cubismo* e da propaganda com que era acolhida a falange dos artistas que sustentaram os preceitos da nova arte?

Agora, começaram com a gravura em todos os géneros e caricaturas em jornais!...

Penso não haver transigências neste momento.

Aceite a diferença dos tempos, concordemos em que as variantes do critério de Arte, codificadas em exâmetros verbais, não voltarão mais.

O Doutor Mendes Simões de Castro tem sido apreciador pela bondade e lisura com que facultava os seus recursos e as informações da sua situação de estudioso e de erudito.

E eu tive, à minha parte, o infortúnio de um privilegiado!

Homem feliz! Com boa memória e bela disposição de ânimo para as maçadas que impendem sobre os pacientes de boa vontade e fácil acesso.

Ao Dr. Augusto Mendes não dei jamais o conselho de que fizesse còro com a turba multa dos ingênuos e inconvenientes que tudo têm estragado.

Eu não desejaria encontrar-me com êles; nem socorrer-me dêles em qualquer conjuntura.

Neste momento fatídico, por coincidência execrável a Capela do Tesoureiro, obra superior de João de Ruão, já desapareceu. Figuras mutiladas e ainda outras no seu lugar, foram quebradas. E a formidável abóbada aluiu, etc., etc.

Dos dois pórticos de Sant'Ana, monumentos nacionais definidos, um foi aproveitado no Museu de Arte Antiga; o outro, desmontado, jaz ali perto!

O esforço do Conselho de Arte nada produziu de sanção penal para estas transgressões da lei. Etc., etc.

Estas obras e muitas outras acham-se registadas em livros estrangeiros. ¿O que pretenderão estes irresponsáveis perante os vandalismos praticados!—se um dia lhes pedirem contas êsses implacáveis juizes?...

Outubro, 1932.

A. GONÇALVES

¿PORQUE NÃO SE FABRICAM ADUBOS AZOTADOS EM PORTUGAL?

CAPÍTULO I

DIFERENTES PROCESSOS DE FIXAÇÃO DO AZOTE ATMOSFÉRICO

Foi Boyle que, em 1670, entreviu a existência, no ar, de outro gás que não fôsse o que assegurava a combustão.

Priestley, depois, fez várias experiências que continuaram a manter a idea, que então se ia precisando, de que o ar que se respirava continha uma grande massa dum gás inerte. Mas foi Rutherford, em 1772, que pela primeira vez isolou o gás azote.

Em 1777 Lavoisier concluiu que êsse gás entrava na proporção de $\frac{4}{5}$ na composição do ar, que privava de vida os animais e, atendendo a esta última propriedade, deu-lhe o nome de *azote* que em grego significa privativo de vida. Já nessa altura se sabia, pelos trabalhos de Berthollet, que êle aparecia no *alcali volátil* e também nos compostos nítricos.

Da mesma época datam também as descobertas dalguns dos seus principais compostos.

Assim, o óxido azotoso foi obtido por Priestley; o óxido azótico por Mayow, que também se distinguira nas primeiras pesquisas sôbre o azote.

O azote encontra-se em abundância na natureza.

Em primeiro lugar, na atmosfera que se supõe conter 3.10^{15} toneladas.

Os astrónomos atribuem à atmosfera terrestre uma espessura de 200 quilómetros.

A atmosfera propriamente dita ou *troposfera* vai, porém, só até 11.000 metros e nela o ar contém cerca de 79% de azote.

Na camada seguinte ou *estratosfera*, que vai até 80.000 metros, a percentagem de azote começa por aumentar até aos 40.000 metros para diminuir, depois, até atingir apenas 10%.

Vê-se, pois, que a Terra é envolvida por uma massa de azote cuja densidade aumenta com a proximidade do globo.

Mas não é só a atmosfera que contém azote. Os carvões contêm-no sempre com 1 a 2% e especialmente a turfa, que se forma nos nossos dias. Calcula-se que existem 9.10^{10} toneladas de azote, nos carvões.

Finalmente, os jazigos de nitrato natural contêm 35.10^6 toneladas.

São estas as fontes principais do azote. Todavia, há ainda outras de menos importância, como os seres vivos, as águas dos mares e dos rios.

Tem as seguintes propriedades:

A sua solubilidade na água diminui com o aumento da temperatura. É nula a 100° centígrados e aumenta até atingir o valor de 23cm^3 por litro de água a 0° . A sua den-

sidade, em relação ao ar, é de 0,9672 e, em relação ao hidrogénio, de 14,016. O peso do litro é de 1,2521. O seu ponto de fusão é a $-210^{\circ},5$ e é líquido em ebulição a $-195^{\circ},7$ sob a pressão de 760^{mm}. A sua temperatura crítica é de $-145^{\circ},1$. E a sua pressão crítica de 35 atm. O índice de refração é de 1,000507. É um gás permanente, incolor, inodoro, insípido, incombustível e de fraca afinidade. Combina-se com o carbono ao rubro quando intervém um carbonato alcalino e dá então lugar a um cianeto.

Plucker e Hittorf verificaram, pela primeira vez, que, segundo as circunstâncias, apresentava um espectro de faixas ou um espectro de linhas. Hoje sabe-se que o espectro de faixas é produzido pela molécula enquanto que o de linhas é produzido pelo átomo.

*

A fixação do azote atmosférico faz-se, na natureza, nas camadas superiores da atmosfera sob a acção das descargas eléctricas, e é por isso que tôdas as águas pluviais contêm azote sob a forma nítrica e amoniacal. As descargas eléctricas fazem-no contrair até 10% do seu volume normal e é no nevoeiro que atinge maior percentagem com 5,57 miligramas por litro.

Mas a principal fixação na natureza é feita pela acção das bactérias.

Azotetos

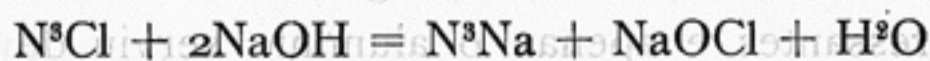
A primeira forma de fixação artificial do azote, de que nos occuparemos, é a dos azotetos.

O azote combina-se com certos corpos simples à temperatura do rubro. A reacção clássica consiste na acção do amoníaco sobre os óxidos ou sobre os cloretos correspondentes.

Os mais antigos conhecidos são os de boro, de titânio e de magnésio. Alguns são bastante estáveis, mas todos são decompostos pelos ácidos ou pela potassa e dão lugar a amoníaco.

Dos derivados do ácido azotídrico quasi todos são explosivos. O azoteto de mercúrio, que se obtém pela acção do gás amoníaco sobre o óxido de mercúrio, goza da propriedade de explodir. O azoteto de chumbo é mesmo muito empregado na deflagração de certos explosivos. O de sódio é o menos explosivo de todos.

O azoteto de ferro N^2Fe^4 foi descoberto por Despretz em 1829 e parece ser o primeiro da familia. Contudo, o ferro e o azote unem-se com dificuldade. Obtém-se uma absorção de 2 % de azote utilizando o ferro finamente dividido e proveniente da redução do oxalato. Este azoteto decompõe-se facilmente pelo vapor de água. Aquecido numa atmosfera de hidrogénio, dá ferro metálico e gás amoníaco. Seguem-se os de titânio N^2Ti^2 , N^4Ti^3 , e $N^8C^2Ti^{10}$, descobertos por Wohler em 1850. O titânio, aquecido numa corrente de azote, transforma-se completamente em azoteto de titânio. O silício, da mesma maneira aquecido, produz o N^3Si^2 , que é uma substância branca amorfa. O azoteto de sódio aparece tôdas as vezes que se faz reagir a azida de cloro sobre a soda cáustica segundo a reacção:



O de magnésio N^2Mg^3 foi estudado por Briegleb e

Geuther em 1862. Quando se faz passar uma corrente de ar sobre a limalha de magnésio ao rubro, obtem-se uma massa amorfa, amarelo-esverdeada, que se decompõe facilmente pela humidade desenvolvendo amoníaco, com elevação de temperatura. Nem Briegleb nem Geuther obtiveram este azoteto sob a forma cristalizada; todavia Deville e Caron, quando da preparação do magnésio a partir do cloreto de magnésio reduzido pelo sódio, verificaram à superfície do metal cristais incolores e transparentes que, em contacto com a humidade, libertavam amoníaco. Sabe-se, de resto, que o magnésio, aquecido ao ar, começa a oxidar-se a 600° e, quando chega a 670°, aparece também o nitreto, embora em menor quantidade.

O boro, aquecido ao ar a uma temperatura elevada, também produz o NB. Conhecem-se ainda os de lítio NLi^3 e o de cálcio N^2Ca^3 .

O de magnésio reage com a água segundo a equação:

$$N^2Mg^3 + 3H^2O = 2NH^3 + 3MgO$$

Hackspill divide os azotetos metálicos em duas categorias diferentes. Uns podem ser decompostos pela água ou pelos alcalis a diversas temperaturas, mas com transformação integral do azote, que contém, em amoníaco. Os outros, chamados azotidratos, porque derivam do ácido azotídrico N^3H , também são decompostos pela água mas a decomposição é complexa, faz-se com dificuldade e com perda de azote.

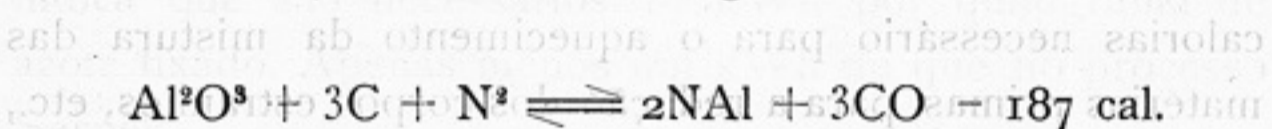
Nenhum destes metais assegura resultados económicos interessantes e apenas o alumínio serviu de base a algumas experiências de carácter industrial.

Os trabalhos sobre os azotetos de alumínio foram ini-

ciados depois de 1900 e várias patentes foram registadas depois dessa data. Na Alemanha a «Badische Anilin und Soda Fabrik» e em França a «Société Générale des Nitrures» dedicaram até 1913 grande atenção a estes estudos. Em França eram as patentes de Otocar Serpek que mais retinham a atenção dos industriais e foram os processos dêste inventor que foram aplicados à bauxite, de que o sul da França é tão rico.

A bauxite é um óxido hidratado de alumínio que se encontra na natureza acompanhado de várias impurezas.

Fazendo actuar o carbono e o azote sôbre a bauxite a alta temperatura, o oxigénio desta combina-se com o carbono enquanto o azote se fixa sôbre o alumínio conforme mostra a reacção endotérmica seguinte:



A combinação do alumínio e do azote para dar o azoteto é uma reacção exotérmica. Todavia, a partir da bauxite a reacção é francamente endotérmica. Vê-se, pois, que a reacção indicada pela seta superior é limitada pela reacção inversa. Sob a pressão atmosférica, para obter uma forte percentagem de azote fixado, é, portanto, necessário aumentar fortemente a temperatura.

Dos trabalhos de Fraenkel conclui-se que a 1.700° a proporção de azote fixado atinge 34%. Contudo, a reacção é complexa pelo facto do aumento da percentagem de óxido de carbono provocar a reacção no sentido da seta inferior.

O equilíbrio da reacção é dado pela fórmula:

Citeios, entre eles, os de Lewis Thompson, Margue-

ciados depois de 1900 e várias patentes foram registadas depois dessa data. Na Alemanha a «Badische Anilin und Soda Fabrik» e em França a «Societe Generale des Nitru-tes» dedicaram até 1913 grande atenção a estes estudos.

Por ela se vê que, quando há um excesso de óxido de carbono, a reacção se faz no sentido da seta inferior. Logo, para que haja produção continua de azoteto, é necessário que a percentagem de CO se mantenha inferior à que indica a fórmula de equilíbrio.

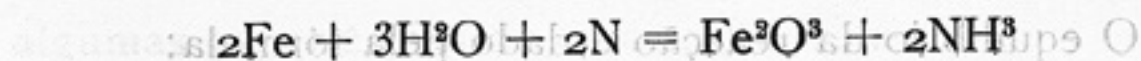
O estudo térmico desta reacção é também desfavorável.

Como vimos, a formação de 2NAl , a partir da bauxite, ou seja 280 gramas de azote, exige 187 calorias, o que corresponde a 6.678 calorias por quilograma de azote fixado.

Como, por outro lado, é preciso contar o número de calorias necessário para o aquecimento da mistura das matérias primas, para a redução dos corpos estranhos, etc., pode-se prever que o quilograma de azote fixado, sob a forma de azoteto de alumínio, não pode ser inferior a 18 kilowatthoras.

Esta patente Serpek foi utilizada no sul da França numa montagem de longos fornos cilíndricos. Mas não deu, nem era natural que desse, resultados práticos.

Mais tarde, Serpek enveredou por outro caminho e fez actuar sobre o ferro, cromo, zinco ou bismuto, água líquida em presença de azote ou de gás de gasogéneo, isentos de oxigénio livre. A pressão utilizada era de 16 quilos por cm^2 para manter a água líquida, e a temperatura oscilava em redor dos 200° . A reacção é a seguinte:



Os trabalhos sobre os azotetos de alumínio foram in-

O ferro é depois regenerado por redução.

Ainda, quanto ao emprêgo da bauxite como matéria prima, há um processo industrial usado na América pela sociedade «Aunom Fertilizer Works». Neste processo envia-se uma corrente de azote sobre uma coluna formada por *briquettes* de bauxite e de carvão em proporções convenientes. A temperatura da reacção está compreendida entre 1.800° e 2.000°. A resistência de aquecimento é em parte constituída pela matéria a tratar e que contém também elementos de grafite.

O cálculo térmico da reacção, admitindo 70% como rendimento térmico da central eléctrica e 865 cal. por kWh, indica que são necessários 17 kWh por quilograma de azote fixado. Apenas menos um kWh do que no processo Serpek.

Na época destas realizações, antes de 1914, parecia que seria de esperar que, como tantas vezes sucede, a necessidade criasse novos processos de fabrico, tanto mais que o tratamento das bauxites produziria um sub-produto de valor: o alumínio. Não sucedeu assim. Os processos da síntese do amoníaco encaminharam noutra direcção as atenções das entidades interessadas na fixação do azote do ar.

Cianetos

Vejamos agora a fixação do azote por cianetação.

Depois de 1840, variados processos foram estudados para obter a fixação do azote sob a forma de cianeto.

Citemos, entre êles, os de Lewis Thompson, Margue-

ritte e Sourdeval, Mond, Castner, Bucher, Urbain, Peniakoff, Mac Donnel, Roessler etc.

A fixação do azote, sob a forma de cianeto, parecia interessante pela facilidade que há em transformar o grupo CN em NH^3 .

No processo Lewis Thompson, o azote passa num tubo onde o carvão de madeira está impregnado de 30 % de carbonato de potássio. O tubo é aquecido ao rubro e o aparelho marcha continuamente com extracção periódica do cianeto formado.

No processo Margueritte-Sourdeval, a potassa é substituída pela barita.

O cianeto de bário é depois decomposto pelo vapor de água a 300° conforme a reacção:

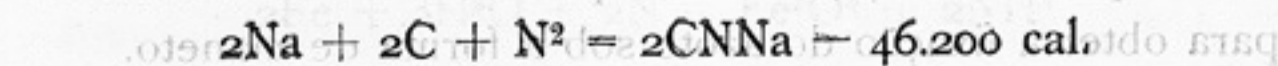


O processo Bucher, como utiliza matérias primas baratas, foi em certa época considerado como explorável pelo Governo americano; não deu todavia resultado prático. Baseia-se na reacção:



O ferro é um bom catalizador para esta reacção.

O processo da «Roessler e Hasslacher Chemical C.^o», semelhante a este, realiza-se a 650° . O seu inconveniente reside na dificuldade de separar o cianeto do carbono. A reacção é a seguinte:



A sociedade «Air Reduction C.^o» emprega como catalizador 2 a 5 % de óxido de ferro. A massa é aquecida em retortas de ferro-níquel-cromo para resistirem à corrosão e estas retortas estão colocadas numa câmara revestida de tejos refractários. A temperatura da reacção é de 950 a 1.000°. A produção do cianeto atinge 30 %.

A «Nitrogen Products C.^o» emprega um dispositivo composto de 3 retortas verticais colocadas numa câmara aquecida por um gasogéneo. A primeira contém blocos, constituídos por uma mistura de carbonato de sódio, carvão e ferro, que se fazem passar por uma fieira onde entra ao mesmo tempo o azote. A segunda contém coque incandescente ao contacto do qual o ar se transforma em gás que é purificado na terceira retorta. É este gás da terceira retorta que vai provocar a cianetação na primeira, a uma temperatura compreendida entre 650 e 1000°.

Em 1925 o problema da produção do amoníaco, partindo dos cianetos, foi pôsto de novo duma maneira diferente pelos japoneses Ryosaburo Hara e Hikoziro Miura, que estudaram a cianetação das misturas de sais de sódio (sulfato e cloreto) e do carbonato de bário.

Se, para o fabrico do amoníaco barato, estes processos não são actualmente susceptíveis de desenvolvimento, servem no entanto muito bem em galvanoplastia, na cimentação dos aços e, sobretudo, para a extracção do ouro e da prata dos seus minérios.

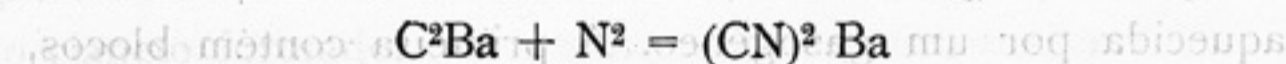
Cianamida

A cianamida cálcica tem uma grande importância como processo de fixação de azote porque se tornou económico

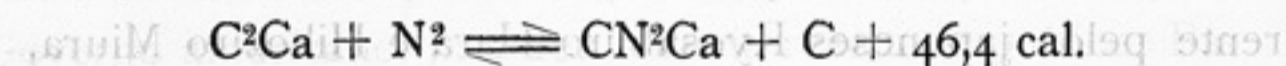
o seu fabrico e, conseqüentemente, é largo o seu emprêgo na agricultura de certos países e em certas regiões privilegiadas pela proximidade de quedas de água.

A sua descoberta, efectuada em 1893, foi fortuita e resultou das experiências de Frank, Caro, Roth e Freudenberg sobre o cianeto de cálcio.

Tinham estes experimentadores obtido o cianeto de bário pela reacção:



e, quando quiseram realizar reacção análoga com o cálcio, verificaram: primeiro, que só acima de 1.000° o azote se começava a fixar; segundo, que a fixação do azote se fazia duma forma extremamente lenta; terceiro, que o cianeto de cálcio se formava em dose insignificante e, finalmente, que o que se produzia em maior quantidade era cianamida cálcica, segundo a reacção seguinte:



A velocidade da reacção aumenta com a temperatura, mas como esta reacção é reversível, a partir de 1.100° a cianamida começa a decompor-se.

O emprêgo do cloreto de cálcio, como catalizador, na proporção de 15%, faz com que a absorção se faça a 800°.

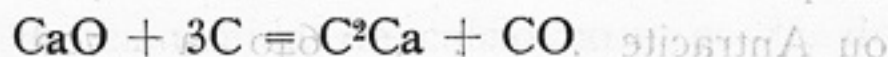
O cloreto de lítio, ClLi , ainda faz baixar mais a temperatura de fixação. Todavia, pelo seu baixo preço, o Cl^2Ca é o mais utilizado.

O fabrico industrial da cianamida faz-se partindo do carboneto de cálcio C^2Ca .

Este foi pela primeira vez obtido por Moissan, no

forno eléctrico, quando dos seus estudos sobre o diamante.

A reacção é a seguinte:



Como o carboneto funde entre 2.500° e 2.800°, é a esta temperatura que se trabalha, recolhendo o produto fundido em moldes.

Na indústria existem vários modelos de fornos que em geral, trabalham perto das centrais eléctricas de origem hidráulica.

Os mais conhecidos são os fornos Memmo, da Sociedade Piemontesa de Fabrico de Carboneto de Cálcio; os fornos Ducase; os fornos da fábrica suíssa de Flums; e os fornos Keller, nos Alpes franceses, perto de Grenoble.

Estes fornos são da classe dos fornos de arco directo. Nuns o revestimento inferior funciona como electrodo, noutros a corrente entra por electrodos verticais suspensos na parte superior.

Estes fornos podem ser contínuos ou podem ser intermitentes e então a carga do forno é retirada sólida e fria.

Os primeiros dão um produto melhor, mas os segundos são mais económicos.

As matérias primas são a cal vulgar, que não deve conter muitas impurezas, especialmente fósforo e silício, e o carvão que, em geral, é coque ou antracite.

Só há vantagem económica em aumentar a potência e a capacidade dos fornos, que chegam a atingir 4.000 quilowatts por elemento.

Para fabricar uma tonelada de carboneto de cálcio,

indicam os tratadistas as seguintes quantidades de matérias primas:

Coque	600 a 700	quilogramas
ou Antracite	640 a 700	»
ou Carvão de madeira	800 a 950	»
Cal	920 a 1.050	»
Electrodos	10 a 40	»

O rendimento dos fornos oscila entre 5 e 6 quilogramas de carboneto por kilowatt-dia.

O carboneto nunca é puro. A análise fornecida por Caro dá a seguinte composição:

Carboneto de cálcio	82,30%
Cal	14,60
Carbono	1,20
Silicieto de cálcio	0,06
Fosforeto de cálcio	0,07
Sulfureto de cálcio	0,13
Silicieto de ferro	0,72

Para preparar com o carboneto uma boa cianamida é exigido àquele um título de 80%.

Uma outra condição para a fixação do azote consiste na fina divisão do carboneto. Para conseguir isto é necessário, primeiro, partir o carboneto em pedaços miúdos e, depois, moê-lo, tendo o cuidado de efectuar esta operação numa atmosfera de azote sêco sem o que, na presença de oxigénio, se torna inevitável uma explosão em consequência da menor humidade provocar a formação de C^2H^2 que, com o ar, dá uma mistura detonante cujos limites de infla-

mabilidade, muito largos, variam entre 2,8 e 65 % de C^2H^2 .

Com uma percentagem mínima de 80 % de C^2Ca e estando o produto finamente pulverizado, é possível, praticamente, fixar sobre ele 25 % de azote. Obtêm-se assim 125 quilogramas de cianamida de cálcio com 20 % de azote.

Este é extraído do ar líquido pelos processos Lindé e Claude.

Os fornos de cianamida são, em geral, cilíndricos e compostos duma parte móvel onde gira o carboneto e duma parte fixa envolvente da primeira que serve de calorífugo. Como a reacção é exotérmica, basta dar-lhe começo para que ela prossiga por si. Para isso, um electrodo de carborundo ou de carvão atravessa, no sentido do eixo, o forno fazendo-se passar por ele a corrente que há-de fazer deflagrar os produtos da reacção.

A 700° inicia-se esta, que se propaga ondulatòriamente do centro para a periferia.

Como 64 gramas de carboneto produzem 46 pequenas calorias, nos fornos de 1.500 quilogramas, como os da «Société des Produits Azotés», que há anos visitámos em Grenoble, os fornos chegam a alcançar 1.000 grandes calorias. Daqui resulta que o calor pode chegar a ser excessivo e ser necessário provocar o arrefecimento. É o que sucede no aparelho Polzénus que é formado por um túnel cilíndrico de 2 metros de diâmetro e de cerca de 35 metros de comprimento.

Em resumo verifica-se:

- 1.º—Que, para fixar um quilograma de azote, são precisos 3,850 de carboneto de cálcio;
- 2.º—Que, com 1 kilowatt-ano, se obtêm 2.000 quilos de carboneto de cálcio;

3.º—Que, com 1 kilowattano, se fixam 3.300 quilos de azote.

Portanto, a despesa por quilograma de azote fixado é:

$$\frac{3,85}{2.000} + \frac{1}{3.300} = 0,00225 \text{ kilowattano.}$$

Ou um kilowattano pode fabricar cerca de 2.000 quilogramas de cianamida com 20 % de azote, ou seja ainda o quilograma de cianamida por cerca de 4 kilowatthoras.

Óxidos de azote

Examinemos finalmente a oxidação directa do azote. O fabrico dos óxidos de azote e do ácido nítrico por processos indirectos, quer pela oxidação do amoníaco, quer partindo dos nitratos naturais do Chili, não interessa, neste capítulo, para o nosso ponto de vista.

Neste capítulo propusemo-nos apenas a tratar da fixação do azote do ar por processos que não fôsem o da síntese do amoníaco, que nos capítulos seguintes estudaremos em detalhe.

Uma vez que se dispusesse duma mistura de azote e de oxigénio como é o ar, era natural pensar em oxidar o azote, com o próprio oxigénio da mistura, para o fixar sob a forma de óxido e poder empregá-lo sob as mais variadas combinações que a indústria e o mercado exigissem.

Este estudo e esta realização industrial precederam os da síntese do amoníaco.

Começemos, pois, por fazer um breve estudo teórico desta questão. Veremos depois a forma como a indústria realiza estas oxidações e o seu valor económico.

Os óxidos de azote são seis:

		Ponto de Fusão	Ponto de Ebulição	Calor de Formação
Óxido azotoso ou protóxido de azote	N^2O	-102°,7	-89°,8	-20,6 cal
Óxido azótico	NO	-167	-153,6	-21,6
Anídrido azotoso	N^2O^3	-111	+43	-21,4
Bióxido de azote	NO^2	-9	+26	-1,7
Peróxido de azote	N^2O^4	-11		
Anídrido azótico	N^2O^5	+29,5	+45	-1,2
Anídrido perazótico	NO^3		-23	

O óxido azotoso foi descoberto em 1776 por Priestley. Tem a densidade, em relação ao ar, de 1,5269 e, em relação ao hidrogénio, de 22,06. O peso do litro é 1^{sr},9657. Foi liquifeito a primeira vez por Faraday. Tem a curiosa propriedade de produzir uma embriaguez especial, o que lhe deu o nome de gás hilariante.

O óxido azótico, óxido nítrico ou gás nítrico tem a densidade, em relação ao ar, de 1,039 e, em relação ao hidrogénio, de 15,00. O peso do litro é de 1^{sr},36. É irrespirável e as suas propriedades comburentes são fracas. A pressão crítica é de 71,2 atmosferas e a temperatura crítica de 93°,5. É pouco solúvel na água.

(Continua)

MANUEL GASPAR DE BARROS

(1) Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

(2) Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana—Tom VII, Ed. J. Espasa y hijos, Barcelona.

O ARCO DA BARBACÁ DE ALMEDINA DE COIMBRA⁽¹⁾

Nas cercas fortificadas das povoações e nos castelos tomou, na Idade-Média, a denominação de *Barbacã* (do celta: *bar* adiante e *bacha* cerrar)⁽²⁾ uma organização defensiva construída à frente das muralhas, das tôrres e dos cubêlos e constituída, em geral, por um muro cujo adarve era dominado por os da cêrca. Êste muro ocupava uma situação idêntica e exercia uma função semelhante às do *antemural* ou *premural* das fortificações romanas.

Com a *barbacã* opunha-se ao atacante uma 1.^a linha de defesa, que reforçava o poder defensivo da cêrca principal e constituía um obstáculo aos trabalhos de destruição das bases das muralhas e tôrres e ao forçar das portas.

No século XIII, para se reforçar a defesa das portas das povoações fortificadas e dos castelos, dificultando-se a sua tomada por surpresa ou à viva fôrça, construíram-se exteriormente obras de fortificação que receberam também o nome de *barbacãs*. O tipo mais vulgar destas obras constava dum recinto fortificado de planta quadrangular, vedado em dois lados por as muralhas e tôrres contíguas

(1) Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

(2) Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americano—Tom VII, Ed. J. Espasa y hijos, Barcelona.

à porta de defender, e, nos outros dois lados, por um muro com adarve ameiado, abrindo-se num destes muros um arco, vão de comunicação com o exterior, com uma orientação sensivelmente perpendicular àquela porta. É esta a disposição das *barbacãs* das portas dos castelos da Feira, de Sortelha, do Sabugal, de Castelo Rodrigo e de outros castelos de Portugal e do Estrangeiro.

Também se deu, excepcionalmente, o nome de *barbacã* às obras avançadas quasi isoladas, construídas para impedirem a aproximação das portas das cercas, castelos e testas de ponte fortificadas. Constitui um notável exemplo destas obras exteriores, quasi isoladas, a enorme torre chamada *La Barbacane* mandada construir por S. Luiz, rei de França, a oeste do castelo de Carcassone, ao qual foi ligada por muralhas ameiadas.

No precioso arquivo de antigos documentos da Câmara Municipal de Coimbra, catalogados e extratados por o Dr. J. C. Aires de Campos no seu elucidativo *Indice Chronologico de Pergaminhos e Forais* existentes naquele arquivo, acham-se uma Carta de El-Rei D. Fernando e uma escritura ou carta de empraçamento, nas quais se fazem claras referências às *barbacãs* de Coimbra.

A Carta de D. Fernando, de 29 de julho da *era* de 1411, isto é do ano de 1373, manda que os moradores dos lugares doados *ha Rainha e ao Conde* e que fôrem do termo de Coimbra e os das terras chãs da infanta D. Maria dos priores da ordem do Hospital, do mosteiro de S.^{ta} Cruz, do mosteiro de Christo, do bispo e do cabido de Coimbra e doutros senhorios a dez e doze léguas ao redor da dita cidade e onde não houvesse defesa de fortalezas, sejam todos obrigados a servir:

«...em os lanços de muros e torres e barbacãs e em

«outras obras que fossem cumpridouras a dita cidade
«e de guisa que esses labores se façam com a mayor
«aguçer que ou fazer poderem»...

E' de 12 de Agôsto de 1431 a «Carta do emprazamento
«que n'esta data fizeram Ruy Gonçalves, escudeiro e juiz
«ordinario de Coimbra, os vereadores Lourenço Vicente,
«Rodrigo Annes e João d'Arouca, o procurador do conce-
«lho Alvaro Esteves regedores e homens bons, Nuno
«Martins de Travassos, Luiz Giraldes, André Annes, Lo-
«po Roiz da Veiga e João André, a João Peres que fôra por-
«teiro do castello para elle e sua mulher e para a pessoa
«que o postumeiro d'elles nomeasse, de
«húa casa q̄ soya de seer carcova (1) «E azinhagaa
«quanto he do dito concelho a qual soya de trazer
«enprazada do dito concelho garcia ffernandez mer-
«cador q̄ ffoy na dita cidade por vinte soldos de moe-
«da antigaa a quall casa parte cõ tendas q̄ fforã do
«dito garcia ffr̄z ataa o muro e barbacaã,» pelo fôro
«anual no dia de S. Miguel de Setembro «de carenta
«soldos de moeda antigaa q̄ soya corer no tempo de
«elRey dom pº E de elRey dom ffernãdo ou seu
«verdadeiro uallor como elRey noso senhor mandar
«pagar dos outros enprazamentos E afforamentos q̄
«som afforados E enprazados pola dita moeda ao ten-
«po das pagaas.»

«Mais se obrigaram os ditos emprazadores a derrubarem a
«casa, e a abrirem a carcova no caso de guerra, ou tem-
«po de mester, em que a dicta casa fizesse prejuizo ao
«muro ou ao concelho».

(1) *Carcova*: Porta falsa, Caminho encoberto—V. Elucidário de Viterbo. Fôssó em volta das antigas praças de Guerra (Do Árabe).

«Escripta por Gonçalo Annes, escrivão da camara na camara da Rolaçom da cidade de coimbra e assignada por Lourenço Vicente, Nuno Martins, João d'Arouca, Ruy, Alvaro, Esteves, Lopo Falcão e João André».

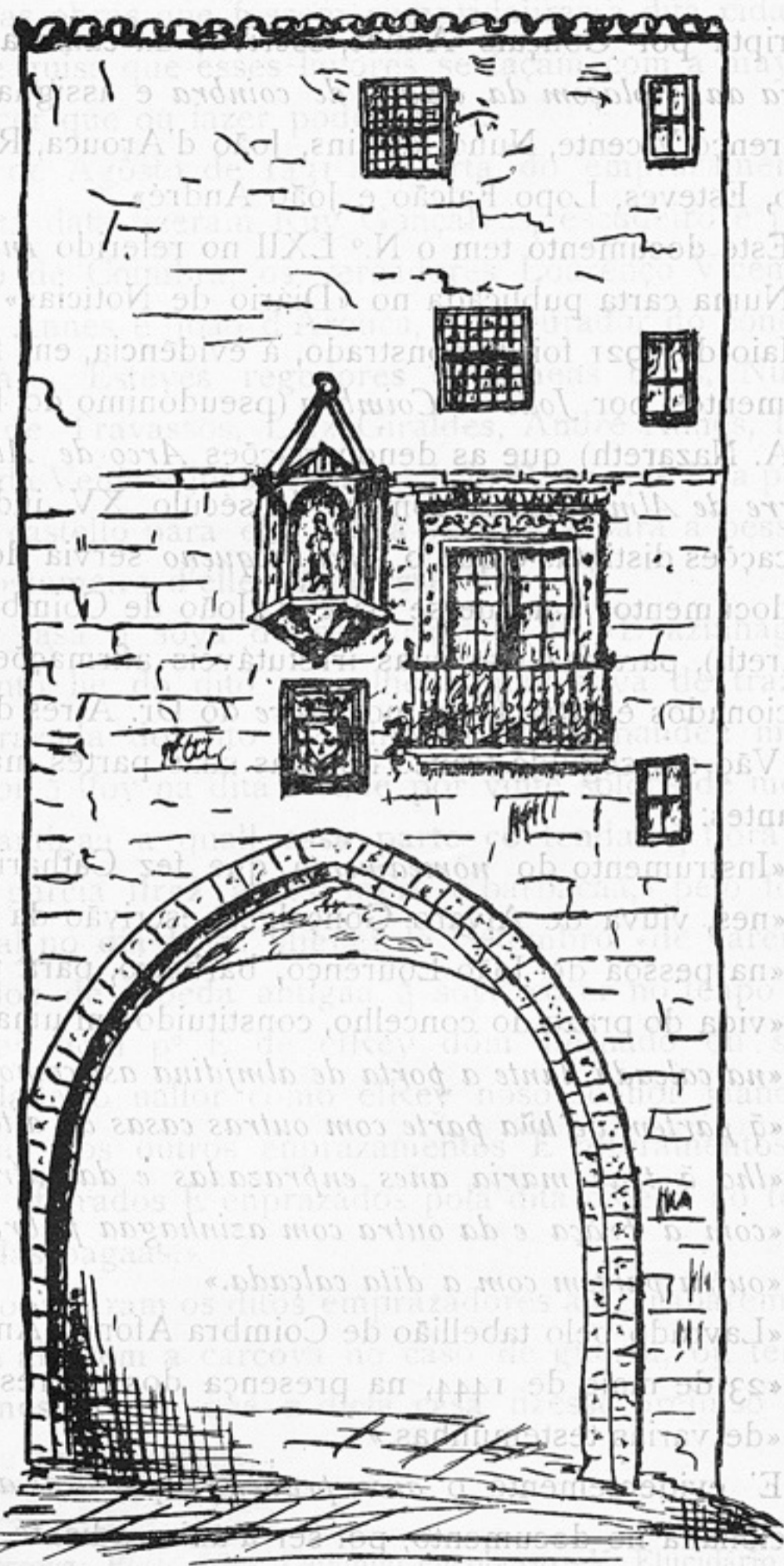
Este documento tem o N.º LXII no referido *Indice*.

Numa carta publicada no «Diário de Noticias» em 31 de Maio de 1921 foi demonstrado, à evidência, em face de documentos, por João de Coimbra (pseudónimo do falecido Dr. A. Nazareth) que as denominações *Arco de Almedina* e *Tôrre de Almedina* no começo do século XV indicavam edificações distintas e que o *Arco Pequeno* servia de porta. Os documentos em que se baseou João de Coimbra (Dr. Nazareth), para fazer as suas irrefutáveis afirmações, vem mencionados e extractados no *Indice* do Dr. Aires de Campos. Vão em seguida transcritos nas suas partes mais interessantes:

«Instrumento do nomeamento que fez Catharina Annes, viuva de Alvaro Gonçalves, escrivão da camara na pessoa de João Lourenço, barbeiro, para terceira vida do prazo do concelho, constituído em umas casas na calçada dante a porta de almjdina asi como diziam q̃ partem de hũa parte com outras casas do dito concelho q̃ traz maria anes enprazadas e da outra parte com a praça e da outra com azinhagaa pubrica e da outra partem com a dita calçada.»

«Lavrado pelo tabellião de Coimbra Afonso Annes aos 23 de maio de 1444, na presença dos interessados e de varias testemunhas.»

E' evidentemente o arco pequeno a porta de almjdina mencionada no documento, por ser a única adiante da qual estariam casas, na Calçada, que partiam com a praça (de S. Bartolomeu) e com a dita Calçada.



ARCO PEQUENO DE ALMEDINA

Segundo desenho de ADÃO BERMUDEZ publicado pelo «Diário de Notícias» em 1921

Que o arco pequeno era a porta de almedina distinta da porta da *tôrre de almedina* ainda se prova cabalmente com o segundo documento mencionado por *João de Coimbra*, o qual tem o N.º LIII no citado *Índice*:

«Instrumento de *auueêça e amygaujl composiçom* a que
«vieram Elvira Gonçalves viuva do escudeiro Pedro
«Affonso Alverte e Fernão Doiz, procurador do con-
«celho de Coimbra, no pleito que entre ambos corria
«acêrca do senhorio de *hũas cassas q̃ sam sobre a por-
«ta de almedina da dita Cidade q̃ partem com a torre
«da almedina e com cassas della dita Ilvira gllz em q̃
«ora mora Inez vaasquez E com afomso frrz.....*
Foi lavrado aos 2 de outubro da era de 1446 (ano
1408) em casa da propria Elvira pelo tabelião *geerall*
na correçam da estremadura.....

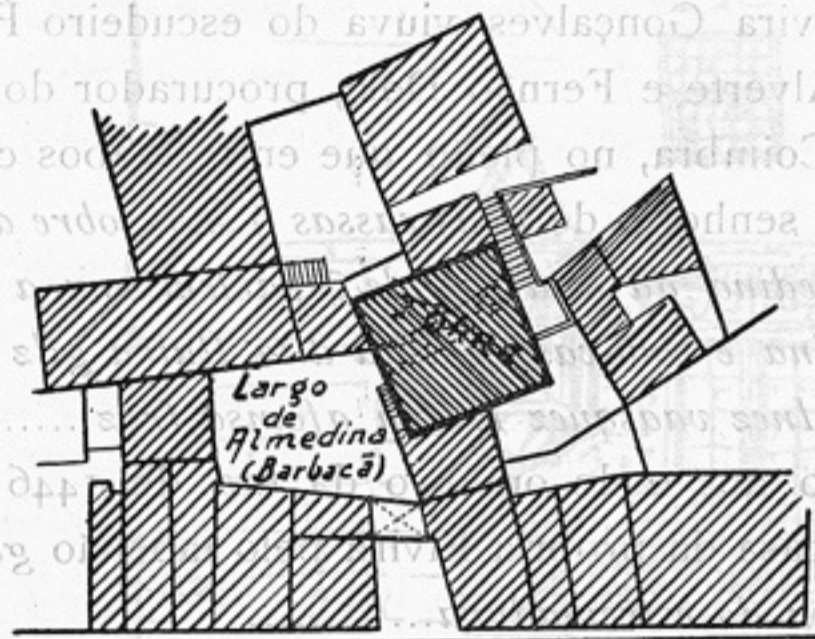
A *tôrre de Almedina* é também designada em documentos antigos, de várias épocas, guardados no arquivo da Câmara de Coimbra, por *torre da Relaçom* e *tôrre da uereacã*: em nenhum se lhe dá a designação de *porta*.

Quem tenha estudado as fortificações medievais do nosso País chegaria facilmente, pelo exame atento da situação e orientação relativas do arco pequeno e da *tôrre de Almedina*, à conclusão idêntica àquela que é produzida pelos documentos referidos: o arco pequeno e a *tôrre de Almedina* integravam-se na organização defensiva da porta principal da *cêrca* fortificada de Coimbra; o *Arco pequeno* foi a *Porta da barbacã* de Almedina.

Esta *barbacã* era de tipo de recinto quadrangular (ao qual atrás nos referimos), para refôrço da defesa das portas das povoações fortificadas e de alguns castelos isolados. As casas que ladeam o pequeno Largo ou

Pátio de Almedina foram, com tóda a verosimilhança, edificadas sôbre os alicerces dos muros da Barbacã das portas de Almedina (Vide a planta junta).

PLANTA DO LOCAL DAS PORTAS DE ALMEDINA



ESCALA 1:1000

A antiga Porta da Barbacã de Almedina consta actualmente de duas portas bem distintas e de épocas diferentes.

Constitui a parte inferior, (de cerca de dois séculos mais velha que a parte sobreposta), um arco ogival encimado junto do fecho por um brasão das armas reais, com 16 castelos, de D. Afonso III, o qual modificara as dos seus antecessores após a conquista do Algarve, concluída por este rei, depois de lhe ter sido dado grande incremento por D. Sancho II. Por o brasão, e por o aspecto e disposição do arco, podemos presumir que a barbacã de Almedina foi construída na segunda metade do século XIII ou no

princípio do século XIV e que nesta construção influíram as modificações e melhoramentos introduzidos naquele século, em França, na organização defensiva das portas dos castelos e das cercas das povoações fortificadas; esta influência explica-se cabalmente pelo facto de, no espírito e nos conhecimentos de fortificação militar de D. Afonso III e de seu filho D. Deniz, terem exercido uma profunda acção o que aquêle rei observou em França durante a sua longa permanência neste país e a educação recebida por seu filho.

Sabe-se, pelo *Instrumento de auença e amygaujll composiçom*, atrás reproduzido, que no ano de 1408 já existiam sobre a *porta de almedina* (porta da barbã) *Hũas casas*, mas a janela da Renascença e a estátua da Virgem que ornam o andar sobreposto ao Arco são do século XVI.

Acompanha a estátua de pedra, resguardada por um oratório de madeira, a seguinte legenda: SORA. POIS. SOIS. AVOGADA. DE. TODOS. OS. PECADORES: DE. FR. ANES. CHAMADA. E. POR. ELE. AQL. COLOCADAILHE. DEVINOS. FAVOR.

Sobre o andar imediatamente sobreposto ao Arco havia ainda em 1921 um outro andar de aspecto mesquinho com as paredes de enxaimel. Esta feiíssima excrescência foi demolida em 1922; a encimar a edificação do século XVI foi construída uma platibanda ameçada.

Em 1921 esteve eminente a destruição do Arco da barbã de Almedina, e, com ela, a transformação anti-estética dum dos recantos mais pitorescos e caracteristicamente tradicionais da velha Coimbra: com a aprovação do projecto de reedificação de uma casa destinada à instalação da Filial do Banco Pinto & Sotomaior, a Câmara Municipal autorizara a demolição do famoso Arco. Esta

autorização provocou um vivo movimento de protesto da parte dos apreciadores dos monumentos arqueológicos e históricos da cidade. O Secretário da Universidade, Dr. Manuel da Silva Gaio, poeta e publicista de nomeada e o coronel de engenharia Abel Urbano, vogal do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.^a Circunscrição, que tratara do estranho caso perante esta douta corporação, promoveram a entrega à Câmara Municipal duma Representação, a pedir a conservação do Arco, redigida nos termos seguintes:

«Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Coimbra—Não ignora V. Ex.^a e não ignoram os dignos Vogais da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Coimbra quais sejam, nos centros do mundo culto, a atitude e orientação das colectividades e dos seus organismos corporativos em frente das obras de Arte e dos monumentos do Passado.—Conservam-se e respeitam-se essas obras e esses monumentos, gloriosos ou modestos, inteiros ou mutilados, não só pelo maior ou menor mérito intrínseco e pelo pitoresco dos conjuntos para que concorram pela sua importância educativa, em fim, sob o ponto de vista estético, mas também atendendo ao valor das indicações que encerrem sob o ponto de vista da reconstituição da antiga vida local e, ainda, como visíveis traços da continuidade histórica, como condição da união moral entre as gerações, como persistentes laços de *solidariedade no tempo* a ligarem os vivos à saudosa memória dos mortos. Por todos os países civilizados abundam os factos que atestam uma tal orientação e uma tal atitude. Ocioso seria citá-los a V. Ex.^a—Não conta Portugal no número das nações mais opulentas em obras de Arte e monumentos. Injusto seria, porém, negar-lhe de

«todo, debaixo deste aspecto, o direito de figurar entre os
«países cultos; e, reconhecendo que possuímos relativa-
«mente pouco, com tanto maior carinho nos importa velar
«pelo nosso património artistico. Neste coube a Coimbra
«um considerável quinhão, sobretudo no que toca a obras
«de Architectura.—Cumpre aos seus habitantes, aos seus
«filhos nativos ou de adopção, o dever de lho conservar e
«defender.—No desempenho desse dever a V. Ex.^a nos
«dirigimos, rogando a sua valiosa intervenção para que se
«consERVE e respeite esse monumento, cujos labores de
«Arte o não impõem como exemplar excepcional, mas
«cuja histórica prende com a da Coimbra do Passado—E'
«um monumento o Arco de Almedina—
«Depois do exame a que nelle procederam individualida-
«des de reconhecida competência, temos de considerar o
«Arco de Almedina como havendo sido a porta da barbaca
«deste lado do burgo—
«Que foi porta ainda o revelam os vestígios da existência
«dos gonzos—Que era a entrada da barbaca prova-o, além
«do facto de estarem as suas bases assentes e ligadas com
«a muralha da cisterna, a circunstância da sua própria dis-
«posição com relação à grande porta interior—sobre que
«repousa a casa do Senado Municipal de outras eras.—
«Nestas condições, convictamente defendemos a conserva-
«ção do Arco, cõscios de que cumprimos, na verdade, o
«nosso dever e convencidos de que a sua demolição repre-
«sentaria um bárbaro golpe dado numa tradicional reliquia
«da velha Coimbra.—Nunca tal demolição se justificaria.
«Poderia, contudo, ter uma explicação no caso de se haver
«planeado a completa transformação do local, com o alar-
«gamento da rua. Não se dá todavia esta hipótese—
«Conservado o Arco, não receariamos pronunciar-nos no sen-

«tido de que se demolissem as construções nêlê levantadas
 «e se procedesse debaixo da direcção técnica d'um archi-
 «tecto-arqueólogo, especializado nesta ordem de trabalhos,
 «à restituição dessa antiga *entrada da barbacã*.
 «De V.Ex.^a e de todos os Vogais da Comissão Executiva
 «da Câmara Municipal de Coimbra esperamos que queiram
 «vincular o seu nome a uma inteligente e nobre resolução,
 «atendendo o nosso justificado desejo de salvar o *Arco de*
 «*Almedina*, verdadeiro monumento histórico da histórica
 «cidade de Coimbra».

Esta eloqüente representação redigida por Silva Gaio,
 com a data de 14 de Março de 1921, recebeu as assinatu-
 ras, em número aproximado de 100, de muitas das pessoas
 mais cultas e de maior categoria social da cidade: lentes
 da Universidade, magistrados judiciais de 1.^a e 2.^a instân-
 cia, oficiais do Exército, professores do Liceu e da Escola
 Brotero, engenheiros, advogados e outros indivíduos, inte-
 lectualmente categorizados, de várias classes e profissões.
 Mas a Câmara, a-pesar-da justeza dos argumentos aduzi-
 dos, da elevação com que era exposta a questão e da ca-
 tegoria mental e social das individualidades que subscre-
 viam um documento correctissimo na forma e nobilissimo
 nas intenções, não tomou conhecimento official da repre-
 sentação, referindo-se a esta, com volímpico desdem, ape-
 nas com a vaga menção de que *se tentou uma representa-
 ção* (sic), na sessão de 12 de Maio, na qual foi presente um
 telegrama do Director Geral das Belas Artes respeitante à
 demolição do Arco Pequeno.

O movimento de protesto contra a demolição projec-
 tada intensificou-se e alastrou para a Imprensa de Lisboa,
 com o «Diário de Notícias» na vanguarda, e em jornais do
 Pôrto, vindo à esta cada, *pro* Arco de Almedina, Afonso

Lopes Vieira, Trindade Coelho, Aníbal Soares, Hipólito Raposo, Sousa Costa, Jorge Cid, Emídio de Oliveira, Joaquim Manso, Gonçalves Viana, Roma Machado, Adães Bermudes, Alberto de Sousa e outros com nome consagrado na Literatura, no Jornalismo, na Ciência e na Arte nacionais. Intervieram na questão o Director Geral de Belas Artes (dr. Augusto Gil), a Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Director Geral de Instrução Superior (Dr. Queiroz Veloso) e o sábio arqueólogo Leite de Vasconcelos, conservando-se a Câmara Municipal no firme propósito de passar por cima de tudo e de todos para demolir o Arco.

Finalmente, depois de ter sido tratada a questão do Arco de Almedina na Câmara dos Deputados por o Dr. Dias Pereira e no Senado por Melo Barreto, foi publicado no n.º 121 do «Diário do Governo» (1.ª série) de Junho de 1921, o seguinte Decreto (n.º 7.552) expedido pela 2.ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes:

«Tendo o Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição, em conformidade com a atribuição que lhe confere o Art.º 42.º do decreto com força de lei de 26 de maio de 1911, deliberado propôr ao Ministerio da Instrução Publica, por intermédio da Direcção Geral de Belas Artes, que o chamado Arco Pequeno de Almedina, da cidade de Coimbra, seja incluído na categoria de monumento nacional; Havendo o Ministro da Instrução Pública ouvido, sôbre essa proposta, o Conselho de Arte Nacional que, por unanimidade de votos a corroborou;

«Usando da faculdade que me confere o N.º 3.º do Art.º 1.º da lei N.º 891, de 22 de Setembro de 1919:

«Hei por bem decretar, sob proposta do Ministério da Instrução Pública, que, para todos os efeitos legais e desi-

«gnadamente para os do Capitulo V do decreto com força
«de lei de 11 de Maio de 1911, seja considerado monumen-
«to nacional o Arco Pequeno de Almedina da cidade de
«Coimbra. O Ministério da Instrução Pública assim o tenha
«entendido e faça executar.»

Assim se salvou de bárbara destruição o *Arco da Bar-
bacã* de Almedina.

Coimbra—Abril de 1935.

ABEL AUGUSTO DIAS URBANO

ENGENHEIRO MILITAR (E. E.)

LA SITUATION ALLEMANDE ET SES TENDANCES

LIAISONS ARTIFICIELLES ET PASSAGÈRES

D'abord j'observerai que les événements dernièrement survenus ne sont que le développement logique de ce drame qu'est la marche germanique vers le conflit final avec l'Europe. Le début en remonte à 1848, lorsqu'une idée abstraite de l'unité des forces germaniques en Europe — idée foncièrement étrangère à la véritable tradition germanique — s'est emparée de l'âme allemande. Une ligne directe mène de 1848 *via* Bismarck, Bülow, Bernhardi, 1914, à Hitler pour aboutir au conflit mortel de cette politique unificatrice — qui est, pour l'Europe, une politique décompositrice — avec le reste de l'Europe.

Mais je suis convaincu que ce conflit inévitable prendra bientôt une autre forme, présentera un autre groupement des forces que nous ne le voyons à présent.

Il me semble que le désaccord germano-russe et l'accord germano-polonais sont trop artificiels, trop en opposition avec les traditions et les intérêts prussiens pour que cela puisse durer. Un revirement se produira lentement derrière la façade bientôt dans le sens d'un nouveau rapprochement entre la Russie et l'Allemagne, déjà amorcé

par le crédit (à très longue échéance) de 200 millions de marks accordés par l'Allemagne à la Russie en vue de commandes russes de machines industrielles. Ce revirement est d'autant plus probable qu'avec la rentrée de Ludendorff l'opposition prussienne se trouve grandement renforcée; le retour du général von Seeckt, protagoniste fervent d'une entente germano-russe, agira dans le même sens. Comme les Russes seront finalement déçus par les conditions et les limites de l'aide qu'ils peuvent escompter du côté français, ils seront de plus en plus disposés à reprendre leurs relations avec l'Allemagne.

Il y a encore une autre tendance qui peut fort bien favoriser cette nouvelle orientation. Selon tous mes renseignements, les représentants de l'industrie allemande sont très inquiets de la perspective qui semble se préciser chaque jour davantage et qui résulte logiquement de la manière dont la vie allemande entière est mise au service de la préparation de guerre. On vise, en effet, à une socialisation complète de toute activité économique, et la vision fichtéenne de l'État économiquement en vase clos est bien près de sa réalisation. Le rêve de l'Allemagne transatlantique, centre du marché mondial, rêve de l'ère Bülow-Balwin est fini; le mot d'ordre «*der deutsche Gedanke in der Welt*», lancé par les pangermanistes de l'ère transatlantique, — mot d'ordre dénoncé par un adversaire perspicace de cette tendance comme étant plutôt le «*englische Gedanke in Deutschland*», — va complètement céder à l'idéal du bloc germano-prussien bien fermé et bien séparé du reste de l'Europe. Et Spengler avait raison de prédire dans sa brochure «*Prussianisme et Socialisme*» que ces deux puissances centralisatrices n'étaient que deux expressions de la même tendance bien enracinées dans l'histoire de la

Prusse et de l'expansion prussienne en Europe centrale. Alors, la confiscation des biens privés, la centralisation logique de toute la vie économique de la nation, sera bientôt inaugurée, mais non pas dans le sens plutôt révolutionnaire de ceux qui ont été massacrés le 30 Juin 1934 mais dans le sens tout à fait autoritaire: Ce sera le haut commandement politique et militaire, et non pas des marins révoltés comme en 1918, qui réalisera le programme socialiste.

Cette évolution aura des conséquences graves en politique extérieure: L'Angleterre se détournera définitivement de ce bolchévisme national, mais la Russie — qui, elle aussi, s'achemine vers un capitalisme étatiste — en sera puissamment attirée, en sentira les affinités avec son propre système de gouvernement. Par conséquent, il se formera en Europe deux grands blocs: Un bloc de l'Est et un bloc de l'Ouest, ce dernier bloc (auquel se ralliera l'Italie) défendant tout le patrimoine de la civilisation occidentale. Ce bloc de l'Ouest comprendra également le monde slave pour autant que ce dernier est lié à la civilisation méditerranéenne, comme le sont la Pologne, la Tchécoslovaquie, la Roumanie, la Yougoslavie. Le Japon finalement, se ralliera lui aussi à ce bloc de l'Ouest et décevra froidement les espoirs et les calculs allemands.

Il faut reconnaître que, pour l'Allemagne, en présence de la situation dans laquelle son aveuglement politique l'a fait sombrer, le contact étroit avec l'Est sera indispensable. Il signifie pour l'Allemagne la même chose qu'a signifié pour le sauvetage de l'économie anglaise le resserrement des liens avec l'Empire britannique, c'est-à-dire avec l'agriculture et les fournisseurs de matières premières des Dominions. Dans le cadre de la situation donnée, compléter l'économie allemande par les ressources de l'Est est telle-

ment une question de vie et de mort que si la Russie restait liée à la France, l'Allemagne se ruerait un jour sur la Russie pour la conquérir et pour la coloniser au service des intérêts vitaux germaniques. (Si cette éventualité se réalisait, la politique de Hitler l'aurait emportée sur celle du Général Seeckt). En ce cas l'Allemagne, respectant le traité de Locarno, resterait, à l'Ouest, sur la défensive et accuserait la France, si elle voulait venir au secours de la Russie, d'avoir violé le traité de Locarno. Au cas où la reprise des relations allemandes avec la Russie se réaliserait aussi bien que dans l'hypothèse où l'Allemagne préférerait imposer militairement ses volontés à la Russie, une guerre allemande avec l'Europe pourrait bien être ajournée. Mais, pour plus tard, le danger serait encore plus grand et l'Europe centrale deviendrait le champ d'une nouvelle bataille historique sur les «champs catalauniques», comme on le voit, à l'entrée de la Nationalgalerie de Berlin, sur le grand tableau de Kaulbach, où la nuit la lutte se continue dans l'air! (Quelle prévision symbolique!) Je peux me tromper, mais dans ma manière de voir je me base quand même sur certaines tendances dominantes et bien enracinées dans l'histoire et dans l'âme allemande, tandis que l'entente germano-polonaise, qui se trouve en opposition avec tout le passé prussien, semble plutôt artificielle et commandée exclusivement par des considérations opportunistes tendant à l'exploitation pratique d'une constellation politique passagère. Certes, cette politique pourrait signifier que le point de vue de Hitler a triomphé sur le point de vue prussien et que la guerre contre la Russie, avec la connivence de la Pologne, est décidée — mais, d'autre part, les récentes frictions germano-polonaises à Dantzig indiquent plutôt que l'élément prussien res-

te conscient de toute l'incompatibilité existant entre ses revendications inaltérables et une entente solide et durable des deux peuples en question. Je crois que les généraux prussiens craignent la tentative d'une conquête militaire brusquée de la Russie (souvenirs de l'aventure de Bonaparte); ils préféreraient une lente infiltration germanique aboutissant finalement au remplacement du régime actuel par une tutelle allemande.

Quoi qu'il en soit: Le prochain grand acte du drame allemand se jouera, d'une façon ou d'une autre, sur la terre russe; l'Ouest ne serait entraîné dans cette entreprise que dans la mesure où il serait obligé de répondre à un appel au secours de la Russie.

D'aucuns disent: Pourquoi la France se mêle-t-elle des affaires de l'Est? On pourrait répondre: C'est providentiel, car elle sent qu'une Allemagne, maîtresse des matières premières et du «matériel humain» russe deviendrait un jour un danger mortel pour la civilisation occidentale. Et la Russie, en se rapprochant de la France, sent également toute la gravité de la menace que pèserait sur son développement national au cas où elle serait à la merci du Teutonisme.

Mais, pour en sortir, il faudrait des décisions tranchantes, précises et courageuses—très difficiles à prendre par une nation qui, comme la France, se trouve profondément divisée sur la question de savoir si elle doit se lier, à la vie, à la mort, aux destinées russes. Du fait d'une telle liaison, la France perdrait l'appui de l'Italie et de l'Angleterre juste au moment où elle franchirait le Rhin pour voler au secours de la Russie: d'où, élargissement en guerre européenne, ensuite probablement asiatique et enfin universelle, d'une guerre de conquête déclanchée par l'Allemagne

dans l'Est de l'Europe. L'hésitation de la France devant un tel engagement est donc bien compréhensible, mais c'est précisément cette hésitation française qui pourrait amener rapidement la Russie à abandonner l'entente avec l'Ouest et à risquer l'entente germano-russe, dans l'espoir qu'une telle collaboration tournerait finalement à l'avantage du Bolchévisme russe qui, par la contagion de ses idées, l'emporterait sur l'infiltration prussienne et hitlérienne. La bataille sur les champs catalauniques a donc déjà commencé... dans l'air, dans les idées, dans les calculs, dans les hésitations, dans les discussions intérieures et extérieures. Un jour cette bataille descendra sur la terre—cette terre qui est avide, comme l'a dit Joseph de Maistre, des flots de sang humain.

En ce qui concerne la perspective d'une socialisation complète de l'économie allemande, on fera probablement l'objection: Mais tout cela est exclu. Car la caste dominante, celle des hobereaux et des industriels, est encore beaucoup trop puissante pour permettre des actes pareils.

On se trompe. Qu'on se souvienne de ce que j'ai dit sur la «liturgie du diable». La caste dominante n'a pas craint, pour maintenir sa domination, d'empoisonner par mille et un mensonges tout un peuple romantique et volcanique; elle a, à l'aide d'une propagande sans précédent, soutenu et répandu des thèses nationalistes et militaristes contraires à toutes les conditions vitales d'une grande industrie d'exportation dont les ressources avaient, indirectement, fait vivre aussi l'agriculture allemande—cette caste ne peut donc pas s'étonner si un peuple logique et sérieux tire toutes les conséquences de ces orientations et interprétations et crée finalement un fluide spirituel, un fanatisme, une religion nationaliste, centralisatrice («il n'y a pas de

dieux hors de moi»), anéantissant toute résistance opposée par les intérêts particuliers. La caste dominante se trouve donc dans l'*engrenage national* créé par elle-même et on doit admettre que, étant données cette situation et toutes les conséquences de l'isolement nationaliste d'une grande nation ayant une mission spirituelle et universaliste—il n'y a plus d'autre issue. Cette grande et funeste expérience, elle doit être poursuivie jusqu'au but. La caste dominante n'avait rien à opposer à la vague de nationalisme et de nationalisation: Au contraire, les traditions de ces ancêtres, c'est à dire, des chevaliers de l'ordre teutonique, transforme maintenant en actes les dernières conséquences de sa propre idéologie: C'est le mariage du Teutonisme avec le Prussianisme. Ensemble, ils accomplissent et achèvent l'erreur énorme et tragique qui les a opposés à l'union de l'Europe et qui, du fait même de cette dissidence, leur coupait les véritables ressources de leur position centrale sur le continent.

II

LA MALADIE MORTELLE DU PEUPLE ALLEMAND

Le philosophe Lagarde a appelé le Bismarckisme «la maladie mortelle du peuple allemand». Dans quel sens? Parce que le Bismarckisme a imposé au peuple allemand une politique extérieure contraire à toutes les conditions et à tous les intérêts de l'économie d'un peuple industriel, dépendant du marché mondial et de la confiance du monde. On pourrait intituler ce chapitre: «La politique contre l'économie». C'est en ce sens qu'avant la guerre, un auteur allemand donna à une petite brochure le titre: «La marine

de guerre allemande—un danger pour le commerce allemand». En fait, c'était la politique de Guillaume II en faveur de la marine de guerre allemande qui décida l'Angleterre à participer à l'encerclement de l'Allemagne. La guerre mondiale qui, dans ses conséquences, détruisit le marché mondial et priva le commerce allemand d'une position prépondérante conquise au cours de plusieurs décades d'efforts laborieux, a été le résultat de la «Machtpolitik» inaugurée par Bismarck.

Après la guerre, l'Allemagne avait toutes les possibilités de regagner cette position par une attitude digne et loyale à l'égard du problème des réparations et par l'abandon, dans toute sa politique, des méthodes de la «Mathématique inférieure». Elle aurait pu libérer le monde entier, assoiffé de paix, en ne pensant qu'au redressement économique, du cauchemar du militarisme prussien. L'Allemagne, derrière une façade trompeuse et sous la domination effective de sa vieille caste qui n'avait rien appris par sa défaite et qui empoisonnait après la guerre plus que jamais le peuple allemand par ses revendications et ses mensonges, se décida, au contraire, à reprendre la dite Machtpolitik, empêchant ainsi, fatalement, le retour de l'Europe à des relations normales entre les peuples éprouvés par la guerre.

Le traité de Rapallo et la résistance passive dans la Ruhr furent symboliques de cette orientation fautive. L'affaire de la Ruhr, une fois réglée grâce à l'intervention de Stresemann, représentant de l'industrie d'exportation, le monde était de nouveau prêt à la collaboration avec l'Allemagne. Le volume du commerce extérieur allemand se chiffra par un total de 17 milliards par an. Mais la politique extérieure allemande se poursuivant parallèlement à ces

redressement ne put que paralyser de nouveau un véritable rétablissement des affaires par la crise de confiance qu'elle provoquait. La première phase de cette crise de confiance fut la guerre douanière avec la Pologne—guerre mortelle pour l'industrie allemande à laquelle le conflit fit perdre le marché polonais. Un autre élément générateur de la crise de confiance fut constitué par la propagande d'excitation allemande et par un réarmement rapide se trahissant par les chiffres des budgets et par les proportions alarmantes dans lesquelles se développèrent les associations paramilitaires ainsi que par beaucoup de manifestations militaires en faveur de la conquête des territoires cédés aux voisins, dans l'intérêt du nouveau statut de l'Europe.

Personne ne peut nier que, dans les deux années qui suivirent la liquidation de l'affaire de la Ruhr, le monde entier ne se soit ouvert à une nouvelle et confiante collaboration avec l'Allemagne. On s'acheminait vers une liquidation complète de la guerre. Si l'Allemagne avait vraiment compris les chances de l'heure et aspiré à s'intégrer loyalement au cadre d'une nouvelle coopération européenne, un redressement général eût été possible. Mais au lieu d'une telle politique constructive, les milieux les plus puissants du peuple allemand poursuivaient derrière la façade de Thoiry et—comme les mémoires de Stresemann l'ont prouvé—avec la connivence du grand «finasseur», une toute autre politique, visant à préparer les moyens militaires susceptibles de procurer un jour à l'Allemagne tout ce qu'elle ne pouvait jamais espérer obtenir par la voie des négociations. Les faits révélateurs de ce réarmement et les projets que ce dernier était destiné à réaliser, ne manquèrent naturellement pas de parvenir à la connais-

sance des nations menacées, les empêchant de désarmer, en les contraignant finalement à fortifier leurs frontières, à tenir compte de la possibilité d'une guerre future et à conformer leur vie économique à la prévision d'une nouvelle catastrophe qui rejetterait chaque nation sur ses seules ressources propres. Cette sombre perspective avec toutes les incertitudes qu'elle devait créer dans le domaine des affaires, est la cause principale de la crise mondiale qui a lentement détruit le marché mondial et qui devait atteindre l'Allemagne, pays d'exportation par excellence, beaucoup plus gravement que n'importe quelle autre nation.

Le «Times», commentant, au commencement de l'hiver dernier, la grande œuvre allemande de secours d'hiver («Winterhilfe»), constatait avec raison que tout cela ne touchait pas aux véritables causes de la misère allemande, lesquelles résident dans la crise de confiance internationale dont la politique allemande contribue, d'une manière décisive, à provoquer les ravages.

Un peuple comme le peuple allemand, dont presque un quart a vécu, directement ou indirectement, du marché mondial et qui doit son essor aux ressources internationales, ne pouvait se séparer des débouchés de son travail sans tomber dans une crise mortelle et sans troubler tout l'équilibre économique, tout échange naturel, industriel et agricole sur le continent—trouble qui a dû également se répercuter sur les possibilités fort restreintes d'exportation qui restaient au peuple allemand.

Quand on se rend compte de toute la gravité de l'embarras dans lequel l'économie allemande s'est précipitée par suite de sa politique extérieure «anti-économique» et par la manière dont elle a traité les grandes questions économiques et financières comme moyens du rétablissement de sa

«Machtpolitik» — on comprend que Hitler ne voyait plus de possibilité de sauvetage économique ailleurs que dans un réarmement gigantesque, lui permettant de faire marcher de nouveau les usines et de porter remède au chômage. Certes, ce remède ne peut pas guérir le mal qui demanderait une conversion radicale et l'abandon d'une interprétation foncièrement erronée des lois qui conditionnent la destinée allemande et le salut de son économie, mais pour le moment on réussit à tromper le peuple allemand et à ajourner la catastrophe, et en plus on laisse entrevoir la perspective d'ouvrir un jour par la force une brèche dans le mur qui se dresse aujourd'hui contre l'exportation allemande.

En tout cas: Depuis Hitler le réarmement formidable de l'Allemagne est devenu beaucoup plus que le simple moyen d'une politique extérieure désespérée. Il remplace — mais d'une façon purement chimérique — le marché mondial perdu jusqu'au moment où les voisins avertis se refuseront de vendre les matières premières indispensables et où les ressources intérieures seront définitivement épuisées. Aucun roman, aucune tragédie ne pourra jamais égaler le spectacle d'une vengeance infligée par la Providence et provoquée naturellement en même temps par une grande énergie constructive qui s'est laissée entraîner par un orgueil démesuré à se mettre au service de la destruction et qui a récolté abondamment ce qu'elle avait semé.

Certes, la crise économique mondiale a d'autres causes encore, dans lesquelles la politique allemande n'est pour rien. La disparition du marché chinois et russe, l'industrialisation de beaucoup de pays, dépendant auparavant des grands centres de la production industrielle, la destruction de l'équilibre économique dans le monde entier par la

guerre mondiale—autant de facteurs qui ont joué un rôle. Mais, malgré tout, la crise aurait pu être beaucoup atténuée et plus vite surmontée si la mentalité allemande n'avait pas obscurci l'horizon mondial, paralysé partout l'esprit d'entreprise et d'initiative et détruit l'espoir d'une prochaine ère de paix bien assurée, si indispensable au placement des capitaux. C'est le grand volcan allemand qui a, par son souffle, ranimé tous les petits volcans en Europe, et entretenu les brasiers. Si l'action de l'Allemagne se fût exercée en sens contraire, la bénédiction en aurait, pour la plus grande part, rejailli sur elle. Maintenant elle souffre de toutes les conséquences de cette politique néfaste et aveugle, dirigée contre les intérêts essentiels d'un peuple habitant le centre de l'Europe—peuple qui est moins que tout autre apte à la domination, mais qui est le mieux doué de tous pour organiser la fédération européenne. Même aujourd'hui encore, une «conversion» radicale du peuple allemand détendrait tout de suite la situation générale, ranimerait les affaires, les échanges, les crédits, abattrait les frontières, mettrait fin à un tas d'entreprises artificielles, faisant obstacle à l'évolution vers une répartition raisonnable de la production internationale dans le domaine économique. Mais on poursuivrait des chimères si l'on ne comptait pas avec l'entêtement des collectivités. Dans la réalité, les crimes, les erreurs, les déchéances n'ont jamais échappé au jugement suprême: Et c'est là la plus grande loi de l'ordre économique du monde.

III

LE RÉARMEMENT REMPLACE LE MARCHÉ
MONDIAL PERDU

Le cauchemar allemand pèse aujourd'hui sur toute l'Europe. Mais en ce qui concerne les tendances qui s'accroissent dans ce chaos discipliné qu'est le troisième Empire, on se concentre trop exclusivement sur la menace militaire. Mais il y a encore une autre tendance susceptible ou bien d'enrayer la première ou bien de la précipiter: C'est la course vers l'abîme qui suit le développement économique. Dans quel sens? Pour comprendre l'aboutissement fatal de ce développement et toutes les conséquences qui en découleront pour les projets guerriers des dirigeants du Reich, il faut considérer toute la portée des faits que voici: Depuis la démission du ministre de l'économie Schmitt qui défendait encore la thèse que l'économie doit observer les lois économiques, toute l'activité du Reich, et surtout son activité économique a été subordonnée à l'œuvre de la préparation à la guerre, de sorte que chaque jour consacré exclusivement au perfectionnement de ce gigantesque appareil de destruction, augmente les chances restant à l'Allemagne de dicter un jour sa volonté à l'Europe affaiblie et désunie. Mais, d'autre part, c'est précisément cette subordination complète de l'économie à un but non seulement tout à fait étranger à l'économie, mais même antiéconomique, isolateur, destructeur, détruisant inévitablement l'économie allemande en même temps que la base matérielle et financière de la puissance militaire allemande

—qui fait chaque jour diminuer les chances de l'Allemagne de pouvoir s'imposer militairement à l'Europe.

Aussi, la grande question qui se pose est celle-ci—et tout le problème allemand s'y concentre—:

L'écroulement de l'économie allemande est-il à prévoir pour bientôt? Cet écroulement pourrait-il empêcher la guerre ou hâterait-il plutôt la guerre, une grande aventure guerrière pouvant être jugée propre à détourner le peuple du désespoir causé par les perspectives angoissantes de la situation économique?

En général, on est trop inclin à prédire un fin bien proche du système économique allemand. La débâcle finale est sûre, bien entendu, mais on sous-estime toute la multitude des moyens dont disposent les dirigeants allemands pour prolonger l'agonie et pour cacher l'épuisement complet des réserves financières jusqu'au moment où la préparation militaire se trouve au point. On sous-estime également l'esprit d'abnégation et d'ascétisme des masses disciplinées et enflammées du peuple allemand. Les antithèses de la ligne de conduite économique allemande développent certaines forces polaires qui permettent pour quelque temps de tenir en suspens un certain état de choses —ce qui ne change rien mais signifie du temps de gagné, dont l'Allemagne a grandement besoin.

Certes, cet état en suspens ne peut durer. Les paroles pessimistes de Schacht font réfléchir. Mais le dictateur financier allemand trouve sans cesse de nouveaux moyens pour sortir de l'impasse. Il a compris qu'il fallait assurer à la circulation de l'argent une rotation extrêmement rapide; au lieu de faire ressortir les effets de son programme économique et financier par l'augmentation des billets de banque il faisait circuler aussi vite que possible le stock

existant de billets, mais tout le risque de cette méthode se révélait au moment où il fallut retirer des capitaux du marché financier. Cela démontre que la grande liquidité des fonds bancaires n'était pas une véritable liquidité mais qu'au contraire ces fonds n'étaient pas du tout disponibles; l'argent ne se trouvait pas dans les banques mais il ne faisait qu'y passer, en un va-et-vient des plus accélérés. C'est pourquoi les signes d'une dévaluation du mark se multiplient.

Quoi qu'il en soit, l'inflation surviendra sous une forme ou sous une autre, même si l'on ne crée qu'un mark d'exportation—comme des informations de source sûre nous le font prévoir.

Mais le mark d'exportation dévaluerait, au moins psychologiquement, le mark intérieur; tout dépendra de la question de savoir jusqu'à quel point est déjà avancée la «mise au pas» du peuple allemand, c'est-à-dire si et comment le peuple réagira contre des mesures de ce genre. Tout dépend de la question de savoir jusqu'à quel point le peuple allemand porte déjà moralement l'uniforme brun et comment il accueillerait la perspective d'une seconde inflation. La raison pour laquelle on maintenait jusqu'à présent la stabilité du Mark était l'horreur qu'inspire à la population toute idée d'inflation. Le peuple allemand, est-il aujourd'hui assez apathique pour l'accepter? Nous le croyons. On dira à la victime: «L'attitude du monde nous impose ce sacrifice—ou voulez-vous de nouveau perdre l'honneur?» La victime dira Non et s'inclinera—pour le moment. Et on aura encore gagné du temps.

Mais ici la deuxième question se pose: M. Schacht, est-il suffisamment maître des émissions de billets de banque pour pouvoir empêcher qu'en peu de temps des bil-

lions de marks ne circulent de nouveau comme en hiver 1922? On n'en peut rien savoir, parce que nous ignorons le nombre des traites qui circulent dans le pays. On peut l'évaluer approximativement à un total de 8-10 milliards, mais la somme est sûrement beaucoup plus élevée. Par quel moyen sortira-t-on de l'impasse? Par l'émission de nouvelles traites? Mais un jour, malgré toutes ces machinations, l'épuisement de toutes les ressources de la nation éclatera brutalement.

Il existe, certes, la possibilité pour Hitler après une certaine accalmie survenant dans les discussions internationales, de chercher à obtenir de nouveaux crédits «politiques», comme ceux que préconise la City de Londres. Mais cela ne lui procurera qu'un répit, la situation n'en sera pas fondamentalement changée. Car le régime actuel entraîné par toutes ses entreprises et par l'ensemble de sa politique particulière, ne peut guère réaliser d'économies pour servir à la consolidation des dettes et augmenter simultanément le pouvoir d'achat des masses. Alors, au bout du chemin se profilera toujours l'inévitable faillite.

L'écroulement complet, s'il venait à se produire, soulèverait tous les problèmes de politique extérieure: aide internationale, contrôle international, fiscalité internationale, c'est-à-dire des conditions du sauvetage,—conditions insupportables pour un régime tel qu'est le régime hitlérien.

La conséquence en sera ou la guerre ou la révolution; la première étant plus probable et préférable, car elle aboutirait finalement à l'inévitable et indispensable mise en tutelle.

En tout cas, nous l'avons dit, il ne faut pas se fier, dans la question de la sécurité des voisins, à un écroulement trop prochain. Il ne reste plus qu'à constituer le front

bien uni de l'Europe pour décourager efficacement toute tentative des dirigeants allemands de se ruier sur l'Europe et sur les ressources des voisins afin d'éviter l'écroulement de leur politique intérieure avec toutes les conséquences d'ordre social et politique qui en résulteraient. Pour prendre conscience de l'impérieuse nécessité de ce front uni il faut savoir que de cette double séduction qui attire l'Allemagne vers la guerre, celle qui provient d'une situation économique et financière désespérée est presque plus puissante que celle qui agite le drapeau des buts pangermanistes visant à l'union de tous les Germains dispersés en Europe.

Si le front européen, dressé face au chaos allemand, impressionne suffisamment l'Allemagne pour empêcher l'aventure guerrière, alors il ne reste au troisième Reich qu'à prendre seul les responsabilités de toutes les conséquences de sa politique néfaste, et il s'accomplira enfin en Allemagne — après la débâcle définitive du régime — cette transformation radicale qui est indispensable pour nettoyer l'atmosphère et pour créer les bases de nouveaux rapports entre l'Allemagne et l'Europe.

Mais avant que tout cela soit réalisable, de terribles écroulements seront indispensables et inévitables.

N'est-il pas vraiment dramatique et infiniment émouvant de voir une grande nation à laquelle est échue une haute mission spirituelle, sombrer à tel point dans le matérialisme que la préparation de guerre concentre et absorbe toutes ses activités et que la construction d'un appareil gigantesque de destruction devient le but national au même titre qu'autrefois la construction de cathédrales concentra toutes les ressources et toutes les forces des communautés ?

Tout est mis à contribution pour maintenir le régime, même au prix des pires privations, et pour fortifier son armature guerrière. Dans ce domaine, jusqu'ici, pleine réussite; mais dans toutes les œuvres de vie, dans tout ce qui touche aux conditions profondes de l'existence et de la prospérité d'un grand peuple, le national-socialisme a échoué. Il ne vit plus que du gaspillage de ce qui faisait la richesse matérielle et le patrimoine moral de l'Allemagne.

Et ce grand appareil de guerre, qui soumet à son perfectionnement toute l'énergie et tout le dévouement de la nation, est condamné par la Providence à jouer le rôle de Moloch, consumant toute la vitalité de la nation et sacrifiant son énergie à un but lamentablement stérile et mortel, à une terrible auto-destruction, car une adoration séculaire de la puissance militaire doit finalement aboutir à l'écroulement intérieur et extérieur de toutes les forces d'une grande nation.

IV

LA POLITIQUE ALLEMANDE ERRONÉE DE LA CITY DE LONDRES

Devant ce spectacle tragique renaît sans cesse l'illusion du monde commercial anglais: Ne serait-il pas possible grâce à des crédits politiques à accorder sur la base des arrangements de Genève, de faire rentrer l'Allemagne dans le cadre du marché mondial et, par cela, de détendre la paralysie générale qui arrête aujourd'hui toute initiative dans les affaires?

Ceux qui posent cette question ne se rendent pas

compte des buts immuables de la politique allemande auxquels toute l'activité économique restera assujettie. Tout est incertain aujourd'hui—il n'y a qu'une chose qui soit sûre: C'est que l'Allemagne n'utiliserait pas un pareil secours financier pour rentrer dans la coopération loyale des nations mais plutôt pour reprendre en grand le perfectionnement de son armature, susceptible, comme elle le croit, de lui procurer une plus grande position mondiale que jamais la coopération pacifique ne saurait lui assurer.

En présence de cette situation le seul «fair play» envers l'Allemagne consisterait à la laisser mener son jeu, c'est-à-dire son «unfair play» jusqu'au bout, pour en recueillir toutes les conséquences désastreuses en même temps que salutaires.

Toute ingérence pour troubler ou affaiblir, fût-ce avec les meilleures intentions, cette démonstration frappante et éducatrice de la grande erreur du régime nationaliste allemand ne ferait qu'ajourner la réalisation des véritables conditions de la ré—intégration loyale de l'Allemagne dans la communauté des nations.

Le «Times» vient de dire que le front unique militaire devant l'Allemagne ne suffirait pas pour résoudre le grand problème «Allemagne-Europe»; il faudrait un programme constructif, ce ne serait qu'une paix d'entente consentie par l'Allemagne qui permettrait d'éviter la guerre.

C'est vrai et c'est faux en même temps. L'Expérience de la guerre mondiale a montré que l'Allemagne a des buts inaltérables qui sont absolument et éternellement incompatibles avec une entente européenne. L'Allemagne doit d'abord être vaincue et mordre la poussière soit par une défaite éclatante et écrasante militaire, soit par les effets seuls de l'unité européenne dressée devant elle—

avant qu'elle soit disposée à se prêter à un renoncement définitif concernant ses buts de conquête et de domination en Europe. (Création d'un bloc germanique incompatible avec un équilibre sain des forces européennes).

C'est pourquoi le front unique bien serré et bien élargi est la condition indispensable de la conversion de l'Allemagne et toute mesure ou tentative visant à affaiblir cette union, ajournerait inévitablement la consolidation de la paix et favorisait une aventure fatale allemande—désastreuse pour elle non moins que pour l'Europe entière.

V

L'ÉCROULEMENT ÉCONOMIQUE ALLEMAND QUAND AURA-T-IL LIEU?

Le «Daily Mail» et le «Sunday Dispatch» publient un article de M. Collin Brooks, consacré à la question de savoir si, oui ou non, l'Allemagne s'écroulera économiquement. Malgré ses budgets déficitaires et malgré toutes les autres charges qui pèsent sur elle, y compris les frais du réarmement, l'Allemagne, suivant M. Brooks, peut fort bien «tenir» encore pendant une période de 30 ans.

L'argumentation de M. Collin Brooks est intéressante et juste à plusieurs points de vue.

En effet, la plupart de ceux qui étudient la question financière de l'Allemagne attachent une importance excessive aux maximes de l'orthodoxie financière. D'autre part, les mêmes critiques négligent le fait que l'Allemagne s'est, depuis longtemps déjà, détachée de toutes sortes de liens internationaux—à moins qu'elle ne se contente de les exploiter exclusivement à son propre profit en contractant

dettes sur dettes. Ils négligent, en outre, l'existence de stocks surabondants de matières premières nécessaires à la guerre. Il n'y a de pénurie de matières premières que pour les industries de paix. Il n'y en aura pas, du moins pendant un temps, pour la Reichswehr.

Quant au déficit budgétaire, il n'en résultera point nécessairement des effets catastrophiques, car la prolongation des délais de paiement, l'abus de la «procédure» dans le régime des traites commerciales et d'autres subterfuges peuvent en effet reculer l'échéance fatale.

M. Brooks insiste également sur les ressources encore inexploitées que l'Allemagne possède sur le terrain des opérations financières: La dévaluation de la monnaie ou son adaptation à la livre seraient propres à donner à la circulation monétaire l'ampleur désirée sans créer une inflation proprement dite.

En revanche, M. Brooks—qui d'ailleurs sous-estime singulièrement l'importance des «impondérables», voire même d'une certaine «mystique» à laquelle n'échappent pourtant pas les constructions financières—fait trop grand cas, nous semble-t-il, des stocks de matières premières. Certes, il s'agit là de quantités énormes—, mais quelque impressionnants que paraissent ces stocks, ils ne sauraient suffire aux besoins d'une guerre. En 1914, l'Allemagne était certainement mieux qu'aujourd'hui préparée à la guerre. Il n'y en eut pas moins pénurie de munitions, de fils barbelés, etc. dès les premiers mois de la guerre. Or, toute l'activité économique de l'Allemagne—s'adaptant actuellement aux nécessités d'une guerre, l'on ne saurait se livrer à des pronostics concernant la situation économique future de l'Allemagne sans tenir compte du cas de guerre.

La politique de M. Schacht—que M. Brooks ne considère point comme infaillible—comporte des inconvénients graves et qui ne peuvent manquer de provoquer certains effets psychologiques.

En effet, les mesures de M. Schacht équivalent à une «socialisation par en-haut», toutes les fortunes privées et tous les bénéfices afférents aux entreprises économiques étant mis intégralement à la disposition arbitraire de l'État. Les emprunts forcés, la fixation officielle du taux des dividendes, l'obligation pour des entreprises telles que I. G. Farben A. G., Siemens etc., d'exploiter le crédit dont elles jouissent encore à l'étranger en faveur de l'obtention des matières premières demandées par l'État, les interventions officielles dans le libre jeu de l'offre et de la demande à la Bourse de Travail, les exigences de l'État concernant les devoirs du patronat vis-à-vis de la communauté nationale—autant de faits nouveaux qui suppriment la liberté d'action et d'initiative du monde économique. Nous savons pertinemment que les milieux intéressés s'inquiètent fort de cet état de choses, contre lequel ils se défendent comme ils peuvent (par l'établissement de bilans truqués, par exemple). La question des prix joue également un rôle primordial sinon décisif. Car toutes les mesures énumérées plus haut aboutiront un jour à la hausse des prix. Les contre-coups en seront supportés par un peuple, dont le pouvoir d'achat est déjà bien faible. Pour régler le problème des prix—qui compte parmi les principales préoccupations de M. Schacht—l'État ne reculera pas devant les plus implacables rigueurs. Il faudra bien, en effet, que quelqu'un fasse les frais de l'opération. Cela signifie:

- a) Mainmise sur toutes les réserves de capital encore existantes.

- b) réduction à leur plus strict minimum de tous les besoins vitaux—sauf ceux qui concernent le réarmement.
- c) ces deux possibilités une fois épuisées, il s'agira de trouver de nouveaux «moyens». Et alors, la dévaluation de la monnaie, en commençant par la hausse des prix et en passant par l'augmentation des salaires, ira bon train et se transformera d'autant plus sûrement en inflation véritable que l'Allemagne manquera totalement de réserves et de possibilités d'intervention modératrice.

Or, c'est à ce moment-là que surgira le problème psychologique. En effet, pour le peuple allemand, «inflation» signifie exclusivement «sauve qui peut!» et les conséquences psychologiques et matérielles d'une catastrophe financière auraient facilement raison de l'apathie dont nous parlions plus haut. En 1923, le patronat avait encore un certain profit à escompter de l'inflation. Cette fois, l'État ayant déjà confisqué préalablement tout ce qu'il pouvait enlever aux capitalistes, personne n'aurait l'espoir d'un bénéfice. Ce serait tout simplement la panique. Ce serait aussi la fin de la célèbre discipline allemande.

Les maîtres de l'Allemagne ne l'ignorent pas. Ils savent que leur «nouveau régime» signerait son propre arrêt de mort le jour où il aurait recours aux plus odieuses méthodes de l'ancien régime». Aussi faut-il prévoir qu'ils sortiront en armes de la forteresse où gronde le mécontentement pour obtenir par Mars ce que leur refuse Mercure.

D'ici là, il ne s'écoulera certainement pas trente ans. Les événements, en notre temps, se précipitent et sont toujours plus vite qu'on ne le prévoyait. Tout dépendra de

la constellation en politique extérieure. L'union des voisins de l'Allemagne, si elle est maintenue, sera comme une soupape de sûreté sur la chaudière; elle accélérera la cuisson à l'intérieur. Et ce sera tant mieux, car, ici, plus vite équivaut à moins douloureux et moins sanglant. Et la faillite de l'Allemagne aura été surtout la faillite d'un système et d'une espèce de gouvernants dont l'Europe, à moins de vouloir courir à sa propre ruine, ne peut que souhaiter la disparition.

F. F. FOERSTER

GARRETT ESTUDANTE EM COIMBRA⁽¹⁾

Um dos mais notáveis escolares de que se pode orgulhar a velha Universidade de Coimbra, é sem dúvida Almeida Garrett, o insigne escritor.

Tendo acompanhado seus pais na sua retirada para os Açores, para fugirem às invasões francesas, ali fez os seus estudos em Angra, na ilha Terceira.

Foram seus professores: o padre João António, de latinidade, aritmética e geometria; seu tio João Carlos Leitão, mediocre poeta da escola bocageana, que o encaminhou na leitura de Aristóteles e Horácio e Joaquim Alves que lhe ensinou retórica, poética, filosofia e grego.

Além disso o tio bispo, D. Fr. Alexandre da Sagrada Família, grande erudito, observando nêle um notável pendor para todos os estudos, deu-lhe noções das várias ciências e de filologia e fez-lhe ler, no original, as obras mais célebres das literaturas antigas e modernas.

Sua família, principalmente este seu tio, destinava-o para a vida eclesiástica, chegando mesmo a receber ordens menores, mas Garrett, não sentindo em si a menor vocação para ela, pediu licença a seus pais para ir para Portugal e ali freqüentar o curso jurídico da Universidade de Coimbra.

(1) Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

Acederam êles a êste justo desejo, para o que, parece, muito contribuíram certos precoces amores, com profundo desgosto do tio bispo, que nêle esperava ver surgir uma glória da igreja, mas com enorme satisfação do tio desembargador, João Carlos Leitão, que lhe augurava um brilhante futuro na carreira escolhida.

Possivelmente, em fins de 1815 (o seu biógrafo não declara a data precisa), embarcou para Lisboa, onde não sabemos quanto tempo residiu, nem qual foi a sua vida até se matricular, na Universidade, no ano seguinte. É, porém, natural que tivesse residido, durante êste lapso de tempo, no Pôrto, em casa de suas tias.

Efectivamente, em Setembro de 1816, parece que estava nesta cidade, pois lá requereu a certidão de idade, necessária para aquella matrícula⁽¹⁾:

«Diz João Baptista da S.^a Leitão, n.^{al} da freg.^a de S. Ildefonso desta Cid.^e do Porto, f.^o lg.^{mo} de Antonio Bernardo da S.^a, e D. Anna Augusta d'Almeida Leitão, q. lhe releva Cer.^{tão} em p.^{ca} fr.^a com o teor do assento do seu Bpt.^{mo}—P. a V. S. se d.^e de md.^{ar}, q. se lhe passe a d.^a Cer.^{tão} em p.^{ca} forma.—E. R. M.

P. em fr.^a (a) Coelho. Jurou ser para Causa Civil. Camara 2o de Setembro de 1816. (a) Oliveira.

O Doutor Theodoro Pinto Coelho de Moura Provisor deste Bispado do Porto &^a Aos Senhores que aprezen

(1) Tanto êste como todos os outros documentos universitários, relativos a Garrett, que, neste artiguelho, se reproduzem, pela primeira vez na íntegra, foram, para êle, copiados pelo nosso amigo e illustre camarada o sr. tenente-coronel Belisário Pimenta, cujos trabalhos históricos são bem conhecidos. Aqui lhe agradecemos, profundamente reconhecidos, a sua grande amabilidade e paciência.

tidão de baptismo em p.^{ca} forma virem Saude e paz para sempre em o Senhor &^a Faço saber que por virtude do meu Despacho e arequerimento do Suplicante da Petição retro revendo o Escrivão dos Livros findos os da freguezia de Santo Ildefonso desta Cidade em hum delles a folhas sessenta e oito verso achou o asento (sic) do teor seguinte —(segue a certidão)—E não se continha mais em o dito asento: O que tudo assim certefico aos Senhores aquem o conhecimento desta pertencer na qual interponho minha Authoridade Ordinaria e Judicial Decreto &^a Dada no Porto sob sello de Sua Excelencia Reverendissima e meo signal aos vinte dias do Mez de Septembro de mil oito centos e dezeseis annos. Eu Narciso José de Oliveira a subscrevi. (a) Theodoro Pinto Coelho de Moura. (*Lugar do selo em branco e por baixo*): C.^{am} de bapt.^{mº} emfr.^a (À margem): Ao sello. 10 rs. Reg.^o 30 rs. Desta 180 rs. (a) Mena. Regd.^a (a) Oliveira.»⁽¹⁾

Em 23 de Novembro de 1816 matriculou-se, finalmente, no 1.^o anno de leis, conforme o seguinte asento:

«*Primeiro Anno de Leis. De 1816 para 1817.....*

N.^o 165. João Baptista da Silva Leitão, filho de Antonio Bernardo da Silva, natural do Porto, Comarca de

foi admittido á Matricula deste Primeiro Anno Juridico aos 23 do mez de Novemb. de 1816, com Certidão de Idade, e Exames de Lat. e Rhet. e Filos. R. e Mor. De que se fez este Termo, que assignou. (a) João Baptista da Silva Leitão.»

Na margem direita lê-se, ainda, o seguinte: «N.^o 969, fol. 342 V.^o» e na esquerda a seguinte verba:

«Dispensado do lapso do tempo; e obrig.^{do} a dar con-

(1) Liv.^o XIX das *Certidões de Edade*, 1772-1833, fl. 63.

ta do Ex.^e de Fil. R. e Mor. até Jan.^{ro} proximo seg.^{te}, e do de Geom. até o 2.^o Anno. Satisfez ao 5.^o Ex.^e.»⁽¹⁾

Nesta época residiu na rua do Borralho n.^o 24.⁽²⁾

Durante o primeiro ano jurídico applicou-se aos estudos, com o maior ardor, a-fim-de conseguir ser premiado, não se tendo dedicado, durante êle e o seguinte, à poesia, como declarou no prólogo da *Merope*,⁽³⁾ com o que o seu biógrafo não concorda, afirmando que êste propósito fôra apenas cumprido nos primeiros tempos.

Não foi porém premiado, como era de justiça, segundo parece, o que muito o desgostou.

A êste propósito, espirituosamente, escreveu Garrett, no prólogo da mesma tragédia: «Deus perdoe aos meus

(1) Liv. n.^o 44 de *Matriculas*, fl. 44.

(2) Vide *Relação e indice alphabetico dos estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1816 para 1817; suas naturalidades, filiações, e moradas*, a pág. 9.

(3) Eis as suas palavras: «Vim para a Universidade: os primeiros dois annos não fiz versos nem li poetas; tive a coragem de pôr o meu espirito em dieta de direito romano, cousa utilissima; depois tomei um indigestão de Filangieri e de todos os publicistas que então eram moda em Coimbra, coisa não só inutil, mas perniciosissima!—E o que mais é, a ninguem disse, ninguem soube que eu tinha a desgraçada manha de poeta.»

E, no prólogo do poema *D. Branca*, disse, pouco mais ou menos, o mesmo: «Imberbe ainda, na universidade macerei os desejos rebeldes com jejuns e cilicios; estudando muito direito romano, teimando no Euclides e no Besout, fazendo impossiveis, e conseguindo, durante cinco annos quasi, affastar de mim a tentação. A maldita mania das comédias particulares que alli appareceu derepente entre os estudantes, o enthusiasmo da revolução de Vinte que me apanhou em flagrante, rodeado de encyclopedistas, de Rousseaus e de Voltairés, deitaram a perder tudo... atirei com o gorro por cima da ponte e fiz versos.»

respeitaveis mestres, o Sr. Jose Vaz⁽¹⁾ que no primeiro anno, e o Sr. Trigoso⁽²⁾ que no segundo, me não deram o premio que decerto mereci. Tinham feito um veneravel palheirão jurista de mais, e um jan-ninguem de um poeta de menos.»

Noutro lugar das suas obras, anotando a fábula *Eso-po e o burro*, que vem nas *Folhas cahidas*, se referiu ao seu primeiro anno universitário: «O direito de *accrescer* é o que em qualquer sociedade resulta ao todo dos socios da renúncia tacita ou expressa que do seu quinhão faz um d'elles. No meu primeiro anno da Universidade era a explicação d'este romanismo um dos pontos mais graves do curso de direito.»

Foi em 2 de Junho de 1817 que o nosso poeta fez o seu exame, com o resultado que consta d'este assento:

«Assentos dos exames dos estudantes do 1.º Anno Juridico de 1816 para 1817.»

Aos 2 de Junho de 1817 de manhã na Aula competente, sendo presentes os Doutores Lentès, Presidente e Arguente, se procedeo ao Exame da 38.ª Turma, composta de 4 Estudantes, que vão abaixo nomeados, e frequentarão no presente o 1.º Anno Juridico. E fazendo-se tudo na forma dos Estatutos, distribuidos e regulados os votos

(1) A este professor, Dr. José Vaz Corrêa Seabra Pereira, alude nestes versos das *Fábulas e contos*:

Pois segundo mui douto me ensinava
Meu Mestre José Vaz, homem discreto,
E de saber profundo,

Em toda a sociedade deste mundo

Por força ha-de reger

O famoso direito de *accrescer*.

(2) O Dr. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato,

sobre o seu merecimento, sahirão com as qualificações seguintes:

José Bernardo de Carvalho. Appr. Nem.^e Discrep.^e

Thomaz Osorio da Gama e Castro. O mesmo.

Albano Antonio Ribeiro de Sousa Freire. O mesmo.

João Baptista de S.^a Leitão. O mesmo.

Do que se fez este Assento.

(aa) José Vas Cor.^a de Seabra Pr.^a—Ant.^o José Ferr.^a de Sz.^a»⁽¹⁾

As férias dêste ano passou-as no Pôrto, com seu irmão Alexandre, em casa de suas tias na rua da Boa Vista e, durante elas, visitou os lugares onde passara os primeiros anos da sua vida, as quintas do Sardão e do Castelo e a casa da rua do Calvário, onde nascera, e esteve em Guimarães.⁽²⁾

Terminadas as férias regressou a Coimbra.

Segundo o seu biógrafo, Garrett prevenira o pai de que, em vista do resultado que tivera no seu 1.^o anno, desistia do curso jurídico e iria matricular-se noutra faculdade e escreve: «E apenas se abriram as matriculás, inscreveu-se como ordinario, no primeiro de mathematica, e, como voluntario, no primeiro de philosophia, tendo neste curso o n.^o 2. Pouco tempo frequentou, porem, aquellas aulas. Ordens terminantes do pae (e não perda do anno, como algumas pessoas parecem ter julgado) o obrigaram a voltar para a faculdade de leis, onde teve que matricular-se apesar do seu despeito, e foi o n.^o 14.»

Porém os documentos não estão conformes com estas afirmações.

(1) Liv.^o n.^o 5 de *Exames do 1.^o Anno de Direito*, fl. 98.

(2) Desta cidade, em Setembro de 1817, datou um *Madrigal A Annalia*, que vem no volume manuscrito adiante citado.

Efectivamente Garrett, neste ano, matriculou-se, primeiramente, no segundo ano de cânones, em 6 de Outubro, como se lê no respectivo assento:(¹)

«Segundo Anno de Canones, De 1817 para 1818.
N.º 14. João Baptista da S.^a Leitão, filho de Antonio Bernardo da S.^a, natural do Porto, Comarca de..., foi admittido á Matricula deste Segundo Anno Juridico aos 6 do mez de Outubro de 1817, com Exame do Primeiro Anno, e os mais, que juntou na Matricula antecedente. De que se fez este termo, que assignou. (a) João Bapt.^{ta} da Silva Leitão.» Na margem direita: «N.º 142, fl. 146 v.º.»

Em seguida, sete dias depois, em 13 de Outubro, é que se matriculou, no primeiro ano matemático, como se vê neste assento:(²)

«Primeiro Anno Mathematico. De 1817 para 1818.....
N.º 2. João Baptista de S.^a Leitão, filho de Antonio Bernardo da S.^a, natural do Porto, Comarca de....., foi admittido á Matricula deste Primeiro Anno Mathematico na Classe de ordinario, aos 13 dias do mez de Outubro de 1817, com Certidão de Idade, e Exames de Lat., Fil. R. e Mor. e Geom. De que se fez este Termo, que assinou. (a) João Baptista da Silva Leitão.» Na margem direita: «N.º 289, fol. 164.»

Na *Relação e indice alphabetico dos estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1817 para 1818*, etc., encontra-se, a pág. 49, Garrett mencionado, entre mais quatro alunos, como voluntário, sob o n.º 3, do primeiro ano filosófico, o que é de estranhar, pois dos livros de matrícula não consta nem o seu nome, nem a existência de voluntários nêsse ano lectivo.

(1) Liv.º n.º 25 de *Matriculas* fl. 61.

(2) Liv.º n.º 45 de *Matriculas* fl. 237.

Como no referido ano lectivo não houve exames, não se pode concluir que Garrett tivesse ou não frequentado, durante mais ou menos tempo, os primeiros anos matemático e filosófico.

Porém, se se deve acreditar o seu próprio testemunho, parece que chegou a frequentar, pelo menos, o primeiro ano matemático, ainda que, depois, d'ele desistisse, pois no referido prólogo lê-se:

«Tambem teve culpa o Sr. Honorato quando, em meu despeito com as faculdades juridicas, me fui fazer mathematico. A algebra é bom contraveneno para os impeçonhados de poesia; mas hade ser dado com geito e tento. Quiz-me fazer ingulir dózes muito grandes, não me pôde o estomago com ellas.»

Neste ano residiu na Couraça dos Apóstolos n.º 4.⁽¹⁾

Embebido já, então, em ideas de liberdade, fundou ou, pelo menos, colaborou na fundação duma associação secreta, que tinha o nome de *Keporatica*⁽²⁾ e, se reunia em casa do livreiro Jacques Orcel, ao arco de Almedina. Ali fez os seus primeiros discursos.

Também por esta época se desenvolveu, em Coimbra, o gôsto pelas representações cénicas.

Num teatro chamado dos Coutinhos⁽³⁾ deram os estu-

(1) Vide pág. 12, 43 e 49 da citada *Relação... de 1817 para 1818*.

(2) Vide o *Conimbricense*, n.º 3.096 de 1877, citado por Teófilo Braga a pág. 327 do 4.º vol. da sua *Historia da Universidade de Coimbra*, Lisboa 1902.

(3) Instalado numas casas que pertenceram a esta família e, depois, ao Dr. Júlio César de Sãnde Sacadura Bote, lente de medicina. Vide n.º 4.805 do *Conimbricense* de 1893: artigo de Joaquim Martins de Carvalho *Os Theatros em Coimbra nos seculos XVIII e XIX*, que já começara no n.º 4.801 e se seguiu, depois, em vários n.ºs daquele ano e do de 1894.

dantes diversas récitas, nas quais entrou Garrett, com Joaquim Larcher e José Maria Grande. Para elle emendou a tragédia *Xerxes* e fez a *Lucrecia* e outras composições, de que nem o título se conservou.

Porém, segundo Gomes de Amorim, esta tragédia foi representada no teatro dos Grilos, com aplauso de tãda a academia, tendo Garrett recitado o prólogo e feito o papel de Bruto.⁽¹⁾

Nas férias dêste ano foi passear a Vila do Conde e à Póvoa de Varzim, sendo nesta ocasião que, nesta vila, viu representar uma *Comédia famosa*, cujo assunto o inspiraria, mais tarde, na criação do seu *Fr. Luiz de Sousa*.

No terceiro ano jurídico matriculou-se aos 5 de Outubro de 1818, conforme êste assento:⁽²⁾

«Terceiro Anno de Leis. De 1818 para 1819....»

N.º 15. João Baptista da S.^a Leitão, filho de Antonio Bernardo da S.^a, natural do Porto, Comarca de , foi admittido á Matricula deste Terceiro Anno de Leis aos 5 do mez de Outubro de 1818, com Exame do Segundo Anno Juridico, e os mais, que juntou nas Matriculas antecedentes. De que se fez este Termo, que assignou. (a) Joam (sic) Baptista da Silva Leitam (sic).» Na margem direita: «N.º 215, fol. 443 v.º»

Foi morar para a rua dos Militares, n.º 15,⁽³⁾ onde pas-

(1) A tragédia *Xerxes* não se publicou; a *Lucrecia* saíu, em 1914, no 1.º vol. das *Obras posthumas*, de Garrett, ed. do nosso amigo Henrique Marques.

(2) Liv.º n.º 46 de *Matriculas* fl. 159.

(3) Vide *Relação... de 1818 para 1819*, a pág. 27.

sou o tempo «no ensosso estudo de chymeras rudes»», como êle próprio declara.⁽¹⁾

A morte do Dr. José Fernandes Álvares Fortuna, ocorrida em Março de 1819, inspirou-lhe um epicédio que, segundo o seu autor, foi, para os seus condiscípulos, a primeira denúncia de ser poeta, o que tem poucos visos de verdade, pois, como tal, já era conhecido pelas manifestações que indicamos e pelo soneto *O Campo de Sant'Anna* ⁽²⁾.

(1) Êste verso que pertence à *Ode VII. Saphica aos annos de Nize* (é a 18.ª poesia da *Lyrica de João Minimo*), foi assim anotado, no ms. referido: «Corria então o meu terceiro anno do curso juridico.»

(2) Num precioso volume manuscrito *Poesias de J. B. S. L. A. Garrett, Coimbra Anno I (1821)*, que pertenceu ao nosso amigo o sr. Delfim Guimarães, illustre escritor, estão coligidas muitas poesias de Garrett da época de Coimbra, datadas de 1818 a 1821, umas inéditas, outras publicadas, com variantes, nos seus livros *Flores sem fructo*, *Lyrica de João Minimo* e *Folhas cahidas*. Vide o nosso artigo *Notas a propósito de uma poesia inédita de Garrett*, Coimbra 1931, publicado na revista *Biblos* e em separata, onde nos ocupamos do mesmo volume, em que as datas das poesias parecem ser mais exatas do que aquelas com que apareceram, depois, nos referidos livros.

Dêle transcrevemos um soneto, alusivo às matérias estudadas na Universidade, que já foi publicado por Teófilo Braga, no seu livro *Garrett e os dramas românticos*:

As Pandectas

Não te bastava, ó Roma ambiciosa,
O ter roubado ao mundo a paz fagueira
E a ferro, e fogo Europa, Africa inteira,
Asia tôda ocupar, reger vaidosa?

Porque dos sabios teus turba nojosa,
Que *prudentes* aclama a nossa asneira,

Também a morte de Filinto Elísio foi por êle, pouco depois, comemorada numa composição poética.

Em 28 de Maio concluiu o exame do 3.º ano de leis:

«Assentos dos exames dos estudantes do terceiro anno de Leis de 1818 a 1819.»

Acto e Exame de João Baptista da S.^a Leitão, filho de Antonio Bernardo da Silva, natural do Porto Comarca de —Aos 28 de Maio de 1819 na Sala publica, sendo Presidente o Doutor José Joaquim da S.^a e Examinadores os Doutores Lentes Arguentes, fez João Baptista da S.^a Leitão o seu Exame das Disciplinas do Terceiro Anno de Leis, que frequentou no presente. E fazendo-se tudo na forma dos Estatutos, distribuidos e regulados os votos sobre o seu merecimento, sahio Appr. Nem.^o Discrepante. Do que se fez este Assento. (aa.) José Joaq.^m da S.^a —Narcizo Joaq.^m d'Ar.^o Soares.»⁽¹⁾

Durante as férias, no Pôrto, continuou a dedicar-se às musas, quer compondo poesias, como a intitulada *As férias*, quer principiando alguns ensaios teatrais, como o drama *Afonso d'Albuquerque*, e a tragédia *Sophonisba*.

Mandaste contra nós longa fileira
Apagar da razão a luz preciosa?

Que me importa, ó barbara Pandecta,
O teu—sentido lato—a—culpa tua,
Que a acção seja *contraria*, ou bem *directa*?

Ah! permitta a razão, por glória sua,
Que novo emxurro Godo, ou Turco, ou Geta,
Nova Amalphis te dê n'uma comua.

Coimbra 10 de Março de 1819.

(1) Liv. n.º 11 de *Actos e Graos de Leis*, fl. 5.

Em 5 de Outubro de 1819 matriculou-se no quarto ano jurídico, como consta dêste assento:⁽¹⁾

«Quarto Anno de Leis. De 1819 para 1820...

N.º 73. João Bap.^{ta} da S.^a Leitão d'Alm.^{da} Garrett, filho de Antonio Bernardo da S.^a Garrett, natural do Porto, Comarca de , foi admittido á Matricula deste Quarto Anno de Leis aos 5 do mez de Outubro de 1819, com Exame do Terceiro Anno, e os mais que juntou nas Matriculas antecedentes. De que se fez este Termo, que assinou. (a) João Baptista da S.^a Leitão Almeida Garrett». Na margem direita: «N.º 283 fol. 251 v.º.»

A sua residência, neste ano, foi, como no anterior, na rua dos Militares, porém, n.º 45.⁽²⁾

Neste assento aparecem, pela primeira vez, não se tendo repetido senão nos assentos relativos ao exame dêste mesmo quarto ano, e à matricula do quinto ano, os apelidos Almeida Garrett.

Gomes de Amorim atribue êste facto à coincidência de ter, talvez, vindo ao conhecimento do nosso estudante, a notícia do falecimento, em 1818, em Inglaterra, de um Garrett, descendente dos Garrett de Janeville (condado de Carlow) e, dêle, para se aristocratizar, adoptar aquêlê apelido idêntico ao de sua avó.

Neste ano lectivo realizaram os estudantes muitas récitas teatrais, em que, algumas vezes, representou Garrett, como nos entremeses intitulados *Kai-pira* e *Sganarello*.⁽³⁾

Compôs, nesta época, um elogio dramático *Amor da Pátria* que foi à cena, em Coimbra, para festejar o nasci-

(1) Liv.º n.º 47 de *Matriculas*, fl. 187.

(2) Vide *Relação... de 1819 para 1820*, pág. 32.

(3) A que alude na poesia *Introdução das Fábulas e contos*.

mento da princesa da Beira; uma ópera bufa *La lezione agli amante* e muitas poesias.

As Análias também lhe ocuparam o espírito e lhe atraíram a atenção, como uma do Pôrto, por quem sentiu uma forte paixão e uma certa Francisquinha, filha da patroa do seu quarto.

Por causa daquela, a quem se quiz ir mostrar, deu uma desastrosa queda dum cavalo, pertencente a seu irmão Alexandre, do que lhe resultou uma perigosa ferida na cabeça, que o fêz recolher ao leito. Durante a convalescência parece ter composto o *Retrato de Vénus*.

Ainda não completamente curado partiu para Coimbra em 19 de Junho, e no dia seguinte, pela madrugada, dirigiu-se ao Jardim Botânico, onde escreveu os versos que intitulou *Passeio de madrugada ao jardim botânico de Coimbra*.

Em 26 de Junho foi inaugurado, na sala dos capelos, o retrato de D. João VI, facto que elle celebrou numa ode.⁽¹⁾

No dia 30 de Junho tomou o grau de bacharel, como se declara neste assento:⁽²⁾

«Assentos dos exames dos estudantes do quarto anno de Leis de 1819 para 1820.

Acto e exame de João Baptista da S.^a Leitão de Almeida Garrett filho de António Bernardo da S.^a Garrett, natural do Porto, Comarca de Aos 30 de Junho de 1820 na Sála publica, sendo Presidente o Doutor José Joaquim da Silva e Examinadores os Doutores Lentes Arguentes, fez João Baptista da Silva Leitão de Alm.^{da} Garrett o seu Exame das Disciplinas do Quarto Anno de Leis,

(1) E' a que vem, com o n.º XII, no vol. ms.

(2) Liv.º n.º 12 de *Actos e grãos de leis*, fl. 87.

que frequentou no presente. E fazendo-se tudo na forma dos Estatutos, distribuidos e regulados os votos sobre o seu merecimento, sahio Appr. Nem.^e Discrep.^e. E prestando o juramento da Conceição, o dito Presidente lhe conferio o gráo de Bacharel pela auctoridade, de que usa. Do que se fez este Assento. (aa.) José Joaq.^m da S.^a—P. Rafael Antonio d'Alm.^{da} »

O mês de Julho, do ano de 1820, foi occupado pelos ensaios da tragédia *Merope*(¹) que, por fim, foram interrompidos com a noticia do triunfo da revolução liberal de 24 de Agôsto, no Pôrto.

O nosso estudante, todo vibrando de entusiasmo por esse acontecimento, parte, sem demora, para aquella cidade, onde por ter apanhado muito sol, durante essa longa viagem, lhe sobrevem uma recaída, de que escapou por milagre.

Durante a convalescença compôs o *Hymno patriótico*,(²) a sua primeira obra impressa e que saiu no Pôrto, as poesias *A liberdade*(³) e *A' patria*, o poemeto *O roubo das Sabinas* e a tragédia *Oedipo em Colona*.

A-pesar-dos acontecimentos politicos da época o governo mandou reabrir as aulas em meados de Outubro, porém Garrett, em razão da sua grave enfermidade, só em 15 de Novembro se foi matricular, para o que, é de crer, teria justificado este atraso.

(1) No prólogo desta tragédia escreveu elle: «Tinha dezoito annos quando fiz esta tragedia; foi nos meus ultimos tempos de Coimbra, tempos de memoria saudosa porque eram todos de innocencia e de esperança.»

(2) Gomes de Amorim chama-lhe *Hymno constitucional*.

(3) Ou *Hymno á liberdade*, como vem no vol. ms., onde traz a data de 25 de Agôsto e a indicação de ter sido cantado, no teatro do Pôrto (S. João), em 27 do mesmo mês.

Eis o assento donde consta esta matrícula:⁽¹⁾

«*Quinto Anno de Leis. De 1820 para 1821.*»

N.º 112. João Baptista da Silva Leitão, filho de Ant.º Bernardo da S.ª Garrett; natural do Porto, Comarca de ... foi admittido á Matricula deste Quinto Anno de Leis aos 15 do mez de 9.º de 1820, com Exame do Quarto Anno, e os mais, que juntou nas Matriculas antecedentes. De que se fez este Termo, que assinou. (a) João Baptista da S.ª Leitão d'Almeida Garrett.» Na margem direita: «N.º 870 fl. 157 v.º»

Neste ano residiu numa casa da rua das Covas, n.º 24.⁽²⁾

A repercussão, em Coimbra, dos sucessos havidos em Lisboa, que estiveram para derrubar o novo regime liberal, fêz com que se criassem, naquela cidade, algumas lojas maçónicas destinadas a animar o espirito revolucionário. Uma delas foi a *Sociedade dos Jardineiros*, a que Almeida Garrett pertenceu⁽³⁾.

(1) Liv.º n.º 48 de *Matriculas*, fl. 209 v.º.

(2) Vide *Relação... de 1820 para 1821*, a pág. 37.

(3) A êste facto se alude na *Gazeta de Lisboa*, transcrita por Joaquim Martins de Carvalho, a pág. 58 do livro *Apontamentos para a historia contemporanea*, Coimbra, 1868: «A proposito: a irmandade a que pertencia a loja de Coimbra, denominava-se dos *Jardineiros*: figurou nella muito J. B. da S. L. G., vulgo o *Bacorinho* (o autor do *Retrato de Venus*)...»

No Arquivo Histórico Militar encontrámos um officio do célebre Intendente da Policia, Barão de Rendufe, donde extraímos os períodos que se referem a esta sociedade secreta e a Garrett:

«Ill.º e Ex.º S.º Aqui tomei a Declaração ao Bacharel de Medicina José Maria de Lemos, como V. Ex.º acaba d'ordenar-me, porem esta Declaração nada importa, porque se limita a dizer, que depois da revolução de 24 d'Agosto se fundára em Coimbra a Sociedade Secreta dos =Jardineiros=, que tinha por fim promover a indepen-

Com esta se fundiu ou se renovou a dos *Keparaticos*, a que atraz aludimos.⁽¹⁾

Nos diãs 21 e 22 de Novembro celebraram-se, na sala dos Capelos da Universidade, dois outeiros, com que os académicos festejaram a consolidação do regime liberal.

Ali recitaram versos,⁽²⁾ além de Garrett, a quem per-

dencia do Brasil, e q̄. Autores d'ella tinhão sido os ausentes Manoel Gomes da Fonseca, Manoel Alves Branco, João Baptista Leitão Garreti (sic), e Manoel Gomes da Silva, todos Estudantes, e não existentes neste Reino, e pela maior parte Brasileiros, etc. e que se tinha aquella Sociedade ramificado p.^a Lx.^a, Porto, Thomar, e Covilhã, e no ultra-mar p.^a as Ilhas da Madeira e Terceira, além de muitos pontos no Brasil—dis que não sabe quem mais pertencia a esta sociedade, e que elle fora incumbido de mandar arranjar, por M.^{el} Gomes da Silva, a Casa dos Guerridos (sic) de Coimbra p.^a hũa Sociedade Patriótica e que depois soubera que aquelle se servira d'ella p.^a a dos Jardineiros; mas que nunca fora membro de tal sociedade, e que sabendo-se ter elle sido incumbido d'aquelle arranjo se humisiara, receando os procedimentos judiciaes de 25 d'Agosto de 1823.

Deos Guarde a V. Ex.^a Lx.^a 29 de Março de 1824

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Conde de Subserra

Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro.»

(1) Teófilo Braga, no livro citado.

(2) Estão reunidos, com excepção do soneto de Garrett, no folheto: *Collecção das poesias, recitadas na salla dos actos grandes da Universidade de Coimbra nas noites do dia 21 e 22 de Novembro em publica demonstração de regosijo pelo feliz resultado do dia 17—1820—Coimbra, na real imprensa da Universidade 1821.*

No jornal *Minerva Constitucional*, n.^o 63, de 6 de Dezembro de 1820, anuncia-se o seguinte folheto: *Descripção das festas que fez voluntariamente a Universidade de Coimbra pela feliz Regeneração Política, acompanhada de todos os versos, que merecêrão a attenção do*

tencem os que têm o título de *Ao corpo académico*, e o soneto, inédito, *Reluz Astreia, treme o despotismo*,⁽¹⁾ outros estudantes, como Augusto Frederico de Castilho, António Feliciano de Castilho, José Frederico Pereira Marrecos, Pedro Joaquim de Menezes, José Maria Grande, José Maria de Andrade, Fernando José Lopes de Andrade e P.^o Emídio.

Em vista do tom destas poesias, foram os estudantes considerados anti-constitucionais, revolucionários e denunciados ao Governo de Lisboa.

Os estudantes, em sinal de protesto, reuniram em casa de Garrett, que redigiu uma representação justificativa, assinada por 473 académicos, que foi enviada à Junta Governativa.

Realizaram-se, em 16 de Dezembro, as eleições paroquiais em Coimbra, mas a Câmara, em 6 do mesmo mês, resolveu que os estudantes não votariam nelas.

Novamente estes se congregaram em casa de Garrett e ali se lavrou uma carta por êle assinada em nome de todos que, por um expresso, foi remetida para Lisboa. Ao mesmo tempo foram afixadas, em todos os lugares públicos de Coimbra, sete proclamações redigidas pelo nosso poeta, em que se explicavam os factos e se reivindicavam os direitos que os estudantes tinham a intervir naquêle acto.⁽²⁾

respeitavel Publico durante as duas noites de Oiteiro feito na Sala dos Doutoramentos da mesma Universidade, na presença de toda a Academia; feita e mandada imprimir por Pedro Joaquim de Menezes. Estudante do 4.º ano de Canones, que nunca vimos, não podendo, portanto, dizer se nêlê vem a matéria contida no primeiro.

(1) Vem no citado ms.

(2) No jornal *O Patriota*, de 1820, no seu n.º 67, relativo a 15 de

Segundo Gomes de Amorim parece que, a-pesar-de resposta em contrário do Governo, os estudantes chegaram a votar, ou por ter chegado a tempo a contra-ordem ou por terem empregado a fôrça.

Para celebrar a instalação das primeiras côrtes constitucionais, cuja abertura se realizara em 26 de Janeiro de 1821, houve em Coimbra um outeiro, nas noites de 2 e 3 de Fevereiro, em que Garrett, com outros académicos, recitou poesias alusivas,⁽¹⁾ entre as quais uma *Ode ao Cidadão Borges Carneiro, Pae da Patria*; um soneto, de improviso, *Á lei e ao rei* e um elogio, inédito, dedicado ao sr. *José Frederico Pereira (Marecos)*, que, talvez por engano, traz a data de 4 d'este mês.⁽²⁾

Segundo Gomes de Amorim, Garrett pediu adiamento do acto de formatura para ir à Ilha Terceira visitar a sua família.

Chegando a Lisboa,⁽³⁾ ali assistiu às sessões do con-

Dezembro, em que se relatam, minuciosamente, todos estes sucessos, alude-se a 7 proclamações, das quais transcreve apenas seis.

No suplemento ao n.º 60, de 9 de Dezembro, do jornal portuense *Génio Constitucional*, apenas vieram três.

No n.º 76, de 21 de Dezembro, do jornal de Lisboa *Mnemosine Constitucional*, dá-se notícia do acontecimento, com a transcrição de duas proclamações.

(1) O jornal *O Patriota*, n.º 109, de 10 de Fevereiro, traz um artigo, atribuído a Garrett, com êste título: *Festa constitucional do Corpo Académico-Scholastico da Universidade de Coimbra*, em que se relatam estes festejos.

(2) Estas poesias inéditas estão coligidas no referido vol. ms.

(3) Foi talvez nesta época que, no teatro de S. Carlos, recitou da plateia a ode *Á liberdade*. A êste facto se refere o 1.º vol. das *Memorias do Marquês de Fronteira*, Coimbra 1928: «Foi numa d'essas noites de grandes enthusiasmos que, estando na plateia geral, vi pôr-

gresso e publicou o seu primeiro escrito político *O dia 24 de Agôsto*, em que fez uma crítica acerba aos professores da Universidade, e aos seus ensinamentos.⁽¹⁾

Deve ter partido para Angra em fins de Abril, tendo gasto na viagem, por causa das calmarias, cêrca de um mês!

Na Ilha Terceira se conservou durante os meses de Junho e Julho e os primeiros quinze dias de Agôsto. Ali compôs um poema satirico *O Xou a incógnita*, em que é herói o governador e capitão-general dos Açôres, Francisco de Borja Garção Stockler, mais tarde barão da Vila da Praia, matemático illustre e absolutista ferrenho, e concorreu para o triunfo das ideas liberais nessa ilha, a única do arquipélago que não havia aderido ao regime constitucional. Em fins de Agôsto desembarcou em Lisboa.

Aqui fez representar, no teatro do Bairro Alto, na noite de 29 de Setembro, a sua tragédia *Catão*, cujos en-

-se de pé sobre um dos bancos um jovem, elegante pelas suas maneiras, d'uma physionomia sympathica e *toilette* apurada, um pouco calvo, apesar da pouca idade, o qual pedindo silencio aos que o rodeavam, disse *A Liberdade*. E recitou uma bella ode que foi estrepitosamente applaudida, perguntando-se, tanto nos camarotes, como na plateia, quem era o jovem poeta: foi elle proprio quem satisfez a curiosidade, dizendo chamar se Garrett. Foi a primeira vez que os habitantes da capital ouviram a voz sonora do grande poeta... Garrett teve nessa noite uma bem merecida e espontanea ovação, sendo levado, em braços, de roda do salão, por varias vezes.»

(1) Aqui transcrevemos as suas palavras: «Passarei em silencio a miseravel decadencia da Universidade de Coimbra, a ignorancia d'um grande numero de seus mestres, a pedanteria delles, o espirito de partido, que impêde os progressos das sciencias e mil outras vergonhosas miserias, que soffre um tam antigo, e respeitavel corpo literario.»

e dois, sahirão os Doutores, Licenceados, e Bachareis Formados na sobredita Faculdade, no presente anno lectivo de mil oitocentos e vinte e hum, para mil oitocentos e vinte e dois, votados com as qualificações seguintes:

Bachareis formados

7. João Baptista da Silva Leitão, filho de Antonio Bernardo da Silva Garret (sic), natural do Porto.

1.^a (a)—Aprovado por quatro, e reprovado por cinco.

2.^a (b)—Bom por seis, e sufficiente por trez.

3.^a (c)—Aprovado por cinco, e reprovado por quatro.

Isto he o que resultou das Conferencias, e Votos da Congregação da Faculdade de Leis: Vossa Magestado Ordenará o que fôr do Seu Real Agrado. Da Universidade de Coimbra: Em Congregação de trinta e hum de Julho de mil oito-centos e vinte e dois. Eu Vicente José de Vasconcellos e Silva, Secretario, a subscrevi. Fr. Francisco Bispo Eleito Reformador Reitor—José Joaquim da Silva—Joaquim de Seixas Diniz—Narcizo Joaquim d'Araujo Soares—José Pinto de Fontes—Hippolito Caetano de Moraes—José de Jesus Marques—Luiz da Costa e Almeida—José Bernardo de Vasconcelos Corte Real—Faustino Simões Ferreira.»

Comentando-as, escreve Gomes de Amorim:(¹) «Estas informações, instrumento odioso de inimizades e de vinganças politicas, que a revolução devia ter supprimido, co-

(a) Em procedimento e costumes.

(b) Em merecimento literário.

(c) Em Prudência, Probidade e Desinterêsse.

(1) Garrett, *Memorias biographicas*, 1.^o vol. pág. 233.

mo fez á inquisição, magoaram profundamente o poeta, que não as olvidou nunca... Garrett era maltratado por causa do seu constitucionalismo. Os absolutistas de Coimbra puniam-no, a seu modo, pelas suas proclamações electoraes, e pelo que escrevera a respeito da universidade, no opusculo *O dia vinte e quatro de Agosto.*»

Só mais tarde, em 6 de Abril de 1826, quando já fôra perseguido e emigrara, é que Garrett requereu a sua carta de formatura, como consta dos seguintes curiosos documentos:

«Ill.^{mo} Sr.—João Baptista Leitão d'Almeida Garrett mostra nos Documentos juntos ser Bacharel Formado em Leis e estar habilitado para obter a sua respectiva carta; portanto—P. A V. S.^a seja servido mandar-lh'a passar e—R. M.^{ca}—Abril 6 de 1826.»

Com o seguinte despacho: «Passe não havendo inconveniente. Coimbra 6 de Abril de 1826. (a) Vice-R.^{or}»

Seguem-se os documentos a que alude o requerimento supra:

«Ill.^{mo} Sr.—João Baptista Leitão d'Almeida Garrett: pretende tirar Carta de Formatura de Leis; e para isso precisa da Secretaria da Universidade, as Certidões necessarias; que—P. A. V. S.^a seja servido mandar passar; e R. M.^{ca}—Abril 5 de 1826.»

Tem este despacho: «Passe-Coimbra 4 de Abril de 1826. (a) Vice-R.^{or}»

No verso deste requerimento estão lançados os registos dos resultados obtidos nos exames relativos aos cinco annos do curso juridico, nos termos que se seguem:

«O Supp.^e João Baptista da Silva Leitão fez Exame das Disciplinas do 1.^o Anno Juridico na forma dos Estatutos em 2 de Junho de 1817 e foi Approvado Nemine Dis-

crepante: Consta do L.^o dos Ex.^{es} do d.^o anno a f. 98. (a) Silva:» À margem: «Ex.^e do 1.^o A. Jur.»

«O m.^{mo} Supp.^e Juntou á Matricula do d.^o anno Certidão de Idade, e dos Exames de Latim, Filosofia Racional e Moral, e Rhetorica; ficando obrigado a dar conta do Exame de Geometria até o 2.^o Anno: Consta do L.^o de Matricula do d.^o anno a f. 44. (a) Silva.»

A' margem: «Prep.^{os}»

«O m.^{mo} Supp.^e fez Exame de Geometria em 29 de Maio de 1817, e foi Approvado: Consta do L.^o dos Ex.^{es} do d.^o anno a f. 199 v.^o (a) Silva.»

A' margem: «Ex.^e de Geom.»

«O m.^{mo} Supp.^e, em Congregação da Faculdade de Canones de 14 de Maio de 1818, foi julgado habil para gosar da Graça concedida por Sua Magestade aos Estudantes do dito Anno, na forma da Ordem Regia de 13 de Março de 1817: Consta do L.^o do Reg.^o comp.^{te} a f. 109 v.^o (a) Silva.»

A' margem: «2.^o Anno Jur.»

«O Supp.^e fez Exames das Disciplinas do 3.^o Anno de Leis na forma dos Estatutos, em 28 de Maio de 1819, e foi Approvado Nemine Discrepante: Consta do L.^o dos Ex.^{es} Actos e Grãos do d.^o Anno a f. 5. (a) Silva.»

A' margem: «Ex.^e do 3.^o A. de Leis.»

«O m.^{mo} Supp.^e fez Ex.^e das Disciplinas do 4.^o Anno de Leis, na forma dos Estatutos, em 30 de Junho de 1820, e foi Approvado Nemine Discrepante; e recebeu o Grão

de B.^{el}; Consta do L.^o dos Ex.^{es} Actos, e Grãos do d.^o Anno a f. 27. (a) Silva.»

À margem: «Ex.^e do 4.^o A. de Leis.»

«O m.^{mo} Supp.^e fez Ex.^e das Disciplinas do 5.^o Anno de Leis, na forma dos Estatutos, em 19 de Novembro de 1821, e foi Approvado Nemine Discrepante: Consta do L.^o dos Ex.^{es}, Actos, e Grãos do d.^o anno a f. 194. (a) Silva.»

À margem: «Ex.^e do 5.^o A. de Leis.»

No fim: «P. C. aos 8 de Abril de 1826. (a) Silva.»

Ao primeiro requerimento juntou, ainda, Garrett a sua fôlha corrida, que requereu por esta forma:

«Ill.^{mo} Sr.—João Baptista Leitão d'Almeida Garrett Bacharel Formado em Leis pela Universidade de Coimbra; pretende tirar Folha corrida, p.^a o fim de obter a sua Carta de Formatura. Portanto:—P. A. V. S.^a se sirva mandar aos Escrivães do seu Juizo, declarar se elle supp.^e tem ou não culpa em seus respectivos Cartorios. E—R. M.^{ca}—Coimbra: 30 de Março 1826.»

Ao alto da pág.: (a) A. Rebello—(a) Moreira.....

Despacho: «D., P. Alvará de Folha corrida. (a) Dr. Paes.»

Segue-se:

«O Dr. Joaquim José Paes da S.^a oppoz.^{or} ás Cadeiras da Faculd.^e de Leis e Vice-Conservador da Unid.^e com Alsada na m.^{ma} etc.—Pella presente p.^r mim assignada Mando aos escrivains (?) dante mim Correição e Críme digão aopé deste as culpas do sup.^{te} o que cumprirão, etc. Coimbra 31 de M.^{co} de 1826. Deste e Cer.^{am} 80 rs. e de Assinar 100 rs. Joaquim de Andrade o escrevi. (a) Dr. Paes.»

«N. (a) Mattos—N. no Cart.^o de Caneva. O Escr.^{ma}

Ajud.^{te} (a) Ismael—N. no cartorio de Castro. no seu impedim.^{to} (a) Paixão—Nada no rellatorio (a) Oliv.^{ra}—Nada (a) J. Silva—N. no Cartorio de Franco. O Esc.^{am} Ajud.^e (a) A. Paixão. Nada do Sup.^{te} João Bap.^{ta} e dou fé não haverem mais escrivains a responder. Coimbra 31 de M.^{co} de 1826 —(a) J.^m de And.^e»

Esqueceu-nos dizer, quando aludimos à poesia *Passeio de madrugada no jardim botânico de Coimbra*, que ela traz, no jornal *O Chronista*⁽¹⁾, a seguinte curiosa nota: «Em 20

(1) No conto *O gallego e o diabo*, inserto nas *Fábulas e contos*, recorda Garrett os seus tempos de Coimbra:

Verdade é, no Quebra-costas
Minha vez escorreguei,
Fui preso por Verdeaes,
E á porta Ferrea m...ei.

Mas que doutor fiquei eu,
Se nunca o Martini li,
Se, o que sube da instituta
E do digesto, esqueci?

Que assim, espirituosamente, anotou: «Até a côr das fardas dos archeiros da Universidade mudaram os fomentadores de 1834-5. Dizem que os pintaram de azul! Não tenho ânimo de ir a Coimbra, nem olhos com que tal veja. Os verdaes azues! Que reforma!»

E, ainda, nos seguintes versos da *Lyrice de João Minimo*, tem, para êles, esta ligeira referência:

Foram teus dias dias de rotina,
Como as lições sabidas
Da encebada, suja caderneta
De um lente de Coimbra.

de Junho de 1820, e na convalescença de perigosa moles-
tia, fui de madrugada respirar o purissimo ar do sitio
chamado *fôra de portas*. Achei aberto o jardim botanico: en-
trei. Eu, e dois ou três trabalhadores eramos os unicos
viventes despertos. Ali, debaixo da palmeira que está no
ultimo plano do jardim, escrevi estas linhas».

Aqui terminam as nossas notas acêrca da agitada vi-
da académica do *Divino*, nome pelo qual, entre os seus
condiscípulos da Universidade de Coimbra, era, geralmen-
te, conhecido o estudante Almeida Garrett.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

ANTIGUIDADES ROMANAS DE CONIMBRIGA⁽¹⁾

SECIUS TRITUS FABRICANTE LUSO-ROMANO DE

«TERRA SIGILLATA»

No Museu de Machado de Castro identificamos a marca de oleiro OF. SECI. TRI estampada numa pequena taça de *terra sigillata* de bordo convexo decorado com fôlhas cordiformes em relêvo, pertencente ao tipo 35 da classificação de Dragendorff⁽²⁾, e encontrada em *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha).

Proveniente de Portalegre existe no Museu de Martins Sarmiento (Guimarães), com outros da mesma origem e de fabrico provincial, atribuível ao séc. I, um vaso do mesmo tipo com duas fôlhas no bordo e a estampilha OF. SEGITRITO no fundo. O último sinal que aparenta o *phi* grego, não é para estranhar em marcas peninsulares onde entram frequentemente sinais ibéricos, existindo em exemplares do museu de Tarragona e em algumas marcas reproduzidas no C. I. L.

Ao estudar estes vasos⁽³⁾ considereí-os duma oficina indígena, a primeira de presumível existência na Lusitânia

⁽¹⁾ Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

⁽²⁾ H. DRAGENDORFF, *Terra Sigillata*. «Bonner Jahrbucher». Bonn. 1895-1896; Oswald-Pryce. *An introduction to the Study of terra sigillata*. London. 1920.

⁽³⁾ R. SERPA PINTO, *Museu de Martins Sarmiento*. III-*Terra Sigillata*. «Rev. de Guimarães», XXXIX. 1929.

Romana, por serem do mesmo tipo, pela proveniência do centro e sul do país, e as estampilhas revelarem um oleiro desconhecido.

No monumental «Index» dos oleiros provinciais, publicado pelo Dr. Félix Oswald⁽⁴⁾, figuram sob o nome de *Segitritus* as duas marcas portuguesas, atribuindo as provisoriamente ao período flaviano.

Comunica-nos o Prof. Oxé obsequiosamente que a estampilha de Portalegre é conhecida em Espanha, sendo o último sinal um ornato ou a ligação de IO, tendo TRITI (*ensis*) ou TRITIO, o que não parece muito seguro. Considera o oleiro SEGI (*us?*) de *Tritium Magallum*, actualmente Tricio, a cerca de 75 km. ao norte de Numância no vale superior do Ebro.

Atendendo à separação dos dois nomes no vaso de Condeixa-a-Velha, a leitura da estampilha deverá dar *Se-cius* (?) *Tritius*, pois qualquer dos sobrenomes é conhecido na península, sem ter de recorrer a *Tritiensis*. Assim, numa lápide de Argozelo parece figurar *Tritus*⁽⁵⁾; e *Tritius* é frequente nas lápides de Zamora,⁽⁶⁾ o *Corpus* regista-o dos arredores de Cáceres⁽⁷⁾, etc. Também sem relações com *Tritium* é o oleiro *Tritus* de Lézoux e St. Nicholas (Nancy)⁽⁸⁾.

Esperemos pelo estudo metódico da *terra sigillata* peninsular, que permita conhecer melhor a sua importação e

(4) F. OSWALD. *Index of potters' stamps on terra sigillata «Samian Ware»*. Margidumme, 1931. pág. 291.

(5) «O Archeologo Português». VI. 1901. pág. 97.

(6) M. GÓMEZ-MORENO, *Provincia de Zamora*. Catálogo monumental de España. Madrid. 1927.

(7) C. I. L. II Supl. 5304.

(8) OSWALD, *Index*. pág. 321.

o fabrico indígena, para estabelecer conclusões definitivas. Porém, sem ir absolutamente contra a interpretação do Prof. Oxé, parece pela falta de documentação arqueológica a favor da localização duma *officina* em Trício (conhecem-se vasos fabricados em: Abella, Azaila, Cardona, Mérida, Peña de la Sal, Reus, San Marti Sarroca, Solsona e Tarragona), e pelos outros factos aduzidos, que os produtos de *Secius Tritus* devem ser de fabrico luso-romano.

Instituto de Antropologia. Pôrto. Outubro. 1932.

R. DE SERPA PINTO

BIBLIOGRAFIA

PIERRE DE CENIVAL—*Les sources inédites de l'histoire du Maroc.*

Première série—Dynastie Sa'dienne

Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome I. Juillet 1486-Avril 1516.

Paris, Paul Geuthner, 1934.

Depois de ter consagrado avultado número de volumes à documentação que para a história de Marrocos se conserva nas Bibliotecas e Arquivos de França, Holanda, Inglaterra e Espanha, a SECTION HISTORIQUE DU MAROC empreendeu a publicação dos documentos de Portugal respeitantes às relações do nosso país com o império marroquino durante a dinastia acima referida.

Publicação monumental, que honra a Nação que a patrocina e é eloquente testemunho da alta competência do Sr. PIERRE DE CENIVAL, que a dirigiu e orientou, tem o seu lugar junto dos importantes trabalhos sobre Marrocos trazidos a público nos últimos anos pela investigação portuguesa e firmados por historiadores ilustres como PEDRO DE AZEVEDO, ANTÓNIO BAIÃO e DAVID LOPES.

O 1.º documento desta série é de 3 de Julho de 1486 e trata do estabelecimento da suserania de Portugal em Azamor; toda a colecção portuguesa, que terá ainda um 2.º volume, fornece preciosos elementos para a fixação da cronologia da história da nossa expansão em *além-mar*, de que é valiosíssimo subsídio, de indispensável consulta.

Agradecendo o exemplar recebido, que assinala aos seus prezados sócios e leitores, *O Instituto de Coimbra* cumprimenta o Sr. PIERRE DE CENIVAL pela sua magnífica compilação e pelo serviço que a Portugal acaba de prestar.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 88.º



NÚMERO 4

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1935

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Soto Maior—Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. G. I., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos da U. C.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>Boletim do Instituto</i>	279
<i>Acêrca da concessão dos breves pontifícios para o casamento da Princesa D. Maria com seu tio, o Infante D. Pedro, por Jordão de Freitas</i>	281
<i>Cartas do dr. Augusto Mendes Simões de Castro para o arqueólogo Possidónio da Silva, por P. M. Laranjo Coelho</i>	304
<i>¿Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal?, por Manuel Gaspar de Barros</i>	345
<i>Homenagem ao dr. Afrânio Peixoto</i>	361
<i>Nos saudosos campos do Mondego, por Armando Sousa Gomes</i>	370

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 24 DE MAIO DE 1935

Aos 24 de Maio de 1935 reuniu-se a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra* sob a presidência do Professor Francisco Miranda da Costa Lôbo.

O Presidente começou por comunicar que o Professor Afrânio Peixoto, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, visitará *O Instituto*, de que é sócio honorário, no dia 28 dêste mês.

O sócio Professor Anselmo Ferraz de Carvalho congratulou-se com a vinda de tão ilustre individualidade e considera como uma honra a sua visita ao *Instituto*.

Foi presente o convite feito pela *Academia Francesa* para o *Instituto de Coimbra* se representar no tricentenário daquela douda instituição.

Foi resolvido agradecer esta honra e comunicar que o *Instituto* se fará representar pelo seu Presidente.

Procedendo-se à eleição de sócios foram eleitos:

SÓCIO EFECTIVO

ALBERTO FERREIRA DA SILVA, Professor e Director da Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

FRANCISCO DE PAULA LEITE PINTO, Professor, Secretário da Junta de Educação Nacional.

JOÃO PERESTRÉLO DE VASCONCELOS, Engenheiro e publicista.

JORGE CÉSAR OOM, Professor e publicista.

D. AMÁLIA DE PROENÇA NORTE, escritora e conferencista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANJEIROS

LADY HELEN RUSSELL

CONDE DE ROMANONES

F. F. FOERSTER

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo, lavrei a presente acta.

(aa) F. M. DA COSTA LÔBO

GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO

ACÊRCA DA CONCESSÃO
DOS BREVES PONTIFÍCIOS PARA O CASA-
MENTO DA PRINCESA D. MARIA COM
SEU TIO, O INFANTE D. PEDRO

(1743-1744)

Estava-se no ano de 1743—37.º do reinado do magnânimo D. João V (1706-1758). Com 29 anos de idade e consorciado havia já 14 anos (Janeiro de 1729), o herdeiro do trono de Portugal, D. José, príncipe do Brasil, continuava sem sucessão varonil. A-par de quatro abortos, sua mulher, a princesa D. Maria Ana Vitória de Bourbon, dera-lhe apenas sucessão feminina: D. Maria Francisca Isabel, princesa da Beira (nascida a 17 de Dezembro de 1734), D. Maria Ana Francisca (vinda ao mundo a 7 de Outubro de 1736) e D. Maria Francisca Dorotea (dada à luz em 21 de Setembro de 1739). Na primeira quinzena de Fevereiro dêsse ano de 1743, mais uma vez se frustravam as esperanças no nascimento dum filho varão para sucessor da coroa: a princesa do Brasil abortava pela quarta vez. Casar a primogénita, não obstante a sua pouca idade, apenas 9 anos e 5 meses, seria a maneira de assegurar a sucessão no trono. Assim pensando e resolvendo, D. João V e a rainha, D. Mariana de Austria, determinaram casar a princezinha com seu tio o infante D. Pedro, filho predilecto, já então de 26 anos de idade.

Imediatamente se sollicitariam de Roma as necessárias dispensas matrimoniaes, quer no que respeitava aos graus de parentesco—1.º e 2.º grau pelo lado paterno, 3.º e 4.º pelo materno, como se vê pelo *Quadro Genealógico* adiante publicado, quer no tocante à idade de D. Maria Francisca Isabel. A Manuel Pereira de Sampaio, encarregado dos negócios de Portugal junto do Papa, que era então Bento XIV (1740-1758), escreveria o padre João Baptista Carbone, jesuíta napolitano, secretário de D. João, incumbindo-o da negociação.

Corria agora o mês de Maio. Os monarcas achavam-se nas Caldas da Rainha desde o dia 2 (*Gazeta de Lisboa* n.º 19, do dia 7).

No dia 21 era de ali expedida para Roma a primeira carta pelo padre Carbone sôbre o assunto, recomendando a Pereira de Sampaio que secretamente dêle se ocupe junto de Sua Santidade, «porque não acha Sua Majestade conveniente que por ora se publique esta idea do casamento». A carta é confidencial (*Soli omnino*). «O principal motivo de cuidar nelle, he o ver que não tem o Príncipe successão varonil, ainda que a sua idade de 29 annos, e boa disposição, que logra, nos dão esperanças de que possa ter mais filhos».

Não obstante todos os segredos, a noticia de tal projectado casamento começou, porém, a circular entre os portuguezes assistentes em Roma, «sendo o primeiro a dá-la a Pereira de Sampaio o Governador de Santo António dos Portuguezes, insinuando ter visto carta de Lisboa com o dito aviso».

Em segunda carta, datada já de Lisboa aos 6 de Agosto, diz o padre Carbone: «Sua Majestade desejava, que viesse dispersa também da idade para se poderem receber

(quando assim se julgasse conveniente) ainda antes de fazer os 12 anos a dita Senhora Princesa: digo para se receberem, porquanto a cohabitarem, cá se haveria todo o cuidado para não ser antes do tempo conveniente. Isto mesmo se praticou com o Príncipe e Princesa do Brasil, que havendo-se recebido muito antes de ter a dita Senhora Princesa os 12 anos, não cohabitaram senão depois de fazer esta os 14, porque se entendeu que assim convinha. No caso pois que no Breve não venha dispensa alguma na idade, será necessário que venha em outro Breve».... «É advirto a V. Mercê que ninguém mais sabe de tal Breve, senão Sua Majestade e a Rainha Nossa Senhora, não se havendo comunicado esta idea *nem ao Príncipe, nem ao Senhor Infante*, e muito menos à Senhora Princesa, porque ainda se não julga necessário declarar-se».

O Breve de dispensa dos graus foi concedido no dia 26 de Agôsto; o da dispensa de idade a 28 do mês seguinte, comquanto só remetido a Pereira de Sampaio no dia 5 de Outubro. Um e outro foram precedidos de uma Bula concedendo ao Infante «a dispensa sobre os estatutos rigorosos da religião de Malta em que Sua Alteza não foi dispensado na Bula do Priorado», «porque o dito Priorado se não puzesse em questões pela do matrimonio, ou com a effectuação della, por descuido talvez de hum ponto tão precizo, como substancial»—dizia Pereira de Sampaio no dia 31 de Agôsto.

A 24 de Setembro escrevia o padre Carbone: «Também li ao mesmo Senhor os Breves pertencentes ao casamento do Sr. Infante D. Pedro com a Sr.^a Princesa da Beira, nem se ofereceu outra dúvida, que a da limitação do tempo canónico para se receberem, quando há infinitos exemplos de dispensas de semelhante impedimento: e sem

sair de casa, o Príncipe Nosso se recebeo com a Sr.^a Princesa, tendo esta apenas dez anos, ainda que não cohabitaram senão depois que a mesma Sr.^a completou os 14, porque assim se julgou conveniente para a segurança da successão, suposta a constituição, e compleição da Sr.^a Princesa. O mesmo se praticaria com o Sr. Infante, e Sr.^a Princesa da Beira, *proportione servata*, ainda que se recebessem agora. Julgo pois preciso que venha dispensa da idade, quanto a poderem-se Suas Altezas receber *ante tempus*. Aqui se tem conservado até agora o segredo d'este negócio. Porém consta-me que de ahi se escreveo em segredo ao Nuncio, não sei por quem».

«Dou-me certamente a fortuna (dizia Pereira de Sampaio em 5 de Outubro) de ter concluído êste negócio com tanta distinção, como se reconhece do primeiro Breve, pertencente á dispensa dos graos, e deste segundo com ordem á idade. O Papa fêz a graça de dous annos e meio, e he factivel que não seja necessário tanto tempo, suposto que nos 17 do corrente faz Sua Alteza oito annos e dez meses, podendo desta sorte celebrar-se o matrimonio sem mais demora que a de oito meses, e não duvido que se suspenda dito acto com mais dilação, segundo as circunstâncias, que ocorrerem, sendo também êste o motivo por que não fiz diligência para se dispensar em mais tempo, fazendo-me igualmente fôrça a consideração canónica a respeito da capacidade para o contracto, em beneficio do qual he necessário aquelle reconhecimento que os doutores insinuam».

«Sua Santidade não queria de sorte alguma conceder a referida Dispensa de idade para a Sr.^a Princesa da Beira: os fundamentos da sua repugnância eram tão grandes como os da sua doutrina. Buscaram-se todos os Arquivos da Secretaria dos Breves, e ainda os registos da que está em S.

Pedro, sem que de dois séculos a esta parte se encontrasse mais exemplo que os dos Srs. Príncipes do Brasil, concedido por Benedito XIII⁽¹⁾ que além de não conhecer o que fazia, sabemos de que vigor sejam as suas graças e a quantidade dellas que se têm derogado. Consultaram-se os melhores letrados de Roma, e duvidou sempre o Papa do seu poder nesta matéria, visto que a Dispensa de idade para o matrimónio faz precisa implicitamente a do conhecimento, sem o qual he impossível que dito contracto seja válido, segundo a opinião de todos os Doutores, de que resulta a de se entender que o poder pontifício não tenha autoridade para semelhantes dispensas, conforme respondeu Gregório XIII⁽²⁾ em caso idêntico referido por Navarro no Livro 5.^o *Consiliorum*, título *De dispensatione impuberum*; conselho também 5.^o do qual faz menção Sanches *De matrimonio*, tómo 2; livro 7.^o, *Disputatione* 104 no fim do n.^o 8. Satisfaço a V. P. com a narrativa do que aqui succedeo naquelle particular, em que observei um prudente silêncio, por não alegar serviços sem embargo de que o sejam, pois que me basta a glória, e com esta a fortuna, de poder fazê-los» (Carta de Pereira de Sampaio, do dia 2 de Novembro).

Por sua vez escrevia o padre Carbone em 12 de Novembro: «Recebi a carta de V. S. de 5 de Outubro, n.^o 713, e com ella o Breve da Dispensa de idade para a Snra. Princeza da Beira, que logo fiz presente a S. Magestade; e o mesmo Senhor ficou satisfeito com a restricção da dita Dispensa a dous annos, e meio antes do tempo canonico, pois difficultosamente se fará uzo do tal Breve antes

(1) 1724-1730.

(2) 1572-1585.

que chegue aos dez annos a dita Snra.; não por falta de juizo, e de prudencia, no que certamente se adiantou muito á idade, e já os seus Directores a fizerão comungar, sem escrupulo algum, de 7 annos; mas porque não se conhece por ora necessidade alguma de se receberem tão antecipadamente, ainda que por justas cauzas quiz S. Magestade prevenir-se com tôdas as Dispensas necessarias». E em 21 do mês seguinte: «Bem pode porem S. Santidade depôr de todo o escrupulo a respeito da capacidade da dita Snra.; pois alem de eu me persuadir que se não fará uzo de todo o tempo da referida dispensa (salvo se houver motivo relevante, que prudentemente obrigue a fazê-lo), tem com effeito a mesma Snra. hum juizo e capacidade muito superior á sua idade, o que não afirmo por lizonja, ou por noticia abstrativa, mas por conhecimento pratico».

Havendo-se propalado em Roma, em Março de 1748, que a Princeza da Beira ia casar com o Duque de Sabóia (Carta de Pereira de Sampaio do dia 13 dèste mês), o padre Carbone apressa-se a assegurar que tal informação é «totalmente falsa» e que «se não tem alterado a primeira idea de casar a dita Senhora com o Sr. Infante D. Pedro». Assim era, de facto, por parte do rei e da rainha, avós de D. Maria Francisca Isabel; não, porém, quanto ao príncipe e princesa do Brasil, seus pais.

A 16 de Dezembro de 1749, o agente de França em Lisboa, M. Duvernay, participa à sua côrte que se falava muito no casamento do Infante D. Pedro com sua sobrinha a princesa da Beira, mas que o príncipe e a princesa do Brasil não eram tão inclinados a esta aliança como o era D. João V. Em officio de 17 de Fevereiro do ano seguinte, 1750, escrevia o mesmo agente ao marquês de Puisieux, ministro dos negócios estrangeiros de França, dizendo que

tinha chegado a Lisboa um correio de Madrid com o consentimento de SS. MM. Católicas ao negócio dèste casamento, que elrei D. João V desejava, mas que não era do agrado da princeza do Brasil, D. Maria Ana Vitória de Bourbon⁽³⁾.

Mês e meio depois (dia 5 de Abril) morria o padre Carbone no Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus. Entre inúmeros papéis particulares encontrados no seu espólio havia grande número de Bulas e Breves pontifícios, e entre êles os da dispensa para o matrimónio da futura rainha D. Maria I, de que me tenho vindo ocupando. Estes documentos, encontrados, no dia 21 de Maio de 1760, num dos cubículos daquêle Colégio⁽⁴⁾, achavam-se aí, não porque «os malignos jesuítas os houvessem distraído da Secretaria de Estado»⁽⁵⁾, mas porque os assuntos que lhes diziam respeito corriam pela repartição a cargo do mesmo padre Carbone.

Ajuda, Julho de 1935.

JORDÃO DE FREITAS

(3) *Quadro Elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*, pelo visconde de Santarém, tómo 5.º, pág. 377.

(4) *Provas da Deducção Chronologica*, Parte primeira (1768), N.º LXVI, págs. 185-186.

(5) Esta acusação pombalina contra os Jesuítas vem expressa na «Primeira terribilidade e providencias sobre el a», a págs. XI da *Collecção dos negocios de Roma no reinado de el-rey Dom José I—Ministerio do marquez de Pombal e pontificado de Clemente XIII. 1759-1769*, Parte II, Lisboa, 1874.

QUADRO GENEALÓGICO

FREDERICO GUILHERME

Conde palatino de Neuburgo

c. c.

ISABEL AMÉLIA

Landgravia de Hesse-Darmstadt

LEONOR MADALENA TERESA — *D. MARIA SOFIA DE NEUBURGO* — D. DOROTEA DE NEUBURGO
Princesa de Neuburgo c. c. c. c.

LEOPOLDO I, IMPERADOR

D. PEDRO II, REI DE PORTUGAL

EDUARDO II, DE PARMA

*D. MARIA ANA JOSEFA AN-
TONIETA*

D. JOÃO V, REI DE PORTUGAL

ISABEL FARNESE

c. c.

c. c.

c. c.

D. JOÃO V, REI DE PORTUGAL

*D. MARIA ANA JOSEFA AN-
TONIETA*

FILIPE V, REI DE ESPANHA

D. JOSÉ, PRÍNCIPE—D. PEDRO, IN-
DO BRASIL FANTE*D. MARIA ANA VICTORIA
DE BOURBON*

c. c.

c. c.

*D. MARIA ANA VICTO-
RIA DE BOURBON*

D. JOSÉ, PRÍNCIPE DO BRASIL

D. MARIA FRANCISCA ISABEL

D. MARIA FRANCISCA ISABEL

DOCUMENTOS

I

«*Soli omnino*. S. Mag.^e dezeja ter na sua mão huã Dispensa p.^a poder cazar o S.^r Inf.^{te} D. Pedro com sua sobrinha a S.^{ra} Princeza da Beira D. Maria, q̄ alem deste parentesco (q̄ he o maior) tem tambem outros, e todos devem vir dispensados no mesmo Breve; não declaro os mais parentescos porq̄ tambem se me não declararão, nem supponho necess.^a a sua expressa declaração. Quer o mesmo S.^{or}, que V M.^{oe} peça secretam.^{te} à S. Santid.^e a d.^{ta} dispensa, porq̄ não acha S. Mag.^e conv.^{te} q̄ por ora se publique esta idea de cazamento do S.^r Inf.^{te} com a d.^{ta} S.^{ra} Princeza. O principal motivo de se cuidar nelle, he o ver, q̄ não tem o Principe successão varonil, ainda q̄ a sua idade de 29 annos, e boa disposição, que logra, nos dão esperanças de que possa ter mais filhos. Pareceme escuzado dizer a V M.^{oe}, q̄ semelhantes Dispensas de Principes se dão sempre gratis. Expedido q̄ for não hé necessario mandalo por expresso (salvo se aliunde estiver p.^a mandar algum com outras materias) maz bastará mandalo pelo correyo ordinario, e poderá vir duplicado por diversa via.

.....
Caldas 21 de Mayo de 1743.

Sr. Comd.^{or} Manuel Pereira de Sampayo

De V M.^{oe}

S.^o m.^{to} obrig.^o, e fiel am.^o

João Bap.^{ta} Carbone»

(Biblioteca da Ajuda, 51-III-68, fl. 116-116 v.).

II

«Roma 29 de Junho de 1743

A Dispença matrimonial, q̄ V R^{ma} me ordena p.^a os Sn^{rs} Infantes, procurarei expedir com aquelle segredo, q̄ he factivel em materias desta qualidade, e que passam por tantos officios: Supposto que V R^{ma} não tivesse noticia dos mais grãos, em que deviam dispençarse, não he necessr.^o darma, constandome segd.^o as minhas intelligencias, q̄ seja necessr.^o dispençaremse in p^{mo}, et 2.^o ex uno,

et 3.^o cum quarto ex alio: Os primr.^{os} grãos pela parte Paterna, e o 3r.^o, e 4.^o pella parte Materna, na consideração da consanguinidade entre a Rainha nossa Snnã, e a de Castella.

Nem he decoro da materia, nem seguros do segredo, o mandarse a Bulla pelo Corr.^o ordinario, e m.^{to} mais se se penetrasse nesta Corte sem.^e arbitrio, por causa do que sempre se costuma com as expedições desta natureza, mas como não se me dá brevidade grande sobre o mesmo negocio, e feita a Promoção em Ag.^{to}, devo mandar Proprio com not.^a della, e com a lista dos Prelados p.^a a Nunziatura, rezervarei p.^a d.^a ocazião sobred.^a Bulla, e os Breves de Inquizador g.^{al} para o Sñr Cardeal Patriarca, supposto o segredo necessario tanto nos Breves, que na referida Bulla, e supposto tambem dar-se motivo publico para a expedição do Proprio pela Lista dos propostos em ordem á nomeação do novo Nunsio, sendo este negocio de igual publicidade, que fundam.^{to} p.^a cobrir o segredo das materias particulares, que possam hir pelo mesmo Expresso.

Entendo q̄ V Rñã não desaprovára esta minha idea, visto satisfazerse com os seos effeitos ás insinuações de não mandar Proprio com aquella Dispença; satisfazerse ao costume, ou regalia de sem.^{es} materias, hirem sempre por Expresso, e satisfazeise finalmente ao segredo por cauza do differente neg.^o, q̄ precisa a expedição, cuja publicid.^e encobre a noticia das mais materias, q̄ em d.^o tempo se remetem.

He esta a minha resposta sobre a depend.^a, em que me escreve confidencialmente das Caldas, e em q̄ eu executarei todas as ordens, que me participa.

Já se sabe q̄ tendo a Sñra Princeza som.^{te} nove an.^s, se deve fazer a Dispença ex nunc pro tunc a resp.^o do tempo, em que for capaz pela idade.—D.^s gd.^e a V Rñã m.^s an.^s &^a»

(Biblioteca da Ajuda, 49—VII—33, fl. 276-276 v.^o).

III

«N.^o 695

Roma 6 de Julho de 1743

.....

Devo participar por m.^{tos} tit.^{os} a VP. que sem ter fallado palavra algũa, nem menos com o Papa sobre a Bulla da Dispença, de que se deve servir em tempo opportuno o Sñr Infante D. Pedro, ouvi esta noticia entre os Portu-

guezes, q̄ assistem nesta Corte, sendo o pr.^o em darma o Governador de S.^{to} Ant.^o, insinuando-me ter visto carta de Lx.^a com d.^o avizo, por cauza de hũa desgraça, q̄ tinha succedido a Sua Alteza real o Sñr Principe do Brazil, pondo-se em pertgo grande na occazião da cassa em certa alagoa vizinha aos Banhos. Esta noticia, que para mim foi tão nova, como ideal, me servio de fazer actos de admiração, sem serem affectados a resp.^o da pr.^a not.^a em ordem á Dispença, q̄ tenho negado constantem.^{te}, uzando de taes termos, que desvaneci a credulid.^e, em q̄ alguns estavam, por cujo tit.^o não tenho fallado em semelhante negocio, nem fallarei couza algũa antes do tempo, em q̄ parta o Expresso com a Lista dos Nuncios, pelo qual devo remeter unicam.^{te} sobred.^o negocio.»

(Biblioteca da Ajuda, 49—VII—33, fl. 279-279 v.^o).

IV

.....

«Respondo nesta ao q̄ V M.^{ee} me diz na sua carta particular á respeito da Dispensa matrimonial. Quanto á mandala pelo Expresso, que ha de trazer a noticia da promoção, hé muy prudente, e acertada a resolução. Pelo q̄ toca aos graos de parentesco, eu não quiz apontalos, não só, porque são muy sabidos, maz tambem porq̄ Sua Mag.^e me deu a entender, q̄ dispensados especificam.^{te} os de 1.^o e 2.^o, se poderião dispensar generice todos os mais de 3.^o, e quarto, que são por parte paterna, e materna, e não só pela materna, como V M.^{ee} diz: por quanto assim ElRei, como a Rainha N. S.^{ra} são primos entre sy, e igualm.^{te} primos da Rainha catolica, por serem todos tres filhos de três Irmãs. Não duvido porem, q̄ a dita dispensa virá livre de todo o escrupulo quanto aos parentescos: maz S. Mag.^e entrou em alguã duvida, se virá côm toda a ampliação á respeito da idade, em q̄ se possão receber, visto acrescentar V M.^{ee} no fim da dita carta, que a tal dispensa, se entendia dada nunc pro tunc, por ter a S.^{ra} Princeza da Beira somente nove annos. S. Mag.^e dezejava, que viesse dispensada tambem a idade p.^a se poderem receber (quando assim se julgasse conv.^{te}) ainda antes de fazer os 12 annos a dita S.^{ra} Princeza: digo p.^a se receberem, porq̄ quanto á coabitarem, cá se haveria todo o cuidado p.^a não ser antes do tempo conveniente. Isto mesmo se praticou com o Principe e Princeza do Brazil, q̄ havendo-se recebido m.^{to}

antes de ter a d.^{ta} S.^{ra} Princeza os 12 annos, não coabitaram, senão depois de fazer esta os 14, porq̃ se entendeu, q̃ assim convinha. No cazo pois, que no Breve não venha dispensa alguã na idade, será necess.^o que venha em outro Breve. Porem como não hé materia q̃ dependa de m.^{ta} brevidade, melhor será esperar q̃ chegue o primeiro, p.^a se ver, se com elle fica satisfeito S. Mag.^e E advirto á V M.^{ee}, q̃ ninguem mais sabe de tal Breve, senão S. Mag.^e, e a Rainha N. S.^{ra}; não se havendo comunicado esta idea, nem ao principe, nem ao S.^r Inf.^{te}, e m.^{to} menos á S.^{ra} Princeza, porq̃ ainda se não julga necess.^o declararse. Não me ocorre mais na prezente. Fico ás Ordens de V M.^{ee}, á quem Ds̃ g.^{de} m.^s a.^s Lx.^a 6 de Agosto de 1743.

De VM.^{ee}

S.^o m.^{to} Obrig.^o e amigo

João Bap.^{ta} Carbone.

S.^r Com.^{or} Manuel

Pereira de Sampayo»

(Biblioteca da Ajuda, 49-VIII-40, fl. 300-300 v.^o).

V

«Recebi as cartas de V. S. de 6 do passado..... Espero pois maior clareza neste particular, p.^a responder á proposito ao arbitrio, que V. S. me aponta; e talvez que eu a receba pelo Expresso, q̃ supponho virá daqui a poucos dias (ou se tenha feito, ou não a Promoção) visto ter V. S. que mandar o Breve da Dispensa Matrimonial, e o do Exercicio de Inquizidor G.^{al} &.

Pelo q̃ toca ao dito Breve da dispensa, sem embargo do que V. S. me diz na sua carta N.^o 695, que ouvira falar entre os Portuguezes, que assistem nessa Curia, sobre a mesma mat.^a, torno a dizer á V. S. que ninguem sabe deste passo, q̃ se tem dado, senão ElRey, e Rainha N. S.^{ra}. O discurso, q̃ possa vir a cazar o S.^r Inf.^{te} D. Pedro com a Princeza da Beira, se o Principe não tiver filho varão, hé muy natural, e o tenho ouvido tambem eu em diversas ocaziões: nem me admiro, que se renovasse em Lx.^a, quando das Caldas se escreveo a falsa nova de haver perigado S. A. na alagoa de Obidos: digo falsa, porq̃ tal perigo não houve, nem S. S. Mag.^{es} tiverão tal noticia: maz suposta ella, e divulgada em Lx.^a, aonde não faltão ociozos, que todos os dias, e a todas as horas estão formando castellos no ar, era muy facil que formassem tambem este so-

bre tão especiozos alicerces ainda aparentes. Obrou pois V. S. prudentem.^{te} em se pôr na negativa; e o mesmo con- vem praticar em todas as mais ocasiões, em que se enco- mendar negocio de segredo. Se o adivinharem, terão esta consolação, quando com o tempo se fizer publico: maz nunca se poderão gabar, q̄ o sabião, se lhos não revelou quem tinha a chave do segredo.

.....

Fico ás ordens de V. S. a quem Ds. g.^{de} m.^s. a.^s.

Lisboa 13 de Agosto de 1743.

De V. S.

S.^o m.^{to} Obrig^o, e venerador

João Bap.^{ta} Carbone

Sr. Com.^{or} Manuel Pereira de Sampayo»

(Biblioteca da Ajuda, 49-VIII-40, fl. 301-301 v.^o).

VI

DILECTISSIMO IN CHRISTO FILIO NOSTRO PETRO CLEMENTI
INFANTI PORTUGALLIAE, AC DILECTAE IN CHRISTO
FILIAE NOBILI PUELLAE MARIAE FRANCISCAE PRIN-
CIPISSAE DE BEIRA.
BENEDICTUS PP XIV—

Dilectissime in Christo fili noster, et dilecta in Christo filia nobilis puella salutem et Apostolicam benedictionem. Circumspecta Romani Pontificis in Supremo Apostolicae Sedis solio, et potestatis plenitudine a Domino constituti benignitas, Principibus aliisque sublimibus personis, ea plerumque concedit, quae Sacrorum canonum rigor generaliter interdicit. Oblatae si quidem Nobis nuper pro parte vestra petitionis series continebat, quod vos inclytae domus vestrae necessitudine novo foedere arctius constringendi studio, aliisque rationabilibus causis, animos vestros moventibus, matrimonialiter invicem coniungi, magnopere desideratis. Verum quia primo et secundo consanguinitatis gradu invicem coniuncti estis, seu vos attinetis, desiderium vestrum hoc in parte adimplere non potestis, absque speciali nostra et hujus Sanctae Sedis dispensatione. Quare pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum, est vobis in praemissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur specialem vobis gratiam facere volentes, et vestrum singulares personas a quibusvis excommunicationis,

suspensionis et interdicti, aliisque ecclesiasticis sententis et poenis, a iure vel ab homine, quavis occasione vel causa latis, si quibus quomodolibet innodati extiterint, huius tantum rei gratia absolventes, et absolutas fore censentes, huiusmodi supplicationibus inclinati, eisque benigne annuentes, vobiscum super praenarratis primo et secundo consanguinitatis gradibus et aliis a Sacris Canonibus ac Generalibus et Oecumenicis Conciliis Constitutionibusque apostolicis provenientibus impedimentis, si quae que ullo unquam tempore apparuerint, seu apparere possent, ita ut illis et apostolicis et in universalibus, provincialibusque et Synodalibus Conciliis editis Generalibus vel specialibus Constitutionibus et Ordinationibus, caeterisque contrariis quibuscumque nequaquam obstantibus, matrimonium inter vos, publice etiam denunciationibus seu proclamationibus desuper iuxta formam Concilii Tridentini non factis nec propositis, servata alias eiusdem Concilii Tridentini forma, quando tu, filia Maria Francisca Principissa ad aetatem legitimam perveneris, contrahere, illudque in facie Ecclesiae solemnizare, ac in eo postmodum remanere libere et licite valiatis, autoritate apostolica, tenore praesentium de specialis dono gratiae dispensamus. Prolem exinde suscipiendam legitimam nunciando. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem sub annulo Piscatoris, die XXVI—Augusti MDCCXLIII—Pontificatus nostri anno quarto.

B. Car̄lis Passioneus.

(Biblioteca da Ajuda, 49 VII-33, fls. 167-167 v.).

VII

«N.º 704

Roma 31 Agosto 1743

.....

O Breve de Dispensa matrimonial p.^a Suas Altezas o sr̄ Infante D. Pedro, e a Sñra Princeza da Beira, concedido em termos tão especificos, e tão particulares na mesma generalidade da Dispensa, q̄ não se formarã duvida algũa nesta materia, q̄ produza escrupolo. Para que esta graça tivesse os seos effeitos, era necessario anteceder lhe a Dispensa sobre os Estatutos rigorozos da Religião de Malta, em q̄ Sua Alteza não foi dispensado na Bulla do

Priorado(*), sendo necessaria tambem esta Dispensa, porq̃ d.º Priorado se não puzesse em questoës pela do matrimonio, ou com a effeituacão della, por descuido talvez de hum ponto tão precizo, como substancial. No exame das minutas deste segundo Breve, pude facilitar conseguim.º de igual satisfacão, que ventagem, pela narrativa com supposito certo respeito de foccar a nomina do Priorado a Sua Magd.º *Te vt premititur vigore nominationis præfatæ adicto Joanne Rege de tui Persona factæ de Prioratu hujusmodi de pñti possidente*, parecendome q̃ hum documento desta qualidade possa interessar de tal sorte as rezões da Coroa para os vacancias futuras, que se me faça desculpavel o desvanecim.º deste serv.º.

(Biblioteca da Ajuda, 49-VII-33, fl. 318 v.º-319).

VIII

«*Soli*

Roma 31 Agº de 1743

.....

Não posso dissimular as intelligencias dos Praticos da nossa Corte, ou sejam doutrinas, que semeou o Bispo do Porto a respeito de que as matr.ªs regias não paguem, por cuja rezão movido V Rñã de algum temor, me adverte sempre em semelhantes occaziões, como q̃ se eu fosse basbaque, q̃ me deixasse enganar pela malicia de Roma, ou fosse capáz de accuzar custo, que não existisse. He necessario que os nossos Praticos façam conceito do que he a intelligencia, e a honra das homens p.ª que façam menos discursos pelo perigo ao menos de que estes se voltem contra a sua ignorancia. Se pagou o Sñr Principe do Brazil a Dispença matrimonial, porque não deve pagar a sua o Sñr Infante D. Pedro? para o Principe herdeiro do Reino, não se fez duvida ao pagamento, e para o Infante seu Irmão se me manda instruhir com tanta advertencia? O Infante de Castella D. Phelippe pagou ultimam.º o seu Breve matrimonial, e o nosso Infante não devia pagar? Creia V Rñã q̃ ferem estas couzas vivamente aos

(*) O infante D. Pedro foi prior do Crato por morte de seu tio o infante D. Francisco, falecido em 21 de Julho de 1742. A posse do priorado foi-lhe dada em Abril de 1743, após a chegada da respectiva Bula de confirmacão (*Gazeta de Lisboa* n.º 19, de 7 de Maio deste ano).

A Bula de dispensa a que Manuel Pereira de Sampaio alude, tem a data de 26 de Agºsto deste mesmo ano de 1743 (Códice da Biblioteca da Ajuda 49-VII-33, fl. 162-166).

homens sensitivos, por se suppor delles menos pratica, menos experiencia, menos juizo, e talvez empenho de gastarem sem brio, nem ventagem.»

(Biblioteca da Ajuda, 49-VII-33, fl. 329 v.º-330)

IX

.....

«Tambem li ao mesmo S.^r os Breves pertencentes ao cazam.^{to} do S.^r Infante D. Pedro com a S.^{ra} Princeza da Beira; nem se ofereceo outra duvida, que a da limitação do tempo canonico p.^a se receberem, quando há infinitos exemplos de dispensas de semelhante impedimento: e sem sahir de caza, o Príncipe N. S.^r se recebeo com a S.^{ra} Princeza, tendo esta apenas dez annos, ainda que não cohabitarão senão depois que a mesma S.^a completou os 14, porque assim se julgou conveniente p.^a a segurança da successão, suposta a constituição, e compleição da S.^{ra} Princeza. O mesmo se praticaria com o Sr. Infante, e S.^{ra} Princeza da Beira, proportione servata, ainda que se recebessem agora. Julgo pois preciso, q̄ venha a dispensa da idade, quanto á poderem-se Suas Altezas receber ante tempus. Aqui se tem conservado até agora o segredo deste neg.º. Porem constame q̄ dahi se escreveo em segredo ao Nuncio, não sey por quem.

.....

Lisboa 24 de Setembro de 1743.

De V. S.

S.º m^{to} obrig.º, e amº

João Bap.^{ta} Carbone

S.^r Com^{or} Manuel Pereira de Sampayo».

(Biblioteca da Ajuda, 49-VIII-40, fl. 314 v.º)

X

BENEDICTUS PP: XIV.

Ad futuram rei memoriam.— Nos nuper per alias nostras in simili forma Brevis expeditas literas, cum dilectissimo in Christo filio nostro Petro Clemente Infante Portugalliae Charissimi in Christo filii nostri Joannis Portugalliae et Algarbiorum Regis Illustris, ac dilecta in Christo filia nobili puella Maria Francisca Principissa de Beira, dilectissimi pariter in Christo filii nostri

Josephi Brasili Principis respective natis super primo et secundo, quibus invicem conuincti sunt, seu se attinent consanguinitatis gradibus, ac alias a Sacris Canonibus generalibusque et Oecumenicis Conciliis, Constitutionibusque apostolicis provenientes impedimentis, si quae ullo unquam tempore apparuerint, et apparere possint, ita quod illi ac apostolicis et in universalibus, provincialibusque et Synodalibus Conciliis editis Generalibus vel specialibus Constitutionibus et Ordinationibus, caeterisque contrariis quibus cumque nequaquam obstantibus, matrimonium inter se, etiam denunciationibus, seu proclamationibus, iuxta formam Concilii Tridentini, non factis, servata alias eiusdem Concilii Tridentini forma, contrahere, quando tamen dicta puella Maria Francisca Principissa, ad aetatem legitimam pervenisset, ac in eo postmodum remanere licere et licite valerent, dispensavimus, et alias prout in praedictis literis, quarum tenorem praesentibus haberi volumus pro expresso, plenius continetur. Cum autem sicut accepimus, praedictae Mariae Franciscae Principissae tres circiter anni de aetate ad matrimonium contrahendum requisita deficient, licet in illa prudentia praeveniat aetatem, ac propterea ipsa Maria Francisca Principissa etiam super defectu huiusmodi, ad praemissum effectum per nos dispensari plurimum desideret. Nos ipsam Mariam Franciscam Principissam amplioribus favoribus et gratiis prosequi volentes et a quibusvis etc: censentes, supplicationibus eius nomine, nobis super hoc humiliter porrectis inclinati, ac etiam motu proprio ac ex certa scientia nostra, de qua apostolicae potestatis plenitudine, cum supradicta Maria Francisca Principissa, cuius prudentia praevenit aetatem super defectu duorum annorum et sex mensium aetatis praedictae, ita ut illo non obstante, ex nunc matrimonium cum supradicto Petro Clemente Infante per verba de praesenti coram eorum Parocho, aut quovis alio Sacerdote per eos seu alterum ipsorum eligendo cui si electo, loco proprii Parochi, matrimonio huiusmodi assistendi licentiam et facultatem concedimus, servata alias praedictarum nostrarum literarum forma et dispositione, contrahere, dummodo tamen prius et antequam matrimonium huiusmodi contrahatur, coram dilecto filio nostro Thoma S. R. E. Presbytero cardinali de Almeyda nuncupato, ex con-

cessionem et dispensationem apostolicam Patriarcha Lisbonensi prudentiam praedictam praevenisse aetatem constare factum fuerit, libere et licite valeat, tenore praesentium dispensamus. Non obstantibus praemissis, ac omnibus et singulis illis quae in praedictis nostris literis volumus non obstare, caeterisque contrariis volumus non obstare, caeterisque contrariis quibuscumque.—Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem sub annulo Piscatoris dia XXVIII-Septembris MDCCXLIII-Pontificatus nostri anno quarto.

B. Carõlis Passioneus.

XI

«N.º 713

Roma 5 de 8.^{bro} de 1743

.....
 Nesta hora me chega da Secretaria de Breves o da dispença de idade p.^a a Sñra Princeza da Beira, sem q̄ esperasse poder remetello neste Corr.º por cauza das infinitas dependencias, q̄ se unem nestes dias p.^a se expedirem a resp.º das Férias, q̄ hoje principiam. Dou-me certam.^{te} a fortuna de ter concluhido este neg.º com tanta distincção, como se reconhece do pr.º Breve, pertencente à dispença dos grãos, e deste segundo em ordem á idade. O Papa fez a graça de dous annos, e meio, e he factivel q̄ não seja necessario tanto tempo, supposto que nos 17 de corrente faz Sua Altesa oito annos, e dez mezes, podendo desta sorte celebrarse o matrimonio sem mais demora, q̄ a de oito mezes, e não duvido que se suspenda d.º acto com mais dilação, segundo as circumstancias, q̄ ocorrerem, sendo tambem este o motivo, por q̄ não fiz dilig.^a p.^a se dispensar em mais tempo, fazendome igualmente força a consideração canonica a respeito da capacidade para o contrato, em beneficio do qual he necessario aquelle reconhecimento, que os doutores insinuam.—D.^s gd.º a V P. m.^s an.^s &.º»

(Biblioteca da Ajuda, 49-VII-33, fi. 388-388 v.º).

XII

.....
 «Espero pela Dispensa na idade da S.^{ra} Princeza da Beira p.^a se poder receber com o S.^r Inf.^{te} D. Pedro antes

do tempo canonico. Porem como ainda não tem rezolvido S. Mag.^o couza certa á respeito deste recebimento, e ainda ignorão Suas Altezas, e o mesmo principe, que se trate deste matrimonio, hé bem que se conserve quanto for possível o segredo neste particular.

Ds G.^{de} m.^s a.^s Lix.^a 15 de Outubro de 1743.

De V. S.

S.^o m.^{to} Obrig^o e am.^o

João Bap.^{ta} Carbone.

S.^r Com.^{or} Manuel Pereira
de Sampayo».

(Biblioteca da Ajuda, 49-VIII-40, fl. 323-324).

XIII

N.^o 717

Roma 2 de 9.^{bro} de 1743

.....
«Fallame V P. largam.^{te} sobre a Dispença matrimonial dos Sn^{rs} Infantes, admirandose q̄ nella se não incluhisse a da idade, visto darem-se infinitos exemplos. Mal poderia fazerse sem.^e Dispença qd.^o p.^a esta se me não deo ordem, a qual porem satisfiz prontissimam.^{te} com os primr.^{os} avizos, e já que a V P. parece descuido o q̄ foi advertencia, fallando igualm.^{te} nos exemplos com o termo de infinitos, se me fáz licito representarlhe o q̄ me abstive de escrever com d.^a Dispença por fogir ao conceito de q̄ encarecesse hum consequim.^{to}, que se avaliava nessa Corte talvez por comum.

Sua Santidade não queria de sorte alguã conceder a repferida Dispença de idade p.^a a Snrã Princeza da Beira: os fundam.^{tos} da sua repugnancia eram tão grandes, como os da sua doutrina. Buscaramse todos os Archivos de Secretr.^a de Breves, e ainda os rezistos da que está em S. Pedro, sem q̄ de dous seculos a esta p.^{to} se encontrasse mais exemplo, q̄ o dos Sñrs Principes do Brazil, concedido por Benedicto XIII, que além de não conhecer o que fazia, sabemos de que vigor sejam as suas graças, e a quantidade dellas, que se tem derogado. Consultaramse os melhores letrados de Roma, e duvidou sempre o Papa do seu poder nesta materia, visto que a Dispença de idade para o matrimonio faz precisa implicitam.^{te} a do conhecim.^{to}, sem o qual he impossivel que d.^o contrato seja valido, segundo a oppinião de todos os Doutores, de que

rezulta a de se entender que o poder Pontificio não tenha authorid.^e p.^a sem.^{es} Dispenças, conforme respondeo Gregorio XIII. em cazo identico, referido por Navarro no Livro 5.^o Consiliorum tit.^o de Dispensatione impuberum; conselho tambem 5.^o, do qual faz menção Sanches de matrimonio tomo 2.^o livro 7.^o disputatione 104. no fim do n.^o 8.^o. Satisfaço a V P. com a narrativa do q̄ aqui succedeo naquelle particular, em q̄ eu observei hum prudente silencio por não alegar serv.^{os} sem embargo de que o sejam, pois que me basta a gloria, e com esta a fortuna de poder fazellos.»

(Biblioteca da Ajuda, 49-VII-33, fl. 409-410)

XIV

«Recebi a carta de V. S. de 5 de Outr.^o n.^o 713; e com ella o Breve da Dispensa de idade p.^a a Sñra Princeza da Beira, que logo fiz presente a S. Mag.^e; e o mesmo S.^r ficou satisfeito com a restrição da dita Despensa a dous annos, e meio antes do tempo canonico, pois difficultozamente se fará uzo do tal Breve antes que chegue aos dez annos a dita Sñra; não por falta de juizo, e de prudência, no que certamente se adiantou muito à idade, e já os seus Directores a fizeram comungar, sem escrupulo algum, de 7 annos; maz porque não se conhece por ora necessidade algũa de se receberem tão anticipadam.^{te}, ainda que por justas cauzas quiz S. Mag.^e prevenirse com todas as Dispensas necessarias.

No que o mesmo S.^r reparou m.^{to}, assim neste Breve, como no antecedente, foi no tratamento de *Dilecta Filia*, e *Nobilis puella*, sendo a primogenita do Principe, e successora no Reyno, segundo a presente providência. Ainda reparou mais neste último Breve, em se acrescentar, aonde fala no Cardeal Patriarca—*ex concessione, et dispensatione Apostolica*—o que S. Mag.^e recomendou sempre que se não possesse, suposto o Indulto do capello perpetuo. V. S. procure em outras ocações, que se oferecerem, prevenir a quem lavrar os Breves, ou Bulas, que omitta as ditas palavras: e quanto ao tratamento dos filhos do Principe herdeiro, especialm.^{te} ao primogenito ou primogenita, examine V. S. m.^{to} bem o que se pratica a respeito de outras coroas, e procure que o mesmo se practique com a nossa.

.....

D^s G^{de} m.^s a.^s Lix 12 de Novembro de 1743.

De V. S.^a

S.^o m^{to} obrig.^o, e amigo

João Bap^{ta} Carbone

S.^r Com^{dor} Manuel

Pereira de Sampayo».

(Biblioteca da Ajuda, 49-VIII-40, fi. 334).

XV

.....
«Começando pela mais antiga n.^o 717, fiz presentes à S. Mag.^e as rezões, q̃ V. S. nella me aponta, de não haver mandado juntamente com a despesa do parentesco, a da idade da S.^{ra} Princeza da Beira: e ficou o mesmo S.^r. satisfeito com ellas. Bem pode porem S. Santid.^e depôr todo o escrupulo a respeito da capacidade da dita S^{ra}; pois alem de eu me persuadir, que se não fará uso de todo o tempo da referida despesa (salvo se hover motivo relevante, que prudentemente obrigue a fazelo), tem com efeito a mesma S.^{ra} hum juizo, e capacidade m.^{to} superior à sua idade, o q̃ não afirmo por lizonja, ou por noticia abstractiva, má por conhecimento pratico.

D.^s G.^{de} à V. S. m^{tos} annos. Lix. 21 de Dezembro de 1743.

De V. S.

S.^o m^{to} Obrig.^o, e am.^o

João Bap.^{ta} Carbone

S.^r Com^{dor} Manuel Pereira de Sampayo».

(Biblioteca da Ajuda, 49-VIII-40, fl. 344).

XVI

.....
«Assegura-se haver El Rey nosso Senhor dado parte às Cortes estrangeyras de ter ajustado o casamento da Princesa da Beyra a senhora D. Maria sua neta, com o senhor Infante D. Pedro seu filho, para o que já cá estam todas as Bullas de dispensa; e se diz, que a 7. de Setembro se fará publico nesta cidade.»

(«Mercurio Historico de Lisboa», Sábado 22 de Agosto de 1744, n.^o 34—Códice 554 da Biblioteca Nacional de Lisboa).

XVII

«Agora me ordena Sua Mag.^e diga a Vm.^{ca} debaixo de segredo, que elle tem determinado casar o S.^r Infante D. Pedro, com a S.^{ra} Princesa da Beira, e que em breves tempos se porá em publico o tal casamento, e logo se celebrarão os Esponsaes.»

(Carta de Pedro Antonio Vergollino para Francisco Mendes de Goes, Agente de Portugal em Paris, de 17 de Setembro de 1744 - Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gaveta D., Maço 6).

XVIII

«Sebastiam José de Carvalho e Mello volta outra vez para Inglaterra, donde dizem passará á Corte de Vienna a dar noticia do casamento do Senhor Infante D. Pedro com a Senhora Princeza da Beira.»

(«Mercurio Historico de Lisboa», Sábado 28 de Novembro de 1744, n.º 48)(**).

XIX

N.º 1018

Roma 13 de Março de 1748
Rmõ P.^e

«Com o Corr.^o de França, q̄ chegou hontem, se fallou nesta Corte com liberdade, e com certeza sobre matrimonio da nossa Princeza da Beira com o Duque de Saboia,

(**) O futuro 1.º conde de Oeiras e 1.º marquês de Pombal achava-se em Lisboa desde o dia 19 de Maio de 1743. Representante diplomático de Portugal na cõrte de Londres, dali saíra para Lisboa no dia 5.—Interessante coincidência. Havendo partido no dia 20 para as Caldas da Rainha, onde então, como vimos, se encontrava D. João V, Sebastião José de Carvalho achava-se naquelas termas quando o padre Carbone escreveu a Pereira de Sampaio a primeira carta sobre o projectado casamento da princesa com o infante.

Sebastião José deixou Portugal no dia 7 ou 8 de Dezembro de 1744, embarcando para Londres, onde também se demorou até os fins de Abril do ano immediato, seguindo então para Viena, com passagem pela Haia e pelo Hanover, e entrando na capital austríaca no princípio de Julho.

e me diverti q.^{to} foi possível, vendo os conceitos, q̄ se faziam do silencio politico, q̄ eu mostrava, sospeitando-se que fosse affectado, qd.^o no mesmo tempo era por conta da ignorancia, visto não saber couza alguã em d.^a materia.— D.^s gd.^e a V. Rñ a m.^s an.^s &^a».

(Biblioteca da Ajuda, 49-VII-36, fl. 57 v.^o).

XX

«A nova que lá se espalhou do cazamento da S.^{ra} Princeza da Beira com o filho de El Rey de Sardenha, he totalm.^{te} falsa; e assim o pode V. S. assegurar a quem lhe falar neste particular; pois se não tem alterada a 1.^{ra} idea de cazar a d.^{ta} Senhora com o Sr. Inf.^{te} D. Pedro.

Fico p.^a obedecer á V. S. a quem D.^s G.^{de} m.^s a.^s como desejo. Lix.^a 25 de Abril de 1748».

(Biblioteca da Ajuda, 49-IX-1, fl. 119).

303

CARTAS DO DR. AUGUSTO MENDES
SIMÕES DE CASTRO PARA O ARQUEÓLOGO
POSSIDÔNIO DA SILVA⁽¹⁾

Quando em 1894 comecei a freqüentar a biblioteca da Universidade de Coimbra, após a minha matrícula no primeiro ano da Faculdade de Direito, uma das primeiras pessoas que tive ensejo de conhecer ali foi o dr. Augusto Mendes Simões de Castro, cuja memória prestante e benemérita muito justamente agora se pretende comemorar. Fui apresentado ao estudioso bibliófilo por meu tio, o dr. José Frederico Laranjo, que então regia, nos meses em que o parlamento não funcionava, uma das cadeiras do segundo ano daquela Faculdade. Se bem me recordo fazia meu tio a minha apresentação formulando bons desejos de que eu fôsse, pela vida fora, tão amigo dos livros e com êles mantivesse tão demorado e proveitoso convívio como o dr. Simões de Castro, que, desde então e por esta forma, fiquei conhecendo. Nas breves, mas expressivas palavras de meu tio ficava feito o elogio máximo do dr. Augusto Mendes Simões de Castro, cuja figura magra, de maneiras da mais despretenciosa modéstia e bonhomia, nunca mais deixou de se impor ao meu respeito e simpatia.

A minha admiração por êle só mais tarde, porém, começou a afincar-se quando os olhos do meu espírito, im-

(1) Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

pelidos pela curiosidade de saber alguma coisa, se foram abrindo naquela atmosfera tão rica, sempre viçosa e fecunda de boa cultura, que parece envolver, num como limbo de prestigiosa e já tradicional luz intelectual, a Lusa-Atenas, a nossa primeira e formosa cidade universitária.

Reflexo dessa cultura, dêsse ardoroso apêgo aos labores da inteligência era a rara erudição de meu tio, o mais culto espírito, o mais bem temperado carácter, o mais bem dotado coração, perdoe-se-me a imodéstia, que me foi lícito conhecer.

Com êle e mercê dêle pude conhecer as mais representativas figuras do meio social e intelectual de Coimbra dêsse tempo, figuras infelizmente quási tôdas já finadas, algumas das quais, porém, bem vivas ainda na minha lembrança, outras imorredouras na minha saúdosa e inescurecível gratidão. Nêsse cenáculo de prestimosos eruditos, de estudiosos bibliófilos e literatos ocupava lugar de merecido relêvo o dr. Augusto Mendes Simões de Castro de quem um seu biógrafo, o dr. Francisco Edmundo de Almeida Leitão, ao traçar-lhe magistralmente o perfil, merecidamente disse que todos na sua obra encontravam matéria a seu talante: «o poeta, o filósofo, o historiador, o político, o architecto, o antiquário, o pintor, o devoto, o escultor e o legista».

Com efeito, assim e eloqüentemente o prova a sua vasta e proveitosa obra e assim o provam as cartas de Simões de Castro que publicamos, enviadas a Possidónio da Silva em resposta a perguntas e dando-lhe eruditas informações que lhe pedia. Estas cartas fazem parte do curioso e importante núcleo de documentos que formam a vasta correspondência dirigida ao arqueólogo Possidónio da Silva, um dos fundadores da antiga Real Associação dos Architectos

Civis e Arqueólogos Portugueses, hoje continuada nas suas beneméritas e doudas tradições pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, com a sua sede no edifício histórico do Carmo. Coligida esta correspondência pelo Visconde de Castilho (Júlio), por êste foi legada ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se guarda⁽¹⁾.

Além destas cartas, outras da mesma colecção se lhes referem ou interessam a assuntos que a Coimbra dizem respeito, nomeadamente:

—Uma carta de J. Vilhena Barbosa, datada de Vilar do Paraíso em 8 de Agôsto de 1856, participando a Possidónio da Silva que tinham chegado as fôrmas do célebre púlpito da igreja de Santa Cruz e que, com esta aquisição, se ia enriquecer o museu.⁽²⁾

—Duas cartas do dr. João Correia Aires de Campos, uma datada de 23, outra de 31 de Maio do ano de 1871, sôbre certos altares e imagens existentes na igreja da Sé Velha.⁽³⁾

—Outra carta, sôbre o mesmo assunto, do então vigário geral da diocese e depois bispo conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, acompanhada da respectiva informação do pároco da mesma Sé Velha, Manuel C. Pereira Coutinho, esta datada de 13 e aquela carta de 17 de Maio de 1871. Nesta informação se vê escrita a minuta da carta que Possidónio da Silva enviara sôbre êste assunto.

(1) Monografia do autor intitulada—*A Correspondência de Possidónio da Silva*—(separata do vol. VII «Arqueologia e História»).

(2) *Tômo II* (8.º) n.º 252.

(3) *Tômo III* (4.º), n.ºs 2471 e 2471 - bis *Tômo IV* (8.º), n.º 550.

Com a publicação desta correspondência e acedendo assim e por êste meio ao honroso e amável convite que nos dirigiu o nosso distinto colega sr. dr. Rocha Madahil apraz nos, como agradável encargo, prestar, embora modesta e desluzidamente, a nossa homenagem à benemérita memória do dr. Augusto Mendes Simões de Castro. Bem justa e merecida é, na verdade, a consagração que vai fazer-se-lhe porque a sua laboriosa e infatigável pena relevantes e bem prestimosos serviços prestou à história de Coimbra e dos seus monumentos seculares, como a sua obra ainda os está prestando a todos nós, porque todos nós, com efeito, na apropriada frase de Inocêncio, dêle tomamos proveitosas lições.

P. M. LARANJO COELHO

(Confidencial)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva.

A V. Ex.^a que tanto amor consagra aos monumentos nacionaes, parece-me que não deixará de interessar a noticia do projecto, que tem a camara desta cidade de nos privar brevemente de um dos poucos specimens da architectura romano-bysantina, que se encontram em Portugal —a veneranda igreja do Salvador. Quer o sapientissimo senado converte-la em escola. A ideia de fazer uma casa

de escola é santa, mas o local escolhido é que não pode de forma alguma approvar-se.

Mando pelo correio a V. Ex.^a o numero do *Conimbricense*, que traz o extracto da sessão camararia em que se tratou de tal projecto. V. Ex.^a não deixará de notar nesse extracto uma circumstancia muito curiosa:—ao mesmo tempo que a illustrada municipalidade da cidade das lettras pede ao governo auctorisação para converter em casa de escola aquelle venerando monumento, pede-lhe que não consinta na venda da casa superior do Arco d'Almedina por *ser monumento desta cidade!*

Ora, qual será mais monumento: esta casa, que é posterior ao tempo de Fernando 1.^o de Portugal, e que não tem notabilidade alguma que a recomende, ou aquella egreja, que é dos primeiros tempos da monarchia, e que encerra notabilidades architectonicas muito apreciaveis, merecendo que o museu de Kensington lhe mandasse photographar alguns dos seus specimens?

Não sei se V. Ex.^a tem conhecimento deste templo.

A estampa do portico poderá V. Ex.^a encontra-la no livro do Sr. A. Philippe Simões *Reliquias da Architectura Romano-Bysantina*, ha pouco publicado; no qual tambem se encontram algumas bem escriptas linhas consagradas ao venerando edificio, que estamos em risco de perder. Tambem se encontram noticias, mais ou menos desenvolvidas, no *Antiquario Conimbricense*, na *Conquista Nobreza, e Antiguidade* por A. Coelho Gasco, no *Guia Historico do Viajante em Coimbra*, e no *Repositorio Litterario*, e nas *Revelações da minha vida*.

Se V. Ex.^a, e a Sociedade de que V. Ex.^a é dignissimo presidente poderem obstar ao projectado vandalismo, prestarão com isso um relevante serviço á patria, que

muito hão de agradecer os que presam as bellas-artes e as glorias nacionaes.

Eu tenho tido vontade de escrever nos jornaes algumas linhas acerca deste objecto, porem não o faço, porque fiquei cansado com a questão da Sé Velha (que moralmente ganhamos), e porque os negocios do Panorama Photographic me tomam todo o tempo.

Por fallar na questão da Sé Velha, lembra-me fazer a V. Ex.^a um pedido, em cuja satisfação tenho grande empenho: vem a ser a copia do parecer que deu a Associação dos Architectos a respeito da decantada obra do altar no cruzeiro daquelle templo, o qual deve constar provavelmente dos livros da associação.

Poderá V. Ex.^a satisfazer-me este desejo? Será mister que eu faça um requerimento, ou V. Ex.^a poderá alcançá-me o que pretendo sem essa formalidade?

Pelo correio de hoje envio a V. Ex.^a um exemplar do folheto *O Braço de Coimbra*, que há pouco publiquei, e peço desculpa de offerecer a V. Ex.^a cousa tão insignificante.

De V. Ex.^a

Att.^o V.^{or} e Cr.^o Ob.^{do}

Coimbra 1.^o

de Fevereiro

de

1872

Augusto Mendes Simões

de Castro

P. S.—Ainda posso citar mais algumas obras em que se acham noticias da igreja do Salvador:—Livro Preto da *Sé de Coimbra* fol. 21, *Benedictina Lusitana* vol. 1.^o pág. 352, *Historia do Mosteiro da Vacariça* pelo dr. Costa Simões pág. 7 e 13, *Observações Historicas e Criticas* por João Pedro Ribeiro T. 1 pág. 33.
(Tômo V—(8.^o) n.^o 634 e 634 bis)

Ex.^{mo} Snr.

Por ter estado incommodado, só hoje me é possível responder á obsequiosa carta de V. Ex.^a. Desculpe-me pois V. Ex.^a da demora, que foi involuntaria.

Agradeço a V. Ex.^a o interesse que tomou pelo objecto da minha ultima carta, e bem assim o modo obsequioso com que se dignou responder-me. Effectivamente foi muito bem pensada a deliberação do Conselho da Associação, de se não intrometter na questão da igreja do Salvador, sem que primeiro tivesse a certeza de que a camara de Coimbra tencionava empregar os meios de se realizar o seu projecto; e a deliberação tomada ultimamente pela camara vem demonstrar e confirmar a prudencia e acerto com que o Conselho andou neste negocio. A camara, ou pelos clamores da imprensa, ou por qualquer outro motivo abandonou o projecto de converter aquella igreja em casa de escola, e tenciona expropriar uns pardieiros no largo da Sé Nova para edificar a escola. Portanto está acabada a questão— Não me consta que na igreja do Salvador haja pia de baptismo de trabalho notavel, ou apreciavel por antiguidade. A melhor de Coimbra é a da Sé Nova; e V. Ex.^a poderá ver o desenho d'ella no primeiro volume do *Panorama Photographico*, onde vem acompanhado de um artigo de meu Primo A. Philippe Simões, ou num dos do *Archivo Pittoresco*, acompanhado de um artigo meu. Ha ainda outra pia de lavores apreciaveis, porem de menos estimação, na igreja de S. João d'Almedina, contigua ao Paço Episcopal; mas como nesta igreja se celebram ainda os officios divinos, parece-me difficulতোza a aquisição da pia, e eu aconselharia a V. Ex.^a que a não intentasse.

Recebi com grande alvoroço a noticia de que V. Ex.^a anda escrevendo um artigo acerca das esculpturas dos capiteis da Sé Velha e de S. Christovão; e desde já agradeço a subida honra que se digna de me conceder, permittindo que esse artigo adorne as paginas do meu Panorama. Aguardando com impaciencia a remessa desse escripto, porque terei o maior prazer vendo ennobrecidas as paginas do jornal com um artigo firmado pelo nome auctorizado e respeitavel de V. Ex.^a

Quanto á minha pretensão de obter a copia do parecer que deu o Conselho Facultativo da Associação dos Architectos contra a estúpida obra da Sé Velha, e ao consentimento que solicitei para o publicar, parece-me que V. Ex.^a e o Conselho não devem ter duvida alguma em satisfazer ao meu empenho. O parecer do Conselho é inquestionavelmente justo e racional, reprova uma obra inconveniente, um attentado contra o bom gosto; é portanto util e conveniente que a publique. O Conselho não deve recear a publicação, antes a deve estimar e promover, porque advoga uma boa causa, e com ella a acredita. Além disto a opinião de uma Associação ou Corporação, que é a mais competente no assumpto, demonstra cabalmente a razão e as boas intenções dos que na imprensa se pozeram em campo contra a disparatada obra. V. Ex.^a e eu soffremos dos contrarios alguns atrevimentos e insultos; ludibriaram e escarneceram quem pugnou pela boa razão; parece-me pois que a melhor desforra ou desafronta que se pode tomar é a publicação do parecer do Conselho Facultativo.

Se V. Ex.^a pois empregar o seu valimento para que se possa alcançar o que pretendo, far-me-ha um obséquio que eu muito apreciarei, e no qual tenho verdadeiro empenho.

Não haja receio de questiunculas nos jornaes: será pu-

blicado o parecer sem longos commentarios no Tribuno Popular, que esteve sempre na brecha contra a obra, ou em outro qualquer jornal. Esta publicação será a nossa coroa de victoria; daremos com ella um desmentido brilhante aos nossos adversarios; e a Real Associação dos Architectos alcançará os louvores que com justiça lhe são devidos, e demonstrará com isso que verdadeiramente sabe corresponder aos fins da sua instituição, interessando-a pelas nossas cousas gloriozas, e oppondo-se ao estúpido vandalismo, que tantos damnos nos tem causado.

Convencido pois da conveniencia da publicidade, envio a V. Ex.^a um officio para se dignar apresentar ao Conselho pedindo-lhe auctorização para se publicar o parecer; e espero que V. Ex.^a promoverá pelos meios que lhe for possível o bom resultado da minha pretensão.

Digne-se V. Ex.^a de desculpar tantas impertinencias.

Coimbra 18 de

Fevereiro de 1872

De V. Ex.^a

Att.^o V. or Cr.^o Ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo V (8^o) n.^o 640 e 640 bis.)

Ex.^{mo} S.^r Joaquim Possydonio Narcizo da Silva.

Eu e dois amigos meus, João de Sousa Araujo e Dr. José Alberto Homem da Cunha Corte Real, redactor do Tribuno Popular, estamos escrevendo um livro, em que historiamos minuciosamente a viagem do Imperador do Brazil em Portugal. Empenhamo-nos em tornar este livro o mais interessante possível, procurando enriquecel-o de no-

ticias curiosas. Já estão impressas as partes que dizem respeito á visita ás provincias do norte; entra brevemente no prelo a parte relativa á visita a Lisboa. Merece-nos esta particular cuidado, mas é tambem para nós a mais difficil por ser a mais abundante de factos de que só por informações podemos ter conhecimento. Da visita que o Imperador fez ao museu dos Architectos quisemos dar circumstanciada relação, e para conseguirmos o nosso intento lembrei-me escrever a V. Ex.^a pedindo-lhe por favor muito especial se digne responder-me aos seguintes quisitos:

1.^o Que notabilidades chamaram mais particularmente a attenção do Imperador.

2.^o Quem faria as honras da casa.

3.^o O que disse o Imperador de notavel.

4.^o Em que consiste o presente que V. Ex.^a lhe fez, qual o assumpto das photographias.

5.^o Quaesquer outras noticias que V. Ex.^a entenda e queira que se apresentem no livro.

Especialmente em relação ao quisito 4.^o tenho grande empenho de saber noticias circumstanciadas.

Se V. Ex.^a se dignar responder-me, equilatara o obsequio escrevendo-me com a possivel brevidade, porque desejamos que o livro se publique quanto antes, e assim temos por muito precioso o tempo.

Imploro a benignidade e cavalheirismo de V. Ex.^a para me desculpar destas impertinencias; e tenho a honra de assignar-me

Cóimbra 15 de _____ De V. Ex.^a

Março de 1872 _____ Cr.^o m.^{to} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo V (8.^o) n.^o 656.)

Ex.^{mo} S.^r Joaquim Possidonio Narciso da Silva

Meu Presadíssimo Amigo

Apresso-me a cumprir o agradável dever de agradecer a V. Ex.^a as interessantíssimas informações, que se dignou enviar-me, a respeito da visita do Imperador ao museu dos Architectos. São curiosíssimas, e hão-de formar um dos melhores capitulos do livro. Quando estiver composto este capitulo, hei-de mandar a V. Ex.^a as provas typographicas para evitarmos alguma inexactidão.

Recebi tambem e agradeço a importancia dos dois ultimos n.^{os} do ultimo vol. do Panorama, e a dos 6 primeiros do segundo.

Coimbra

18 de Março

de 1872

De V. Ex.^a
Cr.^o m.^{to} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo V (8.^o) n.^o 657.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Eu e os meus companheiros na elaboração do livro *Viagem dos Imperadores do Brazil em Portugal*, como prova de gratidão pelos curiosos e interessantes apontamentos, que V. Ex.^a se dignou enviar-nos, relativos á visita do imperador ao Museu dos Architectos, mandamos a V. Ex.^a pelo correio de hoje um exemplar da referida obra.

A publicação d'este livro trouxe-nos gravissimos encargos, e por êste motivo vemo-nos obrigados a solicitar para elle a protecção das pessoas que lh'a podem dispensar.

Creio que V. Ex.^a no numero dos seus amigos e das pessoas das suas relações, contará algumas que certamente apreciarão possuir o livro, que me parece conter muitas curiosidades, e assim far-nos-ha V. Ex.^a um especialissimo obsequio apresentando-lhes (não tendo nisto duvida) o prospecto, que mando incluso, e devolvendo-o com as assignaturas dos que porventura queiram a obra.

Eu não me atreveria a importunar a V. Ex.^a com tal pedido, se não tivesse a certeza de que V. Ex.^a, como conhecedor do que são as cousas litterarias em Portugal, me saberá desculpar e usar para commigo da sua extrema bondade.

Renovo os protestos da minha gratidão para com V. Ex.^a, de quem tenho a honra de assignar-me

Cr.^o m.^{to} Att.^o V.^o e Ob.^o

Coimbra 17 de

Junho de

1872

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo V (8.^o) n.^o 698.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Desculpe-me V. Ex.^a de ter demorado tanto a resposta á obsequiosa carta de V. Ex.^a de 17 do corrente. Estive alguns dias fora de Coimbra, e só ontem me chegou ás mãos. Eis o motivo da demora.

Apenas recebi a carta de V. Ex.^a, dei as ordens necessárias para que o craneo achado em Condeixa fosse immediatamente remetido para Lisboa; e com effeito foi hontem expedido pelo caminho de ferro, devendo chegar ahí amanhã ao mesmo tempo que esta carta.

Como o nosso bom amigo Vilhena Barboza me tinha primeiramente falado neste objecto, entendi que a elle o devia dirigir, e assim fiz. Pode V. Ex.^a mandar procural-o em casa d'elle, porque ao tempo em que lá mandar, já elle o deve ter em seu poder.

Pede V. Ex.^a que lhe mande uma porção do calcareo em que elle foi achado: vae um grande pedaço. Não sei se o nome que mais lhe convenha é *tufó calcareo*. Qualquer pessoa que tenha alguns conhecimentos de geologia o saberá classificar. Lembro a V. Ex.^a que o Carlos Ribeiro seria competentissimo para dar a V. Ex.^a curiosas intrucções sobre o objecto.

Elle viu-o, e segundo a opinião d'elle, o craneo tem muitos milhares d'annos. Não me consta que na localidade onde elle foi achado tenham apparecido instrumentos e utensilios do homem, e julgo até que o craneo se não deve considerar dos tempos pre-historicos, mas que é muito posterior. A respeito de achados de outros ossos, só me consta de se terem encontrado junto de Condeixa alguns mais pelos annos de 1852 ou 1853 (salvo o erro). É facil verificar a epocha consultando o *Instituto* (jornal publicado nesta cidade, e que de certo deve existir na Bibliotheca Publica), volume 2.^o pag. 43 em um curioso artigo do doctor Antonio Augusto da Costa Simões, no qual descreve varias grutas curiosas das cercanias de Condeixa, e noticia o apparecimento de ossos humanos petrificados e inteiramente adherentes á rocha. Das mesmas grutas (mas sem falar de ossos) tem já noticia no seculo passado fr. Agostinho de Sancta Maria no seu *Santuário Mariano* tomo 4.^o, titulo LXXVI.

Mandarei a V. Ex.^a pelo correio de hoje, ou o mais breve que me for possivel, o n.^o do Conimbricense que

noticia as circumstancias do achado do craneo que remetti.

Para tudo em que for prestavel, está ás ordens de V. Ex.^a

De V. Ex.^a

Att.^o v.^{or} Cr.^o ob.^{do} 7 omô T)

Coimbra 27

de Junho

1872

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo V (8.^o) n.^o 704.)

Ex.^{mo} S.^r
Quiz V. Ex.^a augmentar a divida de gratidão em que estou para com V. Ex.^a, dignando-se arranjar seis assignaturas para a *Viagem dos Imperadores do Brazil*. E' um obsequio valioso, e que eu agradeço a V. Ex.^a profundamente reconhecido.

Como os individuos que assignaram são cavalheiros das relações de V. Ex.^a, parece-me que V. Ex.^a melhor do que qualquer outra pessoa, lhes poderá mandar fazer entrega dos respectivos livros, e assim espero ainda dever a V. Ex.^a o obsequio de tomar este negocio ao seu cuidado. Com este intento devolvo o prospecto com as assignaturas, e brevemente V. Ex.^a receberá em sua casa os seis exemplares do livro, que alguem lhe entregará por minha ordem ou por ordem do meu collega José Alberto Corte Real.

Conto com a benignidade de V. Ex.^a para obter des-

culpa de tantos incommodos, e renovando os protestos da
minha gratidão, tenho a honra de me assignar

Coimbra 31

De V. Ex.^a

de Julho de

Att.^o V.^{or} Cr.^o m.^{to} ob.^{do}

1872

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo V (8.^o) n.^o 717.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Procurou-me um Cavalheiro com um bilhete de V. Ex.^a
em occasião em que eu não estava em casa.

Tive o maior sentimento por não lhe poder fallar,
pois que, sendo apresentado por V. Ex.^a, dezejava conhe-
cel-o e fazer-lhe offerecimento do pouco prestimo que eu
por ventura lhe podesse ter. Deixou-me o diploma de Socio
Correspondente da Real Associação dos Architectos, dis-
tincção que eu muito aprecio, e da qual sou devedor á ex-
trema obsequiosidade de V. Ex.^a, e pela qual tributo a V.
Ex.^a os protestos do meu agradecimento.

Cumpre-me tambem agradecer esta honra á Sociedade,
e para este fim entendo que devo escrever ao respectivo
secretario. Peço a V. Ex.^a o obsequio de me dizer se ainda
o é o S.^r Paulo José Ferreira da Costa, ou se actualmente
occupa o logar de Secretario outro Cavalheiro. O que assig-
navá a carta, que acompanhava o diploma, e me participa-
va a nomeação, carta escripta em 2 de Março de 1871, era
o ditó S.^r Paulo José Ferreira da Costa.

Espero pois que V. Ex.^a me informe acerca deste pon-
to, e me diga a quem me devo dirigir a fim de accusar a
recepção do diploma á Associação, e apresentar os meus
agradecimentos pela subida honra com que me distinguiu.

Recebi também dois interessantes livros de V. Ex.^a e que eu agradeço também com o maior reconhecimento: a *Notice Historique et Artistique des Principaux Édifices Religieux de Portugal*, e o *Elogio Historico de José da Costa e Silva*. Bem haja V. Ex.^a, que assim vae fazendo devidamente conhecidos e glorificando as nossas artes e os nossos artistas.

Ainda não me foi possível ir á livraria do Collegio de S. Pedro fazer as averiguações que prometti a V. Ex.^a na minha ultima carta.

Não me descuidarei d'este negocio.

Digne-se V. Ex.^a de receber os protestos de estima e gratidão do

De V. Ex.^a

1872

Att.^o V.^{or} e Cr. mu.^{to} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

P. S.—Se a Associação tiver estatutos impressos, peço a V. Ex.^a o obsequio de me mandar um exemplar delles. E igualmente peço a V. Ex.^a me informe das obrigações a que sou sujeito como Socio Correspondente, e se tenho de satisfazer alguma propina pelo diploma que recebi pois desejo cumprir com os meus deveres.

Ainda um outro pedido: Desejava muito uma copia fiel das inscrições dos *marcos miliarios* que se guardam no Museu dos Architectos.

E' V. Ex.^a ainda o Presidente da Associação?
(Tômo V (8.^o) n.^o 785.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Um cavalheiro a quem dedico a maior amizade pede-me com todo o empenho que eu escreva a V. Ex.^a solici-

Meu primo esteve fora de Evora creio que mais de seis meses, e só ha alguns dias para alli regressou. É por ventura este o motivo porque elle não accusou ainda a recepção do livro que V. Ex.^a diz ter-lhe enviado para aquella cidade.

Agradecendo a V. Ex.^a tantos obsequios, tenho a honra de assignar-me com a maior consideração e respeito

Coimbra 21

De V. Ex.^a

de Dezembro

Att.^o V.^{or} e Cr.^o m.^{to} ob.^{do}

1872

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo V (8^o) n.^o 791.)

Ex.^{mo} Amigo e Sr.

Os meus muitos affares (*sic*) teem feito com que tenha sido remisso em dar resposta a perguntas de V. Ex.^a, do que espero desculpa. A Sé de Miranda é fundação d'el Rey D. João 3.^o e da qual foi seu 1.^o Bispo D. Turibio Lopes. Vejo que tem empenho de saber de que nação era o architecto da referida Cathedral, Pedro Vallasco, o que posso responder, é que o seu appellido *Vallasco* é oriundo das Asturias.

Agora sobre os antigos Missionarios Portuguezes que publicarão obras na China, e no Japão, consulte V. Ex.^a Dicc. Bibliographico do Innocencio da Silva. Porem em quanto ás lingoas classicas orientaes, veja V. Ex.^a tambem, os authores que dellas escreverão, a Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artistas de Portugal etc. Tomo 1.^o pag. 228 a 257, Por José Silvestre Ribeiro 1871.

Devo dizer a V. Ex.^a que possuo uma obra mui curiosa, onde veem os Alphetos — Abrahamus, Enochs, Hebecus, Samaritanos, Salomanus, Caldeesch, Syrisch, Phenicisch, Egiptisch, Coptis, Armenisch, e Chinesch.

Outr'ora sabia em que Bibliothecas Publicas, e de Particulares, estavam as obras mais raras; mas hoje não sei dizer. Em todo o caso fico sendo

De V. Ex.^a

Em 18 de
Fevereiro

m.^{to} Att.^o Ven.^{or} am.^o e obrig.^{do}

de
1874

A. Castro

(Tômo VII (8.^o) n.^o 1002.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Só agora me foi possível alcançar espaço no *Conimbricense* para escrever o artigo que V.^a Ex.^a desejava relativamente ao catalogo do Museu dos Architectos. No folhetim do n.^o de hoje, que remetto, encontrará V. Ex.^a uma carta que fingi escripta de Lagos e resposta respectiva, nas quaes me parece ter satisfeito á prettensão de V. Ex.^a de maneira que se não conheça o verdadeiro fim daquellas cartas.

Tanto na carta de Lagos, como na resposta, se allude de um modo frisante a falta do catalogo. Desculpe V.^a Ex.^a a demora que tive em me desempenhar da minha promessa.

Aproveito esta occasião para mandar a V. Ex.^a 260 reis em estampilhas, importancia do transporte da estampa e ultimo n.^o do Boletim por V. Ex.^a enviados,

Tenho a honra de me assignar com a maior consideração e estima.

De V. Ex.^a

Att.^o V.^{or} e Cr. ob.^{do}

Coimbra

21-12-75

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo VIII (8.^o) n.^o 1230.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Muito e muito agradecido pelas expressões que V. Ex.^a se digna dirigir-me na sua obsequiosa carta, que só me provam a estremada bondade de V. Ex.^a, e que me deixam vivamente penhorado. Recebi e agradeço também o vale do correio. Da mesma forma o n.^o 6 do curioso Boletim.

Reconheço por um valioso obsequio a concessão de se me enviarem os n.^{os} do *Boletim*, e por esse obsequio dou também a V. Ex.^a os devidos agradecimentos. Torno a lembrar a V. Ex.^a que será muito melhor virem pelo caminho de ferro bem acondicionados com um resguardó de papelão para se não amarrotarem. Digne-se pois V. Ex.^a de me mandar a guia para as receber em qualquer armazem de retem. E se houver os n.^{os} da *primeira serie*, muito me obsequiará V. Ex.^a mandando-os também e avizandó-me do seu custo.

Para pagamento dos seis n.^{os} publicados da 2.^a serie mando aqui incluso um vale de *doze mil reis*. Irei pagar do os que se seguirem ao passo que se forem publicandó, ou mesmo antecipadamente, se essa for condição indispensavel.

Renovo os agradecimentos pelos obsequios de V. Ex.^a,

e tenho a honra de assinar-me com a maior estima e consideração

De V. Ex.^a

Att.^o V.^{or} e Cr.^o Ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

Logo que possa darei a meu primo A. Filippe/Simões o recado de V. Ex.^a. A demora por parte delle na resposta explica-se facilmente: Há mais de 20 dias que elle tem andado por fóra de Coimbra, pois teve que ir a Vizeu fazer parte do jury dos exames de Historia no Lyceu, e depois viajou ainda pelo Minho e só regressou ha poucos dias.

Quando V. Ex.^a ultimamente veio a Coimbra, emprestei a V. Ex.^a uma gravurinha representando o sinete do tribunal do Santo Officio para fazer uso d'ella no *Boletim*. Lembro que podê sahir com o pequeno artigo que va e a pag. 140 do folheto que mando pelo correio. E logo que V. Ex.^a se sirva della, peço o favor de m'a mandar, porque tenciono inseril-a na segunda edição do Guia de Coimbra que brevemente vou mandar para o prelo. (Tômo VIII (8.^o) n.^o 355.)

Demorei ate hoje a resposta á obsequiosa carta de V. Ex.^a, porque só hoje me foi possivel alcançar a informação relativamente ao convento de S. Marcos.

O convento (todo em ruinas por causa de um incendio), a linda igreja (bastante damnificada, mas de facil restauração) e a cerca - tudo é propriedade do bacharel Manoel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena, rico proprietario que habita nas proximidades do mesmo convento, no

logar de S. Silvestre, a pouco mais de duas leguas de Coimbra. Tenho com este cavalheiro intimas relações, pois fomos condiscipulos na universidade durante os cinco annos do curso de Direito que findamos em 1871.

Conheço muito bem a igreja de S. Marcos e suas muito notaveis bellezas esculpturaes. Por occasião de duas visitas que já alli fiz, tomei notas copiosas de muitas particularidades e copiei quantas inscrições lapidares por lá se me depararam. Ha na igreja de S. Marcos tumulos lindissimos já no estylo do renascimento, já no chamado manoe-lino. O retabulo do altar-mór é obra de grandissimo merecimento. É de pedra, representando passagens da vida de S. Marcos. Este retabulo merecia ser photographado para o *Boletim dos Architectos*. Se V. Ex.^a quizer posso consultar um photographo, relativamente á possibilidade de se tirar a photographia.

O Instituto tentou adquirir, quando a igreja estava nas mãos doutros possuidores, algumas esculpturas da mesma igreja para serem conservadas na Collecção de Archeologia do mesmo Instituto. Agora, estando o edificio em poder do novo proprietário, parece-me difficil tal adquisição.

De V. Ex.^a

Coimbra 14
de Dezembro

Att.^o V.^{or} e Cr.^o ob.^{do}

1876

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo VIII (8.^o) n.^o 1363.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Satisfazendo ao pedido de V. Ex.^a, mando pelo correio de hoje o n.^o 4.^o do Instituto.

Quanto ao retabulo da igreja de S. Marcos, tenho a dizer que elle está bem conservado.

A photographia é que se não poderá tirar nesta estação, pois que, como elle occupa o topo do interior da capella mor, não tem a luz sufficiente para no tempo invernososo e nublado poder dar uma boa photographia. Caso V. Ex.^a se resolva a mandal-a tirar, devemos esperar pela primavera, quando a luz é mais intensa.

Lembro a V. Ex.^a que ha em Coimbra um bom photographo, que tem uma boa chapa da velha ponte do Mondego demolida ha quatro annos. Parece-me que uma photographia d'este monumento teria muito boa cabida no Boletim e eu com muito gosto me incumbiria do respectivo artigo. Se V. Ex.^a achar aceitavel este alvitre, digne-se de me dar as suas ordens e de me dizer se quer que entre em ajuste com o photographo para elle fornecer as necessarias photographias, e quantas se devem tirar.

De V. Ex.^a
Coimbra 25 de Dezembro
Att.^o V.^{or} e Cr.^o ob.^{do}
de 1876

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo VIII (8.^o) n.^o 1365.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Recebi hontem o n.^o 5 do interessante Boletim dos Architectos, que leio sempre com muito gosto. Eu estava ainda em divida do n.^o 4. Mando pois a V. Ex.^a um vale do correio na importancia de 4.000 reis para pagamento do n.^o 4 e do n.^o 5.

Tambem ha tempo recebi um folheto relativo ao mo-

numento do Carmo, que eu tinha pedido a V. Ex.^a o obsé-
quio de me comprar. Por não saber o seu custo, não mando
agora a importancia d'elle, esperando que V. Ex.^a me diga
quanto é essa importancia.

Renovo os meus protestos de agradecimento, e tenho
a honra de me assignar

Coimbra

De V. Ex.^a

13-4-1878

Cr.^o m.^{to} obr.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo X (8.^o) n.^o 1625.)

Ill.^{m^o} e Ex.^{m^o} S.^r

Tive a honrosa carta de V. Ex.^a e m.^{to} me contristou
a noticia dos incommodos do Filho de V. Ex.^a Faço votos
pelo prompto restabelecimento do enfermo.

Recebi o n.^o 6.^o do Boletim, que apparece sempre en-
riquecido com curiosissimos artigos. Insta V. Ex.^a para que
escreva eu alguma cousa para o periódico. Que poderei eu
escrever que se possa collocar entre os bons artigos do Bole-
tim? Todavia, para que a minha recusa não possa servir de
desgosto a V. Ex.^a, farei por corresponder ao honroso con-
vite de V. Ex.^a, e brevemente enviarei um pequeno artigo.

Tenho a honra de me assignar com a maior conside-
ração e respeito

De

V. Ex.^a

Coimbra 3 de

Att.^o V.^{or} e Cr.^o obr.^{do}

Novembro de

1878

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo X (8.^o) n.^o 1719.)

Com o maior reconhecimento agradeço a V. Ex.^a a protecção que se dignou dar ao pobre *Portugal Pittoresco* dignando-se acceder ao pedido, que ouzei fazer a V. Ex.^a, de se inscrever assignante desta publicação. Da mesma forma agradeço as penhorantes palavras que V. Ex.^a na sua boa carta se dignou dizer em abono do humilde redactor.

Tem V. Ex.^a muita razão em me perguntar pelo cumprimento da minha promessa de escrever um artiguinho para o jornal dos Architectos. Tenho sido na verdade descuidado, mas espero que a bondade de V. Ex.^a me desculpará.

E para não haver maior demora mando incluso nesta carta um pequeno artigo intitulado *O Conde D. Fernando Governador de Coimbra*. Se elle merecer a approvação de V. Ex.^a, peço que não seja definitivamente impresso, sem que eu primeiro reveja as provas.

Renovo os protestos do meu reconhecimento pelos valiosos obsequios de V. Ex.^a e tenho a honra de assignar-me
Coimbra

13-2-79 Att.^o V.^{or} e Cr.^o m.^{to} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo XI (8.^o) n.^o 1770.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Para pagamento dos n.^o 8, 9 e 10 do Boletim mando incluso um vale do correio da importância de 6.000 reis. Perdoe-me V. Ex.^a o descuido que tive demorando até tão tarde o pagamento d'esta divida.

Tenho a fazer notar a V. Ex.^a que o n.º 9 veio desacompanhado da estampa que lhe pertence, que é a estampa n.º 29. Espero que V. Ex.^a tomará a seu cuidado o mandar-m'a.

Devolvo por este correio as paginas 153 a 156, que recebi repetidas.

O n.º 9 tambem não trazia capa.

Fica ás ordens de V. Ex.^a o que se preza de assignar-se com respeitosa estima

Coimbra 23

De V. Ex.^a

de Julho de 1876

Att.º V.ºr Cr.º ob.ºdo

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo XI (8.º) n.º 1859.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Da estremada bondade de V. Ex.^a espero obter perdão para a demora na resposta á obsequiosa carta de V. Ex.^a de 19.

O convite que V. Ex.^a se digna fazer-me é para mim sobremodo honroso, e vejo nelle uma prova de consideração de V. Ex.^a que muito me penhora e pela qual me confesso muito reconhecido. Quizera eu aceitar a honrosa missão de que V. Ex.^a desejava eu me incumbisse, e pela minha parte não faltaria vontade de prestar uteis serviços; todavia reconheço que para essa missão me faltam conhecimentos e requisitos especiais e assim peço a V. Ex.^a se digne acceitar a minha escusa. Ficar somente *correspondente in nomine*, sem nada fazer, não seria bonito. V. Ex.^a de certo encontrará aqui em Coimbra quem esteja habilitado para bem desempenhar essa missão, e a minha recusa

(unicamente baseada no que deixo exposto) nenhum transtorno causará.

—Terei muito gosto em concorrer com um artiguinho para o *Boletim*. Em ocasião oportuna mandarei umas curiosidades de epigraphia relativas á sé velha desta cidade.

Renovo os protestos da minha gratidão pelos penhorantes obsequios de V. Ex^a e muito gosto terei em receber as ordens de V. Ex^a como

Coimbra 22 de
Abril de 1880

Att.^o V^{or} e Cr.^{do} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XII (8.^o) n.^o 2118.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Agradeço muito a V. Ex^a o honroso convite para me incorporar, como membró da Real Associação dos Architectos, no cortejo civico em honra de Camões. Quizera eu acceitar tão honroso convite e da melhor vontade iria presenciar as esplendidas festas com que Lisboa commemora o tricentenario do nosso immortal poeta; ao tempo das festas, porem, vejo-me impossibilitado de sahir de Coimbra, no que tenho em verdade grande pesar.

—Aproveito esta occasião para satisfazer a importancia dos n.^{os} 11 e 12 do ultimo vol. do *Boletim* e do n.^o 1.^o do vol. que está em publicação. Com este fim mando incluso um vale do correio da importancia de 6.000 reis.

Coimbra 23 de
Maio de 1880.

De V. Ex.^a

Att.^o V^{or} e Cr.^{do} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XII (8.^o) n.^o 2134.)

Ex^{mo} Sr.

No *Catalogo dos objectos existentes no museu de archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto*, vêm indicados a pag. 4, os machados de bronze que se guardam no museu, e acerca delles não tenho informações que possa dar.

Posteriormente á impressão do mesmo catalogo vieram para o dito museu mais seis machados, sendo cinco de cobre e um de bronze. Destes seis ha no livro das actas as noticias que na outra folha vão transcriptas.

E nada mais sei dizer a respeito dos machados. Seria bom que V. Ex^a por si ou por interposta pessoa perguntasse ao Dr. Albino Giraldes se tem alguns, pois ouvi dizer a um amigo meu que lhe parece que elle se dá aos estudos prehistoricos e que é provavel possua algum machado de cobre ou bronze. No papel junto mando *imperfeitamente* delineados os machados existentes na collecção de archeologia. Os que vão classificados sob os n.^{os} 27, 28 e 29 são os mencionados no *Catalogo*. Os que têm os n.^{os} 43, 44, 45 e 46 são os referidos na *acta* da sessão do 1.^o de Agosto de 1878. Os dos n.^{os} 52 e 53 são os referidos na *acta* da sessão de 11 de Dezembro de 1878.

Na pag. immediata transcrevi as partes desta acta, que se referem aos machados, mas por engano transcrevi em primeiro lugar a de data mais recente.

Coimbra 17 de

Junho de 1880.

De V. Ex^a

Att.^o V.^{or} Cr.^{do} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo XII (8^o) n.^o 2151.)

Secção de Archeologia

do Instituto de Coimbra

Livro das Actas

Acta da sessão de 11 de Dezembro de 1878 (a fl. 51 do respectivo livro):

«..... o Sr. Dr. Philippe Simões apresentou para serem depositados na collecção de archeologia..... um machado de cobre com azelhas e outro simples de bronze. Disse que todos estes objectos lhe tinham sido trazidos do Alemtejo pelo Dr. Antonio Francisco Barata.... Disse mais que a seu pedido o Sr. Joaquim dos Santos e Silva, empregado no laboratorio chimico da Universidade, analysara um dos machados da collecção, tambem proveniente do Alemtejo e verificára ser de cobre puro.»

Acta da sessão do 1.º de Agôsto de 1878 (a fl. 50 do respectivo livro):

«..... O mesmo Sr. D.^r Philippe Simões apresentou quatro machados de cobre..... que lhe tinham sido enviados de Evora pelo Sr. Gabriel Pereira, e pediu que se depositasse tudo no museu de archeologia excepto um dos machados de cobre que disse entregaria ao Sr. Santos e Silva para se encarregar de o analysar no laboratorio chimico.»

(Juntos a estas notas figuram os desenhos a lápis a que a carta se refere.)

(Tômo XII (8.º) n.º 2151 e 2151-bis).

Ex.^{mo} S.^r Joaquim Possidónio Narcizo da Silva

Coimbra 7 de Abril de 1870

Há tempos escrevi a V. Ex.^a convidando-o para assi-

gnar o *Panorama* Photographico de Portugal, e pedindo-lhe que, no caso de não querer fazer-me este favor, me devolvesse o numero que enviei: V. Ex.^a não o remettendo nem os seguintes, deu-me a entender que annuia ao meu pedido, e assim cumpre-me agradecer a V. Ex.^a o seu obsequio.

Como esta empresa (como V. Ex.^a por experiencia propria deve saber) demanda grandes dispendios, vejo-me obrigado a sollicitar das pessoas que ainda se interessam por estas cousas, e que assignaram o jornal, a importancia das suas assignaturas. Com este fim pois envio a V. Ex.^a o seu respectivo recibo dos primeiros seis numeros, cuja importancia, para maior facilidade, V. Ex.^a pode mandar em estampilhas do correio.

Obsequiará muito com isso ao

De V Ex^a

Att.^o V.^{or} Cr.^o Ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo XIV (8.^o) n.^o 2697.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Respondendo á estimada carta de V. Ex.^a, tenho a dizer que na Sé Velha não se fazem obras nenhuma de restauração no portal.

Vi há tempos um interessante artigo de V. Ex.^a no *Boletim* acerca do desditoso Augusto Philippe Simões. Tributo a V. Ex.^a os protestos da minha gratidão por este preito honroso que V. Ex.^a se dignou prestar á memoria do finado, com a qual eu tinha relações de parentesco, ainda que remoto.

Nesse artigo escaparam algumas pequenas inexactidões que seria conveniente rectificar. Se V. Ex.^a, por occasião de

se inaugurar o retrato (como creio está projectado), tiver de pronunciar ou escrever a memoria biographica de A. Filippe Simões, seria bom evitar aquelles lapsos, e talvez o melhor meio para isso se conseguir será ter V. Ex.^a o incommodo de me mostrar previamente as provas ou o borrão da memoria ou discurso.

De V. Ex.^a
Coimbra 24 Att.^o V.^{or} Cr.^{do} Ob.^{do}
de Outubro de 1884

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XV, (8.^o), n.^o 3222.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Muito agradeço a V. Ex.^a a communição da noticia de que a Real Associação dos Architectos deliberou collocar na sua galeria de retratos o do meu desditoso Primo Augusto Filippe Simões. Por este correio envio a V. Ex.^a uma photographia delle. É a mais recente das que elle tirou.

Eu peço a V. Ex.^a o obsequio da devolução, pois que desejo conserval-a como lembrança muito apreciavel de meu Primo e não tenho outra que a substitua.

Um amigo intimo do fallecido está trabalhando numa ecconographia biographica, na qual deseja apontar todos ou os principaes artigos litterarios publicados por elle em diversos jornaes, e pediu-me lhe enviasse os apontamentos que a este respeito eu pudesse obter. Não tenho a collecção completa do Boletim dos Architectos. Recorro pois a V. Ex.^a pedindo-lhe o obsequio de procurar na collecção os artigos que elle porventura nella escreveu e indicar-me numa relação os *titulos* dos *artigos* e os n.^{os} e vol. do *periodico* com que sahiram.

Seria um favor de alta valia. Espero da bondade de V. Ex^a me será perdoada esta importunação.

Coimbra 22 de

De V Ex^a

Fevereiro de 1884 Att.^o V^{or} Cr^{do} m^{to} Ob^{do} //

Augusto Mendes Simões de Castro

P. S.—Em varios jornaes que tem dedicado artigos ao fallecido, tem apparecido inexactidões bem lamentaveis... Ainda ultimamente o *Occidente* repetia que o pae e *meu tio* do fallecido se haviam suicidado, quando foi unicamente o pae que se matou. Se acaso no *Boletim* houver de apparecer alguma noticia, e V. Ex^a desejar que nella se não notem inexactidões, eu promptifico-me a rever previamente o artigo, unicamente com este fim. (Tômo XV, (8.^o) n.^o 3118).

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Estive fora de Coimbra algumas semanas, motivo da minha demora em acusar a recepção e agradecer a V. Ex.^a o exemplar que recebi do n.^o 12 do excellente *Boletim*, onde se encontra o *elogio historico* do D.^r Philippe Simões pelo Sr. Visconde de Alemquer—o que agora faço muito e muito penhorado por tão valioso obsequio.

Com os protestos da minha gratidão dignese V. Ex^a receber tambem os do respeito de quem tem a honra de assignar-se

Coimbra 1.^o de

De

Dezembro de 1885

V. Ex^a

Att.^o, V^{or}, Cr^{do} Ob^{do} //

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo XVI, (8.^o) n.^o 3488.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Motivo de reparo deve ter sido para V. Ex^a a minha falta de agradecimento aos obsequios de V. Ex^a. Peço desculpa da minha demora no cumprimento deste gostoso dever, demora devida a ter estado ausente de Coimbra algumas semanas.

Confesso-me muito penhorado com a apreciavel offerta de V. Ex^a—*Relatorio* e n.º XI do *Boletim*, com cuja leitura me delicieei. Estou ancioso por ler o elogio que fez do Sr. Philippe Simões o Sr. Feijó. Gostei muito do extracto do *Relatorio da Commissão dos Monumentos Nacionaes*. Talvez fosse util imprimir este extracto em folheto separado e fazer delle larga distribuição para prevenir vandalismos e inculcar o bom gosto pelas artes e o respeito ás nossas antiguidades. Seria um bom serviço. Não mandei a medalha de prata por ignorar a existencia della. Hei de perguntar por ella á irmã do fallecido.

Renovo os protestos da minha gratidão pelos obsequios de V. Ex^a.

De V. Ex^a
Coimbra 29 de Att.º V.ºr Cr.º Ob.º
Outubro de 1885.

Aug^{to} Mendes Simões de Castro
(Tômo XVI, (8.º) n.º 3471.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Recebi o apreciavel convite para assistir á proxima sessão solenne da Real Associação dos Architectos, favor que muito e muito agradeço.

Bem quisera eu ir assistir a essa esplendida festa; dão-se, porem, circunstancias que me não permitem sahir de Coimbra em tal occasião.

Por este correio envio a medalha. Digne-se V. Ex^a de acceitar mil protestos de gratidão do

De V Ex^a

Att.^o V.^{or} Cr.^{do} Ob.^{do}

Coimbra 14 de Setembro
de 1885 Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XVI, (8.^o) n.^o 3436.)

Coimbra 27 de Fevereiro de 1885
Ex.^{mo} Sr.

Como V. Ex^a poderá ver do catalogo que remetto as medalhas de que V. Ex^a me falla na sua prezada carta não figuram nelle. Sei que a irmã do Sr. Philippe Simões nunca pensou em vendel-as.

Li-lhe o alvitre de V. Ex^a e ella muito se commoveu incumbindo-me de agradecer a V. Ex^a a sua lembrança tão honrosa para a memoria do finado. Mais me incumbiu de dizer a V. Ex^a que está prompta a emprestar as medalhas para apparecerem com o retrato na occasião da inauguração mas que deseja que posteriormente lhe sejam restituídas.

Nesta conformidade digne-se V. Ex^a avisar-me, com antecipação, do dia em que a inauguração se fará a fim de eu remetter as medalhas a V. Ex^a.

De V Ex^a

Att.^o V.^{or} Cr.^o Ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XVI (8.^o) n.^o 3318.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Soubé pelo cômodador Delfim José de Oliveira que V. Ex^a tem passado algum tanto incommodado, o que de-
veras sinto. Folgarei com ter noticias das melhoras de V.
Ex^a e faço por ellas sinceros votos.

Ha tempos recebi o obsequio de um exemplar do n.^o
1.^o do tomo 5.^o do interessante *Boletim da Real Associação
dos Architectos*, que devidamente agradeçi a V. Ex^a; ulti-
mamente porem recebo *outro exemplar do mesmo numero*.
Creio pois ter havido engano na expedição deste exemplar.
Peço a V. Ex^a se digne dizer-me ou que devo fazer delle
ou se haveria da parte de V. Ex^a a intenção de o destinar
para a Bibliotheca da Universidade. Aguardo as determina-
ções de V. Ex^a a este respeito.

Coimbra 24 de Junho de 1886

De V. Ex^a

Att.^o V^{or} Cr.^{do} m.^{to} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XVII, (8.^o), n.^o 3590.)

Particular

Coimbra 16 de Fevereiro de 1886

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Como V. Ex^a sabe, estou servindo interinamente o car-
go de Bibliothecario da Universidade. Nesta qualidade tenho
um grande sentimento de não ver nesta Bibliotheca o ma-
gnifico periodico da nossa Associação—*Boletim de Archi-
tectura e de Archeologia*—.

Ouvi dizer que a Real Associação dos Architectos pode dispor de um certo numero de collecções para varios institutos. Ouso lembrar a V. Ex^a que, sendo isso assim, seria muito bem destinada uma para esta Bibliotheca, á qual concorrem grande numero de leitores. Assim a existencia do *Boletim* aqui será um meio efficaz de promover o gosto e o amor ás nossas antiguidades, e será tambem o meio de se tornarem mais conhecidos os bons serviços da nossa Associação.

Faço votos para que o meu alvitre seja bem recebido por V. Ex^a, de cuja illustração e bondade espero obter perdão para a minha ousadia.

De V. Ex^a

Att.^o V.^{or} Cr.^{do} m^{to} Ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XVII, (8.^o), n.^o 3516.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Coimbra 26 de Janeiro de 1886

O individuo que escreveu a V. Ex^a a respeito de um medalhão que estava na esquina de uma casa no largo da Sé Velha, não é o artista que V. Ex^a suppoz: é o D.^r Augusto Rocha, lente de medicina na Universidade, o qual comprou ha pouco a referida casa e anda procedendo á edificação de um novo predio no mesmo local.

Tenho *motivos especiaes* para não me dirigir ao referido cavalheiro, e assim peço a V. Ex^a me dispense de ser o intermediario entre V. Ex^a e elle. V. Ex^a poderá escrever-lhe.

Amanhã deverei mandar a V. Ex^a um folheto acerca

dos tumulos de D. Affonso Henriques e D. Sancho I. Irá outro para o Boletim.

De V. Ex^a
Att.^o V.^{or} Cr.^{do} Ob.^{do}
Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XVIII, (8.^o) n.^o 3709.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Recebi por offerta de V. Ex^a a interessante—*Memoria Historica da Fundação, Progresso e Trabalhos da Real Associação dos Architectos etc.*—Dou a V. Ex^a mui cordiaes agradecimentos por este obsequio, que muito me pehorou e que muito apreciei. Foi para mim muito agradavel a leitura deste interessante trabalho de V. Ex^a.

Recebi e tambem agradeço o *Diario de Noticias* em que se lia a descripção do que se passou na sessão solenne.

E' para mim muito honroso o convite que V. Ex^a se dignou dirigir-me para que eu escreva alguma cousa. Bem preciso eu corresponder aos obsequiosos desejos de V. Ex^a, mas ha tempos que estou soffrendo incommodos que me tornam muito penosa qualquer applicação um pouco cuidada, qual deveria demandar o artigo que V. Ex^a se dignou indigitar. Se porem na occasião presente, e com o intuito que V. Ex^a tinha em vista, não posso prestar o meu humilde e obscuro contingente, espero que d'aqui a algum tempo poderei enviar para o jornal da Associação qualquer outro escripto que esteja em harmonia com a indole do referido periodico.

Renovo os meus agradecimentos pelos valiosos obse-

quios de V. Ex^a, e tenho a honra de me assignar com o maior respeito

De V Ex^a

Att.^o V.^{or} Cr.^{do} m.^{to} Ob.^{do}

Coimbra 5 de

Dezembro de 1889.

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XXI (8.^o), n.^o 4348.)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Tive o obsequioso convite de V. Ex^a para assistir á sessão solenne que amanhã se hade celebrar commemorando o 25.^o anniversario da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes de que V. Ex^a é dignissimo Presidente. Motivos alheios á minha vontade não me permittem sahir de Coimbra nesta occasião, o que muito me penalisa, pois seria para mim muito honroso e muito agradavel assistir a essa commemoração festiva.

Agradecendo o penhorante convite, aproveito este ensejo para felicitar V. Ex^a pelos serviços relevantes que tem prestado ao paiz propagando tão efficazmente o gosto das bellas artes e da archeologia, e concorrendo para se conservarem tantos objectos interessantes que se guardam no museu da Associação; e faço os mais ardentes votos para que ella, sob os auspicios de V. Ex^a, continue a viver prosperamente proseguindo na sua nobre e civilisadora missão.

Coimbra 21 de Novembro

de 1889

De V Ex^a
Att.^o, V.^{or}, Cr.^{do} m.^{to} ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro
(Tômo XXI (8.^o) n.^o 4340.)

Ex^{mo} Sr.

Coimbra 25 de Março de 1891

Tive a carta em que V. Ex^a me pede alguns esclarecimentos acerca da Bibliotheca da Universidade. Para responder necessito fazer certas averiguações no proprio estabelecimento; mas como este está fechado hoje, amanhã e alem d'amanhã, somente no sabbado me será possivel proceder áquellas averiguações.

De V. Ex^aAtt^o, V.^{or} Cr.^{do} Ob.^{do}

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo XXII, (8.^o) n.^o 4513.)Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Coimbra 22 de Novembro de 1890

Em resposta á penhorante carta com que V. Ex^a se dignou obsequiar-me, e que muito estimei receber, tenho a informar que na Bibliotheca da Universidade não se encontra o interessante *Boletim dos Architectos*. Apenas lá achei outra publicação do mesmo genero que o procedeu, na qual V. Ex^a collaborou, intitulada: «*Archivo de Architectura Civil, jornal da Associação dos Architectos Portugueses e Archeologos*», cujo primeiro numero apparece em 1865. Esta collecção porem está incompleta, pois della só lá existem seis numeros (n.^{os} 1 a 6), e as estampas 1 a 13, faltando porem as estampas 7 e 10. E' para sentir que esta interessante collecção não esteja

completa. Dezejo a V Ex^a muita saude e muita satisfação, e fico ás ordens de V Ex^a, ambicionando occasiões de lhe ser prestavel, como

De V Ex^a

Att.^o V.^{or} Cr.^{do} m.^{to} Ob.^{do}

Aug. Mendes Simões de Castro

(Tômo XXII, (8.^o), n.^o 4465, bis.)

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Com muita satisfação recebi o brinde com que V Ex^a se dignou obsequiar-me—*Relatorio da Commissão dos Monumentos Nacionaes apresentado ao Ministro das Obras Publicas pelo Presidente da referida Commissão em 1884.*

Li com muita curiosidade este valioso documento, em que tanto se patenteam o amor e os serviços de V Ex^a aos nossos monumentos. Agradeço muito e muito a V. Ex^a esta penhorante oferta.

Ha tempos tambem recebi a *Biographia* de V Ex^a, magistralmente traçada pelo Sr. Costa Goodolphim. A principio, por estar ausente de Coimbra, e depois por doença, demorei os meus agradecimentos a V Ex^a por este obsequio. Cumpro agora, se bem que tardiamente, nem por isso com menos reconhecimento, o agradavel dever de agradecer a oferta deste interessantissimo livro, que aprecio immensamente como um eloquente monumento erigido aos altos meritos de V Ex^a, aos relevantissimos serviços de varios generos por V Ex^a prestados tão patrioticamente. Na minha modesta livraria fica este livro occupando um lugar mais distincto entre os mais estimados. Queira o Ceu prolongar ainda por muitos e muitos annos a preciosa vida de V Ex^a.

Veja V. Ex^a se acaso lhe poderei ser aqui de algum prestimo, pois terei o maior prazer em cumprir os preceitos de V. Ex^a. Tenho a honra de me subscrever com o maior respeito

De V. Ex^a

Att.^o Vor. Cr.^{do} m^{to} Ob.^{do}

Coimbra 17

de Outubro de

1894

Augusto Mendes Simões de Castro

(Tômo XXIV (8.^o) n.^o 4813.)

¿PORQUE NÃO SE FABRICAM ADUBOS AZOTADOS EM PORTUGAL?(¹)

O anidrido azotoso foi estudado por Dulong. À temperatura ordinária constitue um gás amarelo esverdeado que se torna rutilante ao contacto com o ar. Arrefecido abaixo de -2° , torna-se dum azul anilado intenso. A sua densidade, no estado de vapor sêco, varia de 38,1 a 62,2, o que parece indicar uma parcial polimerização.

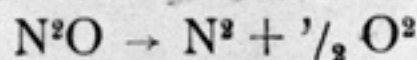
O bióxido de azote e o peróxido de azote constituem uma mistura cujas proporções dum e doutro variam segundo a temperatura. A densidade, no estado líquido, é de 1,42 e, no estado de vapor, de 1,72. Em relação ao hidrogénio, a densidade é de 24,85. Foi especialmente estudado por Gay-Lussac.

O anidrido azótico foi descoberto por Deville. Combina-se com a água produzindo calor.

Estes óxidos podem-se dividir em dois grupos, conforme correspondem ou não a reacções reversíveis.

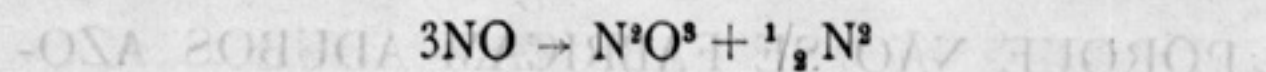
a) Primeiro grupo—não reversíveis:

1.º protóxido de azote, que se decompõe, acima de 600° :

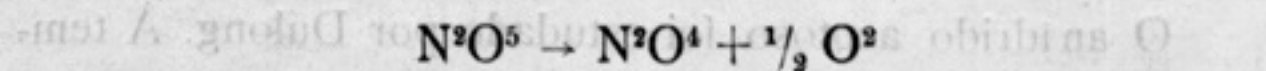


(¹) Cont. do n.º 3, vol. 88, pág. 211.

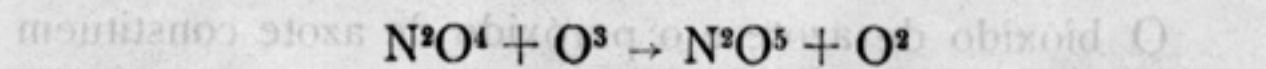
2.º bióxido de azote que, sob a pressão de 300 atmosferas, se decompõe produzindo anidrido azotoso:



3.º anidrido azótico, que é instável e se decompõe à temperatura ordinária com produção de peróxido de azote:

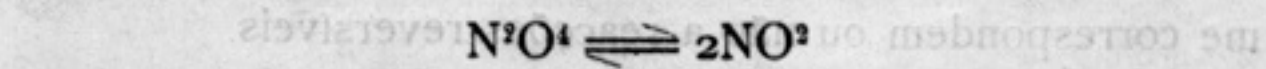
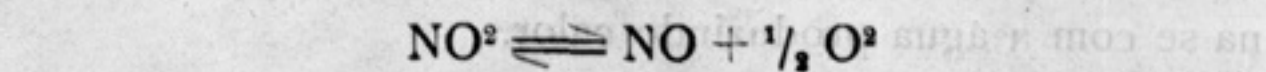


4.º peróxido de azote que, em presença do ozono, se oxida e produz anidrido azótico, mais estável em presença de um excesso de oxigénio:

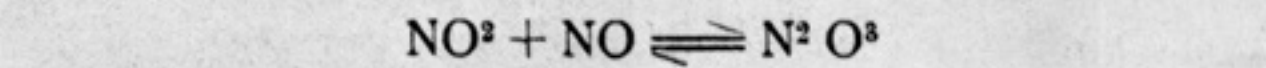


b) Segundo grupo—reversíveis:

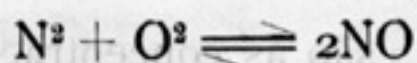
1.º dois peróxidos de azote, que se equilibram um entre 180º e 600º e outro entre 0 e 160º:



ou ainda



com equilibrio entre -150º e +30º, e



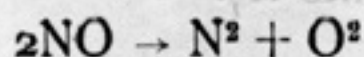
com equilíbrio entre 1.000° e 2.400°.

O equilíbrio entre N^2 e O^2 , que nos interessa presentemente, foi estudado por Nernst e Haber, os mesmos que se evidenciaram mais tarde no estudo do equilíbrio do azote e do hidrogénio para a síntese do amoníaco.

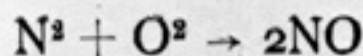
Nernst é o grande especialista destas questões. Vamos pois segui-lo.

Baseado nos estudos de experimentadores de épocas passadas, tais como Priestley, Berthelot, William Crookes e Guye, Nernst pôde prosseguir os seus trabalhos empregando um tubo de irídio munido de arrefecimento exterior.

Uma das primeiras verificações foi a de que a velocidade da reacção



é 100 ou 200 vezes superior à da reacção



E, segundo a lei da acção das massas de Guldberg e Waage, a constante de equilíbrio da reacção



à temperatura T é dada pela fórmula:

$$\frac{C_{\text{NO}}^2}{C_{\text{N}^2} \times C_{\text{O}^2}} = K_T$$

em que C_{NO} , C_{N_2} , C_{O_2} são as concentrações moleculares do óxido azótico, do azote e do oxigénio. K_T é uma constante para a temperatura T .

Quando se fazem variar estas concentrações, ficando K_T constante, o numerador terá o seu máximo ao mesmo tempo que o denominador. Para uma soma constante, $C_{N_2} + C_{O_2}$, o máximo do denominador $C_{N_2} \times C_{O_2}$ produz-se quando se tem $C_{N_2} = C_{O_2}$.

Vê-se, portanto, que a concentração máxima de óxido azótico aparece quando a mistura contém partes iguais de azote e de oxigénio.

Deve-se, por isso, trabalhar com ar enriquecido de oxigénio.

A fórmula seguinte permite calcular, pela simples dosagem do óxido azótico formado no equilíbrio, no ar a T^0 , o valor da constante K_T :

$$\frac{C^2}{\left(79 - \frac{C}{2}\right) \left(21 - \frac{C}{2}\right)} = K_T$$

chamando a C a concentração do óxido azótico e visto que a formação de uma molécula deste causa a desapareção de meia molécula de azote e meia molécula de oxigénio.

Quando a temperatura varia, os valores de K calculam-se pela fórmula:

$$-\frac{JQ}{RT} + \text{Lg } K = \text{Cte}$$

$$R = \frac{PV}{T} = 83,15 \cdot 10^6 \text{ erg/g} = 1,987 \text{ cal/g;}$$

Lg K é o logaritmo neperiano de K;

Q a quantidade de calor da reacção;

J o equivalente mecânico da caloria.

Mas, como o estudo dos valores de K que satisfazem a relação de Van't Hoff

$$\frac{\partial \log K}{\partial T} = \frac{Q}{RT^2}$$

em que T é a temperatura absoluta, mostrou uma fraca variação até 2.000°, Nernst estabeleceu a seguinte fórmula prática:

$$\log K = -\frac{4726}{T} + 0,5442$$

que Haber corrigiu para a seguinte:

$$\log K = -\frac{4730}{T} + 0,537.$$

Nernst calcula o gasto de energia da seguinte maneira:

O calor de formação do óxido de azote é, como vimos, de -21,6 calorias, o calor específico molecular médio é de 7,7 calorias-gramas por 22,4 litros de mistura de N², O² e NO, e a diferença entre o ar à temperatura de 0° e a do arco eléctrico é de 3.500°.

Para uma concentração molecular de NO a 10% teremos:

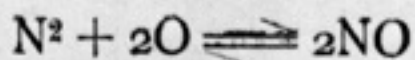
1.º Calor de formação	21,6 cal.
2.º Calor de aquecimento $\frac{100}{10} \times 0,0077 \times$	
$\times 3.500 =$	269,5 cal.
	<u>291,1 cal.</u>

A êste cálculo corresponde, por kilowatthora, a produção teórica de 175 gramas de HNO³. Todavia, na prática, é raro ultrapassar 65 gramas por Kw-h.

A conclusão que Nernst tirou em primeiro lugar é que a formação de NO, a partir dos seus elementos, não é sensível senão depois de 1.200º e o equilíbrio só se atinge, até 2.500º, depois de muito tempo. Porém, à temperatura do arco eléctrico, a 3.600º, o equilíbrio é instantâneo.

Contudo, as velocidades de decomposição são muito maiores que as velocidades de formação, sobretudo às altas temperaturas do arco eléctrico. Portanto, parece lógico que, apenas se obtenha a formação do óxido, se proceda a um imediato arrefecimento que impeça a retrogradação.

O segundo equilíbrio que importa conhecer é



Langmuir, especialista físico-químico duma das maiores companhias eléctricas norte-americanas e recente prémio Nobel, explica que êste equilíbrio só começa quando se inicia a dissociação atómica, isto é a partir de 2.400º.

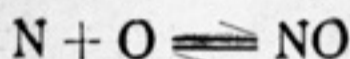
As concentrações de equilíbrio de NO são dadas pela fórmula

$$\frac{C_{NO}}{\sqrt{C_{N^2} \times C_O}} = K$$

Para o ar, esta relação dá:

$$\frac{C_{NO}}{\sqrt{0,65 \times 0,35}} = K = \frac{C_{NO}}{0,284}$$

Finalmente, o terceiro equilíbrio



só é possível á temperatura de 3.500°.

A concentração de equilíbrio é dada pela fórmula:

$$\frac{C_{NO}}{C_N \times C_O} = K$$

Para o ar, teremos:

$$\frac{C_{NO}}{0,79 \times 0,21} = K = \frac{C_{NO}}{0,166}$$

Passemos agora à realização industrial.

Para não alongarmos demasiadamente esta parte, fixaremos apenas a atenção sobre os fornos Birkeland-Eyde que são os mais importantes e que, explorados pela «Norsk Hydro» (Sociedade Norueguesa do Azote) com capitais franceses, tem tido, mercê das quedas de água poderosíssimas da Noruega, um relativo êxito económico

e, sobretudo, têm atingido uma grande elegância industrial, pois aliam à forte potência—140.000 H. P. na fábrica de Rjukanfos—uma simplicidade de fabrico impressionante.

Sabe-se que através dos gases dois condutores carregados de electricidade estabelecem uma descarga que, conforme a resistência do meio gasoso, a intensidade e a tensão da corrente, pode ser um simples eflúvio, uma série de faíscas ou um arco.

Pròpriamente quanto aos arcos eléctricos existe a seguinte relação entre a voltagem, a intensidade da corrente e a distância dos electrodos:

$$e = A + Bd + \frac{C + Dd}{i}$$

em que

e é a diferença de potencial

i a intensidade da corrente

d a distância entre os electrodos ou comprimento do arco

A, B, C, D constantes que dependem da natureza do carvão e do meio gasoso em que se estabelece o arco.

Guye, que fez vários estudos em Genebra sôbre este assunto e é autor dum modelo de forno, estabeleceu as seguintes conclusões sôbre a variação da fórmula anterior:

1.º Os arcos curtos e intensos necessitam, para o seu funcionamento, uma tensão relativamente fraca. Pelo contrário, os arcos longos e de fraca intensidade não podem existir senão sob a condição de empregar tensões muito elevadas;

2.º Qualquer que seja a aproximação dos electrodos e a intensidade da corrente, é preciso, para que o arco se

possa estabelecer, dispor duma certa tensão mínima (representada pelo termo A da fórmula);

3.º Para os arcos da mesma intensidade, a potência consumida principalmente sob a forma de calor no arco, aumenta proporcionalmente ao comprimento do arco; para os arcos do mesmo comprimento, ela aumenta proporcionalmente à intensidade da corrente que atravessa o arco. Esta potência é igual a:

$$P = A + B \cdot l + C + D \cdot i$$

Todavia Guye acrescenta que os arcos dos fornos para a oxidação do azote são duma potência mil vezes superior à daqueles que serviram para estabelecer as precedentes leis. Além disso, os arcos dos fornos são eminentemente deformados pelos campos magnéticos, como adiante se verá.

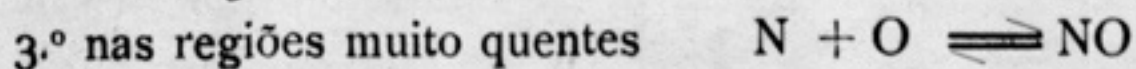
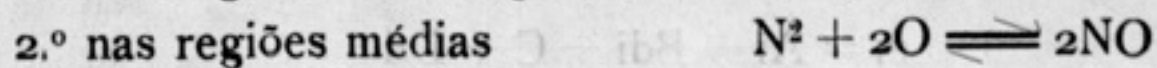
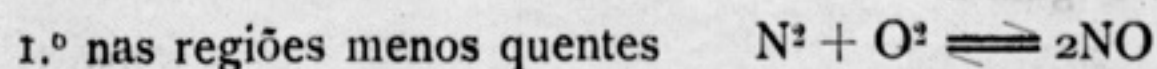
O estudo da estabilidade dos arcos eléctricos mostra que um campo magnético tende a dispersar a corrente de electrões que atravessa o meio gasoso. Isto mesmo se verifica nos espectros de faixas no infra-vermelho, espectros característicos para os diversos oxidos. Assim o N_2O^5 tem um comprimento de onda igual a $5,81 \mu$, e ao NO^2 corresponde $\lambda = 6,12 \mu$.

O fenómeno de Zeeman tem, pois, neste caso uma evidente generalização e aplicação prática. A acção do campo magnético espalha o arco que actua assim sobre um maior volume de ar e obriga a uma maior intensidade da corrente. De forma que o rendimento por Kw-h cresce com o arco. A pressão da massa gasosa também aumenta o rendimento. Os valores óptimos estão compreendidos entre 400 e 500 mm. de mercúrio. De resto, os arcos variam

conforme o tipo de forno e podem ser rectilíneos, em forma de disco, rotativos, etc.

O ar que se começa a aquecer junto às paredes do forno e vai sucessivamente atingindo 1.000° passa depois sob o arco a 3.600°.

A estas diferentes temperaturas correspondem as três reacções essenciais cujas condições de equilíbrio vimos atrás:



Logo a seguir começa o arrefecimento numa primeira fase até 1.200° e, como esta não é instantânea, há durante ela uma certa retrogradação de NO em N² e O². Numa segunda fase, os gases, em contacto com uma maior quantidade de ar frio, descem até 500°. Numa terceira fase os gases vão até à temperatura ordinária e nesta mesma fase efectuam-se diversas reacções de oxidação que transformam NO em N²O³, NO² ou N²O⁴.

O professor Birkeland e o industrial Eyde verificaram, nas suas experiências com os arcos eléctricos, que, quando se estabelece um campo magnético perpendicular ao plano dos polos e quando a corrente é continua, o arco toma a forma semi-circular. Se, porém, a corrente é alterna, o arco ora se forma dum lado ora de outro, parecendo que é inteiramente circular. Nos mais recentes fornos duma potência de 4.000 kilowatts, este círculo chega a atingir 3 metros de diâmetro.

Estes discos enchem completamente as câmaras forradas de tejos refractários e que são atravessadas por uma corrente de ar.

Os electrodos são de cobre e ôcos, de maneira que o arrefecimento se faz pela parte de dentro por uma corrente de água fria. A distância entre eles é de 1 cm. e a sua duração é de 20 a 30 dias. Os electrodos recebem uma corrente de 600 a 800 amperes sob 5.000 volts. O campo magnético dos electro-ímans compreende 5.000 linhas de força por centímetro quadrado, no centro, e é fechado na base. O ar é comprimido na dose de 40 litros por kilowatt e por minuto. A concentração de óxidos de azote é de 1 a 1,5 em volume.

Os fornos mais modernos atingem um rendimento de 600 quilos de ácido azótico por kilowattano. E' o mesmo que 65 gramas de ácido azótico por kilowatt-hora.

O engenheiro italiano Toniolo dá os seguintes números relativos aos diversos processos:

	Consumo da energia
	Kilowattshora por quilograma de azote
Processo do arco eléctrico	70 a 75
Azoteto de alumínio	18 a 22
Cianamida de cálcio	17 a 20
Amoniaco sintético	1,5

Todavia, antes da guerra ou, pelo menos, antes da crise de produção dos adubos azotados derivados da síntese do amoníaco, o nitrato de cal a 13% de azote, que era o fertilizante-tipo fabricado pelas fábricas da Noruega, vendia-se por um preço equivalente ao do nitrato de soda do Chili.

E' realmente necessário que o preço de custo do ki-

lowattano seja extremamente baixo para se poderem fabricar produtos azotados por este processo.

Por esse facto se explica também que só países como a Noruega tenham podido dedicar-se à fixação do azote por esta via em consequência das suas famosas e belas quedas de água.

A Norsk Hydro, em Notodden, utiliza 60.000 Kw de duas quedas de água; a fábrica de Rjukan I, utiliza 110.000 Kw, duma só queda de água em 96 fornos Schönherr de 800 Kw. cada, dos quais 72 são mantidos em trabalho contínuo e 6 fornos Birkeland-Eyde de 3.200 Kw. A fábrica de Rjukan II utiliza 110.000 Kw, possui 36 fornos Birkeland-Eyde de 4.000 Kw. cada um alimentados por 10 turbinas geradoras. Os gases de Rjukan II são conduzidos aos aparelhos de absorção de Rjukan I por 8 grandes tubos de alumínio e passam em 60 tôrres de absorção, de granito.

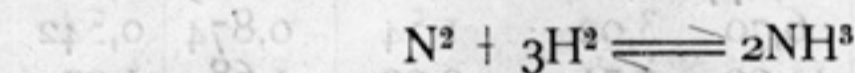
A Nitrum Company tem uma fábrica de 6.000 Kw em Bódio, na Suíça, e uma de 13.000 Kw em Rhina, na Alemanha. O forno trabalha com corrente trifásica; os electrodos são de ferro e arrefecidos por água. Em Bódio a absorção faz-se por meio de tôrres dando NO^3H a 60%.

A fábrica de Rhina é a única que tem empregado ar enriquecido de oxigénio. Esta sociedade tem também desenvolvido o método da recuperação dos óxidos de azote por arrefecimento dos gases e separação do NO^2 líquido, que pode ser armazenado em reservatórios de aço e transformado em NO^3H num autoclave com água em presença de oxigénio a 5 atmosferas.

CAPÍTULO II

A SÍNTESE DO AMONÍACO PELO PROCESSO HABER

A síntese do amoníaco a partir dos seus elementos foi, como tantas outras sínteses, objecto de estudo por parte de numerosos investigadores durante todo o século passado. Entre eles distinguiram-se Kuhlmann, Tellier, Johnson, Ramsay, Young, etc. Mas só com Henrique Le Chatelier, uns anos antes deste século, se começou a aplicar os métodos científicos ao estudo do equilíbrio da reacção:



Em 1901 Le Chatelier registou mesmo uma patente em que preconizava o emprêgo de pressões até 100 atmosferas.

Em 1905 Fritz Haber, professor do Politécnico de Karlsruhe, que havia de ser um dia prémio Nobel por estes mesmos estudos e que acaba de morrer no exílio por ter, como Alberto Einstein, nascido israelita, prosseguiu, de colaboração com o inglês Le Rossignol, no estudo das condições de equilíbrio da reacção. Como alguns resulta-

dos que então se tornaram conhecidos estivessem em desacôrdo com o teorema de Nernst, que permite calcular o equilibrio duma reacção em função das constantes físicas dos corpos em presença, Walter Nernst interessou-se pelo assunto, retomou o fio das experiências encetadas, refê-las, achou resultados práticos piores do que os de Haber e, mais ou menos em acesa rivalidade, os dois eminentes professores alemães de Karlsruhe e de Hamburgo tentaram esclarecer a questão.

Já, pelos trabalhos de Le Chatelier, se sabia que quando a pressão aumentava, o equilibrio se deslocava e as percentagens eram modificadas no sentido que tende a diminuir a pressão. Daqui resultava que, crescendo a pressão, o amoníaco formado aumentava como mostra o seguinte quadro devido a Haber:

	Proporções de amoníaco em equilibrio				
	550°	650°	750°	850°	950°
	%	%	%	%	%
1 atm.	0,077	0,032	0,016	0,009	0,0055
100 atm.	6,70	3,02	1,54	0,874	0,542
200 atm.	11,90	5,71	3,00	1,68	1,07

Por êle se conclui que a percentagem de amoníaco formado aumenta directamente com a pressão e inversamente com a temperatura. Quere isto dizer que a dissociação aumenta com a temperatura, havendo pois vantagem em trabalhar com baixas temperaturas e, se mais baixas temperaturas não podem ser, é porque o factor *velocidade de reacção* intervém. Na verdade, a menos de 550°, se as percentagens de NH_3 formado são maiores,

o tempo necessário para as obter cresce para o infinito.

Aqui um outro factor entra em cena: o catalizador ou adjuvante que acelera a reacção.

Haber empregou várias substâncias e mais tarde, já na fase semi-industrial, de colaboração com os Drs. Bosch e Mittasch, da «Badische Anilin und Soda Fabrik», assentou no ferro impuro que fôra um dos escolhos de Nernst, quando das experiências dêste investigador que sempre tivera um escrupuloso cuidado na pureza do catalizador. Parece, porém, que êste ferro impuro—ferro e alumina—era o segredo da reacção industrial que a «Badische» em 1913 resolveu instalar, em Opau, perto de Ludwigshafen, na margem do Reno.

As considerações sôbre a constante de equilibrio, que adiante se farão e que permitem prever as quantidades de amoníaco formado a partir dos seus componentes gasosos, são puramente de carácter termodinâmico e só interessam por consequência os estados inicial e final da reacção. O mecanismo desta pertence ao capítulo da cinética molecular. A acção do catalizador é semelhante à dum intermediário que, às baixas temperaturas em que as moléculas preguiçosamente se põem em contacto, as força a unirem-se sem o auxílio de mais choques entre si, choques que, como se sabe, resultam da maior agitação molecular, que é o calor e é medido pela temperatura.

Na reacção que nos interessa, como mostra o quadro de Haber acima indicado, às temperaturas superiores a 550° e à pressão de 200 atm., as proporções de amoníaco no equilibrio são fracas.

A 550° e a 200 atm., a proporção, bastante boa, é de 11,9 % de NH_3 . Todavia, para obter êste resultado termo-

dinâmico, o tempo é longo demais para que a reacção tenha útil aplicação.

É nesta altura que a termodinâmica pede o auxílio à cinética e que o catalizador-acelerador intervém e faz aumentar a velocidade da reacção, verdadeira derivada dos percursos moleculares em relação ao tempo.

Mas esta acção do catalizador é assaz complexa; em parte verificada experimentalmente, mas noutra parte ainda em regime hipotético.

Adiante daremos notícia dos mais recentes trabalhos sobre este assunto.

Por agora e para não alterar a cronologia do assunto catalizador, contentar-nos-emos com os resultados experimentais, repassados de empirismo, que Haber e os investigadores da Badische applicaram às primeiras instalações de ensaio do período que vai até 1915.

Após este rápido golpe de vista sobre a história da marcha da síntese do amoníaco, desde que os investigadores se começaram a preocupar com ela até à primeira realização industrial, vamos analisar um pouco mais de perto o processo Haber-Bosch para podermos mais tarde compará-lo com os outros processos.

(Continua)

MANUEL GÁSPAR DE BARRÓS

HOMENAGEM AO DR. AFRÂNIO PEIXOTO

ASSEMBLEIA GERAL DO «INSTITUTO» DE COIMBRA
REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 1935 EM HONRA DO SEU
SÓCIO HONORÁRIO DR. AFRÂNIO PEIXOTO

Alocução do presidente do «Instituto» Prof. F. M. da
Costa Lôbo:

Ex.^{mo} Sr. Dr. Afrânio Peixoto!

Venerando Reitor da Universidade de Coimbra!

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Anunciam os jornais que o sábio professor Dr. Afrânio Peixoto, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, será recebido hoje pelo «Instituto» de Coimbra em sessão solene. Realmente o «Instituto» de Coimbra quereria revestir-se com as mais vivas galas para dar a esta sessão distinto realce; contudo, devo observar que a notícia envolve um equívoco. O Dr. Afrânio Peixoto encontra-se aqui por direito próprio, antigo membro honorário deste «Instituto», e somos nós, seus consócios, que temos a honra de gozar a companhia de Sua Ex.^a, que a esta instituição dá a consideração da sua prestigiosa individualidade, tão notável no campo das ciências como no campo das letras, e na qual sobressaem distintos méritos esmaltados sobre um fulgurante fundo constituído pelas mais límpidas e formosas qualidades morais.

Meus Senhores! Dar-me-ia grande satisfação ocupar-me nesta ocasião da obra complexa e monumental do Dr. Afrânio Peixoto; felizmente, porém, um nosso ilustre consócio, o professor Joaquim de Carvalho, com autoridade especial, vai desempenhar-se, seguramente com grande brilho, da missão de dar-nos, num sucinto estudo, por não permitir mais o pouco tempo de que o Dr. Afrânio Peixoto dispõe, um esboço daquela obra.

Pela minha parte poucas mais palavras acrescentarei.

Lembrarei que há poucos anos, presidente da Liga Naval, promovi em Lisboa uma sessão daquela instituição em honra da esquadra italiana que então visitava o nosso país.

Referindo-me à admirável acção desenvolvida pela nação romana hoje representada pelo poderoso reino da Itália, observei que múltiplos foram os aspectos que a notabilizaram:—as suas vastas conquistas; as obras gigantescas que por todo mundo então conhecido empreendeu e levou a cabo, os monumentos com que atestou a eminência da sua civilização e a sua influência, as sábias leis que espalhou. Ao mesmo tempo acrescentei:—Essa formidável soberania mundial volatilizou-se; dessas estradas de sólida construção e desses colossais monumentos só subsistem ruínas, é certo por vezes grandiosas; até dessas leis que por muito tempo perduraram nas instituições de novos povos, devido às constantes mutações das condições que caracterizam as épocas atravessadas pela humanidade, existem somente fugitivos reflexos que ainda são conservados como marcos de referência.

Mas se, a bem dizer, tendo quanto era material, embora tenha deslumbrado profundamente a humanidade desapareceu na voragem dos tempos, alguma coisa de particular

importância subsiste e exerce influência decisiva nos destinos dos povos.

Refiro-me à linguagem que os romanos espalharam, e é indubitável que a linguagem constitui um elo fortíssimo que une as populações que a comungam. A despeito de profundas e perturbadoras vicissitudes, através da poeira de tantas obras de arte destruídas, a linguagem latina distribuída pelas legiões romanas, e esculpida em obras lapidares, subsiste e consolida a civilização a que nos honramos de pertencer, o Dr. Afrânio Peixoto, como ilustre representante de uma nação florescente que é o mais legítimo orgulho da grandiosa acção civilizadora proseguida pelos portugueses, e para altos sucessos destinada, e à qual em tôdas as ocasiões trato de demonstrar a justiça que assiste a Portugal de ocupar um lugar de destaque entre as nações que mais valiosos serviços têm prestado à causa da civilização.

E como tantas vezes tenho tido ensejo de o acentuar, lamentável foi que as legiões romanas e a cultura que as acompanhava não tenham triunfado em tôda a Europa, porquanto nesse caso para as relações entre as nações que se constituíssem, existiria sempre uma benéfica influência, a da comunidade da linguagem.

Mas sendo como são justificadas as considerações que rapidamente deixo expostas sôbre a influência da língua latina nos povos que a têm como base da que actualmente usam, é evidente que para as relações entre Portugal e o Brasil atingem uma importância muito superior.

O Brasil não resultou de uma conquista, foi constituído pela adaptação das suas imensas regiões à civilização portuguesa, conduzida com inexcedível carinho, inteligência, e zêlo.

Dêste facto resultou que Portugal se alargou por aquellas ubérrimas e frondosas regiões, crescendo como cresce um organismo. E quando as circunstâncias determinaram que um novo Estado se constituísse, sòmente se deu o facto de duas administrações autónomas ficarem instaladas — as relações de parentesco conservaram-se e estreitaram-se; Portugal tem continuamente contribuído com o seu esforço, com o seu sangue para o desenvolvimento e prosperidade do Império Brasileiro.

E porque a linguagem falada no Brasil não é simplesmente uma derivação da linguagem portuguesa, mas é a própria língua portuguesa, estou certo de que nenhum acontecimento poderá, através dos tempos, atenuar a solidariedade e cordealidade entre estas duas nações.

A existência de homens da elevada estatura moral e intelectual do Dr. Afrânio Peixoto, é segura garantia de que nada poderá prejudicar êste facto, fundamental para que êstes dois povos se conservem constantemente unidos com a maior honra para a raça portuguesa e para a civilização latina.

E para que a confiança que testemunho nos destinos do Brasil e de Portugal seja ilimitada, para que esta nossa sessão fique marcando um sêlo de inextimável valor espiritual, o Dr. Afrânio Peixoto faz-se acompanhar de sua illustre Espôsa, possuidora das mais elevadas qualidades de graça, de inteligência e de virtude, a qual neste momento se encontra com o distinto sábio que o «Instituto» de Coimbra tem a honra de homenagear, na presidência da nossa assembléa.

Asseguro a Suas Ex.^{as} que nos nossos corações perdurará indefinidamente a recordação e saúde dêste acto de excepcional importância para o «Instituto» de Coimbra,

para a Universidade, a que está intimamente ligado, e até para a Nação portuguesa que certamente com êle rejubilava.

Seguiu-se no uso da palavra o Professor Doutor Joaquim de Carvalho, que acolheu o Doutor Afrânio Peixoto com esta alocução:

E' um dia festivo para o Instituto de Coimbra êste em que vos recebemos, Sr. Professor Afrânio Peixoto, e para mim mais do que festivo, jubiloso, porque à admiração intelectual, de sua natureza fria e objectiva, se ajunta a alegria cálida da amizade e o reconhecimento às vossas benemerências.

Consenti, porém, que o amigo cale o que lhe vai na alma, e ceda a palavra ao admirador para recordar em breve compêndio aos estudantes que me ouvem a singular carreira da vossa individualidade.

Desde aquêle dia distante de 1900, na Baía, em que a vossa juventude exuberante e promissora declarara a guerra ao lugar-comum das letras, com a *Rosa Mística*, e o esteta rendia culto idêntico à subtileza exotérica do símbolo e ao refinamento e excentricidades da elegância, que variedade de dons, e que prodigalidade nas dádivas dos bens espirituais!

Se considero a vossa vida externamente, na sua acção social, encontro-vos em quási todos os locais em que um homem pode servir pacífica e decorosamente a Pátria; se contemplo a vossa vida interior, nas suas inquietudes, nas suas incidências, nas suas realizações, admiro o engenho que marcou com o sêlo da Beleza, do Saber e da *Humanitas seu modestia* tudo aquilo em que poisou.

Mestre, vós haveis honrado as cátedras da Faculdade de Direito da Baía e da Faculdade de Medicina do Rio, e como Reitor da Universidade fluminense, representado a Ciência brasileira no que ela tem de mais alto; administrador, vós haveis sido Inspector sanitário no Rio, Director do Hospício nacional de alienados, Director da Escola Normal do Rio, e Director Geral do Ensino Público do Distrito Federal; académico, vós haveis ascendido à presidência da Academia Brasileira de Letras e se o Brasil recordará sempre a vossa presidência, quanto mais não seja pela fundação da Biblioteca de Cultura nacional, que por unânime decisão da douta Companhia leva hoje o titulo Colecção Afrânio Peixoto, Portugal também a não esquece, porque à vossa solicitude ficou devendo a cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa; e ao vosso culto do nosso Poeta nacional a idea da fundação da cátedra de Estudos Camonianos, da mesma Faculdade, que a benemerência de Zeferino de Oliveira tornou realidade e o grande Mestre Dr. José Maria Rodrigues ilustrou perduravelmente; político, vós haveis conhecido a consagração pública da vossa devoção patriótica quando os povos da Baía vos elegeram deputado ao Congresso nacional.

Tantas e tão variadas occupações são a projecção de uma singular personalidade, o reconhecimento público das suas aptidões e capacidades; mas com serem variadas, decorosas e beneméritas, eu creio, Senhores, que é no domínio da Inteligência que Afrânio Peixoto fixou para a posteridade o seu perfil inconfundível.

Como os homens da Renascença, a vida do espirito é nele estuante, e não conhece fronteiras, nem abismos; o pensamento lógico e o pensamento imaginativo, o histórico e o prospectivo, a observação e a meditação, a verdade e

a beleza, não fragmentaram a torrente impetuosa da sua vida interior num delta de especialismos e de curiosidades.

A pujança do seu espírito tudo avassala! Por igual é o cientista da Medicina Legal, da Higiene Geral, da Medicina Preventiva, da Criminologia; o pedagogo do *Ensinar a Ensinar*; o sociólogo da *Minha terra e minha gente*; o ensaísta político da *Marta e Maria*; o folclorista das *Trovas brasileiras* e das *Missangas*; o filólogo do *Dicionário dos Lusíadas*; o historiador das *Cartas jesuíticas*; o editor de *Gandavo* e dos clássicos brasileiros; o crítico literário de *Castro Alves, o poeta e o poema*, e das *Noções de história da Literatura brasileira*; o esteta do drama simbólico *Rosa Mística* e das *Parábolas*; o romancista da *Esfinge*, da *Bugrinha*, da *Fruta do mato*, da *Maria Bonita*, das *Razões do Coração*, e da *Sinhásinha*, conjunto admirável que *Wilhelm Giese*, professor da Universidade de Hamburgo, julga «a epopeia do povo brasileiro ou como também se poderia formular, a *Comédie humaine* do Brasil»; o renovador da erudição e da crítica camonianas da *Dinamene* e dos *Ensaíolos camonianos*, de que tive a honra de ser editor num tempo em que podia dizer que também ensinava imprimindo os livros de outrem.

A nossa Europa, fatigada e melancólica, nesta era cinzenta, sacrifica por demais ao especialismo bárbaro, ao tecnicismo estreito, à advocacia e à engenharia, para poder gerar mentes que abarquem a vida na plenitude das suas maravilhas. Afrânio Peixoto traz à nossa Europa este espírito de universal curiosidade, de insatisfeito amor da beleza e da verdade,—as irmãs gêmeas a quem o nosso especialismo converte em dois seres irreconhecíveis e distantes. Honremo-lo, porque honrando-o veneramos o que de mais caro possuímos: a nossa linguagem, que a sua mente e a

sua pena decoraram de novos sortilégios, dignidades e nobrezas, o nosso Portugal, de quem é hoje no Brasil o mais profundo conhecedor e o mais puro amigo, e a inteligência e o patriotismo esclarecido da nossa segunda Pátria, o Brasil.

Em seguida, comovido, à ovação que lhe faziam, disse o Professor Afrânio Peixoto :

Depois disto, desta glorificação que me acabais de fazer, das palavras que condecoram, como as do meu sábio amigo Professor Costa Lobo, cuja nomeada internacional lhe dá incontestável soberania; depois deste louvor, o mais belo hino que poderiam ouvir meus ouvidos embevecidos, sobre a minha obra, enaltecida pela generosidade sem par do meu sábio amigo Joaquim de Carvalho; depois dos aplausos, tão ferventes e tão demorados, desta augusta assembléa, que confinam com os de uma ovação ou de um triunfo... depois disto, que vos poderei dizer?

Que sendo tão pouco, e recebendo tanto, lembra-me bem a possibilidade daquêle mito, de fabulosa personagem, que tinha o condão de tornar ouro tudo o que tocasse... Assim sou eu agora, para os meus amigos Portugueses. O coração, que faz milagres, fez isto desta transmutação...

Minha maior alegria, transcendendo do indivíduo, que não conta, foi certificar-me, de vista, da identidade da gente e de seu transunto espiritual, a língua, a que me garante uma continuidade de alma portuguesa aquém e além-mar. Sômos os mesmos e nem o clima diverso mudou a fala dos homens, tanto a intensa inter-comunicação de nosso tempo nos dá uma similitude, senão uma igualdade de sentir e de dizer. Outrora, e ainda agora, havia numa Suíça

três línguas e trinta dialectos; hoje o imenso Brasil fala a mesma língua e ela é regida pelos cânones que nos dá a mãe pátria. Os melhores escritores brasileiros são os de escorreita forma portuguesa. O maior dicionarista lusitano é o meu compatriota Moraes Silva. Esta língua comum, que fala a mesma gente, ora cinquenta milhões, amanhã quinhentos milhões de homens cultos, é a esperança que tinha, e que levo, do Portugal daqui para o Portugal maior que é o meu Brasil.

O «Instituto» de Coimbra, que ora me recebe—e com tanto carinho que associa a essas homenagens a melhor metade de mim mesmo—representa para mim, desde muito, a cidade sem par em nossa cultura, que, desde o século XIII, acende nesta ponta do Ocidente o deslumbrante farol da Universidade portuguesa... Atravessei os mares, tornei pelas pègadas dos descobridores que inventaram o Brasil no último ano do século XV, para ajoelhar diante de Coimbra...

E é neste momento patético de minha vida, que a amizade me levanta, genuflecto, para abraçar-me, para me enaltecer, fazendo supor não sou apenas um mero português de além-mar, mas pertenço à grei e, honrando-me dela, iludo-me quasi a pensar que ela se honra de mim... Perdoai-me se me desvairo, querendo acreditar no que me disseram os sábios Costa Lôbo e Joaquim de Carvalho e os aplausos desta assembléa augusta, que transborda do «Instituto» de Coimbra... Muito obrigado!

NOS SAUDOSOS CAMPOS DO MONDEGO⁽¹⁾

Foi frente à cidade de Coimbra, na sala nobre dos paços da Rainha Santa, que se desenrolou a tragédia da decapitação da formosa Inês de Castro. Por uma razão de Estado, invocada pelo rei Afonso IV, se perpetrou o crime; mas o sentimentalismo português sentiu-se afrontado com a barbaridade e a repulsa foi levada para a literatura pelos nossos melhores poetas e dramaturgos.

CAMÓES, em duas magistrais estâncias dos *Lusíadas*, sinteticamente, descreve o horrífero episódio. Os seus comentadores, porém, não o entenderam devidamente.

Procurar a verdade em CAMÓES, no passo inêsiano, estou que é homenagear Coimbra e assim Simões de Castro. Vou tentar fazê-lo.

Eis as estâncias (132 e 134, C. III):

*Tais contra Inês os brutos matadores,
No colo de alabastro, que sostinha
As obras com que amor matou de amores
Aquelle que depois a fez Rainha:
As espadas banhando, e as brancas flores,
Que ella dos olhos seus regadas tinha,*

(1) Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

*Se encarniçavão, fervidos e yrosos,
No futuro castigo não cuidadosos.*

*Assi como a bonina que cortada,
Antes do tempo foy, candida e bella,
Sendo das mãos lacivas maltratada,
Da minina que a trouxe na capella:
O cheiro traz perdido, e a cor murchada:
Tal está morta a palida donzella,
Secas do rosto as rosas, e perdida
A branca e viva cor, co a doce vida.*

O dr. JOSÉ MARIA RODRIGUES comenta assim a primeira destas estâncias: «Segundo a feliz interpretação do dr. Afrânio Peixoto, «as brancas flores» são os peitos. Os matadores banham as espadas no colo que sustinha as obras, isto é, os olhos, as faces, etc., e banham as brancas flôres. Ao chegar ao segundo complemento, o gerúndio «banhando» desliga-se da remota circunstância de lugar. Sôbre o género da morte de D. Inês (a degolação, e não o que o poema refere), cf., por exemplo, o trabalho de D. CAROLINA MICHAELIS na *Lusitânia*, V-VI.» (Pág. CXII-Notas, da Edição Nacional, 1931).

O dr. J. M. R. alude aqui a um trabalho publicado, pelo dr. AFRÂNIO PEIXOTO, na *Lusitânia*, fasc. V-VI, 1925. Posteriormente, o ilustre camonista brasileiro ampliou o seu estudo em *Ensaio Camonianos*, 1932, pág. 268 a 278, o qual termina pela seguinte conclusão:

«A ordem lógica desta estância seria:

«...Tais os brutos matadores, fervidos e irosos, não cuidadosos no futuro castigo, se encarniçavam contra Inês, banhando *de sangue* as espadas no colo de alabastro que

sustinha as obras com que Amor matou de amores aquêlê que depois a fêz Rainha (sc. «seus peitos», do colo de garça, maior feitiço de Dom Pedro) e *banhando de sangue* as brancas flôres (êsse «colo branco» de alabastro, sôbre o qual lágrimas suas caíram), que ella tinha regadas de seus olhos».

Ambos estes comentadores se permitem alterar a pontuação da edição *princeps*, o que considero tam grave como mudar palavras e modificar a ortografia. E é mais, fazem-no e não nos dizem porquê.

Parece-me que a verdadeira interpretação não é a transcrita. Explicarei.

Tais contra Inês os brutos matadores,
No colo de alabastro,
As espadas banhando,

É a acção principal. Quêre dizer, os assassinos enterraram as espadas no pescoço, no colo de garça de Inês de Castro (a imagem de *banhando* não é a de mergulhar em sangue, mas no branco colo que lembraria leite); e

Se encarniçavão, fervidos e yrosos,
No futuro castigo não cuidadosos.

No colo de alabastro, que sustinha
As obras (os seios) com que amor matou de amores
Aquelle que depois a fez Rainha:
e (que sustinha) as brancas flores (as faces),
Que ella dos olhos seus regadas tinha,

O colo, ou pescoço, sustinha os seios e, por sua vez, a cabeça.

Também não há dúvida que as *brancas flores* são as rosas das faces, pois que na estância 134 se diz, claramente:

*Tal está morta a palida donzella,
Secas do rosto as rosas, e perdida
A branca e viva cor, co a doce vida.*

Perdida a branca e viva cor das rosas, que são as brancas flôres da primeira estância.

Quanto à decapitação, o poeta corrobora-a, ao contrário do parecer do Dr. J. M. R.

Estância 134:

Assi como a bonina que cortada,

(da haste, e maltratada, perdeu o cheiro e a cor murchou);

Tal está morta a palida donzella,

(assim está a donzela que cortada, a cabeça do tronco, e portanto sem vida, perdeu a cor branca das rosas do rosto).

As crónicas dizem que Dona Inês foi degolada e no seu túmulo a figuração é de o algoz que a suspende, pelos cabelos, com uma das mãos e com a outra segura a espada que lhe atravessou o pescoço. É a representação clássica do decepar da cabeça. Não se conhecem pormenores

da tragédia. Mas de pensar é que, não tendo sido uma execução preparada, a linda Inês fôsse vítima de vários golpes no pescoço, até lhe separarem a cabeça do tronco.

ARMANDO SOUSA GOMES

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sobre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso.....	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 88.º



NÚMERO 5

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1935

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Soto Maior—Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. G. I., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos da U. C.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>Boletim do Instituto</i>	375
<i>Academia Francesa—Terceiro centenário</i>	379
<i>Sub-Ripas</i> , por Manuel da Silva Gaio.	389
<i>A Educação e o Problema Económico</i> , por F. M. da Costa Lobo .	408
<i>¿Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal?</i> , por Manuel Gaspar de Barros	456

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 29 DE JULHO DE 1935

Aos 29 de Julho de 1935 reuniu-se a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra* sob a presidência do Professor dr. Francisco Miranda da Costa Lôbo.

O Presidente deu largamente conta da maneira como se tinha desempenhado da missão de representar o *Instituto de Coimbra* na comemoração promovida pela Academia Francesa para celebrar o seu terceiro centenário, e acentuou o grande brilho com que decorrera esta comemoração e as delicadas atenções que foram dispensadas ao nosso *Instituto*. O Prof. dr. Anselmo de Carvalho manifestou a satisfação com que todos os membros do *Instituto* tomavam conhecimento dêste relatório, felicitou o Presidente, e propôs que no *Instituto* fôsse publicada a respectiva notícia. Todos os membros presentes se associaram a estes votos.

O Presidente comunicou que pelo ilustre Professor dr. José Júlio Rodrigues tivera conhecimento de que um grupo de distintos professores e altas intelectualidades pernambucanas tinha a intenção de visitar o nosso país. Propunha por isso que o *Instituto de Coimbra* tomasse a iniciativa de dirigir àquelas notáveis personalidades convite para uma visita a Portugal, por intervenção de Sua Excelência

o dr. Carlos de Lima Cavalcanti, illustre Governador do Estado de Pernambuco, de que seria portador o Professor José Júlio Rodrigues. Mais uma vez contribuiria o *Instituto* para o estreitamento das relações intellectuais de Portugal com os países estrangeiros, com a circunstância de se tratar neste caso de uma nação que nos merece especial amizade e simpatia.

O Professor Pacheco de Amorim, como intérprete de todos os vogais presentes, apoiou com o maior entusiasmo esta proposta, que foi votada por aclamação.

Comunicou o Presidente que a Junta de Educação Nacional concedera o subsídio de mil escudos para a publicação da revista do *Instituto* e observou que este facto tinha duplo alcance. Em primeiro lugar era mais um testemunho official a consagrar a importância da revista. Ao mesmo tempo, atendendo ao exíguo preço da assinatura, somente 25\$00 por cada volume de cerca de 500 páginas, e a que é feita a troca com mais de 200 revistas, constituía um indispensável recurso, bem justificado, aliás, pelo prestígio que ao nosso país dá o *Instituto* e a publicação da sua revista. Depois de terem falado no mesmo sentido os vogais drs. Amadeu Ferraz de Carvalho e Rocha Madahil foi resolvido por aclamação que na acta desta sessão fôsse exarado um voto de reconhecimento à Junta de Educação Nacional e que lhe fôsse transmitida esta resolução.

Em seguida, procedendo-se à eleição de novos sócios, foram eleitos:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

MIGUEL DE ALMEIDA PILE, secretário de Legação, advogado, publicista

ARTUR DE MAGALHÃIS BASTO, chefe da secção de manuscritos da Biblioteca Municipal do Pôrto, publicista

D. HENRIQUE LEITE DE CERNACHE, CONDE DE CAMPO BELO, publicista

JOSÉ AGOSTINHO, Director do Serviço Meteorológico dos Açores, publicista

J. E. DIAS COSTA, engenheiro, publicista

JOSÉ DA SILVA RAMOS, administrador da Misericórdia de Lisboa, publicista

ANTÓNIO EMÍLIO DE MAGALHÃIS, Director da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, publicista

AGOSTINHO JOSÉ DA COSTA LÔBO, Secretário Geral do Distrito do Pôrto, publicista

RAMIRO BASTOS MOURÃO, crítico de Arte, publicista

SÓCIOS HONORÁRIOS ESTRANJEIROS

GABRIEL HANOTAUX, Presidente da Academia Francesa
MARECHAL PÉTAINE

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANJEIROS

Professor FERNAND LEMAITRE

D. ENRIQUE DE GANDIA, historiador, publicista

D. FRANCISCO RAMIREZ DE ARELLANO, advogado, historiador e jurisconsulto

MANUEL RODRIGUEZ DE LA SEDA SERRA DE SOTO Y DE SOTO, advogado, jurisconsulto

ORLANDO GUERREIRO DE CASTRO, secretário de Embaixada, genealogista

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumerindo Sarmiento da Costa Lôbo, secretário, lavrei a presente acta.

(aa) F. M. DA COSTA LÔBO

GUMERSINDO SARMIENTO DA COSTA LÔBO

ACADEMIA FRANCESA

TERCEIRO CENTENÁRIO

O Instituto de Coimbra convidado pela Academia Francesa a tomar parte na comemoração do seu terceiro centenário, resolveu em sessão de 24 de Maio de 1935 fazer-se representar pelo seu Presidente, Professor F. M. da Costa Lobo, que dêste notável acontecimento fornece a seguinte notícia:

*

* *

O tricentenário da Academia Francesa foi comemorado em Paris com a distinção peculiar às manifestações do espírito francês que, legítimo representante da civilização latina, conserva à França uma situação primacial.

A primeira cerimónia consistiu num piedoso acto que revestiu excepcional grandeza:—Uma missa presidida por Sua Excelência o Cardeal Verdier, figura ao mesmo tempo hierática e bondosa, na célebre e artística capela da Sorbonne, da Universidade de Paris. E será oportuno observar a propósito quanto é para admirar o espírito francês, o qual passa por vezes por estados de exagerada exaltação, e chega até a tomar aspectos trágicos, mas rapidamente

readquire a serenidade, e demonstra as suas distintas qualidades de tolerância e cordealidade, como se verifica na conservação do culto católico, através de singulares vicissitudes, na célebre Universidade de Paris que, há cerca de 7 séculos constitui um centro intelectual orientador da ciência mundial.

O aspecto do templo era majestoso, literalmente ocupado pelos membros do Instituto de França e professores da Universidade de Paris que ostentavam as suas insígnias, e eram acompanhados por inúmeros representantes de Academias e Universidades tanto de França como de muitos outros países, entre eles o representante da Universidade de Coimbra Prof. Luiz Carrisso, da Academia das Ciências de Lisboa, Prof. Moses Amzalak, e, do Instituto de Coimbra, Prof. F. M. da Costa Lôbo, presidente desta Instituição.

A oração que então foi pronunciada pelo sábio membro da Academia Francesa, Sua Ex.^a Monsenhor Baudrillart, Arcebispo de Mitilene e Reitor da Universidade Católica de Paris, que ao Instituto de Coimbra deu já a honra de uma conferência memorável, proferida com a eloquência e entusiasmo que põe sempre nos seus admiráveis discursos, foi sem dúvida a grandiosa cúpula desta inolvidável comemoração esmaltada por outras brilhantes manifestações do cintilante espírito francês. Na impossibilidade de publicar na íntegra esse monumento, tanto literário como científico, limitar-me-ei a registar algumas passagens de tão formoso trabalho, intitulado: «*Richelieu—La tradition française et l'Académie*».

La cérémonie qui nous réunit aujourd'hui dans cette église en évoque une autre, presque de tous points semblable, qui s'y déroula

le 15 décembre 1866. Il s'agissait alors de rendre à la paix du tombeau ce qui restait de la dépouille mortelle, profanée en 1793, du cardinal de Richelieu, «cette tête fameuse qui avait erré plus d'un siècle», et que le gouvernement de Napoléon III avait su reconquérir. L'illustre ministre qui présidait alors à l'instruction publique, Victor Duruy, remit l'auguste relique entre les mains de l'archevêque de Paris, Mgr Darboy, disant: «L'Université et l'Académie accomplissent un devoir filial.»—«Ce que les pères renversent, les fils le relèvent», répliqua l'archevêque en une phrase non moins lapidaire. Jetées à terre par la même tempête qui avait brisé le corps de Richelieu, la Sorbonne et l'Académie se retrouvaient debout, en 1866, pour honorer ce chef, encore reconnaissable, qui avait servi d'organe aux plus vastes desseins, aux plus énergiques volontés. Le discours que réclamait une circonstance aussi émouvante fut prononcé par le R. P. Adolphe Perraud, ancien normalien, prêtre de l'Oratoire, alors professeur en Sorbonne, plus tard évêque d'Autun, membre de l'Académie française et cardinal. Ce discours produisit, et pour cause, très grande impression.

Messieurs, l'année 1635 a vu le cardinal de Richelieu poser la première pierre de l'église qui complétait le monument de Sorbonne et transformer en une institution nationale, destinée à défier les siècles, une spirituelle, mais encore très modeste société d'hommes du monde et d'hommes de lettres.

La célébration du troisième centenaire de ce dernier événement, vous avez voulu l'inaugurer par un acte religieux et par un discours prononcé dans la chaire chrétienne, qu'il vous a plu de confier à un fils de l'Université de France, aujourd'hui recteur d'une université libre et membre de votre Académie.

Est-il besoin de dire à quel point il s'en tient pour honoré, à quel point surtout il en est ému?

Parler en un tel lieu, devant un tel auditoire et sur un tel sujet!

Le lieu! La maison de Sorbonne, célèbre depuis le treizième siècle, dont les docteurs furent réputés, souvent même écoutés comme des oracles, dans tout l'univers catholique. La Sorbonne, devenue à l'époque moderne le plus glorieux athénée des sciences et des lettres.

L'auditoire! Un prince de l'Église, notre archevêque, dont le zèle

incomparable met à la disposition des plus humbles, dans cette immense capitale, des foyers si nécessaires de vie spirituelle et morale; qui, demain, représentera comme légat le souverain pontife auprès d'une nation amie et alliée de la France. Le nonce apostolique, dont l'aimable présence nous est un gage de la sympathie que le Pape, qui a tant fait pour le progrès des hautes études, daigne éprouver pour nos fêtes académiques. Le directeur de l'Académie française, et ses confrères, le recteur de l'université de Paris qui, pour nous recevoir, a rajeuni cette église et qu'entourent les maîtres les plus réputés de l'enseignement supérieur. Des délégués de tant d'académies et d'universités, venus de France, d'Europe, d'Amérique, ornés de leurs propres mérites et de la renommée des établissements auxquels ils appartiennent. Les descendants enfin de la noble famille dont le cardinal a immortalisé le nom.

Le sujet! Le cardinal de Richelieu, de qui pendant cent cinquante ans l'éloge, prononcé par les orateurs les plus divers, n'a cessé de retentir dans toutes les solennités et réceptions académiques. Aujourd'hui même, je vois ici l'évêque lettré qui récemment, à Richelieu, puis à Luçon, ajoutait de belles pages à une si imposante série; je vois l'historien le plus savant, le plus clairvoyant, le plus brillant comme le plus solide, à qui la Providence, aidée de nos suffrages unanimes, réservait la présidence de notre Compagnie à l'heure solennelle de ce glorieux anniversaire.

Que ne puis-je lui céder cette place? Que dirai-je qui n'ait été dit? Une seule ressource me reste: faire parler Richelieu lui-même sur lui-même, et grâce à Dieu c'est possible. Lorsqu'en 1717 le tsar de toutes les Russies, Pierre le Grand, vint à Paris, il voulut voir le tombeau de celui qui avait élevé si haut le royaume de France. Il contempla son image et, d'une voix forte, s'écria: «Grand homme, je t'aurais donné la moitié de mon empire pour apprendre de toi à gouverner l'autre.»

Messieurs, imitons Pierre le Grand; interpellons le Richelieu de marbre que est ici sous nos yeux et tirons de lui pour ceux qui nous gouvernent, pour ceux qui nous enseignent et pour nous-mêmes les leçons qu'il peut encore donner.

Entreprise chimérique, m'objecterez-vous, œuvre de pure imagination! Non pas.

Sur ce lit original, en forme de tombeau antique, Richelieu n'est ni gisant ni à genoux, les deux attitudes traditionnelles réservées aux évêques. Il est à demi couché, près de mourir, mais vivant, la tête droite et haute. Et s'il est ainsi, témoignages oraux et documents tracés de sa propre main en font foi, c'est qu'il l'a voulu, et très expressément. Pourquoi? Pour se révéler à la postérité, par cette attitude même et par les attributs de son mausolée.

Attitude orgueilleuse, indigne d'un prêtre et d'un vrai chrétien? Gardez-vous de le supposer! Richelieu a demandé d'être représenté «en action de s'offrir à Dieu». En action, vous entendez bien: oui, jusqu'au bout, vouloir et agir. Mais en action de s'offrir à Dieu. Quelles sont ces statues de femmes, dont l'une pleure, effondrée à ses pieds, et dont l'autre, debout, les genoux ployés, le domine et le soutient? Serait-ce la France, la Religion, la Science, la Sorbonne, l'Académie? Ne cherchez pas. Lui-même encore l'a écrit: de ces statues, l'une est la *Doctrina* et l'autre la *Piété*. Le voici entre les deux, une main sur son cœur et l'autre sur un livre que la Piété lui tend. Il n'oublie pas le ciel; il prie; mais il est encore sur la terre; il voit, il pense, il veut.

Replaçons l'Académie dans l'ensemble de l'œuvre du grand ministre, de cette œuvre nationale qui, en 1635, est déjà singulièrement avancée, l'œuvre de l'unité du pays, l'œuvre de la prépondérance française en Europe et de sa mission civilisatrice dans le monde.

L'unité du pays. Mais l'unité politique et administrative ne sont-elles pas chose éphémère s'il n'existe une certaine unité d'esprit et de pensée?

La pensée s'exprime par des mots. L'unité de pensée se fait par l'intermédiaire de la langue écrite et parlée. Ayons donc une politique de la langue, s'est dit Richelieu. Que le français recouvre tous les dialectes et tous les patois qui subsistent dans le royaume!

De fait, il a une politique de la langue. Lui qui a touché à tout, a, de sa main, tracé plusieurs programmes d'éducation et d'instruction nationales. Quelle place y tient, sans qu'il oublie d'ailleurs les langues étrangères vivantes, l'enseignement du français!

Encore faut-il que ce français soit une langue correcte, purifiée

de toutes scories, une langue parfaite, capable, à l'égal du latin, d'exprimer toutes les idées, les abstraites comme les concrètes.

Pour promouvoir un tel progrès, de quelle utilité ne serait pas un organe central? L'abbé de Boisrobert, avec ses confidences, sur ce qui se passait chez Conrart, a fait jaillir l'étincelle. L'Académie surgit dans le cerveau de Richelieu: il en décide l'existence.

Le Parlement prend peur et, dix-huit mois durant, refuse d'enregistrer les lettres patentes du roi. Quand il s'y décide, l'Académie est par lui, si j'ose dire, «bouclée» dans sa mission littéraire et grammaticale: rédiger un dictionnaire pour définir les termes et juger les ouvrages que leurs auteurs lui soumettront. C'est tout ce qu'on lui permet.

En apparence, c'est peu, et cependant c'est assez. Là, tout est en germe.

L'Académie se met à l'œuvre; elle pâlit sur le dictionnaire dont la première édition ne vit le jour qu'en 1694. La langue se forme et prend des contours nets et arrêtés. Du même coup, l'esprit français se définit lui-même et se précise: il fixe ses qualités de mesure, d'exactitude, de sagesse qui vont lui gagner la sympathie et la confiance des autres peuples.

La langue et l'esprit de la France, à la suite des victoires de Louis XIV, se propagent dans toute l'Europe. Voilà la tradition française en marche.

O programa executado durante quatro dias compreendeu recepções oficiais como a de Sua Excelência o Presidente da República, antigo primeiro da Escola Politécnica e da Escola Normal Superior, banquetes sumptuosos como fôram os oferecidos pela Municipalidade de Paris no seu majestoso e artistico palácio do Hotel de Ville, e pela Academia Francesa nos salões ricamente decorados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e sessões inolvidáveis como a que foi realizada, com excepcional brilho no salão das cariátides do Louvre, em que tivemos o prazer de ouvir a palavra eloqüente do sábio Presidente da Academia

M. Gabriel Hanotaux, que ao nosso país dedicou carinhosas e sentidas palavras como poderá ser visto no preâmbulo em seguida publicado do seu primoroso discurso e na qual o Presidente do Instituto de Coimbra teve ocasião de entregar a Mensagem adiante transcrita, a qual foi recebida com delicada manifestação de aprêço.

Não devo deixar de registrar também a comovente cerimónia da recepção pela Academia Francesa do Marechal d'Epernay apadrinhado pelo Presidente Gabriel Hanotaux e pelo prestigioso Marechal Pétain e a visita ao Palácio Condé, em Chantilly, onde o Marechal Pétain, figura ao mesmo tempo simpática e impregnada de excepcional prestígio e autoridade fazia às honras da nação francesa.

L'Académie française, qui fut appelée ainsi, selon que Pellisson le rapporte, «parce que ce nom était le plus modeste et le plus propre à sa fondation», a été établie par le cardinal de Richelieu pour la surveillance constante et autorisée de cette faculté qui est le propre de l'homme: l'expression.

Les considérants de l'acte royal qui la crée lui donnent le mandat «de rendre le langage français non seulement élégant, mais capable de traiter tous les arts et toutes les sciences».

On le voit, c'est vers les diverses manifestations de l'activité et de l'esprit humains que s'élevait la conception et, j'oserais dire, l'intuition merveilleuse de son illustre fondateur.

La précision et la justesse de l'expression ne sont-elles pas, en effet, le signe de l'ordre et de l'harmonie, dans la pensée et dans l'action?

La famille les essaye sur les tendres lèvres de l'enfance. La société s'établit sur les prescriptions exactes de la loi. Les relations internationales sont réglées par les traités qui concilient les intérêts divers dans la formule stricte de leurs articles. La religion enfin, qu'est-elle autre chose que l'obéissance à la parole de Dieu, «Le verbe s'est fait chair»?

La langue française, à l'époque du Grand siècle, s'éleva avec une rapidité singulière au niveau où Richelieu avait voulu la porter. L'académicien Charpentier, parlant des langues en général, déterminait leur progrès d'après ce qui s'était accompli sous ses yeux: «Si l'usage ou le hasard les introduit, c'est la délicatesse du goût qui les purifie, c'est la fertilité de l'imagination qui les rend abondantes; c'est la noblesse des sentiments qui leur donne de la force et de la sublimité.»

Dans ce palais du Louvre où Louis XIV, après la mort du chancelier Séguier, assigna le domicile de l'Académie française, «ne voulant pas, selon la propre expression d'un contemporain, qu'elle tint ses assemblées en un autre lieu que dans son propre palais», sous ces voûtes de la salle des Cariatides, réalisation unique d'un de nos plus grands architectes, Pierre Lescot, et devenue l'asile des plus belles œuvres de l'antiquité, l'Académie française, célébrant le troisième centenaire de sa fondation, est heureuse et fière de saluer l'incomparable concours des délégations que les deux continents ont envoyées vers elle pour participer à cet anniversaire.

N'est-ce pas un fait remarquable et d'une autorité singulière que cette coutume répandue maintenant dans tout l'univers que l'humanité confie à certaines élites se recrutant elles mêmes le soin de veiller à l'œuvre intellectuelle et à l'adaptation du langage à la pensée? Et n'est-ce pas un fait considérable, et dont nous ne pouvons assez admirer la spontanéité et l'élan, de voir aujourd'hui, rassemblées ici, les délégations de ces corps augustes, accourues pour s'unir à nous en ce jour de communion et de joie? Quel spectacle, quel encouragement, quelle leçon!

Ces délégations, si nombreuses que je ne puis même tenter de les nommer pour leur dire notre gratitude, vont déposer sur le bureau de l'Académie française les adresses que nous apporte, avec le salut du monde entier, le flot fraternel qui nous pousse à poursuivre notre long voyage. Nous contemplerons leur cortège avec recueillement; mais, puisque nous ne pouvons les entendre toutes, nous priions quelques-unes d'elles de parler en leur nom dans nos diverses réunions.

Et, d'abord, dans cette salle des Cariatides, Rome parlera. L'un des plus illustres écrivains de cette Italie, dont nous sommes tous les tributaires, dira l'héritage qu'elle nous a transmis; il évoquera les ser-

vices et la gloire qui résonnent dans son nom. Peut-être M. Ugo Ojetti voudra-t-il se souvenir que, tandis que le canon tonnait sur le Carso, nous avons visité ensemble les ruines émouvantes de l'antique Aquileia.

Nous entendrons ensuite la voix de la plus ancienne des compagnies réunies ici: le Portugal parlera. L'Université de Coïmbre, fondée en 1290, nous dira comment ce pays, reprenant la tâche de la découverte du monde là où Hercule s'était arrêté, su ouvrir des routes ignorées sur les mers inconnues, à la recherche des terres nouvelles, et comment, pour guider ses marins, il sut capter les signes du ciel.

MENSAGEM DO INSTITUTO DE COIMBRA

Doctissime Praeses Academiae Franciae

Institutum Conimbrigense, ab Universitatis Conimbrigensis magistris ano MDCCCLII conditum, in laboribus prosequendis vitam continuam agit atque amisso sodale h.c. Praeside H. Poincaré, claros viros Baudrillart, Émile Picard, et Ducem de Broglia, doctos sodales Academiae Franciae in sapientissimis sodalibus suis honorificae numerat.

Idem Institutum de scriptis gloriatur quibus vere hi docti Instituti Collectanea, quorum edita octoginta septem volumina, locupletaverunt et laetabatur cum salutandi causa ad se veniret clarus vir Baudrillart orationemque haberet semper memoratam.

Magnitudini mentes animique nobilis Nationi Gallicae amplissimam honorem et gloriam Institutum tribuit atque inter illius res laude dignissimas Academiam Franciae quadraginta Immortalium conditam maxime habet et gratulatur quod videt hanc Academiam clariore fama florere, scientia-

rum artiumque fetus profusissime dispergere clarisque ac doctissimis viris esse constitutam.

Ut prosperitates secundaeque res in dies florentissimae sin flammaque perennis Academiae Franciae illuminet orbem universum vehementer exoptamus.

Conimbrigae, XV a Kal. Julias, Anno D.MCMXXXV



Franciscus Miranda da Costa Lôbo, Praeses
Didacus Pachecus de Amorim, ab actis

SUB-RIPAS⁽¹⁾

(EXCERPTO DUM LIVRO EM PREPARAÇÃO)

Ao abrir do século XVI vivia em Coimbra certo Licenciado⁽²⁾, por nome João Vaz, casado com Bertoleza Cabral e possuidor duns pardieiros situados a nascente da rua então chamada de *Sobre-a-riba*, ou *Sobre-a-ripa*⁽³⁾—a actual Rua de *Sub-Ripas*.

I

SITUAÇÃO

Parte a Rua de Sub-Ripas da de Quebra-Costas, dobrando a nor-nordeste, em direcção ao local onde se ergue o edifício do Colégio-dos-Órfãos (anteriormente designado Colégio-Novo) para, ao alto, junto dêsse Colégio, ir desembocar, da direita, na Rua dos Coutinhos. Ladeiam-na: a poente, uma fila de casas modestas e, ao oriente, desde o meio da sua secção plana—em seguida a outras casas de medíocre aspecto—o muro-suporte dum quintal sobranceiro.

(1) Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

(2) Em Leis? Licenciado pela Universidade de Lisboa? Pela de Salamanca?

Como é sabido, a Universidade portuguesa só em 1537 foi transferida, definitivamente, para a cidade do Mondego.

(3) Sobre a barreira ou escarpa ocidental da cidade.

Quando venhamos a vencê-la e dados poucos passos avistaremos, à esquerda, o cunhal forte duma casa antiga que fronteia o muro na altura em que êste remata a quebrar para a direita, franqueando assim à estreita via alguns dois a três metros de largura.

Chegados ao pequeno *largo*, rectangular, teremos pois: do lado esquerdo, a mesma casa cujo cunhal avistáramos logo; vemos, em frente de nós, a norte, um arco de volta inteira—por baixo e além do qual a rua segue, enlaideirando, alargada bastante, para o sítio daquele Colégio—e, corrida por cima do arco, uma fachada de dois andares, estilo *Renascença*⁽¹⁾, servida de janelas decoradas, que continua até entestar com outra parte da vivenda, encostada à barreira do levante.

Veremos, emfim, ao nosso lado direito, a tóda a extensão do largo, um muro de alvenaria—coroado pelo escudo de *armas* dos Perestrelos e em que abre o portão de entrada para o pátio desta moradia.

Não descreverei aqui as duas casas.

Descrevê-las-ei minuciosamente, em tudo quanto delas importe descrever, nos capítulos III e IV da obra a que estas páginas pertencem.

II

AS CASAS DE SUB-RIPAS

—Designo por *casas de Sub-ripas*—claro está—as que, na rua, particular e exclusivamente nos podem interessar

(1) Emprego o classificativo *Renascença* ao referir-me, especialmente, à casa do arco—a casa de *cima*; embora possa aplicar-se também à casa de *baixo*, da riba, mais antiga: começada a construir no período *manuelino*.

—como formando o curioso conjunto architectónico também conhecido sob a nobilitante designação de *Paços de Sub-Ripas*.

Não nos interessam, todavia, somente pelo que nelas foi realizado, no curso do tempo, a contar do primeiro terço do século XVI.

Do próprio interêsse que sempre teriam despertado havia de nascer o compreensível desejo de se averiguar tudo quanto antecederá a sua construção.

Passarei a expor o que—pela minha parte—consegui apurar nesse sentido.

Possuía o Licenciado João Vaz—como sabemos—uns velhos pardieiros que deveriam ocupar, a nascente da Rua de Sub-Ripas, o terreno mais tarde ocupado pela Casa *Renascença* e pelo seu pátio de entrada. Havia apenas, em face dos mesmos pardieiros, no lado oposto da rua, uma Torre⁽¹⁾ e um lanço de muralha, que faziam parte da antiga cintura defensiva da cidade. Embora de maiores proporções, era essa Torre semelhante àquela que vemos a nor-nordeste, perto do ádito do Colégio-dos-Órfãos, designada nos documentos antigos *Torre do Prior do Ameal*⁽²⁾ e crismada, há anos, em *Torre de Anto*—pelo facto de nela ter habitado o poeta do *Só*. Estaria êsse lanço da muralha meio arruïnado, a partir do último quartel do século XV.

Da Torre, porém, quási tudo ou bastante restaria ainda de pé.

Mas tôrres e muralhas tinham sido abandonadas, como defesas do burgo, desde que viera uma época de maior paz.

E nem mais, ainda que se conservassem inteiras, ofe-

(1) Designá-la-ei simplesmente pela *Torre*, para evitar confusões.

(2) Não logrei identificar êste Prior.

receriam elas, em caso de guerra ou lutas de partidos, suficiente resistência e poderoso estôrvo a investidas e assaltos, contra as novas armas e petrechos de ataque, universalmente experimentados de há tempo.

Achavam-se, pois, as muralhas de Coimbra já desamparadas, por inúteis, nos princípios do século XVI e—à volta de 1514—contavam-se já uns quarenta anos, depois que a Câmara da cidade começara a dar de aforamento, a moradores do seu burgo, a Tôrre e o lanço de sôbre-a-riba.

Traziam-nos de fôro, por essa data, um tanoeiro, de nome Bastião ou Sebastião Gonçalves, sua mãe, Catarina Fernandes, e sua mulher, Catarina Annes. (1)

Ora, bem natural era que o Licenciado—possuindo os pardieiros a nascente—quisesse, por qualquer título, adquirir a Tôrre e o lanço fronteiros.

Quando mais não fôsse, para evitar que alguém—vindo acaso a apropriar-se dêles, de futuro—ali edificasse morada e lhe tirasse de todo a vista do arrabalde e das margens do rio.

E tratou realmente de os obter—segundo consta dum documento daquele ano de 1514, lavrado em pergaminho pelo *tabellão* Gregório Lourenço.

E' o instrumento do contracto de *doação* mediante o qual os foreiros acima nomeados lhe cederam o seu direito de *aforamento do lanço e da Torre* e que foi apresentado na Câmara de Coimbra, para confirmação, aos 26 dias de Julho do dito ano, sendo *escrivão* da mesma Câmara o morador Inofre da Ponte.

(1) Habitariam a Tôrre? ¿Alguna barraca armada sôbre a muralha? ¿E, sendo assim, arrendá-las-iam a outra gente?

Eis o teor dêsse documento:

«1514—julho 12—Doação entre vivos, que ao licenciado Joham Vaaz fizeram Bastiam Gonçalves, tanoeiro, morador *na dita cidade* (de Coimbra) *ssobre-a-rryba*, e sua mulher Catharina Annes, e sua mãe Catharina Fernandes, viuva de Gonçalo Eanes, trabalhador, *de uma torre, com sseu lanço de muro* no dito loguo *de sobre-a-riba, q̄ era prazo fatyossym d'esta cidade de que pagavã della vynte e huũ Rs. cada ano de foro a cidade, que partia com a torre do prioll do Ameall e com casas do Snõr. dom felipe q̄ estã no muro da cidade e da outra banda cõ a barbacãa da cidade, e da outra com a dita rrua p̄pc.^a (pública) de ssobre-a-rryba e com pardyeiros do ld^o y^o Vaaz, e de que logo ao mesmo doado foi dada posse real e corporal pelo tabellião Gregorio Lourenço, que o instrumento lavrou—»*

Pertencia o documento acima transcrito ao Arquivo ou Cartório da Casa dos Perestrelos e estava, no ano de 1871, em poder de Miguel Osório Cabral de Castro—senhor da Quinta das Lágrimas—, a quem fôra emprestado por Francisco Alexandre Perestrello. Cedeu Miguel Osório o pergaminho, temporariamente, ao antigo jornalista Joaquim Martins de Carvalho, que o publicou na íntegra no número 2:527 do *Conimbricense* (de 14 de Outubro de 1871), donde o transcrevi.

Segundo declaração do venerando jornalista, tinha o referido documento, no *verso*, os termos de apresentação e confirmação do contrato e achavam-se-lhe apensos uns autos, processados na Câmara, cujas peças principais Mar-

tins de Carvalho também publicou na íntegra e que igualmente transcrevi.

Eram as seguintes:

a) Petição a fl. 2 apresentada em 26 de Julho de 1514.
«Snores.

O Ld.^o j.^o Vaaz morador em esta cidade de Cojmbra ffaço saber as vossas merçes como a mj foi ora feita doação per bastião Gllz. e C^a anes sua mulher e C^a ffrs sua mãj de huma torre sobre arriba da dita cidade cõ seu lãso de muro q̄ elles per si e per G^o anes seu paj e por os antecesores q̄ adãte delles trouxerã e possujrã logrãõ e possujm por titulo fatyosi cõ foro de xxj rrs em cada huum anõ a dita cidade seg^{do} aquj a vossas merçes ffaço certo per este pp.c^o est^o de doaçã q̄ me della fiserã q̄ vos offreço e por q̄ o tytollo della he perdjdo e asi elles o não tem e segd^o disposiçã do dirt^o e do dyto tpõ de quorenta anõs aberta pera mjnha majs seguridade e per q̄ sse em ella fiser bemfeitorja ao diãte não possa sobre isso vjr alguma duvjda peço a vossas merçes que se jmformem do que djto he e me mãde faser o t^o della per escritura que a todo tpõ fassa fee em o que rreceberej Justiça e mercee. M.

«E asi por quãto ali nõ he rrua corrente de bestas nem de gente senão pouca e lugar escus) por omde nunca vaj procissão nem outra cousa ppc.^a a quimpida, peço a vossas merçees que sendo caso que eu hi quejra fazer bemfeitorja em huus pardjejros que defrõte della tenho possa atravesar a rrua e faser per cima balcã sem prejujsõ algun cõtãto que a servjntja fique per baixo liure, como esta, por todo será enno-

brecimento da dita cidade em o que rreceberej mer-
cee.—Joham Vaz...

b) Despacho em vereação:

«Prove o requerimento cõ duas ou tres testemujnhas do que diz e satisfeito satisfaremos ao que for justiça—Costa—Nicolao lejtam—Diego Gllz.—Joham coucr.º—»

c) Termo da publicação deste despacho (desembargo):

d) Traslado da doação;

e) Auto da inquirição de três testemunhas—depuzeram ser verdade que há muitos anos pagavam os possuidores da tórre, com seu lanço de muro, o fôro anual de 21 reis à cidade;

f) Termo de conclusão (de conclusos) ao juiz da Câmara e regedores;

g) Novo despacho dêstes, que foi:—Folhas 6—«Antes de determijnarmos sobre esta petiçam jure o lecenceado se jsto he arrenunciação sómente hou debaixo disto a venda simulada e emtã mādaremos o que nos parecer justiça.—Costa—Ruij botelho—Joham coucr.º—Diego gllz.—Nicolao lejtam.»

h) Termo da publicação dêste despacho, em 29 de julho —

i) Termo do juramento do Licenciado, em que declarou q̃ a dita doação lhe fora feita liuremente ssem utra nhũa dessemulação--

j) Sentença final da Câmara, lavrada e publicada no mesmo dia 29 de Julho de 1514:—Folhas 7—«Vista a doaçom do rrequerente e a petiçom que com ella nos fez e a prova desta que sobre ello deu per que prova de tpõ de quorenta años e mais a esta parte a torre da contenda com suas pertenças e lanço do mu-

ro sempre andar possujda e aforada em xxj rrs. mandamos que lhe seja della feito titollo em escripto com o dito foro pera que asij em todo tpõ faça fé e asij mais visto como o lugar onde está he escusso de toda servjntja em que posto que balcam per cima se faça que atravesse a rua nom faz perjuizo alguum, ante parece seer proveitosso pera debaixo sse podem rrecolher a aver prazer em tpõ de soll e de chujva avido rrespeito a bemfeituriya que alegua lhe damos lugar e licença pera sempre pera que fazdº bemfeiturya possa fazer balcã Contanto que a servjntja debaixo fique liure e desembarguada asy como ora está.—Nicolao lejtam—Ruy botelho —Diego Gllz. Vasq. Costa—Joham coucr.º»

E' de outros contractos da época que consta ter sido o Licenciado João Vaz casado com Bertoleza Cabral.

Confirmado o contracto da doação, e obtida a necessária licença para construir o balcão ou passadiço—que ia ligar-lhe, galgando a rua, os pardieiros a nascente com o lanço da muralha e a Tôrre—não tardaria o Licenciado em dar princípio à construção consentida; talvez o próprio arco existente, pôsto haja sofrido, de então para cá, um ou outro reparo parcial.

*

Não é possível indicar datas precisas com referência tanto à construção da casa de *baixo*, sôbre-a-riba, como à da casa do arco, *Renascença*.

Devia ter sido começada a da primeira—e levada até ficar completado o andar nobre ainda durante o reinado de D. Manuel I—(1495-1521) provavelmente entre 1515 e 1521 ou 22.

Serão do reinado de D. João III, de entre 1523 e 1547: —o segundo andar daquela, de sôbre-a-riba; —a casa *Renasçença*, com o pátio que a serve⁽¹⁾; —a parte junto à barreira oriental, se não foi completada posteriormente no último têrço do século de quinhentos.

Salvo detalhes e remates que datarão, porventura, dos fins do mesmo século.

Pertencem, porém, ao século imediato —como se infere do seu estilo —: o brasão de armas, os elementos decorativos e os perfis ornamentais que coroam o muro do portão de entrada.

Ignora-se quem tenha gisado estas duas casas.

Deveremos supôr, à vista da diferença dos estilos— independentemente da consideração do tempo decorrido desde o comêço da construção da primeira até ao levantamento da segunda—que esta não tivesse sido obra do architecto daquela, do seu andar nobre, pelo menos.

Não me repugna contudo a hipótese de que um só e mesmo architecto houvesse planeado uma e outra.

Compreende-se que—estando familiarizado com o *manuelino*, logo se familiarizasse com o *renasçente*; tanto mais, quanto se verifica haver na segunda traços decorativos semelhantes aos do segundo andar da primeira; pelo que é de admitir terem sido realmente debuxados pelo mesmo

(1) Acham-se gravadas—na parede desta casa, sôbre a rua, e numa das janelas que dão para o pátio—as datas de 1542 e 1547. E' de crer que as tivessem gravado no tempo em que a construíam e quando já não faltaria muito para ficar concluída.

artista esse andar superior da casa de sôbre-a-riba e todo o plano da casa do arco.

Creio ter reconstituído, melhor ou pior, tudo quando na verdade se haveria passado com as construções de sub-ripas.

Não há todavia pleno acôrdo entre o que acabo de expor e o modo de vêr doutros admiradores dêsse pitoresco conjunto architectónico.

Cito dois dêles em especial, atendendo ao valor dos seus pareceres: o dr. Augusto Felipe Simões, desaparecido e, dos vivos, o venerado mestre António Augusto Gonçalves. Vejamos o que o primeiro nos disse—a princípio—sôbre as interessantes edificações de sub-ripas—para vermos, depois, como até certo ponto variou de opinião, declarando-o com rasgada franqueza.

Consta o seu *primeiro* parecer duma carta dirigida ao jornalista Joaquim Martins de Carvalho e que saiu no n.º 2530 do «Conimbricense», de 24 de Outubro de 1871⁽¹⁾: carta baseada em puras reminiscências do local (pois estava então Felipe Simões ausente de Coimbra) e na leitura do documento de doação da Tôrre da muralha.

Começando por transcrever esse documento até às palavras: *e da outra (banda) com a dita rrua ppc.ª de ssobre-a-rryba e com pardyeyros do ld.º Y.º Vaaz*—redigia, em seguida, os períodos que vou transcrever:

«Comparando estes dizeres (do documento da doação)

(1) Dirigiu-lha a propósito dum artigo de Martins de Carvalho sôbre o assassinio de D. Maria Teles, inserto no n.º 2526 do seu jornal, de 10 do mesmo mês de Outubro, e dum outro artigo, de Miguel Osório, relativo à mesma tragédia e publicado no n.º 2527 do dito jornal, a 14 dêsse mês.

com a petição do licenciado João Vaz e com o terceiro e último despacho da Câmara, acharemos, entre as construções mencionadas, duas em lugares certos e incontestáveis. São a torre de Bastião Gonçalves e os pardieiros de João Vaz, entre as quais construções se estabeleceu comunicação por meio do passadiço que ainda hoje subsiste.

«Parece, portanto, que o tabelião Gregório Lourenço, que lavrou o instrumento de doação, mencionou em primeiro lugar a confrontação da parte do norte, que era a torre do prior do Ameal...; em segundo lugar a confrontação oposta ou da parte do sul, que era a *casa do sr. D. Filippe*; em terceiro lugar a do nascente ou os pardieiros de João Vaz; em quarto e último lugar a do poente ou a barbacã da cidade. A barbacã significava o fosso por fora da muralha, ou outro muro mais baixo exterior, ou ambas as coisas. Mas quem era o *sr. D. Filippe* e qual a sua casa que ficava para a parte do sul? Sôbre este ponto parecem-me admissíveis as seguintes conjecturas, salvas as provas em contrário que poderão resultar do exame arqueológico:

«O título de *Dom* e a palavra *Senhor* que o tabelião lhe antepôs, estando aquêle ausente, com certeza se hão de referir a um dos primeiros fidalgos do reino, que naquele tempo tinha casa na rua de Subripas, sôbre o muro e abaixo da torre. Ora, não restando outros vestígios ou memória de tal casa, e tendo a parte meridional daquela, em que diziam fôra assassinada D. Maria Teles, toda a aparência de uns paços nobres do primeiro quartel do século XVI, inclino-me a crêr que não foi outra a casa do *sr. D. Filippe*, a qual já existia com sua porta e janelas primorosamente lavradas no estilo manuelino ao tempo

em que foi feito o instrumento de doação da torre e do lanço do muro, que seria o que ficava do lado de cima da mesma torre—

«Em abono da minha hipótese lembrarei:

«1.º Que as casas muito ornamentadas e de custosa architectura sòmente as construiriam nos séculos passados as pessoas da nobreza; sendo então muito mais do que hoje distanciadas as castas, muito mais diferentes seus usos e costumes.

«2.º Que não parece provável que um licenciado, João Vaz, construísse em poucos anos tão vasta casaria como é a que ocupa tal extensão na rua de Subripas.

«3.º Que na própria petição do licenciado exprimiu este a idea em que estava de fazer bemfeitorias nos seus pardieiros.»

Pretendia depois Filipe Simões —para prova de que o Licenciado não seria homem de grande pêsso social—fazer valer o facto de a Câmara lhe ter exigido testemunhas e juramento próprio antes de lhe deferir a petição relativa à ratificação do contrato e à construção do passadiço; e continuava: «afigura-se-me que João Vaz..., possuindo os tais pardieiros, querería reconstruí-los para sua residênciá, comunicando-lhes a torre, donde poderia à vontade espai-recer a vista pelas deleitosas margens do Mondego. É verdade—(concede F. Simões)—que actualmente a torre e os paços manuelinos formam uma só casa... Mas não acho impossibilidade em supor que as duas construções (a torre e a casa *manuelina*), no mesmo século XVI, ou noutro, fôsem reunidas, como tantas vezes succede».

Acrescentava ainda F. Simões que «quem estivesse, então ou mais tarde, na posse dos paços manuelinos (ligados com a torre) teria vindo a adquirir também a casa

construída no sitio dos antigos pardieiros de João Vaz (quando este já, por certo, não fôsse vivo).»

Concluía a carta pelas seguintes indicações:

«O exame minucioso das casas, do estilo dos ornatos que restam numas e noutras, e finalmente dalgum brasão que, por ventura, se conserve; uma pedra com certa data que appareceu nas casas onde fôram os pardieiros de João Vaz; a determinação das circunstâncias pessoais deste personagem e do *sr. D. Filippe*; a indagação do modo por que a familia Prestrello (*sic*) veio a possuir todas aquellas construções da rua de Subripas (a tôrre com a casa *manuelina* e a casa do Arco—edificada no local dos pardieiros); eis os pontos que mais convém esclarecer».⁽¹⁾

Não era irresistível, a-pesar-de tudo,—quero acentuá-lo desde já,—a argumentação desenvolvida por Filipe Simões. Logo na interpretação dos documentos, sôbre as confrontações da tôrre, êle resvalara a uma inexactidão de pequeno vulto aparente mas de importante consequência e que, assim, não poderíamos deixar ficar sem reparo: «Parece, portanto (escrevia F. Simões, como vimos), que o tabelião Gregório Lourenço... mencionou em primeiro lugar a confrontação da parte do norte, que era a tôrre do prior do Ameal...; em segundo lugar a confrontação oposta ou da parte do sul, que era a *casa* do sr. D. Filipe; etc....»

Ora, os documentos não dizem que a tôrre confrontava *com a casa* do sr. D. Filipe; dizem que confrontava *com casas* do sr. D. Filipe. E imediatamente ressalta—pela diferença do sentido do alcance dum e do outro modo de dizer—vendo-se bem, ao mesmo tempo, como fôra só dessa

(1) Tôdas estas indicações por mim foram atendidas no essencial, dentro dos limites do possível.

viciosa leitura que Filipe Simões pudera concluir ser a casa *manuelina*, a casa do sr. D. Filipe. Se a expressão *=com a casa=dava*, na verdade, a entender que se tratava de uma habitação ou morada dessa personagem, já não envolvia tal significado a expressão *=com casas=*. Apenas indicava, esta, que se tratava de *umas* casas pertencentes ao sr. D. Filipe, sem implicar que as habitasse e podendo elas constar até de quaisquer simples casebres, cujo dono fôsse—como o seria talvez de vários outros—aquêle nobre e misterioso senhor.

Tão pouco eram de admitir, indiscutidas, as razões mercê das quais o esclarecido escritor pretendia, em seguida, apoiar ainda a conjectura de que a casa de sôbre a escarpa fôsse realmente morada ou aposentadoria de D. Filipe e não obra e propriedade do Licenciado João Vaz.

Uma a uma se combatiam fâcilmente tais razões começando por se ponderar que, em Portugal ou alhures, não seriam propriedade exclusiva das pessoas da nobreza as edificações de custosa e ornamentada architectura; e que, pôsto houvesse entre nós definida distinção de classes, não iam as coisas ao ponto de formar tão fechada casta a ordem dos nobres—em frente, sobretudo, da gente letrada, mais ou menos considerável quanto aos seus méritos. Com igual facilidade se atacariam as imediatas considerações do autor, acentuando-se: que nada nos impedia de supor abastado e bizarro o nosso Licenciado—em condições, portanto, de construir e fruir a vasta casaria da Rua de Sub-ripas; que, pela circunstância de projectar bemfeitorias nos seus antigos pardieiros não ficara João Vaz inibido de empreender a edificação dessas vastas moradas; e que o ter-lhe a Câmara exigido testemunhas e juramento, antes de lhe deferir as pretensões, de modo algum signifi-

cava menor atenção e respeito, por parte da vereação; pois, no cumprimento da lei ou na observância do costume, naturalmente os exigiria a qualquer pessoa, fôsse qual fôsse a categoria social, em actos de semelhante natureza. Não podiam melhor prevalecer os argumentos que a seguir produzia. Mal, na realidade, se compreende: que o construtor e proprietário da casa *manuelina* (um D. Filipe ou outro)—se esta, acaso, existisse já à data de 1514—não tivesse adquirido a tôrre, a fim de evitar possíveis incômodos de vizinhança próxima e o devassamento da sua nobre habitação; que, por idênticos motivos, não estorvasse depois ou não tentasse estorvar a construção do passadiço de João Vaz. Observarei, ainda, que, a aceitarmos como existente, a sul da tôrre, o corpo principal da casa de sobre-a-riba, igualmente teríamos de aceitar como já existindo também, naquela altura, pois são evidentemente do mesmo período, ao menos no 1.º andar, a parte dessa construção manuelina representada pela passagem da chamada manga do norte e o prolongamento constituído por esta manga; e seríamos, assim, forçados a admitir que o passadiço estabelecido em 1514 teria ido dar de encontro a uma parede da casa—alheia—e que nela se abrira uma brecha de acesso para a tôrre. Absurdo!

Mas, acima de tudo, invalidava neste ponto tôda essa extensa argumentação uma simples circunstância de facto: o ter ficado a tôrre integrada na construção, fazendo parte da própria casa da escarpa, dos *paços nobres* manuelinos—no dizer do escritor.

Era na verdade insubsistente, como se vê, o desenvolvido arrazoado de Felipe Simões. E desnecessária e ociosa se tornava, afinal, a sua discussão. Porque—passado menos dum ano a contar da data da carta por êle dirigida

ao Director do «Conimbricense»—honradamente confessava não ter fundamento a conjectura que defendera com relação à Torre e à casa *manuelina*.

Se, todavia, o discuti, foi para que mais avultasse ainda a importância da sua reconsideração. Passo, gostosamente, a transcrever os seus períodos, não só pelo natural interesse de mostrar, embora de modo indirecto, favorecida a hipótese que, entre tôdas, mais me seduz, mas pelo puro prazer moral de dar nova publicidade a uma tão clara prova de honestidade literária.

«Em outubro de 1871 publicaram-se no *Conimbricense* os documentos donde extraímos tôdas estas indicações. Longe de Coimbra, lemos a interessante discussão que êses documentos suscitaram e que deixou plenamente provado que D. Maria Teles não fôra assassinada na rua de Sub-Ripas. Querendo, porém, interpretar as confrontações referidas (a elas aludira o escritor noutro § do seu artigo), aventámos que, se a torre doada por Bastião Gonçalves a João Vaz estivesse da parte de cima da casa, e de forma que mostrasse poder ter sido outrora um prédio separado, a do Sr. D. Filippe não seria outra senão a mesma que andava attribuída aos templários e aonde se referia o assassinato de D. Maria Teles. *Vindo, porém, depois a Coimbra, conhecemos que faltava á nossa hipótese o presuposto fundamento, qual era o da anterior separação da torre.*»

.....
Depois do ano de 1514⁽¹⁾ construiu-se na torre que fôra de Bastião Gonçalves e sôbre a muralha e terrenos adjacentes a casa apalaçada, cuja porta a fotografia re-

(1) São meus os sublinhados.

presenta.» (alude à fotografia que acompanhava o seu artigo (1)).

Deixei dito acima que, entre os partidários da segunda hipótese (entre aquêles em cuja opinião o Licenciado teria construído apenas a casa do arco), dois se contavam de reconhecido valor.

Era um dêles o Dr. A. Filipe Simões—digno de nota, nos domínios da Arte, sobretudo como erudito e investigador histórico.

O outro é António Augusto Gonçalves—mais categorizado sob o especial ponto de vista do critério artistico. Cuido podê-lo contar no número dos partidários dessa segunda hipótese em vista do que há tempo escrevia e que a seguir transcrevo:

«...E é de crêr que esta construção manuelina (a de sobre-a-riba) fôsse a casa do *Sr. D. Filippe*,—de que résam documentos de 1514 (refere-se à escritura da doação da tôrre)»(2).

(1) V. «Panorama Photographico de Portugal» Vol. II, 1872—págs. 67 e 68.

(2) Em vão tentei apurar quem fôsse êste *D. Filippe*, cujas casas deveriam ficar a sul sudoeste da tôrre, para os lados da barbacã de Almedina, talvez na aba da vertente. Nada nos próprios nobiliários encontrei sôbre qualquer personagem que, pela época, eu pudesse identificar com o D. Filipe citado na sua qualidade de proprietário em Coimbra ou como interessando de algum modo à vida do nosso burgo. Aparece-me um D. Filipe—é certo—mas no ano de Cristo de 1549. Vê-se do traslado dum contracto celebrado, a 17 de Setembro do mesmo ano, entre a Câmara de Coimbra e o Mosteiro de Santa Cruz, conforme consta do «Índice dos Pergaminhos e Foraes», a pág. 70. Mas êste D. Filipe, outorgante no dito contracto, era nem mais nem menos que o Prior do referido Mosteiro. Não creio que nos seja lícito identificá-lo com o grado senhor mencionado no título da doação da Tôrre.

Melhor fôra que entre êles o não contasse; pois antes o queria ao lado, pronunciando-se a favor da primeira hipótese e animando-me, mercê do seu autorizado parecer, a pronunciar-me também por ela com mais aberta decisão.

A medo, porém, que seja—é para esta, como já disse, que naturalmente me inclino, à vista das razões explanadas; preocupado, no entanto—devo confessá-lo—com a falta de tão desejável apoio.

*

* * *

São, evidentemente, para interessar-nos—pelos problemas que encerram—as hipóteses acima expostas, bem como tôdas as muitas variantes de opinião aventadas a propósito das construções de sub-ripas.

Mais nos deve ainda interessar, todavia, a realidade, subsistente, dessas belas construções. E, das duas, especial menção merece a casa *manuclina*. Duma e da outra passarei, pois, a tratar; tendo porém encerrado êste capítulo com a transcrição de algumas eloqüentes palavras àcerca dessa de sobre-a-riba, escritas pelo Mestre António Augusto Gonçalves:

«O pitoresco recanto da rua de *sôbr-a-riba* é quanto resta das habitações faustosas da velha Coimbra do século XVI^o (1). A ostentosa originalidade da porta e dintel

(1) ...das habitações *faustosas*; porque duas outras não faustosas, comparativamente podemos apontar ainda; como edificações desse admirável século de Arte, na nossa destroçada, profanada Coimbra: *a*) a casa sita na rua «Joaquim António de Aguiar» (antiga rua do Correio), e conhecida sob a designação de *o Navio*; *b*) a chamada *Casa dos Melos*, da rua do Norte, onde hoje se encontra instalada a Facul-

oferece um dos mais típicos exemplares do *manuelino popular*, que irrompe contra todos os preceitos, insubordinado e forte no arrebatamento da sua bravura.»

.....

MANUEL DA SILVA GAIO

dade de Farmácia e que, através dos tempos, sofreu profundas modificações—até à sua moderna restauração, aceitável, afinal, afora uns três senões a corrigir.

Devem lêr-se: o parecer que, sobre esta segunda casa, foi por A. A. Gonçalves apresentado à Reitoria da Universidade, em 1911 (v. Documento E), e a nota, referente à mesma, que nessa altura, extraduns papéis pertencentes ao falecido professor Dr. José Bruno de Cabedo (v. Doc. F).

A EDUCAÇÃO E O PROBLEMA ECONOMICO⁽¹⁾

Senhor Presidente!

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Em primeiro lugar eu quero testemunhar a minha admiração e simpatia pela *Liga Portuguesa de Profilaxia Social* que me deu a honra de convidar-me para colaborar com os ilustres organizadores desta patriótica e profícua instituição, a qual tem desenvolvido singular actividade e tem já no seu activo uma iniciativa enérgica e perseverante com preciosos frutos, e uma realização que é atestada por inúmeras e notáveis conferências, valiosas publicações, e uma influência benéfica que, felizmente para o progresso do nosso país, aumenta incessantemente.

Sinceramente felicito os fundadores desta Instituição e especialmente o seu ilustre Presidente Ex.^{mo} Sr. Dr. António Emilio de Magalhães, que ao serviço desta causa tem pôsto a sua superior inteligência e admirável actividade, e faço fervorosos votos pelo constante êxito da sua generosa iniciativa.

Meus Senhores!

Em tôdas as épocas há horas para pensar, horas para

(1) Conferência realizada no Pôrto a 9 de Março de 1935 a convite da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, debaixo da presidência de S. Ex.^a o Prof. Alexandre de Sousa Pinto.

executar, horas para criticar. A minha disposição confina-me nas primeiras e afasta-me da crítica, geralmente pessimista, perniciosa e demolidora, quando eu tanto desejo contribuir com o meu optimismo para realizações construtivas. E querendo também acentuar que não pertenço ao grupo dos que receiam declarar-se políticos, quando eu julgo que político deve ser todo o individuo que se interesse pelo seu país, visto que além da sua contribuição em trabalho pessoal, deve também influir para que a administração pública dê inteira satisfação e prestígio à nação, observarei que na rápida exposição que vou fazer sobre o tema «Educação e o Problema Económico», encaro o assunto debaixo de um ponto de vista geral, e as observações que faça devem ser apreciadas neste campo, mesmo quando contenham especiais referências ao nosso ou a outro país.

Tenho profunda satisfação em usar da palavra neste meio, em que a actividade é segura garantia de uma sólida base moral, em que o patriotismo tem determinado em todos os tempos uma acção que muito tem contribuído para o engrandecimento da pátria portuguesa. Bastaria lembrar a importante contribuição que o Pôrto deu já em 1415 para a Conquista de Ceuta que abriu o caminho das nossas glórias, e que tem sempre apoiado as reivindicações que o progresso das sociedades e a dignidade humana impõem.

Pouco depois de instalado o regime proclamado em 1926 aqui tive ocasião de justificar a acção que teve então lugar como consequência do enfraquecimento político dos elementos que estavam dirigindo a administração pública, facto que obrigou o exército a exorbitar das suas funções, é certo com o aplauso geral do país, desejoso de ordem e

prosperidade. Ao mesmo tempo fiz a exposição do plano que vinha propondo para a organização do Estado, com a opinião de que o objectivo immediato do movimento devia ser remediar os defeitos da Constituição, os quais tinham tornado possível a situação anormal em que o país se encontrava, plano que tem encontrado o aplauso de categorizados elementos, em discursos e importantes publicações, principalmente em França, onde foi apreciado largamente pelo sr. Visconde de Rochefort e pelo sr. E. Gascoin, redactor do «Figaro», que merecem um prémio da Academia de Ciências morais e politicas pelo trabalho intitulado *Reforme de l'Etat*, no qual é feita a apreciação daquele plano.

Ex.^{mo} Sr. Presidente:

Desde longa data me ligam estreitos laços de amizade a illustres personalidades desta cidade e, em primeiro lugar, aos meus Ex.^{mos} colegas da Universidade do Pôrto, os quais sempre me têm dispensado inolvidável carinho. V. Ex.^a por quem tenho a mais profunda admiração e respeito, e que tanta honra dá à Universidade de Coimbra onde foi um dos mais distintos alunos, que me coube a honra de apreciar e distinguir, e à Universidade do Pôrto, de que é egrégio professor, mais uma vez quis dar-me uma prova da sua bondade, e da sua amizade, dignando-se presidir a este acto. Tenho a maior satisfação em testemunhar a V. Ex.^a os meus constantes sentimentos da mais sincera e dedicada gratidão, e da minha maior consideração pelo seu alto valor científico e inexcedíveis qualidades de carácter.

Queria referir também os nomes de tantos homens que deram a esta cidade grande prestígio, e que constan-

temente lembro com a maior saúde e ternura. Limitar-me-ei a dois, concentrando todos os mais nessas distintas figuras, o sábio professor Gomes Teixeira e o patriota e incansável lutador Pedro de Araújo.

Meus Senhores!

A elevada cultura científica do ilustrado auditório que se digna ouvir-me dispensa-me de justificar o título escolhido para esta exposição. Admitindo que a educação aperfeiçoa e desenvolve as qualidades do individuo, e de uma nação, compreende-se que o seu valor terá imediata influência sobre a situação económica, e por isso é bem justificado que procuremos estudar as condições que podem conduzir a uma educação quanto possível perfeita para concluirmos o que deve ser feito neste sentido,—para que o problema económico encontre a sua melhor solução, e é evidente que a teremos quando para o individuo e para a sociedade se tenha encontrado a satisfação dos desejos que a nossa consciência, orientada por nobres ideais, admita como justificados.

É assim com o respeito pelos preceitos aconselhados em cada ramo de educação contribuirá para tornar tanto o individuo, como as colectividades e o Estado, mais fortes e capazes de exercerem com utilidade geral as suas funções, também é óbvio que a sua deficiência diminuirá o seu valor e prejudicará conseqüentemente a resolução do problema económico, a qual deverá assegurar os maiores benefícios possíveis à humanidade em geral, e em especial a cada um dos seus membros.

Por isso, ao ocupar-me dos diversos aspectos que encarei para a educação, física, moral, higiênica, cívica, científica, técnica, artística e doméstica, observando já que alguns

assuntos poderão ser considerados em várias destas divisões, notarei os seus efeitos em particular, logo que seja oportuno, ou em conjunto quando não seja feita a sua discriminação, conservando-me sempre no campo das generalidades, visto que a consideração dos detalhes exigiria em cada um dos capítulos apontados séries de conferências e muitos volumes.

E' também conveniente observar desde já que várias fórmulas de educação poderão ser consideradas, visto ser evidente que diversas soluções poderá ter o problema económico em harmonia com o estado de civilização em que os povos se encontram numa determinada época.—Na abundância para os povos de elevada cultura, na mediania, e na miséria para os povos rudimentares, ou que as circunstâncias tenham feito decair de um anterior estado de prosperidade.

Sem dúvida os povos europeus, e por isso Portugal, a mais antiga nação da Europa com características bem definidas, devem encontrar-se na primeira categoria, e se acidentalmente a sua situação económica se encontrar um pouco atrofiada, devemos concluir que é deficiente a sua educação, pelo menos em alguns ramos, ou que uma impertinente pressão exterior os está prejudicando.

Que a educação é indispensável para desenvolver e melhorar as qualidades do individuo, parece-me bastante evidente para que seja preciso deter-me sobre este assunto. No entanto é certo que importantes autoridades têm julgado conveniente aduzir argumentos nesse sentido, e rapidamente recordarei alguns atenta a luz que projectam.

Eis algumas considerações do naturalista Gesinot:

«Supprimer à une generation l'enseignement religieux et l'enseignement scolaire, l'education familiale, e a l'edu-

cation par les livres, instantanément elle reviendra à l'âge de pierre ou même avant. L'homme ainsi élevé, car il faudra bien l'élever matériellement encore, n'aura plus aucune habitude (psychique) il ne possèdera plus que son équipement germinal d'instincts; il ne connaîtra plus, sans doute, que la faim et l'amour. Tout ce qui a été acquis par l'homme depuis des milliers d'années sera effacé, car tout cela ne peut se transmettre que par l'éducation».

Ernest Seillière a pág. 89 da sua obra «Le romantisme et la religion» diz, «L'homme seul est capable de s'affranchir des limitations que lui imposent sa nature ou sa forme biologique et la brièveté des générations qui passent».

«Mais ce pouvoir il ne le tient pas de la vie. Il en faut donc chercher le secret ailleurs que dans la constitution animale. Ainsi nous trouvons-nous amenés au seuil d'un monde nouveau, celui de l'Esprit, qui est mémoire et liberté, de l'Esprit qui retient et conserve les acquisitions de l'individu après la mort biologique, de l'Esprit qui se sert du passé pour créer l'avenir».

E a pág. 200 acrescenta:

«L'éducation est l'adaptation par les parents, de leur rejeton à la vie sociale; adaptation réalisée au moyen et au prix d'actes coercitifs éminemment nécessaires, dans la plupart des cas, pour freiner, pour briser, quand il le faut l'irrationnelle volonté de puissance qui manifeste la vie animale dans le «petit homme».

«Ce n'est pas la culture qui se transmet par l'hérédité mais une certaine facilité à l'acquérir.

Mais sintéticamente disse Pascal;

«Ce n'est pas le corps, mais l'esprit de l'humanité que subsiste toujours et apprend continuellement».

Em harmonia com a classificação que estabeleci, para ser resolvido o problema da educação deverei principiar pelas considerações que digam respeito à educação física, às quais seguirão as que se referem à educação moral com a observação de que mal pode estabelecer-se a prioridade, devendo reconhecer-se que será uma boa orientação moral que provocará uma conveniente educação física, o que é consequência imediata da consideração de que a obra divina deve tender constantemente para a máxima beleza e por isso para elevar o homem para a virtude e consequentemente para a perfeição física.

Sem ter possibilidade de alargar-me sobre as modalidades que têm sido sugeridas para melhor assegurar o vigor e beleza física do homem, que sem ter preferências sobre a educação moral, tem a prioridade visto que antes de tudo é preciso existir, referir-me-ei em primeiro lugar à adopção de medidas preventivas que deverão facilitar a educação física e em especial às disposições de carácter draconiano preconizadas no *Congresso da Associação Internacional do Progresso Social* realizado em Viena em 1927.

As propostas feitas com base em importantes relatórios entre as quais sobressai a do Dr. Zahn, da Universidade de Munich, tinham como princípio fundamental que o valor mais importante de um país é a força que reside no seu povo, e que a família exerce uma acção divina sobre a quantidade e qualidade dessa força. À família, como elemento fundamental da humanidade, e à freguesia, como núcleo da nacionalidade, compete desenvolver o sentimento

do dever, o carácter, o gosto do trabalho. Aos pais e aos elementos mais categorizados da freguesia pertence toda a responsabilidade pelo seu funcionamento, que concretizarei nos seguintes objectivos em harmonia com o meu projecto de organização do Estado:

— Registo geral da população por meio de verbêtes classificados por povoações e em cada povoação por famílias, os quais compreenderão nome, data e lugar do nascimento, pais com indicações se são vivos, e tendo morrido a causa da morte, profissão, estado de saúde; condições de existência, religião, conhecimentos literários e técnicos, parentesco com o chefe de família. Quando um individuo se ausentar passará para o registo dos ausentes com indicação da localidade onde habite. Quando sobrevenha a morte o verbête passará para o registo dos falecidos.

— Registo por meio de verbêtes com os nomes dispostos por ordem alfabética, e indicação do número no registo geral.

— Fiscalização e auxílio à educação moral, física e literária.

— Assistência precisa para assegurar a educação.

— Promover a hygiene nas habitações, e o asseio e estética nas povoações.

— Vigiar pelo trabalho das mulheres e menores.

— Sustentar as relações com os ausentes.

— Fazer a estatística da produção agrícola e industrial e ocupar-se da sua colocação, contribuindo para a melhor distribuição da produção.

— Vigiar pela qualidade das águas, alimentos e medicamentos.

— Acudir aos enfermos.

— Promover o ensino das indústrias domésticas e da

utilização dos processos mais vantajosos para as culturas industriais nas freguesias rurais.

— Promover a instalação de museus tanto para o culto da tradição local, como para a exposição dos productos actuais, com as convenientes indicações elucidativas; —a instalação de bibliotecas constituídas exclusivamente por livros úteis;—os exercícios rítmicos, e a educação pelo fonógrafo, cinematógrafo e T. S. F. Notarei a propósito que, quanto mais fortes forem os laços familiares, mais intensas e seguidas as relações entre as famílias de um povo, mais sólido e resistente será o Estado.

Infelizmente os princípios indispensáveis para assegurar que as crianças serão conduzidas com vantagem para a Sociedade estão, actualmente, e por quasi tãda a parte, longe de serem observados. Assim o nota o Dr. Zahn para a Alemanha, considerando este facto consequência em grande parte da nova orientação da indústria e do comércio. Acrescenta o Dr. Zahn que ao mesmo tempo que a familia se dispersa são constituídos amálgamas híbridos sem coesão e sem qualidades educadoras.—A diminuição do número de nascimentos é um facto em tãdas as classes, ao mesmo tempo aumenta o número de mulheres com doenças que prejudicam o seu poder gerador.

Para não me alongar sãbre este importante assunto limitar-me-ei a indicar já as medidas propostas pelo Dr. Zahn, as quais foram unânimemente applaudidas, e justificam as opiniões expostas.

— Promover a higiene e a educação.

— Dar mais consideração às bases morais sãbre que assenta a familia.

— Melhorar a situação material das familias numerosas.

— Exigência do certificado pre-nupcial.

Para se conseguir o robustecimento das bases morais da família deverá ser fomentada a colaboração harmónica, da casa e da escola, da igreja e do Estado, da arte, da ciência teórica e aplicada, enraizar na alma popular o sentimento do amor da família.

Passando a desenvolver o assunto da educação física, e embora este trabalho seja de índole geral, deverei tomar como exemplo o nosso país, e serão oportunas algumas considerações muito sucintas, sobre as características das populações que sucessivamente terão ocupado a região que na Europa faz parte de uma nação para a qual pela primeira vez foi proposta por mim, numa conferência feita na Sociedade de Geografia de Lisboa, a designação de Império Português. Notei então a incoerência e mesmo inconveniência de separar uma parte com a designação de império colonial, quando além disso é óbvio que deve ser banida da nossa legislação a palavra colonia, que não existia antes da implantação do regime actual, visto que os domínios ultramarinos são tão portugueses como o é a região europeia, onde também nesse caso poderíamos destacar províncias como o Algarve, que entrou na constituição do reino muitas dezenas de anos depois de Portugal ter sido reconhecido como nação autónoma. Diversos foram sem dúvida os elementos que marcaram neste rico e cobinado solo a sua acção. Mas o que é importante é constatar que, desde a implantação da monarquia portuguesa, no primeiro período do século XII, a população apresentou uma constituição homogénea, e manifestou excepcionais

condições de vitalidade com um ideal religioso, moral e da mais elevada concepção nacional, o qual nos séculos XV e XVI conduziu Portugal à obra colossal de que justificadamente podemos orgulhar-nos.

E se isto é incontestável, incontestável também é que o povo que constituiu a nacionalidade portuguesa, e criou o império do século XVI, era sem dúvida constituído por uma raça vigorosa e confiante na sua fôrça, sã de corpo e de espírito.

É a opinião de todos os escritores sintetizada nos seguintes termos:

«—Era uma raça inculta mas lutadora, forte e audaciosa, homens capazes pela sua pujança máscula, de envergarem uma armadura de ferro e brandirem o montante. De sobriedade própria para dar saúde e agüentar o trabalho árduo.»

As variações no número de habitantes têm múltiplas razões;—as invasões, as emigrações, as conquistas, e as devastações produzidas pelas epidemias.

Supõe-se que no tempo de Augusto a população da Lusitânia era de cerca de 3 milhões, valor que após consideráveis vicissitudes só foi atingido pela população portuguesa do continente europeu no fim do século XVIII. No início da monarquia haveria 500:000 habitantes; o máximo atingido durante a primeira dinastia seria de 2.600:000 habitantes. Mas em 1422 haveria somente 1.322:000 para chegarmos em 1495, quando D. Manuel subiu ao trono, a dois milhões. Até 1580 a diminuição foi rápida.

Em 1527 teríamos 1.550:000. Em 1580 chegamos ao mínimo de 1.080:000. Com razão tem sido dito que as descobertas e conquistas nos deram a glória à custa do sangue. Há também a observar que tanto em Espanha como

em Portugal se infiltrou uma grande quantidade de artistas estrangeiros que absorveram uma grande parte das riquezas conquistadas pelos portugueses com o seu heroísmo. Foi um trabalho hercúleo, mas glorioso, de que ainda hoje beneficiamos, e que nos marca uma posição das mais notáveis. Entre os nossos vastos territórios está compreendido o de Angola, considerado o futuro celeiro da Europa.

A partir do século XVIII a população de Portugal aumenta normalmente, bastando notar que acompanha sensivelmente o incremento da população da Europa, que no século XIX duplicou, passando de 180 para 400 milhões, e que em Portugal, no mesmo período, passou de cerca de 3 para 5 milhões.

Reduzindo os esclarecimentos sobre este assunto limitar-me-ei a notar os números que por idades representa a população de Portugal segundo o censo de 1920

De menos de 15 anos	1.967.000	
» 15 a 19	638.000	
» 20 a 24	513.000	125.000
» 25 a 29	445.000	68.000
» 30 a 34	380.000	65.000

É visível a necessidade de defender o decréscimo da população entre os dois períodos dos 15 aos 19 e 20 a 24 anos, mesmo que seja contra uma demasiada emigração.

Causas deste facto? Múltiplas, sem dúvida: deficiência de alimentação; péssimas condições higiénicas; errada orientação pedagógica que obriga as crianças a um trabalho exagerado sem vantagens correspondentes, que nunca poderiam ser justificativas; abuso do trabalho das mulheres e crianças, a-pesar-das medidas legais, e a errada

compreensão que nos últimos tempos se tem desenvolvido entre nós a propósito dos exercícios ginásticos, os quais, de meio para a educação física se tornaram espectáculos exhibicionistas.

Sendo possível que as populações urbanas tenham melhorado um pouco na sua alimentação, é certo que para a maioria da população a situação tem piorado, prejudicada por variadas circunstâncias, e, não pouco pela errada orientação da redução do trabalho, sem se atender a que reduzido o dividendo, e conservando o divisor, fatalmente aparecerá reduzido o quociente. Tenho o testemunho de pessoas insuspeitas, colocadas à frente de empresas com milhares de operários, as quais me afirmam ser deficientíssima a alimentação. Do que são as condições da habitação é escusado falar. O que ainda se passa é verdadeiramente lastimoso e exige urgente remédio.

Sobre a orientação pedagógica, que tem adoptado uma carga inoportável para os alunos, já repetidas vezes tenho exposto nitidamente a minha opinião. Para a justificar chamo a atenção para as conclusões que, ao fim de 14 anos de aturada e meticulosa observação, foram expostas pelo ilustre professor Furtado Coelho.

Sobre as consequências desastrosas da maneira como se abusa do trabalho das crianças, bastará notar o número exagerado de isenções por hérnias.

¿ Mas os exercícios ginásticos como processo de educação física?

Creio que bem pode ser considerada a educação física como uma arte. Ora para tôdas as artes temos a preparação para a sua compreensão e para a sua execução em diversos graus.

Para a maior parte das pessoas a educação limita-se

ao suficiente para que possam produzir trabalhos que, embora aproveitáveis, não têm valor artístico—para uma *élite* a educação produz os artistas que nos maravilham com as suas obras mais ou menos geniais.

Mas também para tôdas as artes há os cultores da respectiva caricatura, bem conhecida e caracterizada no desenho, e hoje tão desenvolvida na música com o *jazz-band*, e na dança com o *charlston* e outras fantasias pitorescas.

A cultura física que tem por fim conseguir a harmónica graciosidade das formas do corpo, e o equilibrio dos órgãos de modo a assegurar o mais perfeito funcionamento do organismo humano, tem a sua mais elevada expressão nos ritmos das danças estéticas, e a sua caricatura no acrobatismo exagerado e em todos os desportos que, perturbando a harmonia das formas, criam seres exóticos, com estrutura mais ou menos monstruosa, com profundas lesões orgânicas, que rapidamente arruinam e conduzem os atletas precocemente à morte.

O que sucede à grande maioria dos indivíduos que entre nós se atiraram à voragem desportiva—é bem conhecido. As fracturas e contusões sucedem-se todos os dias. Mas êsses efeitos traumáticos são o menos: o mais grave é que os órgãos mais essenciais à vida são rapidamente arruinados,—a tuberculose e as afecções cardíacas espreitam os lutadores desvairados, que a multidão aplaude, sem caridade, como nos circos romanos eram aplaudidas as vítimas que saúdavam o César, e que em breve caíam desfeitas em pedaços com os músculos hipertrofiados, faltas de beleza e acabrunhadas pelo sofrimento.

É indispensável uma campanha enérgica para salvar vidas, e despertar sentimentos estéticos e cordiais. Ainda

há poucos dias um médico distinto me contava com pesar que os seus três condiscípulos, dedicados aos desportos, tinham já morrido, dois tuberculosos, um cardíaco. ¿ Há porventura o direito de assistir indiferente, ou cúmplice, a este desastroso cataclismo? É útil entreter o público, diz-se. Para isso têm servido muitos exercícios perniciosos. Este é mais um. Indispensável, e insubstituível? Não! O conhecimento de exercícios executados pelos *sokols* da Tchecoslováquia demonstra que é possível entreter a humanidade com jogos civilizados, e de utilidade para se conseguir a perfeição física e moral.

Quanto aos métodos seguidos nos exercícios ginásticos farei somente uma rápida referência, sendo como hoje é bem conhecida a sua doutrina e a sua crítica: o sueco de Ling, o francês que tem grande analogia com o alemão, e o inglês.

O processo sueco procura melhorar as condições locais por meio de movimentos rítmicos e suaves, conduzidos em harmonia com as indicações resultantes do estudo profundo do organismo. É sem dúvida o método científico por excelência, e com ele se relacionam todos os métodos que podem merecer maior aplauso, como sejam o adoptado pelos *sokols*.

O método francês é geralmente violento e applica-se sobretudo à região superior, aproveitando movimentos de suspensão sobre um ponto instável.

O método inglês aproveita principalmente os exercícios em pleno ar, e tem em vista activar a respiração e a circulação pela corrida e pela luta.

Ora de uma maneira geral podemos estabelecer que são prejudiciais todos os exercícios exagerados, e sem entrar em detalhes, lembrarei as interessantes conseqüências

a que o Dr. Tissié chegou, comparando o organismo do homem com os de outros animais especialmente preparados para determinados movimentos. É assim que facilmente se reconheceu o erro de exercícios de suspensão e de corrida. São animais típicos para eles o falcão e o avestruz. Para isso o seu esqueleto tem uma configuração especial com a qual nada tem de semelhante o esqueleto do homem, ficando assim logo demonstrado o grande erro que se comete com o uso destes exercícios.

A suspensão, que produz logo a congestão da face, perturba a circulação. A flexão do tronco, de diante para traz, produz uma tensão forçada dos músculos do abdómen, as veias intercostais são exageradamente apertadas pelos músculos inspiratórios intercostais, a veia subclavicular é fortemente afectada pela elevação dos braços e do corpo. A fadiga de inanição dos corredores anuncia-se por uma depressão das funções musculares. Altera-se a circulação do sangue e o funcionamento nervoso.

Os assaltos de esgrima e também a corrida produzem no pulso o mesmo efeito de uma subida precipitada. O exercício dos pesos é igualmente prejudicial. Uma pressão de 30 quilos produz já fadiga.

A paralisia, a diminuição da inteligência são consequências rápidas e bem constatadas. Haverá excepções! Decerto, mas para períodos mais ou menos reduzidos, e é indubitavelmente uma ilusão a fugaz satisfação que se encontra com obter formas atléticas, desenvolvimento exagerado de musculaturas que deformam e tiram a beleza que os gregos conservaram por terem sempre banido os exercícios que estou condenando. E, geralmente, os hipertrofiados arcabouços que por vezes são ostentados, lembram as altas montanhas, ôcas como êsses arcabouços, em que os

pulmões estão atrofiados e em que o coração tem perdido a fôrça, tornando-se dentro em pouco preguiçoso e incapaz de agüentar a vida torturada por tantos êrros cometidos.

Uma reflexão é oportuna. Condenando para a generalidade da população os exercícos conduzidos sem método científico: compreendendo contudo a necessidade de preparar o organismo, em todo o caso com o mínimo esforço e pelos processos mais metódicos, para que o homem possa desempenhar-se de certos deveres como são aquêles que impõe a arte militar e o exercicio de determinadas profissões.

Ainda observarei que o processo inglês, que tem a vantagem de, em regra, realizar os seus exercícos em pleno ar, tendo geralmente por base a luta, conduz a condenáveis exageros, prejudiciais física e moralmente.

Tissié, de quem aproveitei muitas observações, preconiza uma ginástica psico-dinâmica de que o principal cuidado é evitar a fadiga, suprimir a emoção, e provocar o gôsto pelos exercícos físicos. Tem como principal objectivo alongar a coluna vertebral e robustecer os extensores com tôda a vantagem para o organismo, enquanto que os métodos francês e inglês aproveitam, erradamente, especialmente para o desenvolvimento dos músculos flexores.

A ginástica alemã notabilisou-se pelo uso de muitos aparelhos. A sua crítica é bem conhecida e lembrarei somente o que nos dizem autoridades como Brouers e Doux: —a ginástica dos aparelhos é precisa para os bombeiros militares, marinheiros chamados muitas vezes ao assalto, mas é preciso parar onde a utilidade cesse e seguir os excelentes conselhos de Pestallozi, Salsman, Guts-Muts, Vieth e Ling, que nota terem os partidários da ginástica de aparelhos tido em vista, sobretudo, resultados maravilhosos,

saltos perigosos, prodígios de fôrça, que, desgraçadamente, parecem ser o fim que os gimnesiarcas aspiram atingir. Daí resulta ser excedida a medida que convém conservar em tôdas as coisas, hábito que conduz ao desenvolvimento de alguns grupos de músculos com exclusão dos outros.

E ao fim de lêr inúmeras críticas da lavra das mais consideráveis individualidades que condenaram o êrro e abuso dos processos actualmente mais em voga, julgo a propósito citar ainda um período do ilustre pedagogo que foi Adolfo Coelho, o qual traduz completamente e o melhor possível a minha opinião. «A ginástica dos gregos não se perderá inteiramente; a grande ginástica tinha ao seu lado a pequena ginástica, os jogos infantis, e estes conservaram-se quási integralmente na tradição. Ao seu lado crearam-se com o andar dos tempos muitos outros igualmente excelentes. Êsses jogos tradicionais, os exercícios inteiramente livres que as ocasiões proporcionaram, foram a ginástica única durante longos séculos (e a que criou os homens que pelo seu esforço moral, intelectual e físico immortalizaram o império português). Nos campos, (continua Adolfo Coelho nessa bela evocação, nas praças das aldeias, nos terreiros das cidades, nos adros das igrejas, nos pátios e ainda nas casas a infância, a adolescência, a mocidade, achava nelas elementos suficientes, ainda que um tanto indisciplinadas para a sua educação física.

Êsses jogos são extremamente variados, ricos de movimentos, cheios de vida e desenvolvem não só as fôrças físicas mas também as fôrças intelectuais. Podemos aumentar o seu número juntando-lhes jogos de outros países igualmente tradicionais, fazendo assim reflectidamente o que expontâneamente se fêz noutros tempos, porque, como dizemos, parte dêsses jogos vieram-nos da Grécia, e

uma parte da idade média e talvez ainda em tempos mais recentes de outros povos, particularmente da Espanha.

Mas a grandiosa instituição dos *sokols*? Deu-lhe início em 1862 o Prof. Tyrok. E entre os seus ilustres colaboradores encontram-se entre outros Fungler e até o actual presidente da Checoslovaquia Masaryki, que foi sempre um entusiasta colaborador.

Algumas explicações prévias são indispensáveis. Esta organização, que me impressionou desde logo pela sua acção física, têm também uma função geral, eminentemente humanitária e patriótica.

O *sokol* não é exclusivamente uma sociedade de educação física. A educação moral merece-lhe igual consideração e o seu resultado é inexcedível exactamente por esse facto, podendo afirmar-se que as duas educações se congregam por tal forma que é constante a sua influência mútua, sem podermos deixar de ligar especial importância à educação moral. O seu emblema traduz a sua designação visto que o *sokol* significa falcão, que possui as principais qualidades que servem de divisa a esta Associação—*audácia e heroísmo*.

A base da educação física dos *sokols* é obra do Dr. Tyrs—Exercícios para desenvolver as forças e conservar a saúde, mas também para desenvolver o sentimento patriótico e as virtudes.

A sua poderosa influência conseguiu estabelecer o espírito de solidariedade, de cordialidade, de patriotismo, num povo que assim ficou preparado para ocupar hoje, na civilização mundial, uma situação de destaque; notável pelas suas qualidades morais, pelo seu valor intelectual, pelo seu prodigioso desenvolvimento técnico e industrial. Os exercícios são sempre acompanhados por músicas adequa-

das: mais de 1.200 motivos existem já. Os movimentos são moderados e cientificamente conduzidos, tendo-se sempre em vista conseguir a graça clássica que é conservada desde a juventude, e em ambos os sexos. Mas o que ainda mais nos surpreende é o belo quadro que oferece a harmonia dos movimentos realizados por vezes por dezenas e dezenas de milhares de executantes em disposições da maior beleza estética. Adivinha-se o prazer sentido por essa quantidade enorme de pessoas vibrando unisonamente, ligadas por fortes laços de solidariedade, de amizade mesmo, satisfeitas porque sendo fortes, sãs de alma e corpo, contribuem para a existência de um povo admirado e respeitado.

Mas se é escusado dizer mais para afirmar o valor dos *sokols* na sua educação física, há ainda sobretudo a notar a sua importância enorme resultante da educação moral que realizam. Êste superior ideal pelo qual tanto luto para que seja uma realidade neste nosso belo país, possuidor das mais distintas tradições, encontramos-lo sintetizado nas seguintes palavras de Tyrs:

«Armemo-nos, tenhamos uma organização militar. Constituamos uma juventude forte, sã e enérgica, cultivemos o ideal do dever para com a pátria, da abnegação da disciplina no trabalho, da coragem e da firmeza.»

Em 1924, 562.299 individuos cooperavam nesta admirável obra mas outras há de índole idêntica como são as organizações católicas, as quais contam também cerca de 200.000, e exercem uma poderosa e salutar influência. Afim de levantar a alma nacional tratou o Dr. Tyrs de ligar os exercícios físicos à educação moral e por isso, com os *sokols*, tratou-se de conseguir o aperfeiçoamento e desenvolvimento do sentimento nacional.

Sustentam os *sokols* a luta contra o alcoolismo, o jôgo, as doenças contagiosas, os divertimentos e literatura perniciosos. Para se ser *sokol* é obrigatório um compromisso de costumes e um noviciado de 6 meses.

Se a educação física merece os mais desvelados cuidados para a educação moral não podem exigir-se menos, com a circunstância de que uma boa educação moral é base sólida para que o homem se desenvolva fisicamente e evite vícios que lhe deteriorarão a saúde e conduzirão à ruína física.

Sobre o que deve ser a educação moral é preciso que com todo o desassombro se proclame que deve ser religiosa, e que bem-aventurados serão aqueles que seguirem os preceitos da moral de Cristo, que na sua divina doutrina deu todos os ensinamentos que asseguram a felicidade ao homem e logo em princípio ensina a amarmos o nosso próximo como Ele mesmo nos ama. Satisfeita esta prescrição é seguro que a humanidade conseguiria a máxima felicidade, tanto espiritual como material, sendo a ambição desmedida e o desprezo do próximo, mesmo as hostilidades que muitas vezes se manifestam, as causas que conduzem os homens ao remorso, ao sofrimento, a uma vida atribulada.

Não entrarei na apreciação das confissões cristãs. Eu sou católico por educação, por fé, e porque o meu livre arbítrio me determina nesse sentido, e considero um benefício que Deus concedeu a Portugal, conservar-se a nossa população na religiosidade católica, afastada das divergências de confissões que tanto prejudicam outras nações. Por isso tenho a opinião de que ao culto católico deve ser prestado no nosso país um decidido auxilio e que é lamentável que haja quem combata esta orientação, sem se

encarar este transcendente assunto com profunda reflexão, muitas vezes como consequência de uma falsa miragem científica, quando é certo que a ciência, desvendando incessantemente as maravilhas da criação, fornece também o prazer da crença em Deus, e afasta de mesquinhas preocupações materias. Oxalá que as doutrinas que a Igreja deve prègar e demonstrar, possam convencer os portugueses,—para serem irmãos, para readquirirem em grau intenso aquelas virtudes que fizeram de Portugal um país de extraordinário valor, porque a fé lhe batia forte no coração.

A propósito lembrarei as palavras com que ainda há pouco terminei a conferência que tive a honra de pronunciar em Paris, na *Academia diplomática internacional*, em presença de muitas dezenas de altas personalidades do mundo diplomático, sôbre o tema: «*A acção diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI debaixo do ponto de vista das descobertas e das conquistas*. E com prazer posso observar que, não pela sua forma, mas pela sua essência, causou profunda impressão o quadro que pude desenrolar sôbre a nossa acção diplomática, que não merece menos aprêço do que a nossa acção marítima e militar. Com grande desenvolvimento fará objecto de uma extensa publicação que tenho em preparação, com a convicção de que será uma obra fundamente patriótica, e de útil conhecimento:

«Antes de terminar quero assegurar às nações civilizadas e dominadas pelo ideal da felicidade espiritual da humanidade, que Portugal, a-pesar-das convulsões que possam produzir-se, se empenha hoje, como nas épocas longinhas de que me tenho ocupado, durante as quais o nosso país forneceu uma notável contribuição para a civi-

lização humana, em prosseguir a mesma orientação, e combater com a mesma coragem e abnegação, com o fim de ser evitado o aniquilamento da civilização europeia. E num momento em que o perigo é bem mais grave do que nas épocas em que lutávamos contra a invasão mussulmana, porque esta invasão era conduzida por um ideal religioso, portanto construtivo, enquanto que na actualidade a invasão é dominada por um sentimento ateu, que significa a negação, e por conseguinte a destruição, é preciso para que possamos salvar-nos, voltar à época das cruzadas e reunir todos os cristãos em volta do mesmo ideal, que foi, naquela época memorável, a cruz gloriosa, que flutuando nas velas das nossas caravelas, conduziu o reduzido povo português ao domínio de grande parte do mundo».

É oportuno levar à consideração de alguns espíritos afastados da verdade, mas que não são conscientemente destruidores, e felizes dos que possuem fé inata, que é essencialmente religiosa a mentalidade das nações mais avançadas. Na Suíça, tantas vezes apontada como exemplo de progresso social, nenhum individuo pode ser recebido numa escola sem ter uma religião. A Dinamarca, dominada por ideas das mais avançadas, há religião do Estado que concede um largo subsídio. É sabido como na sábia Inglaterra é acatada a religião, e pode dizer-se que nenhum acto público importante pode ali principiar sem que tenham lugar determinadas cerimónias religiosas, sobretudo os actos mais graves da nação, como são sempre considerados os que se realizam no santuário das leis. O Ministro dos Estrangeiros de França, distinto homem de Estado, Mr. Laval, ainda há pouco se honrou com ser recebido por Sua Santidade, e todos os homens de Estado da actualidade têm em tôdas as ocasiões testemunhado a

sua veneração pela Santa Sé. Portugal deve querer continuar a ocupar um lugar de destaque nas suas manifestações, como também merece especial carinho pela devoção que em todos os tempos tem demonstrado, pelos enormes serviços que a Providência permitiu que prestasse à causa da Igreja Católica, sendo certo que à sua acção se deve que nela comunguem uma grande parte, e dos mais fervorosos, dos actuais crentes, muitas dezenas de milhões que constituem os países da América Latina, que, se não fôra a perseverança, coragem, e fé dos portugueses, teriam tido outra orientação, devendo notar-se que a acção espanhola, que decerto teve grande importância, não teria tido lugar sem a preparação portuguesa.

Ainda hoje é grande a influência religiosa exercida pelos portugueses no Oriente, e justificadamente merece o nosso país todo o apoio da Santa Sé para que portugueses se conservem, e portanto católicos, os vastos domínios que conservamos em África, onde a nossa acção, pese embora a alguns malévolos detractores, tem sido grandiosa, e tem a notabilizá-la a ternura, a admiração e respeito que as populações indígenas têm pelo português,—o Branco.

Em apoio da importância que deve atribuir-se à educação moral é oportuno fazer algumas citações de inúmeras que conviria lembrar.

No notável discurso que últimamente pronunciou numa sessão solene da Escola de Ciências Políticas o sábio professor M. Georges Blondel, ao tratar de «*Quelques aperçus sur les responsabilités dans la crise mondiale*» encontramos as seguintes considerações:

«*J'essaierai de vous apprendre ce qui m'a été sugeré des fautes qui ont pu être commises spécialement au point de vue économique et au point de vue financier. Je vous*

parlerai, ensuite, de celles, qui ne sont pas moins graves, qui ont pu être commises au point de vue intellectuel et moral, et ce sont peut-être les plus difficiles à effacer.»

Ao abrir aquela sessão o presidente M. Robert David já tinha julgado a propósito recordar as seguintes palavras pronunciadas por M. Gaston Rageot a propósito da comemoração do centenário de Montaigne, as quais testemunham sentimentos análogos. «Par quel miracle qui fut son génie, Montaigne est il parvenu à dégager l'harmonie du désordre, la lumière de l'obscurité?... Nous avons eu un temps où l'idéal spirituel de l'humanité si péniblement acquis au cours des siècles, n'est pas moins dangereusement menacé qu'au temps même où Montaigne l'a sauvé et enrichi».

«Ne perdons aucune occasion de lui porter secours en honorant ceux qui ont le plus largement contribué à préparer l'avènement d'une communauté universelle des hommes».

O sábio professor de química no colégio de França frisa a impertância do factor moral nos seguintes termos, depois de ter dado conta dos progressos realizados pela química e das suas importantes aplicações: «¿ Paralelamente com aquêles progressos haverá outros de ordem moral? Infelizmente não creio. A alma parece-nos amesquinhada ao mesmo tempo que inúmeras invenções orientam o pensamento cada vez mais para ideas materialistas».

E se notarmos que a educação moral deve ser encarada não só em relação ao indivíduo, mas também para as colectividades e para os Estados, a nossa preocupação aumenta consideravelmente.

Em relação ao indivíduo a constatação é fácil. As dificuldades económicas fizeram desaparecer em grande

parte o brio que havia no cumprimento dos contratos, em que o nosso país tem sido modelar. E, felizmente, nos campos, onde os sentimentos religiosos persistem mais firmes, a tradição conserva-se. Mas nos grandes meios a onda das dificuldades origina ondas de cepticismo e, por vezes, de cinismo, chegando-se ao cúmulo de se negarem pagamentos, não por falta de recursos, mas por se desenvolver o vício da falta de escrúpulos.

As colectividades dão prova de quanto as perturbações económicas desorientam quando não existe a defesa duma forte armadura moral. Os Estados dão exemplos apavorantes de falta de escrúpulos, sem a menor preocupação pelas repercussões tanto individuais como colectivas. Os contratos foram classificados na categoria de farrapos de papel, e a crise que realmente existe nem é de superprodução nem de falta de trabalho, mas tóda de desconfiança resultante da leviandade, para não empregarmos outras palavras, com que são olhados os compromissos. O importante é ter fôrça para não haver receio de os desrespeitar. Já chegámos à situação de nada se contar com a lealdade da execução dos contratos que vão ser firmados. Felizmente o nosso país tem reagido enèrgicamente contra a corrente contrária, por isso é dos que mais confiança merece. E contudo não tem tido fôrças para escapar a uma das acções mais graves e provocadoras de injustas ruínas, como seja a instabilidade cambial. As fortunas legitimamente conquistadas com árduo trabalho derruem de um para outro momento como aquelas que foram alcançadas com criminosas especulações. Nem os desvalidos, tanto velhos como crianças, escapam ao camartelo das insaciáveis ambições, que a final são envolvidas nos escombros que provocam. Fala-se constantemente em crise

económica, quando realmente a única crise que existe é a crise de carácter, a crise moral, consequência do triunfo do materialismo sobre o espiritualismo.

¿ Como pode haver tranqüilidade quando tão fácil se torna alterar a distribuição das nações à face da terra? Também sobre este ponto de vista por tóda a parte reina a incerteza e o receio. ¿ E que nação pode considerar-se livre do perigo de ser esfacelada, ou conduzida por inteiro a domínio estranho? O último tratado chamado de paz, e que bem poderia ser apelidado de preparação guerreira, como o demonstrei na publicação que fiz em 1922 com o titulo *Le problème mondiale et l'action du Portugal*, introduziu na Europa 10:000 quilómetros de novas fronteiras; tínhamos 25:000 quilómetros. Daí uma formidável perturbação económica, e reacções que ameaçam constantemente romper o instável equilibrio que foi criado. Elevaram-se altas barreiras aduaneiras, e pode afirmar-se que 50 Estados agravaram as suas medidas proteccionistas, em que foram enxertadas as exóticas doutrinas dos contingentes, e criaram uma constante desconfiança com a variação do valor das moedas, que, reduzidas a frágil papel, fácilmente voam de uma para outra posição, constituindo o facto entaves insuperáveis para as transacções, que são demonstração das civilizações adiantadas, e milagre é que estas possam persistir, é certo com o perigo de produzirem ruínas e misérias.

E ao mesmo tempo que deveria esperar-se uma época de melhor harmonia, observa o ilustre professor M. Blondel, a quem já fiz referência, aparece dentro dèsses países uma nova causa de conflitos e desagregação, a recordação das raças que o tempo já tinha feito esquecer, e oficialmente reconhecidos os direitos das minorias, que na

Europa ascendem a 40 milhões, e assim ficam as nações estropiadas. Felizmente que Portugal escapa a estas perturbações, visto que até as nossas regiões ultramarinas são bem portuguesas. A-pesar-da gravidade da infecção da imoralidade, é certo que a reacção dos organismos está longe de corresponder à importância do mal, e até poderá supor-se que os elementos que deviam velar pela defesa da sociedade facilitam a invasão da infecção, com a desculpa de que em muitas outras épocas se desenvolveram aquêles virus e abundaram as publicações imorais, quando devia logo observar-se que essas épocas foram de decadência, e precursoras de graves cataclismos sociais.

O mal agora encontra-se exagerado pela democratização e industrialização da imoralidade, e por isso se tornou em epidemia social.

Outrora a doença só podia atacar a sociedade superficialmente e as grandes massas campezinas escapavam aos contágios mais perigosos. Actualmente o trabalho nas fábricas destrói as virtudes do lar doméstico, que a bem dizer desapareceu, mesmo para as classes mais abastadas; e o serviço obrigatório, devido à concentração em meios já muito contaminados, também muito facilita a difusão da infecção.

É também necessário observar que a literatura de há mais de um século tinha em regra um objectivo moralizador. Hoje apenas algumas obras conservam essa feição, e a maioria contém uma leitura deletéria. Actualmente existem em abundância profissionais tanto editores como empresários de espectáculos, especializados na exploração comercial dos vícios e aí temos a infestar a humanidade, a preço barato, a fotografia, o anúncio, o cinema.

O resultado destes lamentáveis factos encontra-se na

mortalidade que toma proporções assustadoras para os adultos entre 20 a 50 anos, sobretudo para os homens, o que é consequência principalmente de doenças de sangue, e da tuberculose, provocadas pela perversão dos costumes. Os notáveis estudos do Dr. Augusto Lumière, publicados em 1929, levam à conclusão de que o formidável contingente de tuberculosos varões, resulta da sua vida de excessos e do alcoolismo.

Ao mesmo tempo temos como consequência, se é possível ainda mais grave, a considerável percentagem, que até nos mais avançados países se encontra, de óbitos de crianças de menos de um ano, e dos anormais escolares, provocados pelas doenças do sangue, alcoolismo e tuberculose dos pais. Há também a considerar as desgraçadas vítimas de taras herdadas, que enxameiam nos asilos. E bem mais justificado e benéfico seria demolir todos os antros destinados a semear a perversão, tornando escusado construir casas para albergar as suas vítimas. Note-se que mesmo em França existem actualmente mais de 70.000 alienados originários de doenças do sangue e do alcoolismo.

Outro aspecto, consequência da falta da devida educação moral, é o da criminalidade infantil.

Os drs. Broudell e Arnossel avaliam para a França em quinze biliões de francos os prejuízos causados por aquelas causas, e decerto serão dobrados quando se atentar noutros efeitos dos flagelos da imoralidade.

Verifica-se, portanto, por forma que não admite dúvida, que a saúde física e por isso em grande parte a economia dum país dependem da sua saúde moral, o que se encontra expresso em termos frisantes no seguinte conceito de F. W. Foerster: «A moral é a higiene misteriosa das sociedades humanas.»

A doutrina sobre a educação cívica pode considerar-se compreendida na educação moral, que deve determinar o indivíduo ao cumprimento dos seus deveres para com a sua pátria, e por isso a dar-lhe todo o seu esforço para que esta adquira o maior prestígio, e, logo em princípio, tóda a sua energia e acção para assegurar uma existência independente e respeitada. Com êsse objectivo deverá tomar lugar importante na educação o conhecimento dos factos passados, não só para que incuta brio, e disponha para os actos de coragem e sacrifícios precisos para ser conservada intacta, e acrescentada a herança recebida, mas também para se aprender com êles os efeitos produzidos pelas causas que os determinaram, tanto com o fim de os aproveitarmos quando de efeitos salutaes, como para os evitarmos quando tenham provocado acontecimentos desastrosos.

Na Associação dos antigos alunos da *Escola de Ciências Políticas de Paris*, tive ocasião de fazer nesta ordem de ideas uma conferência com o titulo «*Le culte de la Nationalité sous l'égide chrétienne, conduit l'humanité à la perfection, donc au bonheur*». Nela emiti a opinião que conservo sobre a significação a attribuir à palavra nacionalidade—«*Nationalité est l'essence qui découle de l'ensemble des évènements dont est siège un organisme social très parfait, dont les éléments se trouvent très étroitement et fortement unis par un haut esprit de solidarité, basé sur les sentiments développés par un long et glorieux passé*». Dêste enunciado decorre imediatamente a justificação do culto que nos merece, e a certeza de que êsse culto contribuirá para engrandecer a nação e elevar o homem.

Êsse culto é a virtude cívica que uma educação apropriada, e indispensável, deve produzir. Devemos de-

senhê-lo, desde os primeiros anos, no templo, na escola, no quartel. Estou certo de que no nosso país todos estes elementos cooperam com sinceridade e energia na tarefa que lhes está imposta, e é seguro que, na época de insaciáveis cobiças que atravessamos, indispensável é que o nosso povo, e os indivíduos a quem directamente incumbe a responsabilidade da conservação de *Portugal intangível*, velem sem descanso e defendam a nação com toda a energia, prestigiando-a e sustentando relações de amizade sinceras, compartilhadas em termos dignos para ambas as partes.

E evidente que o culto da nacionalidade deve ter como base o culto da Família, e, ainda por este facto, mais se deve afervorar a nossa fé cristã, que consagra este princípio pela forma mais distinta, tendo elevado à categoria de sacramento o fundamento da Família, com o carácter de indissolubilidade que lhe dá a força necessária para servir de sólida base a uma sociedade perfeita. O paganismo e os seus derivados dissolventes, preconizando e prosseguindo o princípio do amor livre, infectam a humanidade com o mais virulento e imoral *bacillus* que, se triunfasse, a conduziria à dissociação e à morte.

É o ideal cívico que orienta hoje em França uma instituição de alta envergadura moral, patriótica e combatente, constituída por 150:000 feridos da Grande Guerra, *Croix de Feu*, unidos pela mais estreita solidariedade e disciplina, a qual obedece com inexcedível decisão e carinho ao Coronel Rocque. Convém registar o seu objectivo definido pelo Coronel Rocque nos seguintes termos:

«Contribuir para o maior prestígio e estabilidade da França, unidade política, geográfica, espiritual e tradicional. Toda a preocupação de regime ou de forma constitu-

cional deve ser encarada como um meio, um processo, para atingir aquêlo objectivo e garanti-lo. Trata-se, pois, de uma mística francesa de uma França que viva e progrida. Do despertar da consciência individual e colectiva do povo como consequência do robustecimento livre e entusiástico das suas fôrças essenciais. Da eliminação das influências irresponsáveis, clandestinas, egoístas que acobertadas com o parasitismo e etatismo, corrompem a consciência pública e se opõem ao desenvolvimento dos valores. Da adopção dos progressos sociais e científicos que nenhuma civilização pode dispensar com pena de regressar à selvageria pré-histórica. Irreconciliáveis inimigos da tirania Marxista repelimos tôda a ingerência do Estado nas iniciativas particulares, e o nosso lema é, — Trabalho, Família, Pátria.

A educação higiênica exige abundância de luz, de ar e água em estado de pureza normal, alimentação suficiente e sadia, e condições que evitem o dispêndio de esforços prejudiciais.

Infelizmente à maior parte da população falta ar puro, embora possamos supôr que exista em abundância e, sobretudo nas cidades, exactamente a população pior alimentada, vive em imundas pocilgas desprovidas de luz, com ar infecto, ou em caves insalubres com o ar viciado, até pelos candieiros de petróleo conservados acesos todo o dia, como se nota com repugnância nas principais ruas de Lisboa. Ao mesmo tempo é sabido que a água que devia ser fornecida a jorros, e de que o consumo devia ser objecto das estatísticas, é fornecida a conta-gotas, e por contas exageradas que tornam proibitivo o seu uso, talvez com a vantagem de assim ser reduzido o perigo do seu aproveitamento, tão pouca é, geralmente, a confiança que inspira.

Que admiração merecem as administrações dos Estados Unidos! Em Nova Yorque a água é fornecida por uma reduzida avença dependente do número de pessoas, com direito a livremente a gastarem.

Rápidamente notarei o errado plano das casas de aluguer com estreita frente e muito fundo, do que resulta falta de ar e de luz na maior parte dos compartimentos.

A falsificação dos alimentos, e por vezes mesmo dos medicamentos, é ainda mais uma causa a provocar a tuberculose, a disenteria e outras doenças graves, com um enorme prejuízo para a economia da nação. São lamentáveis as deficiências hospitalares devido às faltas de recursos, a despeito dos esforços que desenvolvem os directores, animados do maior zêlo e vergados ao pêso da responsabilidade que têm pela vida dos doentes. Na Dinamarca, com metade da nossa população, fornece o Estado 15.000 leitos.

Na impossibilidade de referir tantos cuidados que a higiene impõe, e sem falar das poeiras que, a horas de grande trânsito, são levantadas pela limpeza das ruas, e conspurcam as gargantas, chamarei sòmente a atenção para um serviço que exige os maiores cuidados e também descuidado é: — a limpeza da baixela da cozinha.

Têm sido feitas cuidadosas observações. Segundo a forma da lavagem feita, devidamente ou ao modo ordinário, com dois grupos de três mil pessoas cada um, foi obtido o seguinte resultado:

meningite	I	28
difteria	I	2
sarampo	I	17
gripe	I	4
pneumonia	I	8

*
* *

Da educação científica, e técnica científica e doméstica, limitar-me-ei a algumas considerações sumárias e a chamar a atenção sôbre a sua influência na resolução do problema económico de um país, já pelos seus ensinamentos imediatos que à educação técnica e doméstica pertencem, já pela preparação indispensável para que esta educação possa ser adquirida e desenvolvida. E' um problema que preocupa todos os países avançados. Se o ensino superior e técnico têm uma importância fundamental, é também certo que o estado das civilizações em que particular atenção é dada ao ensino primário elementar e superior e sobretudo ao ensino da vida doméstica, demonstra que a influência dêste ensino é enorme e determina de uma maneira notável o bem estar das populações.

E' assunto de que em breve me ocuparei com mais tempo tomando para exemplo um país com metade da população do nosso, situado em condições de grande inferioridade climatérica, e que nos surpreende com os seus maravilhosos resultados económicos. Refiro-me à Dinamarca que visitei expressamente para apreciar os seus processos, tendo tido ocasião de compreender que a realidade excedia muito a minha expectativa.

Neste momento limitar-me-ei a notar quanto se torna preciso evitar os maus ensinamentos que pululam e tanto prejudicam o desenvolvimento económico, referindo-me especialmente à desordem provocada pelas doutrinas erradamente classificadas de socialistas que, se o fôsem, deveriam conduzir ao bem estar geral, quando é certo que

a aliança social-comunista só conduz à desordem e à ruína, da qual os homens de trabalho são as principais vítimas, sendo de-certo um crime tremendo a destruição de riquezas, sejam elas quais fôrem e a quem quer que pertençam, pois a sua destruição equivale ao derramamento inútil de tanto sangue trabalhador que foi indispensável para as produzir.

Eis o que Chateaubriand, nas suas *Memoires d'autre tombe*, nos ensina:

«Sans la propriété individuelle personne ne peut être libre. Quand on ne possède rien on ne saurait être indépendant! La propriété n'est pas autre chose que la liberté.»

«L'honneur est frère de la liberté humaine et tous deux ont sur la terre un berceau qui est la propriété, et une tombe qui est la spoliation... Patrie, famille, liberté, religion tous les grands intérêts de l'homme ont dans la propriété leur premier et leur plus sûr fondement.»

Bakounine ousou preconizar que a sociedade nova deve sair das ruínas fumegantes da sociedade antiga!

Sôbre a intervenção do Estado limitar-me-ei a recordar alguns períodos da obra «*Revolution Française*» de Taine:

«L'Etat est incapable de soutenir les industries et de faire progresser les arts et métiers. Les moyens dont dispose l'Etat sont insuffisants pour soutenir e promouvoir les œuvres, et ce d'autant plus que celles-ci ont besoin d'un moteur intense comme l'intérêt privé, le patriotisme local, les affections de famille, les curiosités scientifiques, l'instinct de la charité, la foi religieuse. Le mode d'agir de l'Etat est tout mecanique trop rigide et trop limité pour faire progresser les entreprises, qui reclament de leur auteur un tact sur, la dexterité de la main, l'apreciation des circons-

tances, l'adaptation variée des moyens à la fin, l'invention continue, l'initiative et l'indépendance. À cause de tout cela, l'Etat est un mauvais chef de famille, un mauvais industriel, agriculteur et commerçant, un distributeur imparfait du travail et des subsistances, un mauvais régulateur de la production, des échanges, de la consommation, un médiocre administrateur des provinces et des communes, philanthrope sans discernement, directeur incompetent des beaux-arts, de l'enseignement et des cultes. Dans tous ces postes l'action de l'Etat est lente ou inepte, bureaucratique et changeante, toujours dispendieuse, peu efficace et de peu profit, toujours en dessous ou au dessus des besoins réels qu'elle prétend satisfaire.

Para serem apreciados os resultados que a realização da doutrina socialista comunista consegue, referirei ao acaso, e muito sumariamente, dois factos ocorridos recentemente, um no nosso país e outro em França.

Um grupo de homens de boa vontade, orientados por generosos intuitos, conseguiu a divisão da Serra de Serpa em trezentos casais, que foram distribuídos a um número igual de famílias. Ao fim de 5 anos estavam reduzidos a trinta; os outros proprietários não tinham tido capacidade para conservarem o domínio que lhes tinha sido oferecido.

Mais elucidativo sobre os resultados da fórmula comunista é outro facto sucedido na Argélia em 1843.

O Marechal Bugeaud, depois de ter conquistado a Argélia, ao contemplar a imensa planície que se oferecia à sua vista dizia: «¿Para que serve esta conquista se não forem cultivadas estas imensas campinas?»

A fim de dar uma solução prática à interrogação que se fizera, o marechal instalou três aldeias, tomou os solda-

dos para colonos e entusiasmou-os com as seguintes palavras:

«Conquistámos a Argélia com as armas, é preciso conquistá-la com o trabalho. O trabalho em comunidade é o mais poderoso meio de colonização. Fornecer-vos-ei tudo o que é preciso: instrumentos, rebanhos, terras; continuareis a receber o vosso sôlido e a vossa alimentação, e tudo o que fôr colhido será repartido em partes iguais por todos».

Passou-se à execução do plano traçado em tão vantajosas condições. Os cooperadores eram soldados habituados à vida em comunidade e à disciplina. A princípio tudo caminhou bem, mas em breve o zêlo desapareceu, o entusiasmo esfriou, e verificou-se que tinham sido inúteis os esforços realizados.

Em Setembro de 1843 o Marechal foi visitar a sua obra. Encontrou os seus soldados tristes e desanimados. Surpreendido, perguntou a causa. Foi-lhe respondido que se tinha perdido a colheita, e os seus homens confessaram que a discórdia tinha paralizado o trabalho, porque ninguém queria trabalhar mais do que o vizinho, e assim todos se tornaram preguiçosos. Terminando disseram ao Marechal: «Se tivéssemos tido cada um uma porção de sementes e um bocado de terra, teríamos trabalhado o dôbro; mas assim nada pode ser feito. E todos os colonos, mesmo os mais preguiçosos, pediram a dissolução da associação.

Sôbre este assunto é sempre conveniente lembrar às massas que se deixam embalar com doutrinas que supõem novas, e por isso susceptíveis de produzir metamorfoses inesperadas, que há mais de dois mil anos Platão pretendeu introduzir o socialismo na República que sonhou, e

chegou mesmo a preconisar a comunidade dos bens e da mulher, doutrina ainda há pouco experimentada na Rússia com as mais desastrosas conseqüências, tais que rapidamente vai sendo abandonada, devendo notar-se que o Etatismo é uma forma do comunismo destruidor, e que bem diversa foi a divina doutrina ensinada por Cristo, que os socialistas desvairados pretendem ter sido um precursor, esquecendo que Cristo ordenou que se deve dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, e instituiu o sacramento do matrimónio.

O célebre filósofo de Strasbourg, Fustel de Coulaingés, na sua admirável publicação *«La cité antique»*, demonstra que na Grécia as reformas socialistas tendentes ao nivelamento da sociedade conduziram a ódios profundos, e que as lutas enfraqueceram por tal forma a nação que a entregaram aos romanos.

Foi Karl Marx o responsável pela miragem que desorientou as massas trabalhadoras com a designação de colectivismo, que expôs no Congresso de Bâle em 1868: — «O Estado deve tornar-se proprietário de todos os instrumentos de trabalho, e distribuir o produto entre todos os operários».

Tôdas as experiências condenaram esta doutrina, como Taine preconisava nas admiráveis considerações já referidas. A adopção das doutrinas marxistas conduzirão fatalmente à ruína, sendo indiferente que a acção venha de baixo ou de cima. É que uma coisa é o nivelamento, e outra o justo equilíbrio.

Seguramente que ao Estado competem importantes serviços, mas sem esquecer nunca que é um delegado e não um tirano, e que a felicidade e prosperidade de uma nação serão o resultado da acção o mais livre possível

dos seus elementos convenientemente educados; tôdas as coações representam atritos e por isso perda de fôrças. A Dinamarca, a que já me tenho referido e de que tratarei largamente, oferece um exemplo frisante.

Ao Estado compete sobretudo assegurar a justiça, não só nos tribunais, mas também nos direitos que ao trabalho honesto devem ser garantidos. Infelizmente é certo que os Estados provocam repetidas vezes com a sua administração desigualdades flagrantes, por tomarem a posição de proprietários da fortuna pública que distribuem em harmonia com as suas preferências.

Pertence ainda ao Estado assegurar a defesa nacional e preocupar-se com os problemas que interessam a economia dos países, como sejam a instrução, transportes, câmbios, preços, aquisição de matérias primas, mas sempre dentro dos limites dum útil auxilio e nunca com intervenção na livre acção individual.

Convirá que o Estado possua um Conselho com capacidade para informar, e nenhuma empresa deveria instalar-se sem essa informação. Mas a intervenção coercitiva do Estado na vida económica está condenada a fracassar, e é curioso observar como com essa disposição se cai sob o domínio dos especuladores, que adquirem uma fôrça primacial exactamente quando deveria esperar-se o seu aniquilamento.

São estas as doutrinas que promoveram a prosperidade da Dinamarca, onde Turman expôs relativamente ao Estado as ideas que venho defendendo nos seguintes termos:

«Pertence-lhe assegurar ao povo as melhores condições de vida e de produção, a ordem e a justiça».

Últimamente, na ânsia de encontrar uma tábua de

salvação, o Etatismo apresenta-se com a forma, já noutros tempos aproveitada, de corporativismo, e a pretensão da administração directa pelas fôrças produtivas. Recentemente Lloyd George refutou esta concepção e demonstrou a necessidade que havia de homens possuidores de excepcionais virtudes, capazes de se collocarem acima dos interesses particulares.

Tenho a satisfação de poder recordar que logo que pela primeira vez tive a occasião de falar na Câmara dos Deputados, há cêrca de trinta anos, sustentei a doutrina que continuo defendendo, discordando já então da aspiração que os meus colegas da Associação da Agricultura tinham, com as melhores intenções, de conseguirem uma situação privilegiada na administração do Estado, sem pensarem nos dissabores que sofreriam quando fôsem atendidas as suas pretensões. Pela minha parte, reflectindo sôbre a forma de evitar as críticas suscitadas pelo funcionamento do regimen parlamentar, e partindo da opinião de que se deve tratar sempre de aperfeiçoar e não de destruir, adoptando fórmulas radicalmente diversas, sem base na experiênciã, as quais por êsse facto perturbarão e virão prejudicar a vida das sociedades, provocando possivelmente males maiores, propuz uma nova organização do Estado, a qual longe de dividir deverá contribuir para estreitar os laços de solidariedade geral, baseando-se na constituição de células sociais robustas e de activa acção, a que já aludi.

*

* *

Queria referir-me largamente à educação artística,

de importância capital, tanto pelo prazer pessoal que fornece aos indivíduos que a profundam, como pela riqueza que produz. Pode bem dizer-se que a arte é o perfume de uma civilização. Uma civilização sem arte é como um lar sem mulher, como uma flor sem aroma.

Se exceptuarmos a literatura, em que possuímos valores inestimáveis, é certo que em Portugal, embora existam formosos monumentos, as artes não adquiriram um desenvolvimento notável. Actualmente a decadência é geral. Há a impressão de que a imaginação está fatigada. Ao mesmo tempo uma influência prejudica o seu florescimento:—o democratismo, o materialismo. A arte é uma manifestação essencialmente nobre e espiritual. As catedrais, formosos monumentos da idade média, traduzem esse estado de espírito. Por tôda a parte o templo, manifestação religiosa, se levanta para Deus.

A arte da actualidade merece a designação da arte da miséria, falta de inspiração, de matérias primas ricas, reduzida à *secura da linha recta*. É indispensável um poderoso esforço para se sair desta lamentável situação. Para isso é preciso educar o espírito e promover o incremento da riqueza. O Estado muito poderá fazer imprimindo às suas construções uma característica artística, e deixando o cubismo para os blocos dos molhos das barras. Ao mesmo tempo é indispensável que na organização do ensino seja considerada como elemento fundamental a educação artística.

*

* * *

Dada uma notícia rápida sôbre a influência que a edu-

cação tem, de um modo geral, sobre a economia dos povos, seria interessante verificar como essa influência se manifesta, comparando o que se passa em diversos países, e para esse fim será interessante observar o que se passa debaixo do ponto de vista económico em Portugal e em países de pequena população, como sejam a Dinamarca, de que a população e território pouco excedem a metade do território e da população de Portugal na Europa, e a Noruega, que, embora com extenso território, na sua maior parte inproveitável, possui somente uma população de cerca de uma terça parte da população de Portugal na Europa. É um assunto que tratarei largamente. Agora limitar-me-ei a observar que a educação na Dinamarca, especialmente a educação rural, conduziu este país a um grau excepcional de prosperidade, que se manifesta no facto de ter um comércio geral que é cerca de dez vezes o de Portugal. É uma demonstração da insuficiência da nossa educação, embora deva atender-se ao facto de ter sido a administração portuguesa obrigada a disseminar-se por um extenso território, em que sobrevêm os mais diversos e complexos problemas.

Também convém notar que as situações locais são influenciadas pelos acontecimentos mundiais, e há a registar que as transacções mundiais se encontram actualmente reduzidas de cerca de 40% (em peso) do que eram antes da guerra.

Este facto deverá ser atribuído, não à grande guerra em si, mas ainda mais à desastrosa paz com que foi liquidada, a qual parece ter sido feita com a preocupação de conservar latente o estado de guerra. Daí resulta uma desconfiança geral que retrai as iniciativas, e os consumidores receosos de novos cataclismos.

É fácil de compreender a desastrosa influência deste estado psicológico da humanidade, atendendo a que uma grande parte da produção não é indispensável para a vida animal, e serve para satisfazer necessidades criadas pela civilização, as quais podem ser dispensadas. O equilíbrio económico só pode existir quando haja equilíbrio entre o consumo desses produtos, criado pelo jôgo natural das disposições humanas. Desde que parte desses produtos sejam dispensados, romper-se-á o equilíbrio e temos a perturbação económica com grave prejuizo para a humanidade em geral. E o que é mais grave é que de tal situação não será possível sair por meio de artificios violentos. Será preciso que muito tempo decorra, como o terá sido para se restabelecerem os cursos de água quando abalos accidentais tenham desviado os filetes, que atravessam as montanhas, do seu caminho usual.

Sem dúvida uma das manifestações mais imediatas desta perturbação acentua-se nas variações do valor de aquisição da moeda fiduciária, e para se apreciar quanto Portugal terá sofrido eis o quadro da variação do escudo apreciado pela sua equivalência com a libra ouro:

1890	4\$53	1900	6\$32
91	5\$00	1	6\$38
92	5\$85	2	5\$72
93	5\$60	3	5\$58
94	5\$79	4	5\$95
95	5\$70	5	5\$35
96	6\$85	6	4\$79
97	6\$59	7	4\$35
98	7\$11	8	4\$64
99	6\$42	9	5\$19

1910	5\$02	1930 (1-1)	108\$40
11	4\$85	(29-6)	97\$85
12	4\$90	31 (10-1)	123\$72
13	5\$09	(16-5)	108\$00
14	5\$29	(1-7)	124\$24
15	6\$34	(13-9)	98\$00
16	6\$88	(30-12)	87\$00
17	7\$57	32 (30-3)	138\$60
18	7\$85	(30-6)	145\$30
19	7\$54	(1-10)	151\$80
1920	11\$54	(31-10)	160\$60
21	29\$25	33 (1-3)	155\$40
22	45\$78	(30-6)	157\$30
23	91\$70	(22-11)	160\$60
24	127\$40	34 (3-1)	163\$90
25	113\$03	(7-11)	173\$80
26	95\$37	(28-6)	177\$10
27	94\$75	(28-10)	180\$00
28	96\$67	35 (1-1)	184\$80
29	98\$75	(7-3)	191\$40

Sem dúvida, acerbas preocupações e desastrosas ruínas são correspondentes à glacial significação destes números. Convirá ainda acrescentar a consideração da desvalorização neste momento, do escudo e das moedas fiduciais doutros países:

Para Portugal.....	97.50 %
Para o Brasil.....	90.00 %
Para a França.....	80.00 %
Para a Espanha.....	58.00 %
Para a Inglaterra....	40.00 %

Meus senhores!

Alongou-se já demasiadamente esta exposição, mercê da extrema benevolência do ilustrado auditório que se digna ouvir-me, mas não devo findar sem marcar uma impressão concreta.

Tem ela por título: — «A educação e o problema económico». Mas qual é essencialmente a finalidade a que visa a resolução do problema económico? A' conservação da vida nas melhores condições possíveis, e em primeiro lugar a assegurar a existência, porquanto, recordando a frase célebre do eminente filósofo que foi Shakespeare: «Viver ou não viver é a questão fundamental pera a humanidade.»

Ora eu não quero ser portador de sombrias apreensões, não quero embrenhar-me em considerações que possam perturbar a tranquilidade, mas também é certo que não é admissível que se viva descuidado e sem um conhecimento exacto da situação, embalados pelos cantos das sereias. Demais os factos apresentam-se com tal nitidês que seria criminoso pretender dissimulá-los.

Quando publiquei o volume que tem por título «*Le problème mondial et l'action du Portugal*», tornei pela primeira vez conhecido o tenebroso drama que se desenrolou nas chancelarias e teve por brilhante epílogo as manifestações de consideração que as mais importantes nações da Europa de então nos tributaram com as visitas, em 1899, do Príncipe de Gales, do Imperador da Alemanha, do Rei de Espanha, do Presidente da República Francesa. Eis o facto rapidamente relatado a pág. 161 e 162 do referido volume.

«Ce fut la conférence de Berlin, d'après la suggestion de Bismarck, qui nous spolia d'une des plus riches régions,

afin de constituer la vaste empire du Congo, préparant sans doute ainsi une importante acquisition. Formée par la condescendance anglaise, une voisine au sud d'Angola, aussitôt l'ambition allemande nous enlève pour toujours la tranquillité de cette région.

«Le gentio (nègres) du sud devint inquiétant et agressif. La prétention à l'acquisition d'Angola devint une des obsessions de l'Allemagne. Dans l'impossibilité de réaliser violemment son dessein, ou d'obtenir son but de connivence avec les gouvernements portugais, l'Administration de la Wilhelmstrasse prétendit avoir recours aux procédés de l'usure. Prêter pour ravir et l'argent et le gage. Dans l'espoir que l'indemnité, que l'arbitrage avec Mac-Murdo viendrait à imposer au Portugal, encore convalescent de la crise financière de 1891, serait énorme rendant de ce fait difficile le paiement respectif, l'Allemagne cherche ainsi à nous imposer un prêt cautionné par Angola. Système indirect de la remise de cette province, que le Portugal a pour devoir de défendre au prix des plus lourds sacrifices.

«Nous étions alors en 1899, le Président du Conseil, l'illustre homme d'État, José Luciano de Castro, repousse énergiquement l'insidieuse proposition, et agissant avec le plus grand zèle et activité, parvint à se procurer les fonds nécessaires au paiement auquel nous étions obligés, fort heureusement très inférieur à celui convoité par l'Allemagne.

«Les pressions endurées furent instantes, mais l'Angleterre, notre amie et alliée, prêta son aide constante et précieuse à notre Gouvernement qui, rempli de patriotisme, et exécutant noblement son devoir, sollicita son concours.

«L'épilogue de cette terrible lutte, qui se déroula ina-

perçue, mais où le Portugal se vit dans le plus grand danger, eut lieu le 12 mai.

«Ce jour là, une escadre allemande composée de neuf unités entraît en rade du Tage. Elle y trouva ancrée une puissante escadre anglaise de dix vaisaux. Il était trop tard pour pouvoir influencer avec le poids de ses canons. La signification de cette etrange coincidence passa inaperçue. Ainsi l'exigeaient les reserves diplomatiques. Il est bon aujourd'hui de la faire connaitre, non pas pour exciter de la haine, mais pour que justice soit faite.»

A tentativa alemã repetiu-se com mais êxito em 1913, mas felizmente a grande guerra não permitiu à Alemanha aproveitar as vantagens que tinha obtido diplomáticamente. No entanto, as suas intenções sôbre os dominios portugueses não se modificaram e, em 1914, acentuam-se por uma forma que adquiriu maior gravidade porque então não se hesitava em sacrificar a nossa nacionalidade. Eis o facto que ficou plenamente esclarecido com a notável carta que o illustre homem de Estado, Conde de Romanones, publicou em 29 de Julho de 1934, no jornal de Madrid «El Debate», onde se encontram os memoráveis períodos que em seguida refiro, aproveitando esta ocasião para testemunhar àquele eminente estadista a nossa gratidão pela maneira como repudia o insólito oferecimento que o Imperador Guilherme II fazia à Espanha relativamente a Portugal. E, infelizmente, ainda não encontramos manifestações, que tanto seriam para desejar, nas quais fôssem repudiados os sentimentos pouco amistosos que nos foram demonstrados pela política imperialista daquele monarca.

Eis os períodos da carta do Conde de Romanones que muito convém fixar.

«Se a França, como se vê, se esforçava por captar a

Espanha, igualmente procedera meses antes Guilherme II. Dato, Presidente do Conselho, chamou-me um dia para ler-me um telegrama de Polo de Barnabé, nosso embaixador em Berlim, que anunciava, por incumbência directa de sua Majestade Imperial, que êste oferecia ao Rei de Espanha e ao seu Govêrno, em troca de abandonar a neutralidade e colocar-se ao lado dos países centrais, Gibraltar, Tanger e o *absurdo de deixar-nos as mãos livres em Portugal*. A França e a Inglaterra tinham oferecido à Espanha largo incremento em Marrocos e Gibraltar.»

Meus Senhores! Permita-se-me ainda que, em rápidas mas sentidas palavras, eu insista em notar que acima de tôdas as preocupações é nossa obrigação querermos viver e conservar o património que os nossos antepassados conquistaram através de memoráveis sacrifícios, de admirável coragem, ciência e tenacidade, guiados por um supremo ideal, da difusão do cristianismo. Para se conseguir êste elevado objectivo é indispensável que a educação desenvolva as qualidades natas da nossa raça; de dignidade, de nobreza, de heroísmo e de sacrifício. Assim teremos a segurança de vencer todos os perigos e de conservar intactos os domínios do Império Português,—de cumprirmos a missão que a Providência superiormente nos destinou.

F. M. DA COSTA LÔBO

¿PORQUE NÃO SE FABRICAM ADUBOS AZO- TADOS EM PORTUGAL?(¹)

Sigamos Fritz Haber.

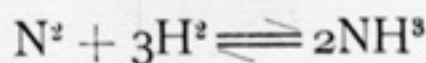
Quando à temperatura ordinária e sob a pressão atmosférica se põem em presença um volume de azote e três de hidrogénio, estes dois corpos não se unem. Aumentando a temperatura até ao rubro, a reacção começa com facilidade, mas, apenas aparecem traços de amoníaco, pára logo, porque esta pequena quantidade de NH^3 basta para estabelecer o equilibrio conforme mostra a fórmula:



em que Q representa o calor da reacção.

Segundo o sábio dinamarquês Thomsen, êste valor de Q é igual a 11.900 cal. e, segundo Berthelot, a 12.200 cal. por molécula de amoníaco. Na fórmula citada o valor de Q, à temperatura ordinária, corresponde a cêrca de 24.000 calorias.

Aplicando a lei de acção de massa à fórmula



(¹) Cont. do n.º 4, vol. 88, pág. 360.

teremos:

$$\frac{C_{\text{NH}_3}^2}{C_{\text{H}_2}^3 \times C_{\text{N}_2}} = K_c$$

em que C representa a concentração de equilíbrio que é função da pressão e da temperatura

$$C = f(t, p)$$

Como as pressões parciais são proporcionais às concentrações, poderemos escrever a fórmula de Guldberg e Haage da seguinte maneira:

$$\frac{P_{\text{NH}_3}^2}{P_{\text{H}_2}^3 \times P_{\text{N}_2}} = K_p$$

chamada equação da isotérmica de equilíbrio em que p representa as pressões parciais dos constituintes. Esta fórmula mostra que o numerador e o denominador passam por um máximo quando a pressão parcial do hidrogénio é três vezes maior do que a do azote.

Quando se faz variar a pressão total da mistura, cada pressão parcial p está ligada à pressão total P, pela equação:

$$p = CP$$

em que C é a concentração em volume, e poderemos escrever:

$$\frac{C_{\text{NH}_3}^2 \cdot P^2}{C_{\text{N}_2} \cdot P \times C_{\text{H}_2}^3 \cdot P^3} = K_p$$

ou

$$\frac{C_{\text{NH}_3}^2}{C_{\text{N}_2} \times C_{\text{H}_2}^3} \times \frac{1}{P^2} = K_p$$

ou

$$\frac{C_{\text{NH}_3}^2}{C_{\text{N}_2} \times C_{\text{H}_2}^3} = K_p P^2$$

Desta fórmula resulta que a percentagem de amoníaco no equilíbrio é proporcional à pressão total, pelo menos para as fracas concentrações.

Os valores da constante K_p são determinados experimentalmente. Foram-no, no caso presente, por Haber e por Nernst, pelos processos clássicos da titulação química e pela medida das velocidades de reacção. Mas também podem ser calculados pelo calor da reacção e pelo método dos calores específicos moleculares.

Segundo o professor da Universidade de Pádua, Mioletti, o método dos calores específicos aplicado à síntese do amoníaco pode estabelecer-se a partir da fórmula:

$$C_t = c_0 + at + bt^2 + ct^3 + \dots$$

para obter a equação:

$$Q_t = Q_0 + \alpha t + \beta t^2 + \gamma t^3 + \dots$$

que se deduz da equação de Kirchoff:

$$\frac{dQ_v}{dT} = h_v - h'_v$$

em que h e h' são as capacidades caloríficas dos corpos iniciais e dos resultantes.

Como se conhecem os calores moleculares específicos, à pressão constante, do amoníaco, do hidrogénio e do azote:

amoníaco	$C_p = 8,62 + 0,0020t + 7,2 \cdot 10^{-4}t^3$
hidrogénio	$C_p = 6,685 + 9 \cdot 10^{-4}t$
azote	$C_p = 6,885 + 9 \cdot 10^{-4}t$

pode-se escrever:

$$Q = 24000 + 9,70 t - 0,0002 t^2 - 3,6 \cdot 10^{-9} t^4$$

É agora fácil calcular o valor de Q , às diversas temperaturas:

$t =$	20°	300°	700°	1000°
$Q =$	24200	26870	29830	29900

Mas, como é conveniente exprimir Q em função de T , que é a temperatura absoluta, em lugar de t centígrados, teremos:

$$Q = Q_0 + \Sigma \nu 3,5T - \Sigma \nu \beta T^2$$

Como neste caso $\Sigma \nu$ é igual a 2, obtém-se

$$Q = 21980 + 7,0T + 0,00331T^2 - 2,44 \cdot 10^{-9}T^4$$

que dá os valores seguintes às diversas temperaturas absolutas:

T =	293°	573°	973°	1273°
Q =	24120	26820	29730	29850

As variações de K com a temperatura podem obter-se pela equação isócora de Van t'Hoff que resulta da equação termodinâmica clássica da isotérmica de Van t'Hoff:

$$A = RT \log K - RT \Sigma \nu \log C$$

que, derivada em relação a T, dá:

$$\left(\frac{dA}{dT}\right)_\nu = R \log K + T \frac{d}{dt}(R \log K) - R \Sigma \nu \log C - \\ - T \frac{d}{dt}(R \Sigma \nu \log C)$$

Mas

$$\frac{d}{dt}(R \Sigma \nu \log C) = 0$$

porque as concentrações das substâncias não são função da temperatura.

Por outro lado, dividindo por T a equação da isotérmica, vem:

$$\frac{A}{T} = R \log K - R \sum \nu \log C$$

portanto

$$\left(\frac{dA}{dT} \right)_v = \frac{A}{T} - RT \frac{d}{dt} \log K$$

que também se pode escrever sob a forma:

$$T \left(\frac{dA}{dT} \right)_v = A + RT^2 \frac{d}{dt} \log K$$

equação que, combinada com a de Gibbs-Helmholz:

$$A - Q = T \left(\frac{dA}{dt} \right)_v$$

dará finalmente:

$$\frac{\partial \log K}{\partial T} = - \frac{Q}{RT^2}$$

Esta equação só pode, porém, ser utilizada depois de integrada e a única dificuldade para o fazer consiste em calcular a constante de integração.

A forma clássica da isócora integrada é:

$$RT \log K = Q_0 - \alpha T \log T - \beta T^2 - \frac{\gamma}{2} T^3 - \dots + RTI$$

E é fácil demonstrar que:

$$\begin{aligned} Q_0 &= Q_0 - \sum \nu \lambda_0 \\ -\alpha &= \sum \nu \alpha_0 \\ -\beta &= -\beta + \sum \nu \beta_0 \\ -\gamma &= -\gamma + \sum \nu \gamma_0 \\ I &= \sum \nu i \end{aligned}$$

atendendo à equação de Clapeyron:

$$\frac{d \log p}{dT} = \frac{\lambda}{RT^2}$$

em que λ é o calor molecular de vaporização e que, relacionada às pressões de vapor, permite que se escreva primeiro:

$$\log C = \frac{-\lambda_0}{RT} + \frac{\alpha_0}{R} \log T + \frac{\beta_0}{R} T + \frac{\gamma_0}{2R} T^2 + \dots + i$$

e em seguida:

$$\begin{aligned} RT \log K &= (Q_0 - \sum \nu \lambda_0) + \sum \nu \alpha_0 T \log T - (\beta - \sum \nu \beta_0) T^2 - \\ &\quad - \left(\frac{\gamma}{2} - \frac{\sum \nu \gamma_0}{2} \right) T^3 + RT \sum \nu i \end{aligned}$$

Vê-se, portanto, que a soma das constantes de integração das curvas de tensão de vapor, permite o cálculo da constante de integração I.

Se transformarmos agora os logaritmos neperianos em logaritmos decimais e se atendermos ao que se acabou de expor, a fórmula integrada da isócara ficará:

$$\log_{10} K = \frac{Q}{4,571 T} - \frac{\alpha}{1,985} \log_{10} T - \frac{\beta}{4,571} T - \frac{\gamma}{9,14} T^2 - \frac{\sum \nu_i}{2,3023}$$

e como, atendendo à lei dos gases perfeitos e à fórmula de equilíbrio sob a forma das pressões parciais, se pode escrever:

$$\frac{\alpha}{1,985} = \frac{(\alpha - \sum \nu R)}{R}$$

$$\frac{\sum \nu_i}{2,3023} - \frac{\sum \nu (i + \text{Log}_e R)}{2,3023} = \sum \nu C$$

teremos:

$$\log_{10} K_p = \frac{Q}{4,571 T} - \frac{(\alpha - \sum \nu R)}{R} \log_{10} T - \frac{\beta}{4,571} T - \frac{\gamma}{9,14} T^2 + \sum \nu C$$

aplicando esta fórmula à síntese do amoníaco, teremos:

$$\log K_p = \log \frac{P_{H_2}^3 \times P_{N_2}}{P_{NH_3}^2} = -\frac{21980}{4,571 T} + 3,5 \log T +$$

$$+ \frac{0,00331}{4,571} T - \frac{0,81}{4,571} 10^{-9} T^3 + 0,44$$

O cálculo da constante de integração dá com efeito:

$$\Sigma C = 2,6 + 3(1,60) - 2(3,48) = 0,44$$

Damos a seguir 4 tabelas.

A primeira, do professor Miolati, contém os valores calculados pela fórmula que se acaba de deduzir da fórmula de Van t'Hoff, em comparação com os valores experimentais de Jost.

TABELA I

T	$\sqrt{K_p}$		100 x	
	calculado	experimental	calculado	experimental
973°	1780	1880	0,0183	0,0174
1073°	3644	3700	0,0089	0,0088
1203°	7826	7606	0,0042	0,0043
1273°	11066	10200	0,0029	0,0032

Os valores indicados sobre a indicação *100 x* correspondem às percentagens das pressões parciais do amoníaco, quando uma mistura de três volumes de hidrogénio e dum volume de azote está em equilíbrio, à pressão de 1 atm.

A segunda e a terceira tabelas resultam dos trabalhos experimentais de Larson, realizados no «Fixed Nitrogen Research Laboratory», de Washington e publicados no «Journal Am. Chem. Soc.» no ano de 1924.

TABELA II

Atm	325°		350°		375°		400°		425°		450°		475°		500°	
	%NH ³	K _p	%NH ³	K _p	%NH ³	K _p	%NH ³	K _p	%NH ³	K _p	%NH ³	K _p	%NH ³	K _p	%NH ³	K _p
10	10,38	0,0401	7,35	0,0266	5,25	0,0181	3,85	0,0129	2,80	0,00919	2,04	0,00659	1,61	0,00516	0,20	0,00381
30			17,80	0,0273	13,35	0,0184	10,09	0,0129	7,59	0,00919	5,80	0,00676	4,53	0,00515	3,48	0,00386
50			25,11	0,0278	19,44	0,0186	15,11	0,0130	11,71	0,00932	9,17	0,00690	7,13	0,00513	5,58	0,00388
100					30,95	0,0202	24,91	0,0137	20,23	0,00987	16,35	0,00725	12,98	0,00532	10,40	0,00402
300											35,5	0,00884	31,0	0,00674	26,2	0,00498
600											53,6	0,01294	47,5	0,00895	42,1	0,00651
1000											69,4	0,02328	63,5	0,01493		

Porque não se fabricam adubos azotados?

TABELA III
PERCENTAGENS DE AMONÍACO NO EQUILÍBRIO

Temp. °C	Pressão						
	10 atm.	30 atm.	50 atm.	100 atm.	300 atm.	600 atm.	1000atm.
200	50,66	67,56	74,38	81,54	89,94	95,37	98,29
250	28,34	47,22	56,33	67,24	81,38	90,66	96,17
300	14,73	30,25	39,41	52,04	70,96	84,21	92,55
350	7,41	17,78	25,23	37,35	59,12	75,62	87,46
400	3,85	10,15	15,27	25,12	47,00	65,20	79,82
450	2,11	5,86	9,15	16,43	35,82	53,71	69,69
500	1,21	3,49	5,56	10,61	26,44	42,15	57,47
550	0,76	2,18	3,45	6,82	19,13	31,63	41,16
600	0,49	1,39	2,25	4,52	13,77	23,10	31,43
650	0,33	0,96	1,53	3,11	9,92	16,02	20,70
700	0,23	0,68	1,05	2,18	7,28	12,60	12,87

A quarta tabela, devida a Haber, veio publicada no «Zeitschrift für Elektrochemie», no ano de 1914.

TABELA IV
VOLUMES DE AMONÍACO POR CENTO

t°	K _p	1 atm.	30 atm.	100 atm.	200 atm.
200°	0,660	15,3	67,6	80,6	85,8
300°	0,070	2,18	31,8	52,1	62,8
400°	0,0138	0,44	10,7	25,1	36,3
500°	0,0040	0,129	3,62	10,4	17,6
600°	0,00151	0,049	1,43	4,47	8,25
700°	0,00069	0,0223	0,66	2,14	4,11
800°	0,00036	0,0117	0,35	1,15	2,24
900°	0,000212	0,0069	0,21	0,68	1,34
1000°	0,000136	0,0044	0,13	0,44	0,87

Os valores deste quadro foram calculados pela seguinte fórmula devida a Fritz Haber:

$$\text{Log } K_p = \frac{9591}{4,571 T} - \frac{4,98}{1985} \text{Log } T - \frac{0,00046 T}{4,571} - \frac{0,80 \cdot 10^{-6}}{4,571} T^2 + 2,1$$

ou pela seguinte atribuída a Nernst:

$$\text{Log } K_p = \frac{2080}{T} - 2,5080 \text{ Log } T - 0,0001006 T + \\ + 1,86.10^{-6} T^2 + 2,1$$

Dos trabalhos de Haber conclui-se ainda que acima de 1.000° e à pressão normal não havia catalisador que desse bom resultado; e que à temperatura óptima de 300°, também sob a pressão normal, não se conhecia catalisador algum que permitisse a reacção.

Temos, portanto, de considerar que, para obter a pressão e a temperatura óptimas necessárias à reacção, deveremos contar com a percentagem de amoníaco produzido, com a quantidade e qualidade do catalisador e com a velocidade da reacção, tudo factores económicos importantes para o êxito industrial desta síntese.

Assim, por eliminações sucessivas dos casos desfavoráveis, Haber e Le Rossignol foram concluindo: que não havia vantagem alguma em operar acima de 700°, porque, abaixo desta temperatura e acima de 500°, havia diversos catalisadores que provocavam uma reacção rápida e permitiam atingir o equilíbrio; que a esta zona de temperatura deveria corresponder, para que a percentagem de amoníaco formado fôsse crescendo, uma pressão tão elevada quanto possível.

Imaginando que acima de 200 atm. haveria dificuldades de realização prática, Haber não ultrapassou aquêle limite, embora previsse acima dêle melhores resultados.

Examinemos agora como a Badische instalou, servin-

do-se do processo Haber, a sua primeira fábrica em Opau.

As matérias primas para a síntese do amoníaco são o azote e o hidrogénio.

Uma vez examinadas as circunstâncias científicas em que se realizaria a síntese, importava saber, no limiar do estudo industrial, a maneira mais económica de obter as matérias primas.

O azote existe no ar. O hidrogénio na água. Ambas estas substâncias são abundantes na natureza; existem em tôda a parte e são gratuitas. Faltava a energia para as transformar.

Em Opau o azote do ar é comprimido e a água é tirada do Reno. A energia é fornecida pelo carvão do Ruhr.

Sob a forma de coque metalúrgico, o carvão serve para preparar o gás de água, origem do hidrogénio e o gás de ar, origem do azote.

A fôrça motriz é fornecida por máquinas a vapor e motores a gás.

O estudo preliminar do custo das matérias primas fêz logo ver que a síntese do amoníaco é uma função do preço do custo do hidrogénio. Êste facto é importante e a êle nos referiremos bastas vezes e muito especialmente quando nos ocuparmos das possibilidades da instalação desta indústria em Portugal.

Em Opau são utilizados três tipos de gasogénios. Uns, tipo *Bamag*, são alimentados a linhite e o gás que produzem, depois de lavado e de misturado com gás de hulha, serve de alimentação de fornalhas e para os motores a gás.

A composição dêste gás é a seguinte;

C O ²	5%
C O	32,5
C H ⁴	2,5
H ²	12
N ²	48

Outros servem para fabricar gás pobre e gás de água. O gás pobre utilizado na síntese é produzido por gasogénios *Bamag* que queimam coque e o gás de água é produzido por gasogénios *Pintsch*.

O gás produzido nestes *Bamag* tem a seguinte composição:

CO ²	4%
CO	30
H ²	10
N ²	55
CH ⁴	0,5

e o seu poder calorífico é de 900-950 cal. O consumo horário é de 125 kg. por m² de grelha. O rendimento é de 2,8 m³ de gás por kg. de combustível e uma certa quantidade de alcatrão.

(*Contínua*)

C. O. ...
C. O. ...
C. H. ...
H. ...
...

On the 1st day of ...
I have ...
...

...

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)*—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12\$00
- Fernão de Magalhães*—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem—Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso.....	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.